

# RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2011



**ELEKTRO**  
Energia que vem da gente



**ELEKTRO**

Energia que vem da gente

## Relatório de Sustentabilidade 2011

Apresentação .....	3
Perfil .....	7
Principais indicadores .....	10
Mensagem do Presidente .....	11
Prêmios e reconhecimentos.....	13
Ativos intangíveis.....	15
Princípios e diretrizes de sustentabilidade .....	17
Gestão empresarial .....	21
Gestão estratégica .....	25
Governança corporativa .....	28
Gestão de riscos .....	32
Eficiência energética e P&D .....	34
Atividades e despesas de P&D .....	37
Desempenho operacional .....	41
Desempenho comercial .....	46
Desempenho econômico-financeiro .....	49
Desempenho social .....	58
Relacionamento com colaboradores .....	58
Relacionamento com clientes .....	70
Relacionamento com fornecedores.....	78
Relacionamento com órgãos reguladores .....	79
Relacionamento com a sociedade .....	80
Desempenho ambiental .....	82
Balço Ibase .....	87
Sumário GRI.....	89
Informações corporativas.....	97
Demonstrações financeiras.....	98
Créditos e Agradecimentos .....	167



Fachada comemorativa da Elektro

## APRESENTAÇÃO

Em 2011, pela primeira vez, a Elektro consultou formalmente seus *stakeholders* para definição dos assuntos de maior interesse, sendo que todos foram abordados neste Relatório de Sustentabilidade.

Como empresa de capital aberto, a Elektro relata anualmente seus principais resultados desde 1998. Visando à transparência e maior aproximação com seus públicos de relacionamento, a partir de 2006, passou a apresentar seus desempenhos econômico, financeiro e social em documento elaborado com base no modelo da *Global Reporting Initiative* (GRI). A GRI é uma organização internacional que desenvolve e dissemina diretrizes para a elaboração de relatórios de sustentabilidade utilizadas voluntariamente por empresas de todo o mundo.

Alinhada ao objetivo de aprimorar constantemente a divulgação de suas informações, em 2011, a Elektro incluiu indicadores setoriais – identificados como EU – e adotou a última versão da GRI, a G3.1. A tabela da página 6 apresenta os níveis de aplicação das diretrizes GRI, o que mostra a aderência deste Relatório ao nível B, autodeclarado pela Empresa. (GRI 3.3, 3.7)

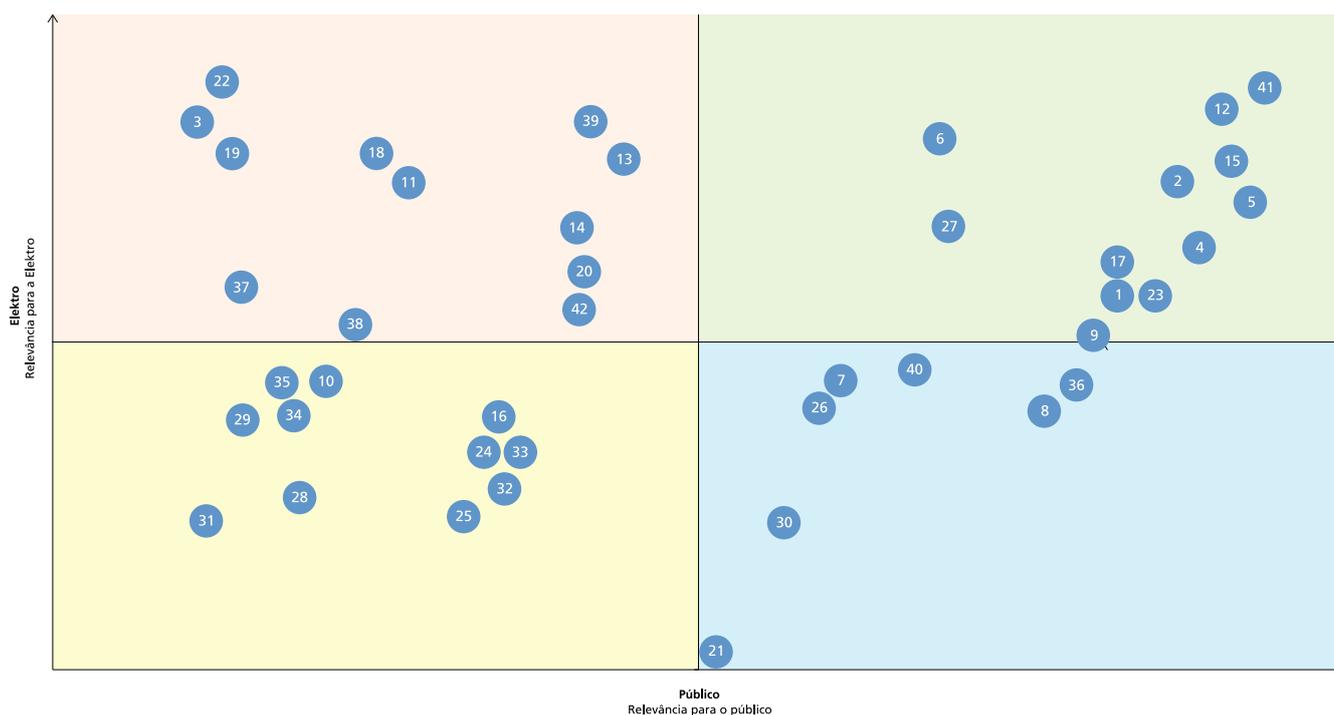
Para uma construção participativa deste Relatório, houve envolvimento de todas as áreas da Empresa, entrevistas com Diretores e Gerentes e o levantamento

de dados que abrangem o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2011. Foi dada prioridade a temas que reportam os sistemas de gestão e operações considerados internamente como de maior relevância para os públicos de interesse. (GRI 3.1, 3.5, 3.10, 3.11)

Ainda para definir a relevância dos temas abordados, a Elektro realizou pela primeira vez processo de envio de questionário aos públicos de relacionamento para a construção de uma matriz de materialidade, que apresenta os principais temas e as preocupações de cada um dos *stakeholders*. O processo foi iniciado a partir

do mapeamento dos principais públicos, levando-se em conta a sua representatividade e relação com os assuntos relevantes para a sustentabilidade da Empresa. Participaram 100 pessoas, sendo 78 representantes de públicos externos (clientes, fornecedores, acionistas, investidores, órgãos públicos, associações comunitárias e organizações não governamentais) e 22 de internos (colaboradores próprios, estagiários, gestores e diretores), que deram sua opinião sobre a importância de 42 temas pré-selecionados com base no planejamento estratégico da Companhia e presentes ao longo deste documento. (GRI 4.14, 4.15 e 4.16)

## MATRIZ DE MATERIALIDADE



## Principais temas e preocupações levantados por meio do engajamento (GRI 4.17)

Muito importante	1	Governança corporativa (transparência na divulgação de suas informações).
	2	Práticas anticorrupção (Ex.: possui políticas que evitam qualquer tipo de ação ilegal).
	4	Impactos econômicos dos reajustes tarifários.
	5	Decisões do governo e do regulador sobre o setor.
	6	Modicidade tarifária.
	9	Perdas de energia, regularização de ligações clandestinas.
	12	Qualidade e eficiência na distribuição da energia elétrica.
	15	Melhoria contínua dos indicadores de qualidade.
	17	Canais de atendimento (site, 0800 - 24h, espaço de Atendimento ao Cliente).
	23	Resultados econômico-financeiros.
	27	Segurança para a população (isolamento da rede, sinalização e instalações adequadas).
	41	Segurança no trabalho para colaboradores e parceiros.
Importante	3	Relação com minoritários.
	11	Qualidade no atendimento e no serviço prestado (pesquisas de satisfação).
	13	Políticas e procedimentos de compras e contratações.
	14	Reajustes contratuais de fornecedores.
	18	Formulação das estratégias e planejamento.
	19	Gestão de riscos (de negócio, ambientais, financeiros e operacionais).
	20	Parcerias para captação de recursos financeiros para investimentos na rede.
	22	Retorno ao acionista, garantindo a sustentabilidade do negócio e a adequada remuneração pelo investimento realizado na Empresa.
	37	Diversidade e igualdade de oportunidades de trabalho.
	38	Qualidade de vida dos colaboradores.
	39	Políticas de remuneração e benefícios, acordo coletivo e reajuste salarial.
	42	Gestão de carreira, treinamento e desenvolvimento.
Medianamente importante	7	Níveis de investimentos adequados às exigências regulatórias.
	8	Prestação de contas sobre projetos realizados com verba de incentivos governamentais.
	21	Obtenção de <i>rating</i> de crédito corporativo.
	26	Ações de responsabilidade social (conscientização, geração de renda e profissionalização).
	30	Uso e reciclagem de materiais.
	36	Promoção de ações para incentivar o consumo consciente.
	40	Clima organizacional e satisfação dos colaboradores.
Pouco importante	10	Pesquisa e Desenvolvimento de novos produtos e serviços.
	16	Acessibilidade para clientes especiais (seja via sistema para atendimento telefônico, seja de acesso para atendimento presencial).
	24	Compromissos com iniciativas externas, tais como Pacto Global da ONU e Empresa Amiga da Criança da Fundação Abrinq.
	25	Investimento em atividades socioculturais nas comunidades em que atua.
	28	Incentivo ao trabalho voluntário e à inclusão social.
	29	Consumo de recursos naturais (água, energia).
	31	Recursos hídricos e reutilização da água.
	32	Controle de emissões, efluentes e resíduos.
	33	Política de meio ambiente e projetos socioambientais.
	34	Ações para o desenvolvimento sustentável (fontes de energia alternativas, renováveis, limpas).
	35	Parceria na elaboração de ações/projetos para o setor (eficientização energética, ampliação do acesso à energia).

Os indicadores apresentados referem-se às operações em toda a área de concessão, incluindo a Sede Corporativa, Central de Atendimento ao Cliente e os escritórios regionais. Os dados econômico-financeiros seguem padrões definidos pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) e foram auditados pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes. As informações ambientais foram apuradas internamente, com base nos padrões da norma

ISO 14001:2004, e auditadas pela SGS ICS Certificadora Ltda. Já as informações sociais não passaram por verificação externa. (GRI 3.6, 3.8, 3.9, 3.13)

Eventuais reformulações de dados e indicadores são informadas e justificadas no decorrer do documento. Esclarecimentos relativos a este Relatório e a seu conteúdo podem ser obtidos no site da Elektro: [www.elektro.com.br](http://www.elektro.com.br). (GRI 3.4, 3.10)

## NÍVEIS DE APLICAÇÃO GRI

Nível de Aplicação do Relatório		C	C+	B	B+	A	A+
CONTEÚDO DO RELATÓRIO	Perfil da G3	Responder aos itens 1.1; 2.1 a 2.10; 3.1 a 3.8, 3.10 a 3.12; 4.1 a 4.4, 4.14 a 4.15;	com verificação externa	Responder a todos os critérios elencados para o Nível C mais: 1.2; 3.9, 3.13; 4.5 a 4.13; 4.16 a 4.17;	com verificação externa	O mesmo exigido para o Nível B.	com verificação externa
	Informações sobre a forma de gestão da G3	Não exigido.		Informações sobre a forma de gestão para cada categoria de indicador.		Forma de gestão divulgada para cada categoria de indicador.	
	Indicadores de Desempenho da G3 e Indicadores de Desempenho do Suplemento Setorial	Responder a um mínimo de 10 Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: social, econômico e ambiental.		Responder a um mínimo de 20 Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: econômico, ambiental, direitos humanos, práticas trabalhistas, sociedade, responsabilidade pelo produto.		Responder a cada indicador essencial da G3 e do Suplemento Setorial* com a devida consideração ao Princípio da Materialidade de uma das seguintes formas: (a) respondendo ao Indicador; ou (b) explicando o motivo da omissão.	

\*Suplemento Setorial em sua versão final.



Vista do Guarujá

## PERFIL

**A Elektro é a oitava maior distribuidora de energia elétrica do Brasil e a terceira do Estado de São Paulo.**

Oitava maior distribuidora de energia elétrica do Brasil e a terceira do Estado de São Paulo, a Elektro Eletricidade e Serviços S.A. atua em uma área de concessão caracterizada por dispersão geográfica e diversidade socioeconômica. A Empresa atende a 223 municípios do Estado de São Paulo e a cinco do Estado do Mato Grosso do Sul, fornecendo energia elétrica para mais de 5,5 milhões de pessoas. Estão conectados à sua rede aproximadamente 2,3 milhões de clientes residenciais, industriais, comerciais, rurais e públicos. (GRI 2.1, 2.2, 2.5, 2.6, 2.7)

A Empresa possui atendimento presencial em todos os municípios de sua área de concessão, duas unidades móveis de atendimento, escritórios regionais em quatro Regiões, 104 Células de Serviços de Rede (CSR), responsáveis pela operação e gestão do sistema elétrico, e 25 Células de Expansão e Preservação (CEPs), que garantem a preservação dos ativos de rede de distribuição e o planejamento da expansão necessários para o atendimento qualificado dos clientes. A Sede Corporativa,

a Central de Atendimento ao Cliente (CAC) e o Centro de Operação da Distribuição (COD) da Empresa localizam-se em Campinas e o Centro de Distribuição (CD) em Sumaré, no Estado de São Paulo. (GRI 2.2, 2.3, 2.4)

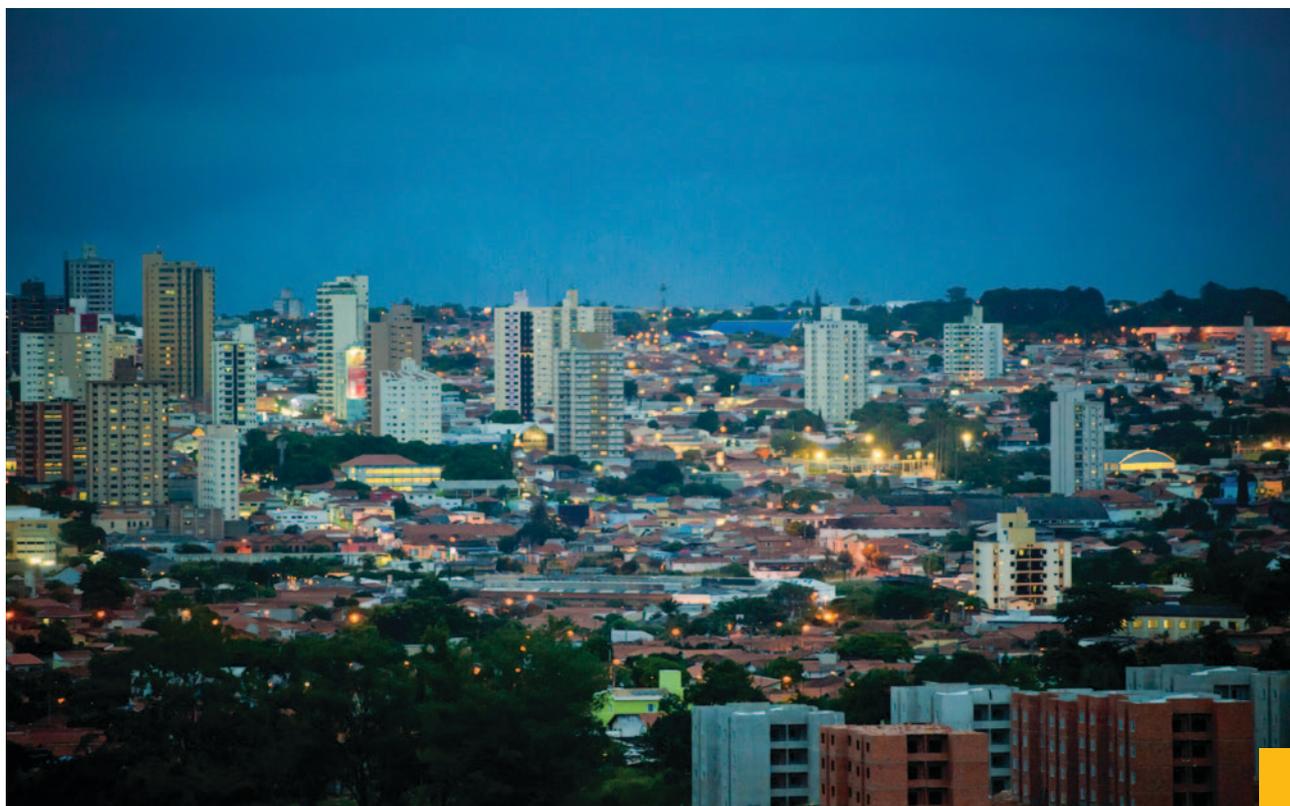
Em 2011, ocorreu mudança de controle acionário da Elektro e o grupo espanhol Iberdrola passou a deter 99,68% do capital social e 99,97% do capital

votante da Empresa. Com a aquisição, a Iberdrola se consolida como um dos maiores grupos do setor de energia elétrica do Brasil e o quinto do mundo. (GRI 2.9)

Em 2011, a Elektro faturou 12.008 GWh para o mercado cativo e distribuiu 3.444 GWh para o mercado livre.

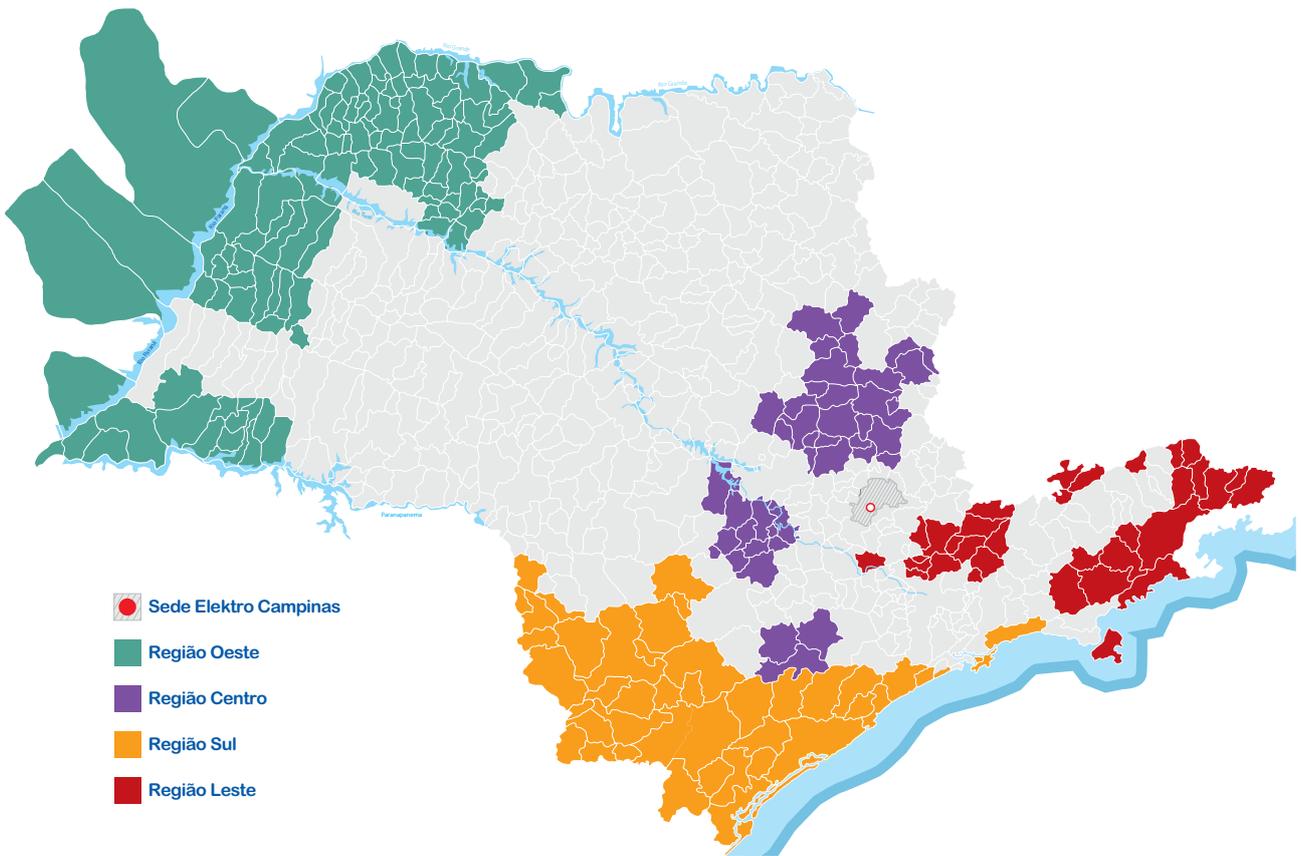
## COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA EM 31/12/2011

	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total de ações	
	Quant.	Part.	Quant.	Part.	Quant.	Part.
Iberdrola Energia do Brasil Ltda.	1.523	0,0%	66.744.382	65,51%	66.745.905	34,45%
EPC – Empresa Paranaense Comercializadora Ltda.	91.854.302	99,97%	34.535.214	33,9%	126.389.516	65,23%
Acionistas minoritários	25.147	0,03%	589.697	0,59%	623.844	0,32%
<b>Total</b>	<b>91.880.972</b>	<b>100,0%</b>	<b>101.878.293</b>	<b>100,0%</b>	<b>193.759.265</b>	<b>100%</b>
<b>Participação sobre o total de ações</b>	<b>47,42%</b>		<b>52,58%</b>		<b>100%</b>	



Vista noturna de Limeira

# ÁREA DE ATUAÇÃO



**120 mil**  
quilômetros quadrados  
de área de atuação

**107 mil**  
quilômetros  
de redes de distribuição

**1.416**  
quilômetros  
de linhas de transmissão

**228**  
municípios atendidos  
223 em São Paulo  
cinco no Mato Grosso do Sul

**2,3 milhões**  
de clientes

**5,5 milhões**  
de pessoas  
atendidas

**8ª maior**  
distribuidora  
de energia elétrica  
do Brasil em MWh  
fornecido

**3ª maior**  
distribuidora  
de energia elétrica do Estado  
de São Paulo em MWh  
fornecido

**128**  
subestações

**3**  
subestações móveis  
duas de 138 kV/30 MVA  
e uma de 138kV/15 MVA

**3.237 MVA**  
de potência instalada  
2.283 MW de demanda

**162.299**  
transformadores  
de distribuição

**1,6 milhão**  
de postes

**1.325**  
veículos  
operacionais

# PRINCIPAIS INDICADORES (GRI 2.8)

<b>Econômico-financeiros (R\$ milhões)</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>Variação % 11/10</b>
Receita operacional bruta	4.467	4.934	5.332	8,1
Receita operacional líquida	3.120	3.369	3.564	5,8
Resultado do serviço	738	717	775	8,1
Margem do resultado do serviço <sup>1</sup> (%)	23,6	21,3	21,7	0,4pp
EBITDA <sup>2</sup>	872	862	935	8,4
Margem EBITDA <sup>1</sup> (%)	27,9	25,6	26,2	0,6pp
Lucro líquido	568	450	492	9,3
Margem líquida <sup>1</sup> (%)	18,2	13,4	13,8	0,4pp
Dividendos e juros sobre capital próprio declarados	461	426	460	8,0
Investimentos <sup>3</sup>	271	345	315	(8,7)
<b>Operacionais</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>Variação % 11/10</b>
Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – (DEC) – horas	8,74	9,48	9,04	(4,6)
Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – (FEC) – n° de vezes	5,94	5,75	5,39	(6,3)
Perdas de energia (%)	7,30	6,98	6,97	(0,01pp)
<b>Comerciais</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>Variação % 11/10</b>
Número de clientes cativos	2.123.453	2.186.193	2.253.665	3,1
Número de clientes livres	31	56	70	25,0
Total de clientes (livres e cativos)	2.123.484	2.186.249	2.253.735	3,1
Compra de energia elétrica (GWh)	12.798	13.437	13.842	3,0
Energia elétrica distribuída a clientes finais <sup>4</sup> (GWh)	10.995	11.561	12.008	3,9
Receita de fornecimento de energia a clientes finais (R\$ milhões)	3.757	4.132	4.460	7,9
Receita de uso do sistema de distribuição <sup>5</sup> (R\$ milhões)	406	327	465	42,2
<b>Ambientais</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>Variação % 11/10</b>
Quantidade de furtos de transformadores	33	25	98	292
Vazamento de óleo de transformadores (litros)	4.482	1.890	ND	ND
Resíduos contaminados com óleo coprocessado (toneladas)	104,2	80,1	164,6	105,5
Regeneração de óleo de transformadores energizados (litros)	294.548	335.240	455.459	35,9
Reciclagem de lâmpadas (unidades)	76.241	88.778	108.360	22,0
Consumo próprio de água (m <sup>3</sup> )	46.008	47.889	45.753	(4,5)
Consumo próprio de energia elétrica (MWh)	9.051	9.719	10.587	8,9
Instalação de redes compactas (km)	79	44	80	81,8
<b>Segurança</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>Variação % 11/10</b>
Fatalidades (Elektro)	0	0	0	0
Fatalidades (empresas contratadas)	1	1	0	(100)
Acidentes sem afastamento (Elektro e contratadas)	104	92	80	(13,0)
Acidentes com afastamento (Elektro)	3	5	2	60
Acidentes com afastamento (empresas contratadas)	14	12	12	0
Fatalidades (população)	11	7	6	(14,3)
Lesões (população)	26	19	9	(52,6)
<b>Sociais internos<sup>6</sup></b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>Variação % 11/10</b>
Saúde (R\$ milhões)	11,5	12,4	15,7	26,6
Segurança e saúde no trabalho (R\$ milhões)	6,7	9,8	6,5	(33,7)
Educação <sup>7</sup> (R\$ mil)	608	337	387	14,8
Cultura (R\$ mil)	80	78	77	(1,3)
Capacitação e desenvolvimento profissional <sup>8</sup> (R\$ milhões)	5,4	8,9	6,0	(32,6)
Creches ou auxílio-creche (R\$ mil)	413	417	541	29,7
Participação nos lucros ou resultados (R\$ milhões)	16,8	18,5	29,9	61,6
Previdência privada (R\$ milhões)	4,2	4,6	5,1	10,9
Encargos sociais compulsórios (R\$ milhões)	48,5	54,4	60,2	10,7
Alimentação (R\$ milhões)	15,6	21,0	25,4	20,9
<b>Sociais externos<sup>6</sup></b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>Variação % 11/10</b>
Educação (R\$ milhões)	1,4	1,9	0,7	(63,1)
Cultura (R\$ milhões)	3,5	1,9	2,6	36,8
Outros (R\$ milhões)	5,2	5,3	7,4	39,6

1. Margens calculadas em relação à receita operacional líquida. | 2. Lucro do período antes do resultado financeiro, depreciação, amortização e da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social. | 3. Não inclui investimentos realizados com recursos de clientes. | 4. Volume de energia distribuída ao mercado cativo da Concessionária. | 5. Receita proveniente do uso do sistema de distribuição pelos consumidores livres e geradores na área de concessão. | 6. Referem-se aos investimentos realizados em cada item. | 7. Recursos investidos em reembolso de educação, bolsas de estudo e outros gastos com educação. | 8. Recursos investidos em treinamentos, cursos e gastos com capacitação de colaboradores. | pp – pontos percentuais

“Como signatários do Pacto Global, destinamos recursos para ações de responsabilidade socioambiental e reafirmamos nosso compromisso de promover o desenvolvimento sustentável.”



Marcio Fernandes – Presidente da Elektro

## MENSAGEM DO PRESIDENTE (GRI 1.1)

Importantes mudanças na gestão e conquistas que reforçam nossa posição de destaque no setor elétrico nacional marcaram 2011 para a Elektro. Iniciamos o ano com a transferência de nosso controle acionário para a Iberdrola, passando a integrar o maior grupo de energia elétrica da Espanha e um dos maiores do mundo, com presença em 40 países.

Nesse ambiente dinâmico, tivemos também a conclusão do inovador Projeto Novas Tecnologias, que envolveu a aquisição de equipamentos de última geração e a completa transformação dos processos de engenharia

de construção e de manutenção de redes de distribuição e subtransmissão, permitindo maior eficiência em nossa prestação de serviços e a conquista do melhor índice de Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (FEC) da história de nossa Organização, mesmo em condições climáticas adversas.

Depois de consolidarmos os pilares de Segurança, Qualidade e Produtividade, Eficiência e Melhoria Contínua ocupam também posição de destaque na Elektro. Durante o ano, desenvolvemos projetos e tecnologias que nos permitiram aperfeiçoar

continuamente as atividades dos colaboradores e os serviços oferecidos aos clientes. Nossa energia nessa busca constante por aprimoramentos também está expressa em diversos reconhecimentos obtidos ao longo de 2011. Fomos eleitos pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), pela quinta vez, a Melhor Distribuidora de Energia Elétrica do Brasil. Fomos eleitos, pela sétima vez, a Empresa com a Melhor Gestão Operacional e, ainda, a Melhor Qualidade da Gestão. O compromisso com a qualidade na prestação dos serviços foi reconhecido pelos nossos clientes com 91,7% de aprovação no Índice de Satisfação Geral, em pesquisa independente feita pelo Instituto Innovare para a Abradee, e também nos proporcionou o XII Prêmio Consumidor Moderno de Excelência em Serviços ao Cliente, assim como nossas melhores práticas asseguraram a inclusão entre as 21 empresas mais sustentáveis do Brasil, de acordo com o *Guia Exame de Sustentabilidade 2011*. Mantivemos, ainda, o melhor *rating* da escala de crédito da agência de classificação de riscos Standard & Poor's, o brAAA.

Os investimentos em Segurança, nosso valor número 1, na qualidade de vida de nossos colaboradores e a excelência de nosso time nos levaram à conquista de importantes reconhecimentos, que refletem nosso foco nas pessoas, como o *Guia Exame-Você S/A* de Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil, destacando-nos como Empresa Revelação do Ano e a Melhor Empresa no Setor de Serviços Públicos do Brasil. Conquistamos ainda um índice de satisfação de 93,2%, um dos maiores entre as 150 melhores empresas reconhecidas pelo Guia. Além disso, obtivemos a 19ª posição do *Great Place To Work* das 100 Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil, em *ranking* publicado pela revista *Época*.

Como signatários do Pacto Global, destinamos recursos para ações de responsabilidade socioambiental e reafirmamos nosso compromisso de promover

o desenvolvimento sustentável das comunidades de nossa área de concessão. A novidade do exercício foi a criação do Instituto Elektro na Comunidade, que visa estreitar nossos relacionamentos por meio de palestras, atividades culturais e oficinas de capacitação nas áreas de segurança, meio ambiente e geração de renda. Outros projetos, como Meninos Ecológicos e Escola Inclusiva, foram mantidos com excelentes resultados.

Encerramos o ano com acréscimo de 68 mil clientes – totalizando 2,3 milhões de consumidores atendidos –, 3,1% a mais em relação a 2010. Fornecemos 12.008 GWh de energia elétrica, acréscimo de 3,9% na comparação com o exercício anterior.

Com esses resultados, nossa receita bruta de fornecimento de energia e uso do sistema de distribuição cresceu 10,5% no período, com montante apurado de R\$ 4.925 milhões (R\$ 4.458 milhões em 2010). Nossa receita operacional bruta foi de R\$ 5.332 milhões e a receita operacional líquida de R\$ 3.564 milhões, aumentos de 8,1% e 5,8%, respectivamente, na comparação com 2010. Encerramos o período com geração operacional de caixa (EBITDA) de R\$ 935 milhões, acréscimo de 8,4% em relação ao ano anterior.

Todas essas conquistas são reflexo de nosso compromisso com a excelência no fornecimento de energia elétrica, busca constante de eficiência e incentivo ao trabalho em equipe em um ambiente propício ao desenvolvimento de cada colaborador. O resultado final, percebido por clientes, empresas parceiras e acionistas, é nosso maior reconhecimento. Contamos com o apoio de todos para continuar trilhando um caminho de sucesso para a Elektro.



**Marcio Fernandes**  
Presidente



Premiação "As Melhores Empresas para Você Trabalhar"

## PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS (GRI 2.10)

A Elektro foi reconhecida ao longo do exercício com importantes premiações, o que reafirma sua posição de destaque no setor de distribuição de energia elétrica nacional.



**Guia Exame de Sustentabilidade 2011 –**  
Destacada como uma das 20 empresas-modelo pelo *Guia Exame de Sustentabilidade* entre mais de 220 participantes. A Companhia foi reconhecida por seu constante investimento em tecnologias e na capacitação de seus colaboradores.



**Prêmio Abradee 2011 –**  
Pela quinta vez, foi eleita a Melhor Distribuidora de Energia Elétrica do País entre as companhias com mais de 500 mil clientes, de acordo com a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee). Além de ser considerada a melhor distribuidora do Brasil, a Elektro também foi reconhecida em outras duas categorias: Qualidade da Gestão e, pela sétima vez, Gestão Operacional.



### 150 Melhores Empresas para Trabalhar

**no Brasil, do Guia Você S/A Exame** – Premiada em duas categorias: Empresa Revelação do Ano e Melhor Empresa no Setor de Serviços Públicos. O índice de satisfação obtido foi de 93,2%, uma das maiores notas entre as 150 melhores empresas do Brasil.



### 100 Melhores Empresas para Trabalhar em 2011 –

Elaborado pela Revista *Época* e *Great Place to Work*, o *ranking* classificou a Elektro como a 19ª Melhor Empresa para Trabalhar no Brasil na categoria Grandes Empresas e Multinacionais.



### Melhor Empresa para Trabalhar em Campinas

**e Região** – Promovido pelo Grupo RAC (Rede Anhanguera de Comunicação) e pelo *Great Place to Work*, o prêmio destaca a Elektro como a Melhor Empresa para Trabalhar entre 16 da região de Campinas, onde está instalada sua Sede Corporativa.



Prêmio Consumidor Moderno  
de Excelência em Serviços ao Cliente  
Para quem coloca o cliente acima de tudo.

**Prêmio Consumidor Moderno** – Pelo quinto ano, recebeu o Prêmio Consumidor Moderno de Excelência em Serviços ao Cliente na categoria Relacionamento com Clientes, segmento Energia Elétrica. A premiação é concedida pela Revista *Consumidor Moderno*.



### Troféu Governador do Estado de São Paulo –

Destaque na categoria Especial do Prêmio Paulista de Qualidade da Gestão no ciclo 2011 em decorrência do reconhecimento pelo PNQ 2010 (Prêmio Nacional da Qualidade).



**Selo Verde** – Certificado oferecido pela Prefeitura de Tatuí, que reconhece empresas que se sobressaem em ações sustentáveis, com destaque para a preservação ambiental.



**Prêmio ABT** – A Elektro foi reconhecida por sua excelência no atendimento aos clientes na categoria Multicanal, com o case Atendimento Unificado Elektro, que destaca a unificação de canais de atendimento eletrônicos e presenciais da Empresa. A premiação é realizada pela Garrido Marketing e pelo Instituto de Marketing e Relacionamento com o Cliente (IBMR).



Ronaldo Machado Sardinha e Alex Fabiano Pereira, Eletricistas de Linha Viva do Guarujá

## ATIVOS INTANGÍVEIS (GRI 2.10)

Capital humano, propriedade intelectual, conhecimento técnico e informações críticas são diferenciais que qualificam a atuação da Empresa em suas áreas de atuação.

No desenvolvimento do Ciclo de Planejamento Estratégico de 2011, a Elektro consultou Gestores sobre os principais ativos intangíveis que qualificam sua gestão e suas operações. Em linha com a cultura de transparência na divulgação de informações e no compartilhamento de conhecimentos organizacionais, foram identificados os mesmos ativos mapeados no exercício anterior, além de novos ativos referentes ao ano de 2011. O objetivo é aprimorar constantemente seu desempenho por meio da valorização dos aspectos que destacam a Companhia entre as demais empresas do setor elétrico.

**Capital humano:** Por buscar constantemente a eficiência, a Elektro entende que o capital humano é essencial para a criação de valor em sua atividade. Nesse sentido, visa atrair e reter colaboradores que se identifiquem com seus valores e sejam protagonistas na evolução de suas carreiras. Para apoiá-los, adota o Ciclo de Desenvolvimento de Pessoas que, por meio de avaliações 360°, permite identificar as principais necessidades de treinamentos e capacitações para um consequente aperfeiçoamento dos serviços prestados. O trabalho em equipe é incentivado e consta como uma competência

## ATIVOS INTANGÍVEIS

Categoria	Tipo	Identificação/avaliação	Principais ativos atuais
Capital humano	Competências e experiências	Ciclo de Desenvolvimento de Pessoas	Todos os colaboradores
		Ciclo de Desenvolvimento de Pessoas e Mapa de Sucessão	Sucessores
Propriedade intelectual	Marcas e patentes	Durante a concepção de projetos	Marca Elektro, Instituto Elektro e Meninos Ecológicos, entre outros
Conhecimento técnico	Metodologias de trabalho	Atividades diárias	Manual Passo-Padrão
	Processos críticos	Identificação de ações corretivas e preventivas Práticas de aprendizado do Sistema Empresarial Elektro (SEE)	Mapas de processos, procedimentos, instruções e formulários
	Práticas de gestão	Indicadores de processos	Sistema Empresarial Elektro (SEE)
Informações críticas	Informações/Sistema de Informação	Sistema de Gestão das Informações Gerenciais	Cadastro de clientes – Sistema Comercial Cadastro Técnico – Localização de equipamentos e cadastro de fornecedores

necessária a todas as funções na Elektro, o que auxilia na formação do conhecimento tácito da Organização. Para manter colaboradores capacitados para funções críticas e de liderança, mapeia seus principais sucessores. A Empresa oferece um ambiente de trabalho propício ao desenvolvimento e investe em ações que permitem integrar qualidade de vida pessoal e profissional, o que contribui diretamente na busca de resultados. Oferece remuneração atrativa e compatível com a média do mercado e um pacote de benefícios que visa ampliar o bem-estar e a saúde dos colaboradores.

**Propriedade intelectual:** As marcas e patentes são registradas e mantidas vigentes, assegurando a possibilidade de uso. Incluem ações e projetos socioambientais que auxiliam na divulgação e no fortalecimento da marca ao agregar valor às comunidades da área de concessão.

**Conhecimento técnico:** O conhecimento organizacional é identificado e disseminado entre todos os colaboradores, o que permite a evolução dos negócios em diferentes cenários. Em 2011, o Sistema Empresarial Elektro (SEE) foi reestruturado com

a descrição e avaliação de processos gerenciais, de práticas de gestão e padrões de trabalho, disponíveis na Intranet, de forma a garantir maior uniformidade e alinhamento das atividades. São mantidos ainda programas como o Simples Ideias, Grandes Melhorias, de coleta diária de sugestões; e documentos como o Manual Passo-Padrão, que regula as atividades de campo e registra as metodologias adotadas e padronizadas para a execução de tarefas; e Instruções Comerciais e de Engenharia/Operações, que determinam regras para a prestação de serviços comerciais e intervenção no sistema elétrico.

**Informações críticas:** Todos os colaboradores e parceiros subscrevem as regras do Código de Conduta, que determina o comportamento esperado em relação à proteção e ao uso adequado dos recursos da Elektro, ao sigilo e à propriedade das informações, e à retenção de documentos e registros. É mantida uma base cadastral ampla e com critérios claros de inclusão, alteração e atualização de dados e uma série de processos para garantir a segurança das informações, como *backup* dos sistemas informatizados, o que evita danos e acessos indevidos.



Núcleo do Projeto Meninos Ecológicos

# PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DE SUSTENTABILIDADE

(GRI 4.12)

A Elektro apoia e subescreve ações e projetos que visam à promoção de uma sociedade mais justa e igualitária, a exemplo do Pacto Global e dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

## VISÃO, MISSÃO E VALORES (GRI 4.8)

Todas as atividades da Elektro também estão alinhadas a um conjunto de valores e princípios destacados em sua Visão, sua Missão e seus Valores:

### VISÃO

SER A DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA MAIS ADMIRADA DO PAÍS.

### MISSÃO

DISTRIBUIR ENERGIA ELÉTRICA COM SEGURANÇA E QUALIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO E BEM-ESTAR DAS COMUNIDADES ATENDIDAS, GERANDO CRESCENTE VALOR PARA OS CLIENTES, COLABORADORES E ACIONISTAS.

### VALORES

SEGURANÇA, RESPEITO, INTEGRIDADE, COMUNICAÇÃO E EXCELÊNCIA.

## POLÍTICA DE GESTÃO DA ELEKTRO

A Elektro Eletricidade e Serviços S.A., distribuidora de energia elétrica, está comprometida com a qualidade dos seus serviços, com a melhoria contínua e inovação de seus processos, tecnologias e sistemas de gestão, visando a garantir a satisfação de seus clientes, acionistas, colaboradores e comunidades.

### DIRETRIZES

- Garantir que a condução dos negócios seja fundamentada em princípios éticos com transparência e equidade, respeitando os direitos humanos e a legislação;
- Garantir o mínimo impacto das operações da empresa sobre o meio ambiente, adotando medidas de proteção ambiental, de prevenção à poluição e de conservação dos recursos naturais;
- Adotar práticas empresariais socialmente responsáveis, contribuindo para o desenvolvimento e bem-estar da comunidade;
- Contribuir para o desenvolvimento das competências individuais e organizacionais, promovendo o crescimento profissional de seus colaboradores;
- Propiciar um ambiente de trabalho saudável e seguro, por meio do incentivo de práticas de prevenção e controle de riscos, buscando continuamente evitar acidentes e enfermidades/doenças ocupacionais;
- Prestar serviços aos clientes com segurança, qualidade, respeito e integridade;
- Estimular fornecedores e contratadas a adotarem estas diretrizes.

## COMPROMISSOS

A Elektro apoia e subscreeve ações e projetos que visam à promoção do desenvolvimento sustentável e à construção de uma sociedade mais justa e igualitária, com a consideração de aspectos sociais, ambientais e econômicos. Além de relatar com transparência suas ações por meio da adoção, neste Relatório, dos indicadores da *Global Reporting Initiative (GRI)*, do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e do Balanço Social do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), compromete-se voluntariamente a atuar em acordo com as seguintes iniciativas externas:

**Pacto Global** – Desde 2007, a Elektro é signatária da ação da Organização das Nações Unidas (ONU), que objetiva mobilizar a comunidade empresarial para a adoção, em suas práticas de negócio, de valores de responsabilidade social expressos em dez princípios universais nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção.



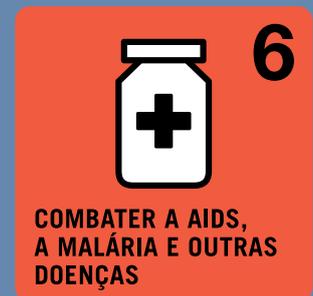
### Objetivos de Desenvolvimento do Milênio –

Em sintonia com o Pacto Global, compromete-se com os princípios e as diretrizes do documento assinado por 191 países-membros da ONU. Ele prevê ações e metas até 2015 em torno de oito temas: fome e miséria; educação básica; igualdade de gênero e valorização da mulher; mortalidade infantil e materna; combate a doenças infectocontagiosas; qualidade de vida; meio ambiente e foco no trabalho para o desenvolvimento.



**Empresa Amiga da Criança (Fundação Abrinq)** – Empresa Amiga da Criança desde 2000, a Elektro assume os seguintes compromissos em benefício da infância e da adolescência: não explorar o trabalho infantil e não empregar adolescentes em atividades noturnas, perigosas e insalubres; alertar seus fornecedores sobre o rompimento de relações comerciais em caso de comprovação do uso de trabalho infantil; realizar ações de conscientização dos clientes, fornecedores e da comunidade sobre os prejuízos do trabalho infantil; desenvolver ações com filhos de colaboradores nas áreas de educação e saúde; e realizar ações sociais em benefício de crianças e adolescentes de suas comunidades.

## 8 JEITOS DE MUDAR O MUNDO



A Elektro possui participação em diversas associações que visam contribuir para o desenvolvimento do País e do setor de distribuição elétrica nacional:

Participação estratégica em associações (GRI 4.13)			
Associação/Organismo	Posição em órgãos de governança (Conselho, Diretoria)	Participa de projetos ou comitês	Contribui com recursos adicionais à taxa de associação
Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee)	Sim	Sim	Não, somente pagamento de taxa
Associação Brasileira das Relações Empresa Cliente (Abrarec)	Sim	Sim	Não, somente pagamento de taxa
Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH)	Não	Comitês e reuniões	Não há taxa
Associação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica (Abraconee)	Não	Reuniões	Não há taxa
Associação Brasileira de Comunicação (Aberje)	Não	Comitês e cursos	Não, somente pagamento de taxa
Agência de Desenvolvimento Tietê Paraná (ADTP)	Não	Não	Não, somente pagamento de taxa
Comitê Brasileiro da Comissão de Integração Energética Regional – CIER	Não	Comitês e reuniões	Não, somente pagamento de taxa
Consórcio Intermunicipal Bacias Rios Piracicaba (PCJ)	Não	Não	Não, somente pagamento de taxa
Instituto Ethos de Responsabilidade Social	Não	Comitês, cursos e preenchimento de questionários	Não há taxa
Câmara Americana de Comércio (Amcham)	Não	Comitês e reuniões	Não, somente pagamento de taxa
Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Comdema)	Não	Sim	Não há taxa
Fundação Comitê de Gestão Empresarial (Coge)	Não	Reuniões e preenchimento de questionários	Não há taxa

Ainda, a Companhia investe em projetos e iniciativas em linha com os princípios do Pacto Global, dos objetivos de desenvolvimento do milênio e dos compromissos assumidos como Empresa Amiga da Criança da Fundação Abrinq.

## MATRIZ DE SUSTENTABILIDADE ELEKTRO

Programa/Projeto/Ação	Princípios do <i>Global Compact</i> (Pacto Global)	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio	Compromissos da Empresa Amiga da Criança (Fundação Abrinq)
Ciclo de Desenvolvimento de Pessoas	6	-	-
Comitê de Ética	1, 2, 3, 4, 5, 6 e 10	3, 7 e 8	1, 2 e 3
Código de Conduta	1, 2, 3, 4, 5, 6 e 10	3, 7 e 8	1, 2 e 3
Comportamento pela Vida	6	8	-
Cruzetas de fibra de vidro	7, 8 e 9	7	-
Destinação de resíduos	7, 8 e 9	7	-
Elektro Mais Energia	-	3, 7 e 8	2
Elektro nas Escolas	4, 5 e 6	2, 7 e 8	2
Energia que vem da Gente	-	2 e 7	9 e 10
Estar Bem Elektro	-	6 e 7	-
Escola de Eletricistas	5 e 6	1 e 2	9
Escola Inclusiva Elektro	4, 5 e 6	2, 7 e 8	2
Identificação de Perigos e Avaliação de Riscos (Ipar)	-	7	-
Instituto Elektro na Comunidade	4, 5 e 6	7 e 8	9
Meninos Ecológicos	7, 8 e 9	7 e 8	9
Observações de Segurança e de Meio Ambiente	-	7	-
Redes compactas	7 e 8	7	-
Universalização de Energia	1	1, 7 e 9	-



Centro de Operação da Distribuição (COD)

## GESTÃO EMPRESARIAL

Uma nova versão do Modelo de Gestão da Elektro, que documenta de forma mais abrangente processos e práticas, foi elaborada de forma participativa no exercício de 2011.

Para garantir que as melhores práticas de gestão sejam adotadas, replicadas e alinhadas à sua estratégia empresarial, a Companhia mantém desde 2005 o Sistema Empresarial Elektro (SEE), que direciona os processos operacionais e gerenciais. O SEE é composto por três modelos convergentes e com funções distintas, mas complementares: Negócio, Organização e Gestão.

Em 2011, em linha com a cultura interna de aprimoramento e busca constante da qualidade, o Modelo de Gestão foi revisado e, por sua confluência com os outros dois, proporcionou ganhos também



para os modelos de Organização e Negócio. As áreas responsáveis descreveram processos gerenciais, práticas de gestão e padrões de trabalho, que passaram por autoavaliação nos aspectos enfoque, aplicação, aprendizado, integração e desempenho. Visando ao aperfeiçoamento contínuo, os resultados foram relacionados com práticas reconhecidas por sua excelência no mercado.

Com esse trabalho participativo, a nova versão do Modelo de Gestão documenta de forma mais abrangente os processos, as práticas e os padrões de trabalho, garantindo maior uniformidade e alinhamento das atividades da Empresa. Além disso, essa estruturação e descrição permitirá uma gestão mais eficiente do conhecimento na Elektro.

## MODELO DE NEGÓCIO

Estabelece diretrizes e rumos para a Organização em curto, médio e longo prazos, com base no Ciclo de Planejamento Estratégico (*saiba mais em Gestão Estratégica, na página 25*). Engloba a definição de Valores, Missão, Visão e de metas que permitam avaliar objetivos e planos de ação, garantindo adequação às mudanças internas e externas.

## MODELO DE ORGANIZAÇÃO

Define os responsáveis pelas realizações e determina a estrutura necessária – processos operacionais e gerenciais (cadeia de valor), ativos, equipamentos e estrutura organizacional – para que os objetivos estabelecidos sejam alcançados. Garante o alinhamento entre estratégia, estrutura organizacional e processos que respondam adequadamente ao modelo de negócio estabelecido.

## MODELO DE GESTÃO

Define as principais práticas e os princípios, de forma a garantir a convergência de esforços e integrar processos gerenciais para o seu alinhamento com a estratégia. É composto por um conjunto de sistemas de gestão que reúne processo, práticas e padrões de trabalho alinhados aos objetivos estratégicos e articulados pelo Sistema de Reuniões e Comitês. Dessa forma, garante padronização, aplicação, integração e aprendizado para cumprir a missão da Elektro de distribuir energia elétrica com segurança e qualidade.

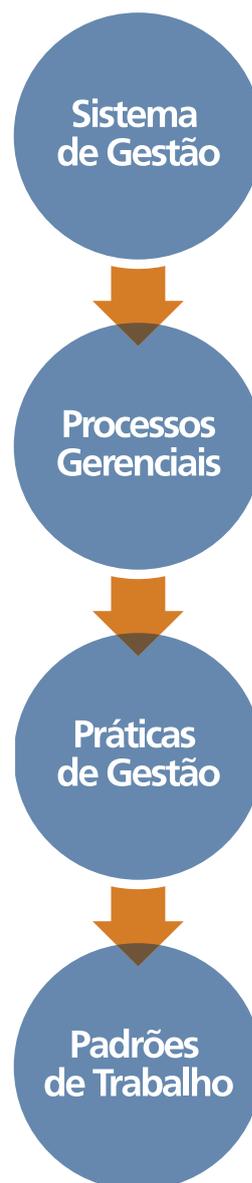
Com o aprimoramento em 2011, o Modelo de Gestão ficou assim estruturado:

**Sistemas de Gestão:** Conjuntos de processos e práticas de gestão, integrados e orientados para um objetivo comum.

**Processos Gerenciais:** Processo de natureza gerencial, composto por diversas práticas de gestão.

**Práticas de Gestão:** Atividades gerenciais padronizadas que visam executar e implementar políticas ou diretrizes da Organização.

**Padrões de Trabalho:** Regras de funcionamento e critérios de decisão das práticas de gestão que orientem a sua execução e que podem ser encontrados na forma de políticas, princípios, normas, procedimentos e rotinas.





## SISTEMAS DE GESTÃO

**Sistema de Reuniões e Comitês** – Confere agilidade ao processo decisório e alinhamento em torno da estratégia empresarial, integrando Gestores, colaboradores e partes interessadas.

**Governança Corporativa** – Assegura conformidade com as diretrizes gerenciais, de leis e regulamentos aplicáveis e a proteção dos direitos dos acionistas e demais públicos de interesse.

**Gestão de Riscos** – Identifica, avalia e trata os diferentes riscos empresariais de forma padronizada e integrada à estratégia.

**Gestão da Sustentabilidade** – Garante a perenidade das operações e o equilíbrio nos aspectos social, ambiental e econômico para promover melhorias contínuas dos processos em todas as operações da Companhia e o melhor atendimento aos requisitos das partes interessadas.

**Gestão de Clientes** – Tem foco na eficiência do atendimento e do relacionamento com clientes. Possibilita o crescimento sustentável dos negócios e o fortalecimento da imagem da Empresa como reflexo da melhoria contínua dos serviços e da excelência nas práticas comerciais.

**Gestão do Conhecimento** – Procura desenvolver e manter um ambiente organizacional que estimule e facilite mapear, gerar, utilizar e reter conhecimentos, preservando o capital intelectual da Organização e garantindo a viabilidade da estratégia empresarial.

**Gestão de Pessoas** – Reúne iniciativas de capacitação, motivação, bem-estar, participação e desenvolvimento para garantir o alinhamento dos colaboradores à estratégia empresarial e a valorização permanente dos profissionais.

**Gestão das Informações Gerenciais** – Assegura disponibilidade e confiabilidade das informações que subsidiam o processo decisório, conferindo agilidade e assertividade, atualização tecnológica dos sistemas e segurança das informações.

**Gestão do SEE** – Tem foco na melhoria contínua e no monitoramento dos processos estabelecidos. Sua aplicação garante a aderência, coerência e integração das práticas, assim como a avaliação de sua real eficácia.

A excelência na gestão e o empenho contínuo dos colaboradores, assim como os processos integrados de auditorias no Sistema de Gestão da Qualidade e Saúde, Segurança e Meio Ambiente, garantem à Elektro a manutenção e recertificação das seguintes certificações:

**OHSAS 18001:2007/ISO 14001:2004** – Prestação de serviços de construção, manutenção, operação e distribuição de energia elétrica, atendimento ao cliente, suporte técnico, operacional e administrativo, envolvendo Sede Corporativa em Campinas, Central de Atendimento ao Cliente (CAC), Região Oeste

(Andradina e Votuporanga), Região Centro (Rio Claro, Limeira e Tatuí), Região Sul (Guarujá, Itanhaém e Capão Bonito), Região Leste (Atibaia) e operação de subestações transformadoras de energia de 138 kV para 13,8 kV de Igaratá, Cabreúva II, Bertioga III e Caieiras.

**ISO 9001:2008** – Distribuição de energia elétrica na área de concessão, incluindo serviços de rede.

**Instituto Elektro** – Desenvolvimento, implementação e gestão de programas e projetos sociais.

Certificações Elektro 2011			
Sistema de Gestão	Certificado	Localidade	Data de validade
Qualidade	ISO 9001:2008	Toda a área de concessão da Elektro (Sede, CAC e Regiões)	9/2/2014
		Instituto Elektro - Campinas	31/3/2014
Meio Ambiente	ISO 14001:2004	Campinas	Sede
		Campinas	CAC
		CSR Rio Claro	Regional
		CSR/CEP Limeira	Regional
		CSR/CEP Tatuí	Regional
		CSR/CEP Atibaia	Regional
		SE Igaratá	Subestação
		SE Caieiras	Subestação
		SE Cabreúva 2	Subestação
		CSR/CEP Itanhaém	Regional
		CSR/CEP Guarujá	Regional
		SE Bertioga 3	Subestação
		CSR/CEP Capão Bonito	Regional
		CSR/CEP Andradina	Regional
CSR Votuporanga	Regional		
CEP Votuporanga	Regional		
Segurança e Saúde Ocupacional	OHSAS 18001:2007	Campinas	Sede
		Campinas	CAC
		CSR Rio Claro	Regional
		CSR/CEP Limeira	Regional
		CSR/CEP Tatuí	Regional
		CSR/CEP Atibaia	Regional
		SE Igaratá	Subestação
		SE Caieiras	Subestação
		SE Cabreúva 2	Subestação
		CSR/CEP Itanhaém	Regional
		CSR/CEP Guarujá	Regional
		SE Bertioga 3	Subestação
		CSR/CEP Capão Bonito	Regional
		CSR/CEP Andradina	Regional
CSR Votuporanga	Regional		
CEP Votuporanga	Regional		



O Agente de Faturamento de Limeira Paulo Roberto da Costa Junior realiza leitura e entrega simultânea de conta de luz (LES)

## GESTÃO ESTRATÉGICA

As reuniões do Encontro Elektro, com a presença da Diretoria, do Presidente e de 100% dos colaboradores, totalizaram, no ano de 2011, mais de 50 eventos, que foram realizados em diversas cidades da área de concessão e permitiram maior integração e envolvimento em torno da estratégia da Empresa.

O Ciclo de Planejamento Estratégico da Elektro é realizado anualmente, com a participação dos Gerentes-Executivos e Diretores. Os objetivos, traçados em horizontes de curto, médio e longo prazos, são identificados com base nos quatro grandes temas que integram o mapa estratégico da Empresa: financeiro/regulatório, relacionamento com clientes, excelência operacional e pessoas.

No processo de formulação das estratégias são identificadas e analisadas características do ambiente externo (cenários político e econômico, novas

tecnologias, mercado do setor elétrico e ambiente regulatório), assim como a relevância desses fatores para a operação e os negócios, e do ambiente interno, para avaliação das principais forças e fraquezas da Empresa. Dentro do Ciclo de Planejamento Estratégico, todas as áreas contribuem com informações que servem de base para que a liderança da Companhia defina ou reitere as diretrizes corporativas, os indicadores, as metas e os projetos a serem executados nos próximos cinco anos. O Ciclo de Planejamento Estratégico é finalizado com um *Workshop* de Estratégia.

Mapa Estratégico	
Temas estratégicos	Objetivos estratégicos
Financeiro/Regulatório	Melhorar o retorno para os acionistas, garantindo a sustentabilidade do negócio
Relacionamento com clientes	Melhorar a satisfação dos clientes em relação aos serviços prestados, com foco em qualidade, eficiência e comunicação
Excelência operacional	Melhorar a excelência operacional por meio da otimização dos processos e do uso de novas tecnologias
	Implementar ações que visem ao comportamento seguro, mudanças de processos e inovações tecnológicas, objetivando acidente zero com colaboradores, parceiros e população
	Melhorar os sistemas e práticas de gestão
Pessoas	Aumentar a satisfação dos colaboradores para atrair e reter profissionais

Já a execução das estratégias envolve o desenvolvimento de diretrizes corporativas, indicadores que serão desdobrados em cada área, metas e dos principais projetos para o exercício. Essas definições são disseminadas entre todos os colaboradores de forma clara e precisa durante o Encontro Elektro, com o envolvimento de toda a Organização para o cumprimento dos objetivos estratégicos acordados.

Em 2011, para aprimorar a efetividade no compartilhamento dessas informações, foram realizados 53 eventos, que ocorreram nas quatro Regiões em que a Empresa atua e em Campinas, na Sede Corporativa e na Central de Atendimento

ao Cliente (CAC). As reuniões permitiram maior integração e envolvimento dos colaboradores, que deram suas opiniões e contribuições e contaram com a visita do Diretor-Presidente.

Ao longo do exercício, Diretores e Gerentes realizam reuniões de acompanhamento de desempenho para monitorar e avaliar o desempenho da Organização e, caso haja necessidade, propor novos planos de ação e projetos.

Em 2011, o alcance dos objetivos estratégicos foi traduzido nos seguintes projetos e seus respectivos resultados:

Realizações alinhadas às diretrizes estratégicas	
Objetivo	Ações e conquistas
Melhorar o retorno para os acionistas, garantindo a sustentabilidade do negócio	Maior EBITDA já registrado pela Empresa: R\$ 935 milhões
	Manutenção da melhor classificação de <i>rating</i> de crédito disponível no mercado (brAAA, pela Standard & Poor's)
	Saúde financeira refletida nos custos da dívida e no interesse do mercado na 5ª emissão de debêntures da Elektro, com demanda de 2,4x o valor emitido de R\$ 300 milhões
	Financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no valor de R\$ 188 milhões na modalidade Finem para financiar os investimentos de 2011/2012
	Publicação das Demonstrações Financeiras em IFRS
	Cumprimento da exigência do regulador de efetuar o inventário físico do ativo imobilizado da Companhia (Resolução Aneel nº 367/09)
Melhorar a satisfação dos clientes em relação aos serviços prestados, com foco em qualidade, eficiência e comunicação	Conclusão do projeto de Leitura, Impressão e Entrega Simultânea de faturas (LES), aumentando a eficiência nos processos da Empresa
	A Elektro possui o menor custo de compra de energia entre as dez maiores distribuidoras do Brasil e também um dos menores índices de perdas de energia (Fonte: Aneel)
	Cumprimento da Resolução Aneel nº 414, que requeria a abertura de agências de atendimento presencial em todas as cidades da área de concessão. A Elektro inaugurou 210 espaços de Atendimento ao Cliente, contemplando 100% dos municípios da sua área de concessão, dentro do prazo e em total consonância à legislação, ampliando esse canal de comunicação com seus clientes
	A Central de Atendimento ao Cliente (CAC) cumpriu todos os indicadores Aneel e o Decreto 6.523, que estabeleceu regras para esse serviço. A CAC possui três certificações de qualidade: ISO 9001 (gestão), ISO 14001 (meio ambiente) e OHSAS 18001 (saúde e segurança)
	Primeiro lugar na região Sudeste no Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP), com índice de satisfação de 86,5%. A pesquisa é feita pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) com clientes residenciais



Realizações alinhadas às diretrizes estratégicas	
Objetivo	Ações e conquistas
Melhorar a excelência operacional	<p>Adoção de novo sistema de gestão da distribuição (Projeto Zeus), que resultou em maior eficiência no atendimento de ocorrências pela redução do tempo no despacho das ordens de serviço às equipes de campo</p> <p>Adoção de sistema de comunicação com as equipes de campo utilizando tecnologia Voip (voz sobre IP) em substituição ao rádio VHF, facilitando a comunicação entre o Centro de Operação da Distribuição e as equipes locais de atendimento</p> <p>Ampliação da utilização de PDAs (<i>Personal Digital Assistant</i>) para automatização do processo de construção e manutenção das linhas de distribuição</p> <p>17 mil quilômetros de redes e linhas inspecionados, 20 mil quilômetros de manutenção, 31 mil medidores substituídos por renovação do parque</p> <p>Eventos programados (todos os serviços realizados na rede que podem ser previstos ou pré-agendados com os clientes, a exemplo de manutenção preventiva, poda de vegetação e obras de expansão, etc.):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 41.500 eventos</li> </ul> <p>Ocorrências analisadas pelo desempenho foram (SGD+Zeus): 34.500 eventos verificados, sendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Monitoramento de Chaves Reincidentes (MCR) Regiões – 20.200 eventos</li> <li>• Monitoramento de Chaves Reincidentes (MCR) COD – 1.200 eventos</li> <li>• Principais desligamentos – 11.000 eventos</li> <li>• Zeus a partir de 18.11.11 – 2.100 eventos</li> </ul> <p>Redução da Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC) pelo oitavo ano consecutivo, sendo o indicador de 2011 o melhor da história da Elektro</p>
Implantar ações que visem ao comportamento seguro	<p>Adoção de projetos focados no comportamento em segurança, como a avaliação de 100% dos motoristas das equipes de campo e a realização de <i>workshops</i> focados em comportamento seguro. Com os programas, a Empresa atingiu uma redução de 43% da taxa de acidentes com veículos de 65% da taxa de acidentes com afastamento</p>
Melhorar os sistemas e as práticas de gestão	<p>Eleita em 2011 pela Abradee, pela quinta vez, como a melhor distribuidora de energia elétrica do País</p> <p>Realização do processo de autoavaliação assistida da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ), visando avaliar e melhorar o sistema de gestão</p> <p>Treinamento de facilitadores no Modelo de Excelência na Gestão, da FNQ</p> <p>Eleita pelo <i>Guia Exame</i> como companhia modelo em sustentabilidade</p>
Aumentar a satisfação dos colaboradores para reter e atrair profissionais	<p>Eleita a 19ª Melhor Empresa para trabalhar no Brasil pela <i>Great Place to Work</i> – pesquisa realizada pela revista <i>Época</i> com mais de 900 empresas de grande porte</p> <p>Eleita pela revista <i>Exame</i> como a melhor empresa de serviços públicos para trabalhar no Brasil em 2011</p> <p>Adoção da interface de Recursos Humanos do SAP visando à melhoria contínua na gestão de pessoas</p>

## ALINHAMENTO

OS RESULTADOS DA DEFINIÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DEVEM CORROBORAR OU RATIFICAR A VISÃO, MISSÃO E OS VALORES DA ELEKTRO, ASSIM COMO SEU MAPA ESTRATÉGICO. EM 2011, ANO DA MUDANÇA DO ACIONISTA CONTROLADOR DA EMPRESA, ESSAS DIRETRIZES FORAM REFORÇADAS NO CICLO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DEVIDO A INTERPOSIÇÕES E ALINHAMENTOS COM A IBERDROLA. SEGURANÇA, RESPEITO, INTEGRIDADE, COMUNICAÇÃO, INOVAÇÃO, MELHORIA DE PROCESSOS, EFICIÊNCIA E AUSTERIDADE SÃO ASPECTOS COMPARTILHADOS ENTRE A EMPRESA E SEU CONTROLADOR E, POR ISSO, REPLICADOS TAMBÉM NO ENCONTRO ELEKTRO.



Subestação Taquarivai

# GOVERNANÇA CORPORATIVA

**Transparência, ética e o compromisso com o desenvolvimento de seus públicos de interesse qualificam a gestão e a condução dos negócios na Empresa.**

O modelo de governança corporativa da Elektro estrutura-se em princípios éticos e de transparência, refletidos em suas políticas empresariais, procedimentos, comitês, em seu Código de Conduta, nos órgãos deliberativos e na interação com os públicos de relacionamento. A Empresa segue práticas de mercado reconhecidas por sua eficácia e que possibilitam o aprimoramento contínuo da gestão e dos negócios. Nesse sentido, segue voluntariamente os requerimentos da lei norte-americana *Sarbanes-Oxley* (SOX), que estabelece padrões e controles internos para a elaboração de relatórios financeiros, uma vez que sob a gestão do novo controlador não há exigência SOX.

Em 2011, após mudança de seu controle acionário para a Iberdrola, a Empresa passou a integrar um dos maiores conglomerados do setor de energia elétrica do Brasil e o quinto do mundo. O grupo espanhol detém 99,68% do capital social e 99,97% do capital votante da Elektro. O processo, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), resultou de um acordo amigável com o antigo acionista da Empresa, a AEI. Ao final do exercício, o capital social subscrito e integralizado da Elektro era de R\$ 952.491.950,14, dividido em 193.759.265 ações, sendo 91.880.972 ordinárias e 101.878.293 preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

## ESTRUTURA DE GOVERNANÇA (GRI 4.1)

Como sociedade anônima de capital aberto, a governança corporativa da Elektro estrutura-se a partir da Assembleia Geral de Acionistas (AG), principal instância de decisão da Empresa. O órgão reúne-se ordinariamente uma vez por ano para aprovar as contas dos administradores; avaliar, discutir e votar as demonstrações financeiras; determinar a destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos; eleger os membros do Conselho

de Administração; e fixar a remuneração dos membros do Conselho e da Diretoria-Executiva. A Assembleia reúne-se extraordinariamente sempre que os interesses da Companhia assim exigirem. É mantido um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente, cuja instalação pode ser demandada em Assembleia Geral a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 10% das ações ordinárias ou 5% das ações sem direito a voto. Em 2011, o órgão não foi instalado.

Para arbitrar conflitos de interesse e determinar escopos de atuação, composições, mandatos, vacâncias e investiduras, competências, deveres e normas de funcionamento, a Empresa segue

recomendações do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e adota regimentos distintos para o Conselho de Administração e a Diretoria-Executiva. Conflitos de interesse são evitados ainda por meio dos seguintes instrumentos: Código de Conduta, que determina a tomada de decisões sempre de forma profissional e visando aos interesses da Elektro, sem considerações ou relacionamentos de ordem pessoal; Política de Divulgação de Fato Relevante; área de Relações com Investidores; Comitê de Ética, chamado a se manifestar sempre que ocorram desvios ao Código de Conduta; e presença de um representante dos colaboradores como membro do Conselho de Administração. (GRI 4.6)

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Entre outras competências, são atribuições do Conselho fixar a orientação geral dos negócios, eleger e destituir o Diretor-Presidente e os Diretores-Executivos, fiscalizar a gestão, convocar a Assembleia Geral e aprovar o orçamento de cada exercício social. Também cabe ao órgão assegurar que os direitos das demais partes interessadas sejam respeitados no processo decisório. Os membros reúnem-se ordinariamente a cada quatro meses e extraordinariamente sempre que os interesses da Elektro assim exigirem. Em 2011, foram realizadas nove reuniões do Conselho de Administração, sendo quatro ordinárias e cinco extraordinárias. (GRI 4.9)

O Conselho de Administração é composto por no mínimo quatro e no máximo sete membros efetivos e igual número de suplentes, dos quais um efetivo e um suplente são representantes dos colaboradores e por eles escolhidos em processo eleitoral organizado pela Companhia em conjunto com entidades sindicais. Os demais são eleitos em Assembleia Geral para mandatos de três anos, permitida reeleição. Em linha com boas práticas de governança e para assegurar a autonomia necessária na fiscalização das atividades da Diretoria-Executiva, nenhum membro do Conselho ocupa cargos de liderança na Elektro. Não há conselheiros independentes, assumindo a definição do Novo Mercado da BM&FBovespa. (GRI 4.2, 4.3, 4.4)

Composição do Conselho de Administração (em 31/12/2011)

Nome	Cargo	Mandato
Francisco Javier Villalba Sanchez	Presidente do Conselho	29/4/2014
Carlos Marcio Ferreira	Conselheiro efetivo	29/4/2014
Santiago Martinez Garrido	Conselheiro efetivo	29/4/2014
Eduardo Capelastegui Saiz	Conselheiro efetivo	29/4/2014
Juracy Pereira Mamede	Conselheiro efetivo (representante dos empregados)	23/3/2012
Justo Garzon Ortega	Conselheiro suplente	29/4/2014
Mario Jose Ruiz-Tagle Larrain	Conselheiro suplente	29/4/2014
Fernando Arronte Villegas	Conselheiro suplente	29/4/2014
Antonio Martinez Atienza	Conselheiro suplente	29/4/2014
Maurício Antônio Penha	Conselheiro suplente (representante dos empregados)	23/3/2012

Os currículos dos membros do Conselho de Administração vigentes podem ser consultados em: <http://www.elektro.com.br/ri/Pages/administracao.aspx>

## DIRETORIA-EXECUTIVA

Compete à Diretoria-Executiva, como órgão de deliberação colegiada, zelar pela observância da lei e do Estatuto Social da Elektro e pelo cumprimento das deliberações adotadas na Assembleia Geral, no Conselho de Administração e nas suas próprias reuniões; praticar

todos os atos necessários ao funcionamento regular da Empresa e elaborar regimento interno e regulamentos. O órgão é formado por no mínimo dois e no máximo oito Diretores, eleitos pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, admitida a reeleição.

Composição da Diretoria-Executiva (em 31/12/2011)	
Nome	Cargo
Marcio Henrique Fernandes	Diretor-Presidente
Rodrigo Ferreira Medeiros da Silva	Diretor-Executivo Financeiro e de Relações com Investidores
Max Xavier Lins	Diretor-Executivo Comercial e de Suprimento de Energia
Luiz Sergio Assad	Diretor-Executivo de Assuntos Regulatórios e Institucionais
Luis Eduardo de Oliveira Pinheiro	Diretor-Executivo de Operações

Os currículos dos membros da Diretoria-Executiva vigentes podem ser consultados em: <http://www.elektro.com.br/ri/Pages/administracao.aspx>

## REMUNERAÇÃO

Com exceção dos representantes dos colaboradores, os conselheiros da Elektro não possuem remuneração específica pelas atividades desenvolvidas. Os Diretores recebem remuneração fixa (salário nominal), remuneração variável (Participação nos Lucros e Resultados e bônus) e, ainda, determinados benefícios. A Participação nos Lucros e Resultados é baseada em metas corporativas

e individuais, com parâmetros estabelecidos em Acordo Coletivo de Trabalho e pagamento anual. Os bônus, por sua vez, fazem parte de um programa baseado em avaliações individuais e podem ser aplicados a qualquer momento. A remuneração dos administradores, aprovada em Assembleia Geral de Acionistas, totalizou R\$ 8.162 mil no exercício. (GRI 4.5)

Remuneração dos administradores (R\$ mil)	2010	2011
<b>Conselho de Administração</b>	<b>62</b>	<b>62</b>
Pró-labore	62	62
Outros	0	0
<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>9.699</b>	<b>8.100</b>
Remuneração fixa anual	5.412	5.534
Salário	2.891	2.828
Benefícios diretos e indiretos	422	443
Outros	2.099	2.263
<b>Remuneração variável</b>	<b>4.264</b>	<b>2.258</b>
Bônus	445	824
Participação nos resultados	3.819	1.434
Benefícios pós-emprego	24	0
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0	308
Outros	0	0
<b>Remuneração total dos administradores (R\$ mil)</b>	<b>9.761</b>	<b>8.162</b>

Mais informações sobre a remuneração dos administradores no Formulário de Referência da Empresa (disponível em <http://www.bmfbovespa.com.br/Cias-Listadas/Empresas-Listadas/ResumoDemonstrativosFinanceiros.aspx?codigoCvm=17485&idioma=pt-br>).

## COMPORTAMENTO ÉTICO

Para qualificar e aprimorar constantemente suas práticas de governança, a Elektro mantém órgãos de apoio e recomendação ao Conselho de Administração e à Diretoria-Executiva. Há ainda estruturas de controle e canais de denúncia que garantem a adoção de comportamentos éticos e reforçam o relacionamento responsável e respeitoso da Empresa com seus diversos públicos.

**Código de Conduta** – O documento começou a ser reformulado em 2011 para identificação de possíveis ajustes entre o Código da Elektro e o da Iberdrola. Em linha com os valores da Empresa, ele prega uma operação responsável, eficiente e segura dos ativos da Empresa e reforça o compromisso com a integridade, segurança, comunicação, excelência e o respeito.

**Comitê de Ética** – Órgão de caráter consultivo e fiscalizador, formado por seis representantes de diferentes áreas da Empresa para mandatos de três anos. Visa garantir as disposições do Código de Conduta e desenvolve ações para divulgação e disseminação de padrões éticos na Organização. É também responsável pela investigação, apuração e análise de eventuais denúncias de não cumprimento do Código de Conduta ou supostos desvios éticos recebidos por meio do site [www.elektro.com.br/anonimo](http://www.elektro.com.br/anonimo), da Intranet, do e-mail [comite.etica@elektro.com.br](mailto:comite.etica@elektro.com.br) e do telefone 0800 709 4584. Todos os casos são tratados em absoluto sigilo, seguindo os princípios do Código de Conduta. Em 2011, recebeu denúncias relacionadas ao descumprimento de procedimentos internos da Empresa e do Código de Conduta, nenhuma relacionada a atos ou práticas de colaboradores ou terceiros enquadráveis como corrupção nos termos legais ou em desrespeito a direitos humanos, incluindo discriminação de qualquer espécie. (GRI SO4, HR4, HR11)

### **Comitê de Auditoria e Cumprimento Normativo** –

O Comitê de Auditoria e Cumprimento Normativo é formado por três membros do Conselho de Administração da Empresa. Tem como objetivo assegurar que as atividades da auditoria interna estejam alinhadas com os objetivos da Elektro por meio da definição de diretrizes de atuação e aprovação do plano de auditoria. Também compete ao Comitê a revisão das deficiências de Controles Internos apontadas nos relatórios de auditoria e a análise das medidas de correção adotadas, bem como o acompanhamento e a atuação na regularização dos pontos de auditoria.

**Ouvidoria** – Possui como atribuição principal a busca de oportunidades de melhorias dos processos internos nas opiniões e manifestações apresentadas pelos clientes por meio do site da Elektro ([www.elektro.com.br](http://www.elektro.com.br)), pelo telefone 0800 012 4050 e por cartas. A Ouvidoria trata, em última instância, recursos e pedidos indeferidos ou julgados improcedentes por outras áreas da Empresa; problemas não resolvidos nos demais canais de atendimento; sugestões para melhorar serviços; e denúncias não atendidas e elogios ao atendimento recebido. Responde também pelas demandas advindas da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (Arsesp), Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos do Mato Grosso do Sul (Agepan) e dos Órgãos de Defesa do Consumidor. Todas as manifestações apresentadas são solucionadas com total imparcialidade, respeitando-se os direitos e deveres de ambas as partes. Em 2011, a Ouvidoria recebeu 4.891 manifestações, sendo que apenas 20% delas foram consideradas procedentes.



Equipe no Centro de Operação da Distribuição (COD)

## GESTÃO DE RISCOS (GRI 1.2)

Todos os riscos identificados pela Elektro são reportados ao seu acionista controlador e mensalmente acompanhados por meio de um mapa de indicadores (*key risk indicators*).

A identificação dos principais riscos aos quais a Elektro está exposta ocorre anualmente no Ciclo de Planejamento Estratégico. São classificados os fatores e/ou as ações que possam ter impacto sobre o cumprimento dos objetivos estratégicos acordados, levando em conta horizontes de curto, médio ou longo prazos. Eles são avaliados e tratados com o apoio do Sistema de Gestão de Riscos, mantido pela Organização desde 2005 como parte do Sistema Empresarial Elektro (SEE).

Os riscos são avaliados como inerentes ou residuais. Os inerentes são intrínsecos ao setor de atuação da Empresa

e, conseqüentemente, podem impactar diretamente o negócio caso não sejam aplicadas medidas preventivas. Os residuais são aqueles que ainda permanecem após ações mitigatórias. Na Elektro, ambos são gerenciados para a efetividade e continuidade dos negócios em diferentes cenários.

Após a identificação, os riscos são classificados como Estratégicos, Comerciais e de Operações, Legais e *Compliance* ou Financeiros e inseridos em uma Matriz que permite acompanhar sua tendência, seu tipo e sua tolerância. Os de menor gravidade são administrados nos

próprios Sistemas de Gestão, que possuem mecanismos para mantê-los nos padrões estabelecidos pela Elektro. Para mitigar os de maior gravidade, é acionado o sistema de Gestão de Riscos Estratégicos (*Enterprise Risk Management*), pelo qual os fatores são novamente analisados e, caso necessário, desenvolvidos planos de ação específicos para aplacá-los.

Todos os riscos são reportados ao acionista controlador e acompanhados mensalmente por meio de uma série de indicadores (*key risk indicators*). E para que toda a Organização possa atuar no sentido de atenuar e prevenir riscos, a Intranet Corporativa é usada como canal para reportar esses riscos, assim como identifica os responsáveis por sua gestão e seus respectivos indicadores.

Adicionalmente, são estabelecidos mecanismos para atuar rápida e efetivamente em casos de emergência e em possíveis acidentes. Eles incluem Planos de Atendimento à Emergência, aprimorados anualmente por meio de simulações, que permitem resposta rápida a incidentes, além de um estruturado Plano de Continuidade do Negócio (PCN) para situações que possam afetar as operações da Empresa. Nesses casos mais críticos, nos quais o negócio pode ser efetivamente interrompido, o gerenciamento é realizado diretamente pelo Comitê de Crise, formado pelo Diretor-Presidente e demais Diretores.

Por sua relevância, o PCN engloba sites de contingência testados anualmente e planos de comunicação para uma rápida e transparente resposta ao mercado. (GRI EU21)

Para aprimorar controles internos e mitigar riscos relacionados à corrupção, a Elektro segue voluntariamente disposições da Lei *Sarbanes-Oxley* e diretrizes da *Foreign Corrupt Practices Act* (FCPA) ou Lei de Práticas de Corrupção Internacional, ambas norte-americanas.

Desde 2005, a Companhia mantém procedimento para melhoria de sua gestão por meio da identificação de riscos operacionais e/ou de processos. O objetivo é garantir que todos os fluxos de trabalho sejam mapeados e seus potenciais riscos identificados, classificados e tratados. Exemplos são os sistemas de Avaliação dos Perigos e Riscos (Ipar) e Avaliação dos Aspectos e Impactos Ambientais (Aia).

A Companhia possui coberturas de seguro compatíveis com os riscos das atividades que desenvolve – como os operacionais e de multirrisco, de responsabilidade civil com terceiros e de responsabilidade civil com os administradores –, com valores segurados de acordo com a tabela abaixo:

Cobertura de riscos	
Riscos	Importância segurada (R\$ mil)
Riscos operacionais e multirrisco	801.446
Responsabilidade civil terceiros	44.000
Responsabilidade civil administradores	26.250



Projeto Recicla Elektro no Guarujá

## EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E P&D (GRI EN6, EU7, EC8)

A Elektro destinou, no exercício, R\$ 15,6 milhões a projetos de eficiência energética que visam à educação para o consumo racional e eficiente de energia elétrica, principalmente para a baixa renda.

A Elektro aporta recursos em projetos de eficiência energética que promovam de forma efetiva o consumo racional e eficiente de energia elétrica, em linha com os objetivos empresariais de orientar e aumentar a satisfação de seus clientes. O diferencial nos programas desenvolvidos pela Companhia é a prioridade a iniciativas para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida de populações carentes. Os programas envolvem ações em comunidades de baixa renda, projetos de eficiência em prédios públicos e filantrópicos, correta gestão energética de prefeituras e ações educacionais em escolas públicas.

Em 2011, esses projetos receberam recursos de R\$ 15,6 milhões. Parte desse valor refere-se a recursos próprios da Elektro e outra parcela decorre da determinação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) de as distribuidoras aplicarem 0,5% da receita líquida em programas de eficiência energética. Dessa forma, a Empresa alia uma obrigatoriedade legal a iniciativas socioeducacionais em sua área de concessão, por meio dos seguintes projetos:

**Baixa renda** – Reúne ações de conscientização e promoção do consumo racional e seguro de energia elétrica que, conseqüentemente, proporcionam a redução no valor na conta de luz. Em 2011, compreenderam reformas nas instalações elétricas em mais de 2,6 mil residências e troca de padrões de entrada em cerca de 1,5 mil domicílios. Foram também doados 1.097 refrigeradores com selo Procel de eficiência energética e 20 mil lâmpadas fluorescentes compactas, que consomem menos energia do que as comuns e podem diminuir o custo com iluminação em até 80%. O número total de equipamentos substituídos chega a 199.282, pois a Elektro desenvolve um projeto para troca de lâmpadas incandescentes por fluorescentes compactas,

em pontos escolhidos em conjunto com as prefeituras de sua área de concessão. No exercício, mais de 38 mil pessoas foram beneficiadas com a iniciativa.

Adicionalmente, a Empresa realiza, com recursos próprios e provenientes do programa de eficiência energética, diversas ações sociais. No exercício, promoveu a capacitação de eletricitistas (eletricidade básica, NR-10 e padrão de entrada), cursos de instalação hidráulica e de artesanato, favorecendo 929 pessoas. Também foram reformados associações de moradores e centro comunitário, construídos escadarias e *playground* e instaladas placas e lixeiras, entre outras obras que proporcionaram melhorias na qualidade de vida de cerca de 53 mil pessoas.



Manuais de Eficiência Energética

Projetos para comunidades de baixa renda			
	2009	2010	2011
Domicílios atendidos para reforma das instalações elétricas e padronização (medidores, caixas de luz, etc.)	56.235	56.538	38.181
Total de equipamentos eficientes substituídos (refrigeradores e lâmpadas)	188.741	195.634	199.282
Refrigeradores substituídos	1.252	1.142	1.097



Estação Móvel de Ensino – Elektro nas Escolas

**Prédios públicos e filantrópicos** – São beneficiados instituições e prédios públicos com projetos de eficiência energética do sistema de iluminação e orientação para uma correta gestão do consumo, proporcionando redução na conta de energia elétrica. Em 2011, foram atendidos 134 edifícios, entre prédios públicos, entidades beneficentes (asilos e creches), escolas, hospitais e unidades da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae).

**Gestão Energética Municipal (GEM)** – Engloba a capacitação de colaboradores da administração pública municipal para o gerenciamento de contas e a promoção do uso racional e eficiente da energia elétrica. No ano, 79 profissionais das prefeituras de Rio Claro, Araras, Tatuí e São João da Boa Vista foram treinados em curso de seis módulos promovido pela Elektro com o apoio do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam).

**Elektro nas Escolas** – O projeto orientou alunos e capacitou professores da rede pública sobre o uso seguro e eficiente da energia elétrica. Monitores especializados desenvolveram atividades práticas e lúdicas com os estudantes, com destaque para experimentos sobre energia e apresentação de vídeo com os caminhos percorridos pela eletricidade desde a geração até as residências. As escolas receberam *kit* com material didático desenvolvido pela Procel/Elektrobras e a visita de Estações Móveis de Ensino – caminhões adaptados e equipados com um laboratório de eficiência energética. Além disso, a Elektro mantém um portal educacional

[www.elektro.com.br/elektronasescolas](http://www.elektro.com.br/elektronasescolas) para a troca de informações e realização de pesquisas escolares. Em 2011, como parte do projeto, foram doados 80.986 livros para 383 escolas, capacitados 1.989 professores e beneficiados 120.419 estudantes.

**Recicla Elektro** – O programa objetiva organizar o processo de coleta seletiva de resíduos, contribuindo com sua destinação final e oferecendo como contrapartida a redução do valor das contas de energia elétrica, principalmente para a população de baixo poder aquisitivo. Contribui, assim, de forma significativa para a conservação ambiental e a melhoria de vida da população. O projeto teve início na segunda quinzena de novembro de 2011 e até dezembro foram coletadas 18 toneladas de resíduos sólidos e 900 litros de óleo de cozinha.

**Manual Elektro de Eficiência Energética** – Lançado em 2011, o Manual é dirigido ao setor industrial e dividido em quatro temas: Administração de Energia, que aborda os mecanismos de aquisição de energia e a viabilidade econômica dos projetos de eficiência energética; Sistemas de Iluminação, que reúne conceitos da utilização de iluminação natural e artificial; Sistemas Motrizes, com destaque para os motores elétricos; e Uso de Calor, que enfoca aspectos relacionados à energia térmica utilizada em processos industriais e também nos setores comercial e de serviços. O objetivo da Elektro é orientar os clientes industriais – responsáveis por 47% da energia consumida no Brasil – quanto ao uso racional, eficiente e seguro da energia elétrica.

## PESQUISA & DESENVOLVIMENTO (GRI EU8)

Os recursos para os programas de pesquisa e desenvolvimento da Elektro seguem determinação regulatória, segundo a qual distribuidoras de energia elétrica devem destinar 1% da receita operacional líquida a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e de conservação de combate ao desperdício de energia, dos quais 0,2% para pesquisa e desenvolvimento, 0,5% para projetos de eficiência energética (detalhados anteriormente), 0,2% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico (FNDCT) e 0,1% para o Ministério de Minas e Energia (MME). Em parceria com universidades e centros de pesquisa de renome de todo o País, a Empresa busca com os programas o desenvolvimento sustentável, seguro e eficiente de suas operações e seus processos, além de contribuir para o aprimoramento do setor de distribuição de energia elétrica. Em 2011, os investimentos em P&D somaram R\$ 11.222.261,35, com destaque aos seguintes projetos de caráter socioambientais:

**Trólebus - ElektroBus:** Engloba o desenvolvimento de um sistema de propulsão para veículos elétricos de transporte de passageiros capaz de operar de maneira autônoma, sem necessidade de alimentação por rede aérea e que não emite poluentes. Os veículos serão reabastecidos em pontos de recarga localizados nas estações de passageiros. Além disso, o projeto prevê o desenvolvimento de um sistema de regeneração que proporcionará reaproveitamento de 30% a 40% da energia cinética gerada quando o freio é acionado pelo motorista. Dessa forma, permitirá a identificação e análise dos impactos do sistema de recarga na rede de energia elétrica e de aspectos de segurança da operação, medição da energia consumida, *power quality* e confiabilidade do sistema. Além de eliminar a rede aérea de alimentação e evitar custos de manutenção, com o projeto, a Elektro promoverá aumento da eficiência energética global

do sistema e a redução de emissão de gases poluentes na atmosfera. O projeto está sendo desenvolvido em parceria com a Universidade de Taubaté/EPTS, Manvel – Manufatura e Manutenção de Veículos Elétricos Ltda. e SYGMA Tecnologia Engenharia Indústria e Comércio Ltda.

### Metodologia para estabelecimentos

**de estrutura tarifária:** Visa atualizar e aprimorar a metodologia de estrutura tarifária vigente do setor de distribuição de energia elétrica do Brasil, tornando-a mais adequada ao modelo regulatório atualmente aplicado. A Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) apoia e acompanha o projeto.

**Robô para inspeção de redes de distribuição:** Em desenvolvimento com a Universidade de São Paulo (USP), visa solucionar problemas no processo de inspeção das linhas de distribuição por meio da utilização de um dispositivo robótico acoplado à linha de distribuição. Ele possuirá câmeras de vídeo, sensores de ultrassom, térmicos e infravermelho, e um sistema computacional embarcado para realizar coletas, além de se movimentar de forma autônoma. Também poderá realizar a transposição de isoladores por meio de padrão de comunicação sem fio, permitindo o diagnóstico da inspeção *in-loco*. A Elektro visa melhorar a produtividade no processo de inspeção atual e reduzir tempo e equipamentos utilizados, além de obter segurança ainda maior no trabalho de campo. Dessa forma, aumentará a confiabilidade da rede e melhorará a qualidade dos serviços prestados.

**Monitoramento de cupins:** Objetiva identificar e monitorar espécies de cupins que causam danos à arborização urbana e aos postes de madeira; novas metodologias de controle utilizando produtos naturais

de baixa toxicidade; e a elaboração de manual de orientação para prefeitura de Rio Claro sobre o manejo de árvores nas áreas infestadas por cupins. A pesquisa permitiu mapear as espécies de cupins que causam danos à arborização urbana na cidade de Rio Claro, interior de São Paulo; identificar as espécies vegetais mais suscetíveis ao ataque desses insetos e informações sobre a biologia básica dos cupins-praga. Foi desenvolvida também uma nova tecnologia de controle menos poluidora e mais segura para a população e para o indivíduo que aplica a solução. O projeto foi desenvolvido em parceria com a Universidade Estadual Paulista (Unesp), vinculada à Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, e beneficiará a sociedade e o meio ambiente por meio da diminuição do uso de pesticidas; controle da infestação na arborização urbana e a preservação dos postes de madeira já instalados, evitando o corte de novas árvores para reposição.

#### **Prevenção de acidentes por abelhas e vespas:**

Identificação dos principais locais em que esses insetos constroem seus ninhos, avaliação do comportamento de espécies e adoção de formas adequadas de manejo e remoção dos ninhos encontrados nas subestações e nos postes de linhas de distribuição são objetivos da iniciativa. Foi elaborado um manual de procedimento pioneiro para manejo e controle das abelhas visando à redução do número de acidentes nas subestações e nos postes, além de permitir redução de custos na preservação de redes nas áreas urbanas e rurais. A sociedade e o meio ambiente serão favorecidos com a preservação de espécies de abelhas e vespas, insetos polinizadores e que, conseqüentemente, auxiliam a produção de frutos e grãos nas áreas agrícolas. Realizada em parceria com fundação associada à Unesp e universidade pública vinculada à Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, a pesquisa resultou também na identificação e no estabelecimento de catálogo das espécies e dos locais de maior incidência de enxames, na avaliação de técnicas de controle e biomonitoramento preventivo de acordo com a legislação ambiental,

purificação e identificação de substâncias naturais potencialmente repelentes e/ou de baixa toxicidade na prevenção de danos, e no treinamento e na formação de recursos humanos e prevenção de acidentes.

**Óleo vegetal isolante de milho:** Em desenvolvimento pela empresa Diagno Materiais e Meio Ambiente, MINERALTEC – Tecnologia em Óleos Minerais Ltda. e WEG Equipamentos Elétricos S.A., objetiva avaliar o desempenho de um óleo vegetal isolante à base de óleo de milho, produzido a partir de uma tecnologia nacional, em um transformador de 34,5 kV projetado para este fluido e em equipamentos de 15 kV (transformadores de distribuição, religadores e chaves a óleo) projetados para óleo mineral isolante para avaliar o desempenho de óleo à base de milho em transformadores, religadores e chaves de distribuição, visando ao desenvolvimento de metodologias de monitoramento de aditivos antioxidantes e dos procedimentos de preservação ao meio ambiente. Também contribuirá para identificar os diversos aspectos que interferem na vida útil dos equipamentos. Com os resultados, a Elektro poderá aplicar novas tecnologias sustentáveis e aumentar a segurança operacional, já que o óleo é produzido a partir de fontes renováveis, é biodegradável e classificado como fluido de segurança. A sociedade ganha com a melhoria na qualidade do serviço prestado pela Empresa e mais segurança; e o meio ambiente é beneficiado com utilização de isolante líquido produzido a partir de fontes renováveis, reduções dos volumes depositados em aterros industriais e do impacto ambiental decorrente de derramamentos.

**Seguidores solares:** O projeto propõe, em parceria com a USP, o estudo, a simulação e o desenvolvimento de um mecanismo de protótipo de rastreador solar que avalie tecnologia de alta concentração para uso em centrais fotovoltaicas conectadas à rede da Elektro. O objetivo é maximizar o aproveitamento da radiação solar com menor custo por unidade de kWh produzido, e aumentar a produtividade, viabilizando o uso de energia limpa.

Projetos de P&D	
<b>Linha de Pesquisa – Operação do sistema</b>	<b>Parceiro</b>
<b>DiagSistElétrico</b> – Análise técnica e estratégica visando à otimização de desempenho do sistema elétrico da Elektro	Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual Paulista (Unesp), Fundação para o Desenvolvimento de Bauru (Fundeb) e Escola de Engenharia de São Carlos
<b>Previsão de descarga atmosférica</b> – Previsão de curto, médio e longo prazos da incidência de descargas atmosféricas na área de concessão da Elektro	Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe) e Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais (Funcate)
<b>Linha de Pesquisa – Eficiência operacional</b>	<b>Parceiro</b>
<b>Nanotecnologia em transformadores</b> – Nanotubos de carbono aplicados à redução de perdas técnicas do sistema de distribuição de energia elétrica	ECIL – Informática Indústria e Comércio Ltda. e Instituto Tecnológico de Pesquisa da Baixada Santista
<b>Linha de Pesquisa – Fonte renovável ou alternativa</b>	<b>Parceiro</b>
<b>Balanco PaCOS</b> – Planta de geração de energia com pilha a combustível de óxido sólido	Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos e Labh2 Inovação Desenvolvimento e Consultoria Ltda.
<b>Seguidores solares</b> – Seguidores solares para sistemas fotovoltaico conectados à rede: sistemas com e sem concentração	Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo (Fusp) e USP São Paulo
<b>Linha de Pesquisa – Medição e faturamento</b>	<b>Parceiro</b>
Metodologia de implantação de gerenciamento de decisão para o processo de perdas não técnicas	Centro de Pesquisas e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD)
<b>Metodologia para estabelecimentos de estrutura tarifária</b> – Metodologia para estabelecimento de estrutura tarifária para o serviço de distribuição de energia elétrica	Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee)
<b>Linha de Pesquisa – Planejamento e operação do sistema elétrico</b>	<b>Parceiro</b>
<b>Geração distribuída</b> – Desenvolvimento de metodologia para análise da instalação, proteção e operação de geração distribuída na rede elétrica da Elektro	Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Fundação de Desenvolvimento da Unicamp (Funcamp)
Sistema inteligente para otimização e planejamento das liberações para preservação e expansão em redes de distribuição da Elektro	USP São Carlos, Fundeb e Unesp Bauru
Gestão do Programa de P&D 2010	Equipe do quadro interno de colaboradores da Elektro
<b>Robô para inspeção de redes de distribuição</b> – Proposta de desenvolvimento de um robô para inspeção visual de linha de distribuição	USP São Paulo e Fusp
<b>Linha de Pesquisa – Planejamento do sistema de energia</b>	<b>Parceiro</b>
<b>Contratação de energia</b> – Elaboração de um modelo de apoio à decisão de contratação de energia da Elektro por meio de análise multicritério e medidas inovadoras de desempenho	Fundação Padre Leonel França e Pontifícia Universidade Católica (PUC)
<b>Book tarifas</b> – Desenho e aplicação de nova estrutura tarifária para os grupos A e B da Elektro	Daimon Engenharia e Sistemas S/C Ltda.
<b>Gestão na contratação do uso do sistema de transmissão</b> – Gestão de riscos na contratação de uso do sistema de transmissão	Engenho Pesquisa Desenvolvimento e Consultoria



Linha de Pesquisa – Qualidade e confiabilidade	Parceiro
<b>Qualienergy</b> – Avaliação das características das novas estruturas de cargas não lineares, seu impacto na qualidade da energia e nas ações corretivas necessárias no sistema de distribuição da Elektro	Fundação de Ensino, Pesquisa e Extensão de Ilha Solteira (Fepisa), Unesp Ilha Solteira, M.FAP Consultoria
<b>DTCSC</b> – Compensador série eletronicamente controlado para o sistema de distribuição da Elektro	Unesp e Fepisa
<b>Monitoramento térmico de transformador</b> – Monitoramento térmico remoto de transformadores de distribuição	ServiceWare Tecnologia
Monitoramento de emendas e conexões em subestações	CPqD
<b>Cabeça de série chaves seccionadoras</b> – Desenvolvimento industrial de tecnologias de monitoramento para chaves seccionadoras na Elektro	CPqD
Linha de Pesquisa – Supervisão, controle e proteção	Parceiro
Desenvolvimento de ferramenta computacional inteligente para alocação e realocação otimizada de equipamentos de proteção na rede elétrica da Elektro	Unicamp e Funcamp
<b>Sobretensões</b> – Estudos do impacto das sobretensões de origem atmosférica nas redes de distribuição de energia da Elektro	Escola de Engenharia de São Carlos (EESC) e Fipai
Programa Redes Inteligentes	Abradee
Linha de Pesquisa – Segurança	Parceiro
<b>Sensores VNT</b> – Desenvolvimento de sistema e protótipo operacional para sensoramento de ações durante a capacitação para manutenção em linha viva e restabelecimento de redes de distribuição de energia elétrica	Unicamp, Funcamp e Venturus
Linha de Pesquisa – Meio ambiente	Parceiro
<b>Trolébus - ElektroBus</b> – Desenvolvimento de um sistema de propulsão para veículos elétricos de transporte de passageiros sem uso de rede aérea para recarga	Syigma e Manvel
<b>Prevenção de acidentes por abelhas e vespas</b> – Manejo e desenvolvimento de tecnologia de prevenção de acidentes por abelhas e vespas em áreas rurais e urbanas da Elektro	Unesp e Fundação para o Desenvolvimento da Unesp (Fundunesp)
<b>Óleo vegetal isolante de milho</b> – Avaliação da depleção do aditivo antioxidante no OVI, como ferramenta de manutenção preditiva em equipamentos elétricos e avaliação da migração da umidade no sistema papel Kraft/OVI	Diagno Materiais e Meio Ambiente Ltda./LACTEC e Mineraltec
<b>Monitoramento de cupins</b> – Monitoramento de cupins em postes de madeira e na arborização urbana	Unesp e Fundunesp



Visão noturna de Mongaguá

## DESEMPENHO OPERACIONAL

Depois de consolidar os pilares de Segurança, Qualidade e Produtividade, Eficiência e Melhoria Contínua ocuparam também posição de destaque nos projetos e nas tecnologias desenvolvidos na Elektro.

O exercício foi marcado pela consolidação do pioneiro Projeto Novas Tecnologias, concluído em 2010, que transformou o modelo operacional da Elektro com a aquisição de equipamentos com tecnologia de última geração, investimentos em infraestrutura e contratação e capacitação de aproximadamente 900 colaboradores. A solidificação desse inovador processo de preservação e expansão das redes de distribuição foi acompanhada de aprimoramentos em busca de maior eficiência e produtividade, proporcionando mais segurança e ergonomia na realização das atividades de campo, além de economia de custos da ordem de 24%.

Exemplo é que em 2011 as próprias equipes de campo passaram a apontar as intervenções realizadas na rede da Empresa, desde construções e manutenções até ocorrências. O controle dos apontamentos permitirá uma melhor alocação de recursos humanos, financeiros e equipamentos a partir das informações de tempo e mão de obra demandados para cada atividade de campo. Além disso, todo material utilizado na rede de distribuição é incluído instantaneamente nos PDAs, com envio remoto de compra para a área de Suprimentos, facilitando a gestão e reposição do estoque para as equipes de campo.

Projetos e Tecnologias desenvolvidos no ano permitirão qualificar continuamente as atividades dos colaboradores e os serviços oferecidos aos clientes. Destaca-se a criação e instalação de uma nova plataforma do Sistema de Gestão da Distribuição (SGD), denominada Zeus, que possibilitou a completa integração entre Centro de Operação da Distribuição (COD), Central de Atendimento ao Cliente (CAC) e PDAs utilizados pelas equipes de campo, com ganhos no gerenciamento de operação de rede, planejamento, projetos e engenharia. O Sistema de Informação Geográfica (SIG ou *Geographic Information System* – GIS) utilizado na nova plataforma é mais robusto e proporciona a correta localização das equipes de campo, além de maior agilidade e efetivo controle de incidências na rede pela troca de informações em tempo real. Uma das funcionalidades do Zeus, por exemplo, é detectar um alimentador com problemas e a equipe de campo mais próxima para que, assim, a ocorrência seja solucionada em tempo reduzido. Pode ainda ser integrado a outros sistemas de mercado para interface com tecnologias que promovam aprimoramentos constantes nas atividades da Empresa.

O sistema Scada, de supervisão de subestações, passou a incluir simulações para estudos, treinamento e monitoramento de diversos parâmetros elétricos, o que aumenta a eficiência no planejamento e na operação da rede. Essas características já estão sendo adotadas nas novas subestações e serão incluídas nas demais durante o processo de digitalização. Ao fim de 2011, 68% das subestações já estavam digitalizadas.

Foi realizada ainda a implantação de sistemas *self-healing*, com religadores de última geração, em cinco localidades: Cosmorama, Castilho, Ribeirão Branco, Bom Jesus dos Perdões e Campos do Jordão. Com essa tecnologia, o fornecimento de energia

elétrica pode ser restabelecido automaticamente, de forma ágil – em alguns casos passou de duas horas para apenas dois minutos –, segura e sem a necessidade de intervenções humanas. Isso porque o sistema *self-healing* detecta e isola falhas, transferindo em instantes a carga dos consumidores de um segmento com problemas para outro. Em 2012, o novo sistema será instalado em mais 20 municípios da área de concessão.

A Elektro também supervisiona remotamente 480 religadores para identificar falhas e iniciar rapidamente processos de restabelecimento em casos de falta de energia elétrica. Além disso, existem 128 bancas de reguladores de tensão monitoradas e telecomandadas pelo COD na rede da Elektro, o que também permite identificar falhas na rede e atuar a distância nos ajustes de níveis de tensão dos clientes. O sistema de operação colhe informações sobre falhas, suas causas e localizações físicas, alimentando um banco de dados, o que proporciona ações preventivas e a melhoria do serviço prestado. Com as tecnologias e os procedimentos de análise, entre 2010 e 2011, registrou-se redução de 7,6% nas interrupções emergenciais nas redes com tensões primárias e secundárias da Companhia.

Eficiência, segurança e produtividade também foram os pilares de um projeto iniciado ao fim de 2011 para a troca do sistema de voz VHF utilizado pelas equipes de campo por tecnologia desenvolvida pela Elektro em parceria com uma empresa europeia. O novo sistema é híbrido e utiliza duas operadoras de celular mais satélite para uma comunicação ágil e eficaz. É ideal para localidades remotas, nas quais os técnicos tinham que se deslocar para conseguir sinal e, ainda, em caso de problemas, subir em torres de telefonia

para realizar reparos. Instalado nos próprios veículos, o sistema é modular e alterna de forma automática entre duas operadoras de celular ou o satélite, em busca do melhor sinal, fazendo com que as equipes em campo estejam disponíveis para a comunicação com o COD.

As tecnologias adotadas no ano resultaram também em eficiência nos custos de telefonia interna. Houve troca do sistema de PABX para o Voip (voz sobre IP) e as linhas de telecomunicação e internet foram integradas, possibilitando gasto zero nas ligações entre a Sede Corporativa e os escritórios regionais de Andradina, Atibaia, Limeira e Tatuí, além da controladora Iberdrola, na Espanha.



Manutenção de rede com cesta aérea no Guarujá

## SMART GRID (REDE INTELIGENTE)

Em linha com sua cultura de inovação e busca contínua por melhorias de processos, a Elektro deu continuidade, em 2011, aos seus projetos de redes inteligentes, com a utilização de tecnologias de medição avançada para acessar remotamente e a qualquer tempo as

informações dos medidores de clientes, assim como identificar falhas no fornecimento de eletricidade. Inicialmente, as tecnologias estão sendo testadas em Campos do Jordão, Brasilândia e Atibaia.

Linhas de transmissão (GRI EU4)			
	2009	2010	2011
<b>Aéreas</b>	<b>1.385</b>	<b>1.386</b>	<b>1.416</b>
- Baixa-tensão (127 a 220 v)	0	0	0
- Média-tensão (15 ou 25 kV)	0	0	0
- Alta-tensão (acima de 69 kV)	1.385	1.386	1.416
<b>Rede de distribuição (em km)</b>	<b>105.182</b>	<b>106.394</b>	<b>107.075</b>
<b>Aéreas</b>	<b>105.776</b>	<b>106.356</b>	<b>107.038</b>
- Baixa-tensão (127 a 220 v)	23.394	23.716	24.394
- Média-tensão (15 ou 25 kV)	82.382	82.640	82.644
- Alta-tensão (acima de 69 kV)	0	0	0
<b>Subterrâneas</b>	<b>36</b>	<b>38</b>	<b>39</b>
- Baixa-tensão (127 a 220 v)	27	29	29
- Média-tensão (15 ou 25 kV)	9	9	10
- Alta-tensão (acima de 69 kV)	0	0	0

Indicadores de qualidade	2009	2010	2011
Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – DEC (horas) – geral da Empresa – valor apurado (GRI EU29)	8,74	9,48	9,04
Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – DEC (horas) – geral da Empresa – limite (GRI EU29)	10,57	10,05	9,62
Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – FEC – geral da Empresa – valor apurado (GRI EU28)	5,94	5,75	5,39
Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – FEC – geral da Empresa – limite (GRI EU28)	9,17	8,76	8,40

A Elektro tem forte compromisso com a eficiência e demonstra evolução contínua e sustentável no seu desempenho operacional, fruto de investimentos em novas tecnologias e inovadores processos de engenharia de distribuição. A Empresa foi reconhecida pela sétima vez com o prêmio de Melhor Gestão Operacional, concedido pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee). O FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor) apresentou em 2011 o melhor resultado da história da Elektro, com 5,39 interrupções no ano. Os investimentos realizados no sistema elétrico, notadamente no plano anual de manutenção preventiva e preditiva, e a utilização de novas tecnologias e componentes de rede, que

aprimoraram a robustez do sistema, garantiram melhor confiabilidade no fornecimento de energia elétrica.

Em 2011, o DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor) registrou melhora em relação a 2010, com 9,04 horas, apesar das condições atmosféricas adversas enfrentadas no ano, a exemplo da tempestade fora de época ocorrida no dia 7 de junho no Estado de São Paulo. A intempérie foi caracterizada por fortes chuvas e ventos com velocidades extremas em toda a área de concessão e causou grandes danos às redes de distribuição de energia elétrica e dificuldades de acesso para realização dos reparos necessários para a normalização do fornecimento de energia.

Perdas de energia	2009	2010	2011
Perdas globais de energia (técnica mais comercial) (%) (GRI EU12)	7,30	6,98	6,97

Até dezembro de 2011, as perdas globais mantiveram-se estáveis quando comparadas a dezembro de 2010, encerrando o ano em 6,97% (6,98% em 2010). O valor calculado em 2010 e 2011 inclui dois itens que eram anteriormente expurgados por serem fatores fora do controle da Elektro: perdas no Sistema de Transmissão de Capão Bonito, que foram expurgados porque eram transitórios e seriam eliminados quando da entrada da SE

Itararé II 230-1398 kV, e perdas nos sistemas auxiliares das subestações operadas pela Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP), conforme informado em relatórios anteriores. Apesar de serem itens não gerenciáveis pela Empresa, tais ajustes foram incorporados ao índice de perdas globais da Elektro por ocorrerem em sua área de concessão e afetarem suas necessidades de compra de energia elétrica.

## VERÃO ILUMINADO

Em novembro de 2011, a Elektro lançou mais um Plano Verão para garantir o conforto e a segurança dos clientes atendidos nas 11 cidades litorâneas de sua área de concessão. No período, a demanda por energia elétrica cresce de 269 MW para 462 MW e, no Réveillon, pode atingir picos de 580 MW. Essa grande elevação exige uma estrutura operacional especial para os meses de dezembro a março.

No ano, foram investidos R\$ 20 milhões em melhorias, que incluíram: abertura de espaços de atendimento presencial, construção de novos alimentadores, aumento da capacidade de transformadores, instalação de equipamentos de operação remota e substituição de cabos comuns por redes compactas, que otimizam o desempenho da rede elétrica e diminuem as influências de pipas e da vegetação na rede elétrica. A Empresa alocou ainda mais de 430 colaboradores nas cidades litorâneas e disponibilizou duas subestações móveis para eventuais emergências.

O Centro de Operação da Distribuição (COD) e a Central de Atendimento ao Cliente (CAC), que atuam 24 horas por dia, também foram reforçados com um número maior de profissionais para apoiar a estrutura especial do Plano Verão.

## EFICIÊNCIA FRENTE A ADVERSIDADES

No início de janeiro de 2011, cidades da área de concessão da Elektro, como Atibaia e Franco da Rocha, decretaram estado de emergência em decorrência de enchentes. Durante esse período, para garantir o fornecimento de energia elétrica, a Elektro intensificou suas atividades, triplicando o número das equipes em campo em Franco da Rocha e dobrando em Atibaia. O planejamento para evitar a interrupção de energia elétrica incluiu ainda alternativas de remanejamento do fornecimento, que poderia ser realizado por meio de cidades vizinhas, como Francisco Morato, Mairiporã e Caieiras ou, ainda, com uma estação móvel alocada



Giancarlo Souza, Gerente-Executivo de Distribuição da Região Sul, no lançamento do Plano Verão 2011/2012 no Guarujá

na região. Com a ação rápida, foi possível manter o abastecimento de energia elétrica nos municípios. Os colaboradores também se mobilizaram para auxiliar os moradores afetados pela chuva e organizaram uma campanha de arrecadação de donativos.

## UMA DÉCADA DE EFICIÊNCIA

Em 2011, o Centro de Operação da Distribuição (COD) comemorou dez anos de centralização na Sede Corporativa, em Campinas, São Paulo. Responsável pelo monitoramento ininterrupto das condições operacionais de toda a área de concessão da Empresa, a Elektro possuía sete centros de operações espalhados nas quatro Regiões atendidas pela Empresa até o ano de 2001. Centralizado, ele permitiu a otimização de recursos, maior facilidade de instituição de novas tecnologias e a adoção de um único padrão de operação para toda a Elektro, entre outros benefícios.



Comemoração do Prêmio Consumidor Moderno

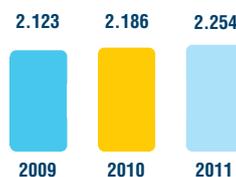
## DESEMPENHO COMERCIAL

Ao final do exercício de 2011, a Companhia contava com mais de 2,3 milhões de clientes, número 3,1% superior ao verificado em dezembro de 2010, com a agregação de 68 mil novos consumidores.

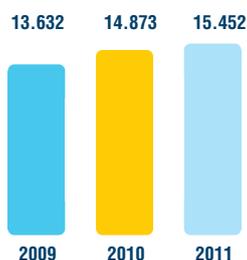
A Elektro encerrou o exercício de 2011 com 2,3 milhões de clientes, 3,1% mais que em dezembro de 2010, com a agregação de 68 mil novos consumidores. Houve ampliação de 25% no número de clientes atendidos no mercado livre (apenas parcela de fio), que encerrou o ano com 70 unidades.

O consumo de energia elétrica na área de concessão foi de 15.452 GWh, crescimento de 3,9% em comparação com o ano anterior, sendo 12.008 GWh para o mercado cativo e 3.444 GWh para o mercado livre, evoluções de 3,9% e 4,0%, respectivamente. A soma das demandas de uso do sistema de distribuição para clientes livres foi de 32.760 MW, crescimento de 10,2% em relação a 2010.

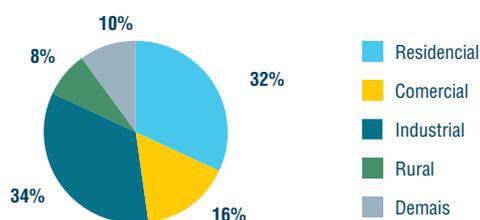
### EVOLUÇÃO NO NÚMERO DE CLIENTES (milhares)



### CONSUMO TOTAL DE ENERGIA ELÉTRICA NA ÁREA DE CONCESSÃO (GWh)



### VOLUME DE FORNECIMENTO DE ENERGIA A CLIENTES FINAIS (12.008 GWh)



O desempenho foi fortemente influenciado pelo comportamento da produção industrial. O setor, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentou crescimento inferior a 1% no ano, o que afetou diretamente seu consumo de energia elétrica, que aumentou apenas 2,9% no período. O consumo total da classe industrial, somando-se clientes livres e cativos, obteve elevação de 3,7%.

O resultado da classe residencial foi impactado pela Resolução Aneel nº 414/2010, que determinou o computo na classe comercial do consumo de áreas comuns de empreendimentos. Com a alteração, 6.500 unidades consumidoras, classificadas como condomínios, migraram

de classe. Expurgado esse efeito, o crescimento das classes residencial e comercial seria, respectivamente, de 4,0% e 6,4% em relação a 2010. Além dessa nova definição da Aneel, o aumento no consumo da classe comercial foi sustentado pelas vendas no varejo, aquecidas em virtude da expansão de renda média das famílias e da abertura de postos de trabalho.

A ampliação de 2,4% na classe residencial no ano, ligeiramente abaixo da expectativa, reflete as baixas temperaturas registradas no segundo semestre de 2011, com menor demanda de refrigeração de ar. As demais classes apresentaram crescimento alinhado ao esperado, ou seja, próximo à média apresentada nos últimos anos.

Fornecimento de energia a clientes finais (GWh)				
	2009	2010	2011	Varição (%)
Residencial	3.532	3.699	3.789	2,4
Industrial	3.890	4.007	4.123	2,9
Comercial	1.680	1.809	1.980	9,4
Rural	788	890	917	3,1
Poder público	275	286	300	4,7
Iluminação pública	423	432	443	2,5
Serviço público	407	438	456	4,0
<b>Total</b>	<b>10.995</b>	<b>11.561</b>	<b>12.008</b>	<b>3,9</b>
Consumo na área de concessão				
	2009	2010	2011	Varição (%)
Livre	2.647	3.312	3.444	4,0
Concessão	13.632	14.873	15.452	3,9

Uso do sistema de distribuição por clientes livres	(MW)				R\$ milhões			
	2009	2010	2011	Varição (%)	2009	2010	2011	Varição (%)
Soma das demandas de uso do sistema de distribuição	23.101,5	29.722,0	32.760,3	10,2	343,5	326,6	464,5	42,2
<b>Receita de fornecimento de energia + uso do sistema de distribuição (R\$ milhões)</b>					<b>4.038,6</b>	<b>4.458,4</b>	<b>4.924,6</b>	<b>10,5</b>

## COMPRA DE ENERGIA (GRI EU6)

A projeção do consumo de energia é um importante *input* para definição da estratégia de compra. Quanto maior a precisão da projeção realizada, menor será a diferença entre o volume de energia comprada e consumida, afastando o risco de aplicação de penalidades de subcontratação. No caso da Elektro, a previsão de consumo tem se mostrado bastante precisa: em 2011, considerando os dados de consumo da área de concessão, o desvio de projeção foi de apenas -0,7% em razão do desempenho do setor industrial ao longo do ano, que ficou abaixo do esperado.

Para definir a quantidade de energia a ser adquirida em cada leilão, além da previsão de consumo, a Elektro utiliza modelo matemático de gestão de risco na contratação, desenvolvido em conjunto com consultoria externa. O modelo considera uma série de variáveis, entre elas o registro de todas as regras vigentes de contratação de energia, os volumes já contratados de energia e os possíveis desvios, com base em análises estatísticas e na projeção de consumo. Além de buscar contratação que minimize os riscos de penalidades, o modelo visa à otimização da compra de energia em relação aos custos, sendo que a Elektro é a distribuidora com o menor custo de compra de energia, entre as dez maiores do Brasil.

Para acompanhar o cumprimento dos limites de contratação é utilizado o Indicador de Posição, que calcula qual a relação entre o volume de contratos de compra de energia e o volume de carga consumida no acumulado do ano. Esse indicador constitui importante instrumento para a identificação de oscilações na posição advindas de desvios na previsão da carga, entrada e saída de consumidores livres, impactos de momentos de prosperidade e crise da economia, entre outros. Com base nesse monitoramento, são tomadas ainda ações preventivas, como a participação em Leilões de Ajuste e MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits).

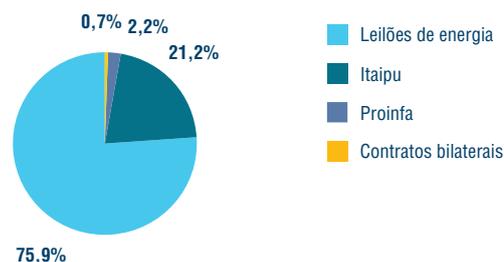
Em 2011, a Elektro manteve-se dentro dos limites regulamentares estabelecidos com o indicador em 102,3%, e, portanto, obteve repasse integral da

compra de sua energia às tarifas dos consumidores, não sofrendo penalidade de subcontratação nem exposição de sobrecontratação (acima de 103%).

Em relação ao portfólio de contratos de compra de energia, no ano de 2011, 75,9% do suprimento para a Elektro foi realizado por meio de contratos provenientes de Leilões de Energia, no ambiente regulado. A energia compulsória proveniente de Itaipu representou 21,2% do total de energia comprada. O restante do portfólio de compra foi composto de 2,2% de energia proveniente de empreendimentos participantes do Programa de Incentivo a Fontes Alternativas (Proinfa) e 0,7% de contratos bilaterais.

Considerando as condições estabelecidas pelo atual marco regulatório para a contratação de energia pelas distribuidoras, principalmente por meio de leilões regulados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a Elektro participou ativamente de todos os mecanismos de compra de energia previstos na regulação e contratou suas necessidades de energia para 2012. A partir de 2013, há necessidade de contratação de energia, devido, principalmente, ao término da vigência dos contratos dos leilões de energia que foram realizados em 2004. Parte do volume necessário para atendimento do crescimento de mercado a partir de 2013 já foi adquirida nos leilões das usinas do Rio Madeira (Jirau e Santo Antonio) e de Belo Monte, sendo que o restante será recontratado em leilões específicos a serem realizados a partir de 2012, conforme previsto na legislação vigente.

### CONTRATOS DE COMPRA DE ENERGIA





Colaboradores na Sede Corporativa, em Campinas

# DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em 11 de julho de 2011, a agência de classificação de riscos Standard & Poor's reafirmou o *rating* de crédito corporativo da Elektro em brAAA, o melhor da escala de crédito.

## AMBIENTE ECONÔMICO

O ano de 2011 foi marcado pela desaceleração da economia brasileira, especialmente destacada pela retração na produção industrial, além do aumento da incerteza no mercado financeiro, fatores desencadeados a partir da crise financeira mundial iniciada em meados de 2008.

Ainda, a contínua instabilidade do cenário internacional diante da crise financeira na Zona do Euro – com o aumento de desconfiança em relação à

situação fiscal e bancária europeia – somada ao rebaixamento nas expectativas de crescimento global e às pressões sobre os EUA, levou o governo brasileiro a tomar medidas macroprudenciais e de reduções da taxa básica de juros de curto prazo (Selic).

A forte valorização do dólar norte-americano nos últimos meses contribuiu para que o governo brasileiro realizasse ações no intuito de conter a desvalorização da moeda nacional. Durante o ano de 2011, a moeda brasileira apresentou desvalorização de 12,6% diante do dólar norte-americano, cotada a R\$ 1,8758/US\$ em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 1,6662/US\$ em 31 de dezembro de 2010).

De janeiro a dezembro de 2011, o Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M) encerrou o período com inflação de 5,10%, 6,22 pontos percentuais abaixo do índice registrado no mesmo período do ano anterior, quando apresentava inflação de 11,32%. Dentre os itens que compõem o índice, essa redução ocorreu de forma relevante nas matérias-primas brutas, produtos agropecuários e industriais, mão de obra e artigos de vestuário.

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou o exercício em 6,50%, 0,59 ponto percentual acima do registrado em 2010, influenciado pelo grupo de alimentos.

O Comitê de Política Monetária (Copom), avaliando as recentes mudanças do ambiente macroeconômico e do nível de incertezas do mercado internacional, decidiu reduzir a taxa Selic para 10,50% a.a., no dia 18 de janeiro de 2012, 0,25 ponto percentual acima da taxa de encerramento de dezembro de 2010. O Conselho

Monetário Nacional manteve a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) em 6,00% a.a., fixada nesse nível desde julho de 2009 até março de 2012, o mais baixo patamar desde sua criação em 1994.

Em 2011, as exportações e importações apresentaram cifras recordes e somaram, respectivamente, US\$ 256,041 bilhões (26,8% superior a 2010) e US\$ 226,251 bilhões (24,5% superior a 2010). O superávit comercial encerrou o exercício com US\$ 29,790 bilhões, 47,8% acima do registrado no ano anterior (US\$ 20,155 bilhões).

Os indicadores econômicos que mais influenciam os resultados da Elektro apresentaram a seguinte evolução:

Indicadores	Variação Acumulada <sup>(1)</sup>			
	4T11	4T10	2011	2010
Taxa de Câmbio R\$/US\$ <sup>(2)</sup>	1,876	1,666	1,876	1,666
Valorização / (desvalorização) cambial - real em relação ao dólar	-1,15%	1,65%	-12,58%	4,31%
IGP-M	0,91%	3,18%	5,10%	11,32%
IPCA	1,46%	1,83%	6,50%	5,91%
CDI	2,63%	2,60%	11,50%	9,77%
TJLP	1,47%	1,47%	6,00%	6,00%

<sup>(1)</sup> Exceto para Taxa de Câmbio R\$/US\$

<sup>(2)</sup> Cotação em 31 de dezembro de 2011

## RESULTADOS

Valores em R\$ milhões	2011	2010	Δ %
			2011 / 2010
<b>Receitas Operacionais</b>	<b>5.332,3</b>	<b>4.934,3</b>	<b>8,1%</b>
Venda de Energia Clientes Finais	4.460,1	4.131,8	7,9%
Receita pelo Uso do Sistema de Distribuição <sup>1</sup>	464,5	326,6	42,2%
Receita de construção	307,8	371,5	-17,1%
Outras Receitas <sup>1</sup>	99,8	104,4	-4,4%
Deduções às Receitas Operacionais	(1.768,2)	(1.565,4)	13,0%
<b>Receitas Operacionais Líquidas</b>	<b>3.564,1</b>	<b>3.368,9</b>	<b>5,8%</b>
<b>Custos Operacionais</b>	<b>(2.481,3)</b>	<b>(2.280,6)</b>	<b>8,8%</b>
<b>Energia Comprada para Revenda</b>	<b>(1.710,9)</b>	<b>(1.599,9)</b>	<b>6,9%</b>
<b>Gastos Operacionais</b>	<b>(770,4)</b>	<b>(680,7)</b>	<b>13,2%</b>
Gastos com pessoal	(226,7)	(181,2)	25,1%
Gastos com materiais	(32,8)	(31,2)	5,1%
Gastos com serviços de terceiros	(117,1)	(135,5)	-13,6%
Depreciação e amortização	(160,2)	(145,7)	10,0%
Outros gastos operacionais	(233,7)	(187,1)	24,9%
<b>Custo de Construção</b>	<b>(307,8)</b>	<b>(371,5)</b>	<b>-17,1%</b>
<b>Resultado do Serviço</b>	<b>774,9</b>	<b>716,7</b>	<b>8,1%</b>
<b>EBITDA <sup>2</sup></b>	<b>935,1</b>	<b>862,4</b>	<b>8,4%</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(67,8)</b>	<b>(72,5)</b>	<b>-6,5%</b>
<b>Lucro Líquido</b>	<b>492,4</b>	<b>450,4</b>	<b>9,3%</b>

<sup>(1)</sup> Em razão do efeito das baixas de ativos e passivos regulatórios, algumas informações de 2010 foram reclassificadas para melhor apresentação e comparabilidade.

<sup>(2)</sup> O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) consiste no lucro líquido antes de receitas e despesas financeiras líquidas, imposto de renda e contribuição social, e depreciação e amortização. A administração da Elektro entende o EBITDA como uma medida gerencial de lucratividade, amplamente utilizada por investidores e analistas para avaliar e comparar o desempenho das empresas.

Durante o ano de 2011, a receita operacional bruta da Elektro foi de R\$ 5,3 bilhões, registrando aumento de 8,1% quando comparada a 2010.

As receitas operacionais líquidas atingiram R\$ 3,6 bilhões, crescimento de 5,8% em relação a 2010 (R\$ 3,4 bilhões). O incremento observado deve-se principalmente ao reajuste tarifário de agosto de 2010, com efeito médio percebido pelos consumidores cativos de 8,91%, e pelo crescimento do consumo de energia, principalmente na classe comercial.

O custo da energia comprada para revenda cresceu 6,9% em comparação a 2010, devido ao incremento no volume comprado e ao aumento da tarifa média de energia nos reajustes dos contratos de compra, responsáveis, em média, por 4% e 3% de incremento, respectivamente. A conclusão do Projeto Novas Tecnologias, que envolveu investimentos não recorrentes em 2010, acarretou a redução de 17,1% no Custo da Construção em comparação com o ano anterior. O resultado do serviço foi de R\$ 774,9 milhões, com acréscimo de 8,1% sobre o resultado de 2010.

Em 2011, a variação de 13,2% nos Gastos Operacionais, quando comparados a 2010, decorre principalmente de: reajuste salarial em junho de 2011 (8,0%); elevação da provisão para contingências, principalmente referentes a processos trabalhistas e correção monetária da provisão relacionada à ação judicial do Departamento de Estradas e Rodagem (DER); aumento da amortização dos ativos intangíveis, devido principalmente à expansão da rede de distribuição; e acréscimo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, principalmente em decorrência da implantação da Resolução Aneel nº 414/10. Os seguintes itens não recorrentes também contribuíram para a elevação em comparação ao ano anterior: (i) PLR especial, em razão da transferência de controle

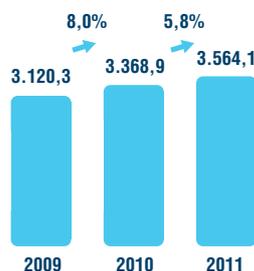
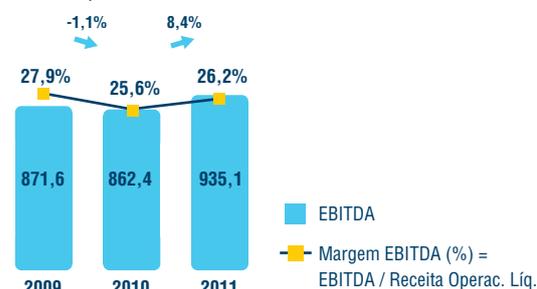
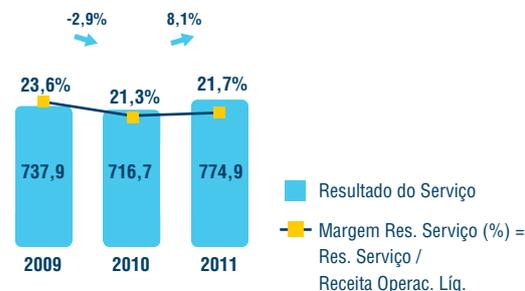
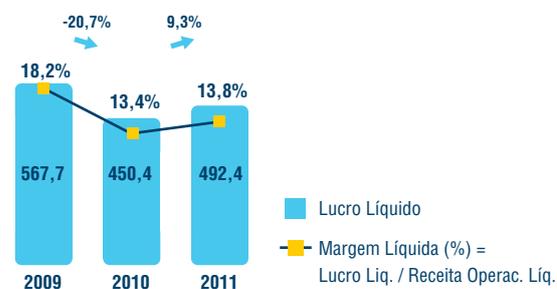
acionário da Companhia; (ii) complemento da provisão especial de aposentadoria (PEA) em consequência da prorrogação do acordo coletivo de trabalho de 2011 para 2013; (iii) variação negativa no resultado atuarial do plano de pensão devido à alteração da taxa de desconto e atualização dos ativos do plano; e (iv) custos de implantação do projeto de Leitura e Entrega Simultânea de contas de energia.

A Elektro encerrou o exercício com EBITDA de R\$ 935,1 milhões, apresentando aumento de 8,4% em relação a 2010. Essa variação ocorreu principalmente em virtude do aumento na receita de fornecimento de energia, compensada pelo acréscimo do custo de compra de energia e de gastos operacionais.

O Resultado Financeiro acumulado em 2011 foi uma despesa líquida de R\$ 67,8 milhões, apresentando redução de 6,5% sobre a despesa financeira líquida auferida em 2010, de R\$ 72,5 milhões. O resultado deve-se principalmente ao efeito da desaceleração do IGP-M, que impactou a variação monetária da 2ª série da 2ª emissão de debêntures até sua amortização, em 1º de setembro de 2011, atrelado ao maior rendimento de aplicações financeiras decorrentes do maior saldo de caixa. Esses efeitos foram parcialmente compensados pela provisão para multa referente à sobrecontratação de Montantes de Uso do Sistema de Transmissão (Must) e maior despesa de juros de empréstimos com terceiros, após pré-pagamento das dívidas com o BNDES, em abril de 2011.

A Elektro registrou lucro líquido de R\$ 492,4 milhões em 2011, elevação de 9,3% quando comparado ao resultado de R\$ 450,4 milhões do ano anterior.

Os gráficos a seguir ilustram o desempenho dos resultados operacionais da Elektro no ano de 2011 comparados a 2010 e 2009.

**RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA***(R\$ milhões)***EBITDA***(R\$ milhões)***RESULTADO DO SERVIÇO***(R\$ milhões)***LUCRO LÍQUIDO***(R\$ milhões)***DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO**

Em 29 de abril de 2011, a Assembleia Geral Ordinária dos acionistas da Elektro aprovou a distribuição de dividendos no montante de R\$ 168,0 milhões, referentes ao exercício de 2010 (já deduzidos os pagamentos efetuados de dividendos intermediários e juros sobre capital próprio). O pagamento dos dividendos ocorreu no dia 26 de agosto de 2011.

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 11 de agosto de 2011, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 253,9 milhões, com base no lucro líquido do primeiro semestre de 2011. O pagamento dos dividendos intermediários ocorreu em três parcelas iguais de R\$ 84,6 milhões cada uma, nos dias 26 de agosto, 26 de outubro e 21 de dezembro de 2011, respectivamente.

Em reuniões do Conselho de Administração, realizadas em 10 de novembro e 23 de dezembro de 2011, foi aprovada a distribuição e o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 71,6 milhões, referente ao exercício de 2011, pagos em 23 de janeiro de 2012.

A Administração da Elektro também propôs a distribuição de dividendos no montante de R\$ 134,7 milhões, referente ao exercício de 2011 (após constituição da reserva legal e deduzidos os dividendos intermediários e juros sobre capital próprio). A proposta foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração em 14 de fevereiro de 2012 e foi submetida à aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos acionistas realizada no dia 28 de março de 2012.

## Estrutura de capital

31/12/2011	Curto Prazo	Longo Prazo	R\$ milhões	Total %
<b>Empréstimos com Terceiros</b>				
Debêntures	27,4	602,4	629,7	50,9%
BNDES Finem / Finame	0,7	66,5	67,2	5,4%
Eletrobras	10,9	87,6	98,6	8,0%
Finep	10,6	41,9	52,5	4,2%
Linha 4131 <sup>(1)</sup>	8,3	360,0	368,3	29,8%
Arrendamento mercantil	4,9	16,5	21,4	1,7%
<b>Total da Dívida</b>	<b>62,8</b>	<b>1.174,9</b>	<b>1.237,7</b>	<b>100,0%</b>
<b>Perfil da Dívida</b>	<b>5%</b>	<b>95%</b>	<b>100%</b>	
Caixa, Aplicações Financeiras e Caução de Fundos <sup>(2)</sup>			(285,8)	
<b>Endividamento Líquido</b>			<b>951,9</b>	

<sup>(1)</sup> Convertidos às taxas definidas nos respectivos contratos.

<sup>(2)</sup> Considera garantias específicas de dívidas, excluindo garantias caucionadas para compra de energia elétrica, fundo educacional e outros.

A Elektro encerrou o ano de 2011 com endividamento líquido de R\$ 951,9 milhões, resultado do endividamento total de R\$ 1.237,7 milhões e saldo de caixa, aplicações financeiras e caução de fundos de R\$ 285,8 milhões. A dívida de longo prazo corresponde a 95% do total do endividamento.

Durante o ano de 2011, a Empresa captou R\$ 754,1 milhões, considerando o financiamento do programa de investimentos da Elektro, outras linhas de financiamento de longo prazo e a 5ª emissão de debêntures.

A Elektro captou, em 15 de abril de 2011, utilizando o instrumento financeiro da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, linhas de financiamento de longo prazo denominadas em moeda estrangeira no montante total de R\$ 360 milhões (US\$ 229 milhões). Objetivando a neutralização de qualquer risco cambial derivado dessa operação, a Empresa contratou um *swap* com o mesmo prazo de vencimento e sobre o mesmo valor da operação de empréstimo, resultando, assim, em uma operação denominada em moeda nacional com um custo final atrelado ao CDI.

Os recursos acima foram utilizados para o pré-pagamento da totalidade do saldo devedor do financiamento no BNDES, em 28 de abril de 2011, no valor de R\$ 288,1 milhões, pagos aos agentes repassadores em decorrência da troca de controle acionário da Elektro. Conforme descrito abaixo, a Companhia continua contando com o apoio do BNDES no financiamento de seus investimentos, já tendo contratado novas linhas e sacado recursos após esse pré-pagamento.

Em 15 de agosto de 2011, a Elektro efetuou a 5ª emissão de debêntures simples, nominativas, escriturais, não conversíveis em ação, da espécie quirografária, no montante total de R\$ 300 milhões, com vencimento em 15 de agosto de 2016 e 15 de agosto de 2018, respectivamente, 1ª e 2ª séries. A 1ª série, no valor de R\$ 120 milhões, será remunerada à taxa de CDI acrescida de 0,98% a.a. e a 2ª série, no valor de R\$ 180 milhões, à taxa IPCA acrescida de 7,6813% a.a.

Os recursos provenientes das debêntures foram integralmente utilizados para a liquidação das debêntures da 2ª emissão da Elektro, com vencimento em 1º de setembro de 2011, e para o reforço de seu capital de giro.

No período, foram liberados R\$ 27,5 milhões em recursos para financiar seu programa de investimentos, por meio de linhas de financiamento já existentes, compostos por:

- BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social): R\$ 3,4 milhões, por meio de agentes financeiros;
- Eletrobras: R\$ 6,7 milhões, relacionados ao Programa Luz para Todos e;
- Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia: R\$ 17,4 milhões.

Ainda, para financiar novos investimentos, além das linhas já existentes, a Elektro realizou, em 13 de junho e 27 de outubro, novas captações no montante total de R\$ 66,6 milhões, sendo R\$ 5,7 milhões relacionados ao BNDES Finame e R\$ 60,9 milhões relacionados ao BNDES Finem, respectivamente. Esse último refere-se ao contrato, no montante total de R\$ 188,5 milhões, aprovado pelo BNDES em julho de 2011, para financiamento do Programa de Investimentos 2011/2012, envolvendo expansão e melhorias do sistema de distribuição de energia elétrica, bem como a implantação de nove subestações e duas linhas de transmissão. Essa captação está em linha com a política da Companhia de obtenção de endividamento com taxas atrativas para financiamento de suas operações

### ESTRUTURA DE CAPITAL

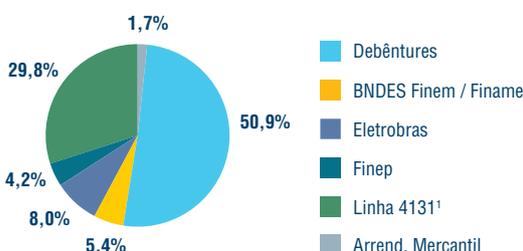
*Dívida Líquida / (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido)*



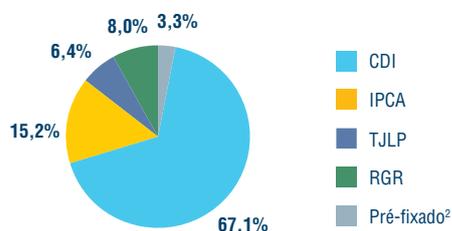
Em 31 de dezembro de 2011, o endividamento total da Elektro apresentava as seguintes características:

### MODALIDADE DO FINANCIAMENTO

*(Total: R\$ 1.237,7 milhões)*



### INDEXAÇÃO



## CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Em 11 de julho de 2011, a agência de classificação de riscos Standard & Poor's reafirmou o *rating* de crédito corporativo da Elektro em brAAA, o melhor *rating* da escala de crédito. A 4ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, no valor de R\$ 300 milhões, emitida em 15 de julho de 2010, e a 5ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, no valor de R\$ 300 milhões, emitida em 15 de agosto de 2011, também são classificadas em brAAA.

## POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

De acordo com a política da Elektro, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico proteger a Empresa de eventuais exposições a moedas ou taxas de juros.

Atualmente, a Elektro possui três operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos (*swap*) que têm como objetivo mitigar 100% do risco de variação cambial de captação em moeda estrangeira com início e vencimento nas mesmas datas do contrato de financiamento.

A Empresa também possui pagamentos de compra de energia de Itaipu que são atrelados ao dólar norte-americano. Porém, essas variações cambiais estão contempladas no reajuste tarifário anual aplicável à Companhia, conforme mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A (CVA).

As operações com instrumentos derivativos estão contabilizadas a valor de mercado.

<sup>(1)</sup> Linha contratada em moeda estrangeira com juros pré-fixados e protegida por meio de *swap* para CDI.

<sup>(2)</sup> Consideram recursos da Finep sem indexação.

## FLUXO DE CAIXA

Fluxo de Caixa	Valores em R\$ milhões		Δ R\$ milhões
	2011	2010	2011 / 2010
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>492,4</b>	<b>450,4</b>	<b>42,0</b>
Depreciação e outras amortizações	160,2	145,7	14,5
Amortização de tributos diferidos	4,1	54,3	(50,2)
Juros e variação monetária e cambial	124,5	132,2	(7,7)
Outros	178,8	121,2	57,6
<b>Despesas (receitas) que não afetam o caixa</b>	<b>467,5</b>	<b>453,4</b>	<b>14,1</b>
<b>Lucro Líquido Ajustado</b>	<b>960,0</b>	<b>903,8</b>	<b>56,2</b>
Varição do Capital de Giro Operacional	(220,2)	(138,2)	(82,0)
<b>Geração Operacional de Caixa após Imposto de Renda, Contribuição Social e Pagamento de Juros</b>	<b>739,8</b>	<b>765,7</b>	<b>(25,9)</b>
Adições ao intangível	(307,8)	(371,5)	63,7
Outros	(4,8)	6,3	(11,1)
<b>Atividades de Investimento</b>	<b>(312,6)</b>	<b>(365,2)</b>	<b>52,6</b>
Amortização de principal	(641,1)	(594,2)	(46,9)
Captação de empréstimos e debêntures	753,1	534,1	219,0
<b>Atividades de Financiamento antes do Pagamento de Dividendos</b>	<b>111,9</b>	<b>(60,0)</b>	<b>171,9</b>
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	(477,0)	(400,9)	(76,1)
<b>Atividades de Financiamento após Pagamento de Dividendos</b>	<b>(365,0)</b>	<b>(461,0)</b>	<b>96,0</b>
<b>Geração (consumo) Líquido de Caixa</b>	<b>62,1</b>	<b>(60,5)</b>	<b>122,6</b>
Saldo Inicial do Período (excluindo caução de fundos)	223,4	283,8	(60,4)
<b>Saldo Disponível de Caixa do Período (excluindo caução de fundos)</b>	<b>285,5</b>	<b>223,4</b>	<b>62,1</b>

Em 2011, a geração líquida de caixa foi de R\$ 62,1 milhões, R\$ 122,6 milhões acima do consumo de R\$ 60,5 milhões em 2010. As principais justificativas foram:

- Redução na geração operacional de caixa pelo maior saldo de impostos a pagar como consequência do melhor resultado quando comparado ao mesmo período do ano anterior, e ainda pelo maior pagamento de IR e CS em 2010, devido ao fim da compensação de prejuízos fiscais, totalizando R\$ 25,9 milhões.
- Redução de R\$ 52,6 milhões no consumo de caixa nas atividades de investimento, devido à conclusão do Projeto Novas Tecnologias, que envolveu investimentos não recorrentes em 2010. Essa redução foi parcialmente compensada pelos investimentos em tecnologia da informação e infraestrutura para atendimento à Resolução Aneel n° 414/10, que estabelece a abertura de novas agências de atendimento presencial, e implantação do Projeto de Leitura e Entrega Simultânea das contas de energia.
- Maior geração de caixa nas atividades de financiamento, no montante de R\$ 171,9 milhões, devido à liquidação total da 2ª emissão de debêntures da Companhia e pagamento antecipado dos financiamentos do BNDES, associada às captações da 5ª emissão de debêntures, de linhas de longo prazo em moeda estrangeira e de outras linhas já existentes.
- Aumento de R\$ 76,1 milhões no pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, pelo maior lucro líquido registrado no 1º semestre de 2011 e pelo pagamento dos dividendos de 2010, realizado em 2011.

## INVESTIMENTOS E MODERNIZAÇÃO

Em 2011, a Elektro investiu R\$ 328,2 milhões, dos quais R\$ 13,1 milhões foram realizados com recursos de clientes.



**R\$ 281,8 MILHÕES**  
FORAM INVESTIDOS PARA  
EXPANSÃO, MELHORIAS,  
PRESERVAÇÃO DO SISTEMA  
ELÉTRICO E SUPORTE  
OPERACIONAL.

<sup>(1)</sup> Exclui investimentos com recursos de clientes.

Os principais programas de investimentos em 2011 foram:

- R\$ 281,8 milhões em expansão, melhorias, preservação do sistema elétrico e suporte operacional, dos quais: (i) R\$ 82,4 milhões foram investidos na preservação do sistema elétrico; (ii) R\$ 29,7 milhões em melhorias e atualizações tecnológicas; (iii) R\$ 105,4 milhões estão associados a novas ligações e à expansão de subestações e de linhas de transmissão; e (iv) R\$ 64,3 milhões em programas de Tecnologia da Informação e Infraestrutura.
- R\$ 33,3 milhões no Programa de Universalização, em cumprimento à Lei nº 10.438 de abril de 2002, segregados da seguinte forma:
  - R\$ 10,0 milhões referentes a Programas Rurais, relacionados aos projetos de eletrificação de áreas rurais que viabilizaram o fornecimento de energia elétrica a 1.235 novos clientes, por meio do Programa Luz para Todos;
  - R\$ 23,3 milhões referentes a Programas de Universalização, que determinam o atendimento de novas ligações a aumento de carga, sem ônus aos clientes com carga inferior a 50 kVA.

Os investimentos realizados no ano de 2010 foram superiores aos realizados no mesmo período de 2009 devido à aquisição de equipamentos como veículos e equipamentos de transporte, materiais e ferramentas, equipamentos de informática e ampliação e reforma de imóveis para o Projeto Novas Tecnologias.

A redução dos investimentos em 2011, quando comparados ao ano anterior, decorre principalmente dos investimentos não recorrentes em 2010 descritos acima. Essa condição foi parcialmente compensada pelos investimentos em Tecnologia da Informação e Infraestrutura para atendimento à Resolução Aneel nº 414/10, que estabelece a abertura de novas agências de atendimento presencial, ao Projeto de Leitura e Entrega Simultânea das contas de energia e implantação do Manual de Controle Patrimonial, conforme Resolução Aneel nº 367/09.

## DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

O valor adicionado de 2011 totalizou R\$ 2.676,8 milhões, 13,3% acima do ano anterior. Ele reflete a agregação de riqueza da atividade empresarial, representando a diferença entre a receita bruta da Empresa e os valores pagos por materiais e serviços adquiridos de terceiros,

depreciação e amortizações. Do total, 67,6% foram distribuídos ao governo, na forma de impostos e contribuições, a acionistas (18,2%), colaboradores (7,2%) e financiadores (7%), ficando R\$ 22,6 milhões como lucros retidos.

### Demonstração do Valor Adicionado (DVA) (GRI EC1)

Em R\$ mil	2009	2010	2011
<b>Receitas</b>	<b>4.458.479</b>	<b>4.923.257</b>	<b>5.315.905</b>
Vendas de energia e serviços	4.170.318	4.562.803	5.024.476
Receita de construção	296.867	371.477	307.848
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-12.590	-16.520	-22.425
Outras receitas	3.884	5.497	6.006
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>-2.213.294</b>	<b>-2.511.787</b>	<b>-2.584.443</b>
Energia comprada	-1.642.268	-1.772.398	-1.885.359
Materiais	-27.233	-31.009	-32.795
Serviços de terceiros	-117.296	-120.279	-117.059
Custo de construção	-296.867	-371.477	-307.848
Outros custos operacionais	-129.630	-216.624	-241.382
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>2.245.185</b>	<b>2.411.470</b>	<b>2.731.462</b>
Depreciação e amortizações	-133.661	-145.650	-160.227
<b>Valor adicionado líquido</b>	<b>2.111.524</b>	<b>2.265.820</b>	<b>2.571.235</b>
Receitas financeiras e variações monetárias	188.676	96.553	105.572
<b>Valor adicionado a distribuir</b>	<b>2.300.200</b>	<b>2.362.373</b>	<b>2.676.807</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>2.300.200</b>	<b>2.362.373</b>	<b>2.676.807</b>
Pessoal	183.942	169.590	191.602
Impostos, taxas e contribuições	1.188.790	1.279.305	1.423.967
Federais	500.360	501.349	558.401
Estaduais	687.991	777.564	865.315
Municipais	439	392	251
Encargos do consumidor e outros	264.836	317.188	396.010
Despesas financeiras e variações monetárias e cambiais	109.969	166.540	172.792
Juros sobre capital próprio	67.559	67.639	71.632
Dividendos pagos	238.141	190.352	253.883
Dividendos propostos	203.886	149.238	142.299
Lucro retido	43.077	22.521	24.622

O relacionamento da Elektro com seus *stakeholders* tem por base a busca contínua pela excelência no serviço de distribuição de energia elétrica em sua área de concessão.



Núcleo do Projeto Esporte Energia

## DESEMPENHO SOCIAL

### RELACIONAMENTO COM COLABORADORES

A política de gestão de pessoas na Elektro é aprimorada a cada ano de forma a garantir a contratação e retenção de profissionais qualificados e em linha com a cultura organizacional. O processo de seleção foi aperfeiçoado em 2011, baseando-se em valores empresariais como excelência, integridade e comunicação, além de protagonismo. Também ficou mais participativo, com o apoio de Gestores e suas equipes na decisão sobre as pessoas mais adequadas às vagas abertas. Essa seleção em parceria facilitou o processo de integração e permitiu a contratação de colaboradores com as características esperadas por cada área.

A qualificação do conhecimento técnico dos futuros profissionais em relação às atividades desenvolvidas na Empresa passou a ocorrer por meio da validação de certificados obtidos no mercado com um selo de qualidade interno. Com a medida, a Companhia visa garantir a *expertise* dos novos contratados e distinguir as melhores formações. (GRI EU14)

Ao final de 2011, a Elektro mantinha 3.879 colaboradores próprios, dos quais 28 estagiários e 30 aprendizes, quadro 10,0% maior que no ano anterior. Atuava ainda com 1.731 terceiros de empresas parceiras.

A taxa de rotatividade no período foi de 10,9%, com 749 contratados e 403 desligados. (GRI LA2)

Quadro de colaboradores (GRI LA1)				
Nº total de trabalhadores (em 31 de dezembro de 2011)			2011	
	Homens	Mulheres	Total	
Por prazo indeterminado ou permanente	3.318	508	3.826	
Tempo integral	3.144	286	3.430	
Meio período	174	222	396	
Por prazo determinado ou temporário	45	8	53	
Trabalhadores contratados/terceiros			Total	
Por prazo indeterminado ou permanente			1.731	
Por prazo determinado ou temporário				
Outros			Total	
Estagiários	16	12	28	
Aprendizes	24	6	30	
Profissionais autônomos ou liberais	ND	ND	ND	
<b>Total</b>	<b>40</b>	<b>18</b>	<b>58</b>	
Por região		Empregados	Terceiros	Outros
Região Centro		769		-
Região Leste		678		-
Região Oeste		746	1.731	-
Região Sul		788		-
Sede		898		-

Composição do quadro funcional (GRI LA13)				
	Homens		Mulheres	
	Nº	Percentual	Nº	Percentual
Por categoria funcional				
Diretores	5	83,3	1	16,7
Superintendentes	1	100	-	0,0
Gerentes-Executivos	13	86,6	2	13,4
Gerentes	33	84,6	6	15,4
Supervisores	72	97,3	2	2,7
Coordenadores	16	69,6	7	30,4
Consultores	30	75,0	10	15,0
Nível universitário	281	67,4	136	32,6
Nível técnico/administrativo	745	68,8	337	31,2
Nível operacional	2.143	99,6	9	0,4
Aprendizes	24	80,0	6	20,0
Por faixa etária				
Até 30 anos	1.416	84,9	250	15,1
De 30 a 50 anos	1.759	87,5	251	12,5
Mais de 50 anos	188	92,6	15	7,4
Por raça				
Branços	2.748	85,7	457	14,3
Negros (pretos e pardos)	582	91,9	51	8,1
Amarelos	28	77,8	8	22,2
Indígenas	5	100,0	-	0
Por grupos minoritários				
Deficientes físicos/portadores de necessidades especiais	33	68,7	15	31,3

<b>Taxa de rotatividade (GRI LA2)</b>			
	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Total</b>
Número de empregados ao final do período	3.363	516	3.879
Nº total de desligados <sup>(1)</sup>	340	63	403
Nº total de novos contratados no período	628	121	749
Taxa de rotatividade (%)	10,58	12,94	10,89
<b>Rotatividade por faixa etária</b>			
	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Total</b>
<b>Até 30 anos</b>	<b>1.416</b>	<b>250</b>	<b>1.666</b>
Nº total de desligados	149	40	189
Nº total de novos contratados	386	96	482
Taxa de rotatividade (%)	10,94	16,81	11,81
<b>De 30 a 50 anos</b>	<b>1.759</b>	<b>251</b>	<b>2.010</b>
Nº total de desligados	158	21	179
Nº total de novos contratados	233	25	258
Taxa de rotatividade (%)	9,41	8,92	9,35
<b>Mais de 50 anos</b>	<b>188</b>	<b>15</b>	<b>203</b>
Nº total de desligados	33	2	35
Nº total de novos contratados	9	0	9
Taxa de rotatividade (%)	18,97	14,81	18,67
<b>Rotatividade por região</b>			
	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Total</b>
<b>SEDE</b>	<b>501</b>	<b>397</b>	<b>898</b>
Nº total de desligados	92	46	138
Nº total de novos contratados	50	68	118
Taxa de rotatividade (%)	17,54	11,62	14,99
<b>REGIÃO SUL</b>	<b>749</b>	<b>39</b>	<b>788</b>
Nº total de desligados	59	4	63
Nº total de novos contratados	145	21	166
Taxa de rotatividade (%)	8,02	12,90	8,22
<b>REGIÃO OESTE</b>	<b>719</b>	<b>27</b>	<b>746</b>
Nº total de desligados	52	4	56
Nº total de novos contratados	137	8	145
Taxa de rotatividade (%)	7,69	17,39	8,01
<b>REGIÃO LESTE</b>	<b>650</b>	<b>28</b>	<b>678</b>
Nº total de desligados	72	1	73
Nº total de novos contratados	129	15	144
Taxa de rotatividade (%)	11,60	5,13	11,41
<b>REGIÃO CENTRO</b>	<b>744</b>	<b>25</b>	<b>769</b>
Nº total de desligados	65	8	73
Nº total de novos contratados	167	9	176
Taxa de rotatividade (%)	9,88	45,71	10,81
<b>Tempo médio de atuação dos empregados que deixaram a Empresa no ano (em meses)</b>			
	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Total</b>
Até 30 anos de idade	26,85	31,43	58
De 30 a 50 anos	121,66	100,43	222
Mais de 50 anos	281,55	201,00	483

<sup>(1)</sup> Empregados que deixaram o emprego voluntariamente, por demissão, aposentadoria ou morte em serviço.

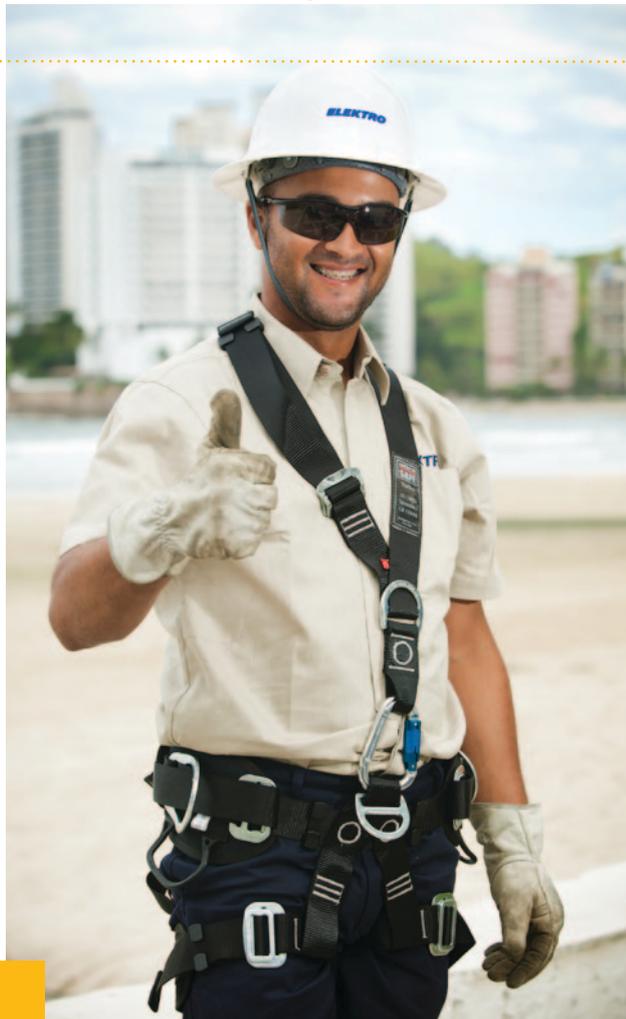
## ELEKTRO MAIS ENERGIA

A Companhia investe em seu programa de estágio, denominado Mais Energia, com o objetivo de identificar jovens talentos que contribuam com processos de melhoria e inovação resultantes da aliança entre a prática e o conhecimento acadêmico. Além disso, o programa visa desenvolver os estudantes para posições técnicas, administrativas e executivas e formar profissionais comprometidos com a cultura, os valores e resultados da Elektro. A novidade em 2011 foi a divulgação do programa em feiras dirigidas ao público estudantil e a realização de gincanas para atrair estudantes que se identificassem com as características principais da Companhia.

No exercício, 2.208 jovens do penúltimo ou último ano de graduação se inscreveram no Mais Energia, dos quais 400 foram selecionados para dinâmicas de grupo após triagem curricular e teste de inglês *online*.



Alex José Bonfim, Eletricista de Bertiooga



## SEGURANÇA, VALOR NÚMERO 1

A segurança é o maior e primeiro valor da Elektro, presente em sua Missão e pré-requisito para o desenvolvimento de qualquer projeto ou adoção de processos, a exemplo das novas tecnologias. Em linha com suas Diretrizes de Segurança, Saúde e Meio Ambiente, é obrigatório o uso de ferramentas e equipamentos de proteção individual (EPIs) e coletiva (EPCs), e os colaboradores são incentivados a recusar qualquer procedimento que possa ser considerado perigoso. Um Comitê de Segurança e Saúde reúne-se mensalmente para discutir os principais focos de atenção para a conquista de zero acidente e representa todo o quadro funcional. São mantidos 12 técnicos de segurança em cada uma das quatro Regiões de atuação e, na Sede Corporativa, em Campinas, atuam um engenheiro de segurança, cinco analistas, um técnico de segurança, uma médica e duas enfermeiras do trabalho, entre outros profissionais especialistas na área. A Elektro possui ainda um técnico de segurança em sua Central de Atendimento ao Cliente (CAC) e, desde 2005, adota procedimento de Identificação de Perigos e Avaliação de Riscos (Ipar) para mapear e controlar todos os riscos relevantes das atividades de construção e preservação. (GRI LA6)

Para que os líderes estejam comprometidos com a promoção de um ambiente e rotinas de trabalho seguros, todos são treinados no Programa Comportamento pela Vida, que prevê capacitação para a observação de comportamentos seguros e orientações sobre melhorias no uso de equipamentos e em procedimentos. O compromisso dos líderes é fundamental para a disseminação do programa, que privilegia a abordagem de reforço positivo de atitudes seguras para a redução do número de acidentes. Eles também se comprometem com os 5 Compromissos da Liderança com a Segurança, documento que prevê: ser atuante em campo, promovendo o alinhamento de forma positiva; não negociar a segurança; ser responsável pela melhoria e gestão da segurança dentro da área de atuação; promover Discussão de Estratégia, Segurança e Comportamento; e manter um sistema de indicadores e de reconhecimento positivo.

Além disso, o programa Observação de Segurança estimula os colaboradores a identificarem riscos no ambiente de trabalho e a propor aperfeiçoamentos. Em 2011, foram realizadas 17.977 observações. Outra iniciativa é o Segurança em Foco, momento em que os colaboradores podem debater com seus Gestores assuntos relacionados à segurança e à prevenção de acidentes, sendo que os temas de maior relevância são anualmente compartilhados com toda a Organização.

Todas essas ações permitem que segurança seja um valor não só da Elektro, mas de todos os seus colaboradores, que utilizam o corrimão ao subir e descer as escadas e só atravessam nos estacionamentos em faixas de pedestres. Além disso, para facilitar a saída, todos os carros são estacionados de ré e há vagas especiais para gestantes e pessoas com deficiência. Outro exemplo foi a iniciativa de um colaborador que disseminou entre os que usam motos como meio de transporte a importância de instalar antenas corta-pipas para proteção.

Os meios de transporte são um dos alvos de programas de disseminação de comportamento seguro na Companhia. Devido ao aprimoramento do processo de leitura e entrega simultânea de contas aos consumidores (*saiba mais na página 76*), com o uso intensivo de motos na atividade, todos



Eletricista realizando ação de isolamento da área

## SEGURANÇA

É UM VALOR DA ELEKTRO E DE TODOS OS SEUS COLABORADORES E PARCEIROS DE NEGÓCIOS, QUE PRIVILEGIAM SEMPRE A ADOÇÃO DE COMPORTAMENTOS SEGUROS PARA A PREVENÇÃO DE QUAISQUER TIPO DE ACIDENTES. EXEMPLO É QUE, EM 2011, A EMPRESA ALCANÇOU MELHORIA DE 43% NA TAXA DE ACIDENTES COM VEÍCULOS.

os colaboradores receberam treinamentos de direção segura e tiveram seus comportamentos avaliados. Além disso, as motos são monitoradas e todos utilizam os equipamentos necessários à segurança para uma menor exposição a danos. No total, 248 pessoas foram capacitadas.

Foi realizado em 2011 o projeto de Avaliação de Condutores, que teve como objetivo avaliar o comportamento em direção defensiva de cada colaborador. A ação foi realizada individualmente pelos técnicos de segurança e, após cada análise, o condutor recebeu nota que indicou se ele estava apto a dirigir ou necessitava de uma reciclagem do treinamento de direção defensiva ou afins. Com o projeto, a Elektro alcançou melhoria de 43% na taxa de acidentes com veículos.

Todas as Regiões, a Sede Corporativa e a CAC foram envolvidas também na Semana Interna de Prevenção de Acidentes (Sipat) que, no ano, teve como tema *Seja Vivo! Segurança é Agora*. O objetivo foi reforçar o valor número 1 da Elektro e, para isso, o evento abrangeu discussões estratégicas de segurança e comportamentos, palestras sobre direção defensiva e comportamentos seguros, debates sobre manutenção preventiva, revisões veiculares e efeitos do alcoolismo, além da importância do uso dos EPIs e EPCs.

Ainda para promover reflexões sobre o tema, foi promovida, em eventos nas Regiões, a atividade Meu Compromisso é com a Vida, com dinâmicas para identificar a situação da Empresa em relação à segurança e quanto valor é dado ao assunto dentro do cotidiano de trabalho; simulações de situações inseguras e suas eventuais consequências e perdas; e debates sobre como evitar acidentes.

Os subcontratados e terceiros também recebem treinamentos em saúde e segurança, sendo que em 2011, 27% deles foram capacitados. (GRI EU18)

Saúde e segurança no trabalho (colaboradores próprios) (GRI LA7)			
	2009	2010	2011
Nº total de acidentes de trabalho	130	185	159
Média de acidentes de trabalho por empregado/ano	0,043	0,021	0,018
Total de acidentes com afastamento	3	5	2
Total de acidentes sem afastamento	46	68	71
Média de acidentes com afastamento temporário de empregados e/ou de prestadores de serviço (%)	14,0%	14,5%	12,1%
Índice TF (taxa de frequência) total da Empresa no período	0,64	0,81	0,29
Índice TG (taxa de gravidade) total no período	37,22	63,17	50,52
Saúde e segurança no trabalho (colaboradores de contratadas) (GRI LA7)			
Nº total de acidentes de trabalho com empregados	184	48	26
Total de acidentes de trabalho (com e sem afastamento) – inclui acidentes com veículos	0,061	0,024	0,018
Índice TF (taxa de frequência) total da Empresa no período, para empregados	2,08	2,07	3,80
Índice TG (taxa de gravidade) total no período, para terceirizados/contratados	1.162,00	1.621,00	106,75

Taxa de dias perdidos <sup>(1)</sup> (GRI LA7)	
Centro	0
Leste	46,50
Oeste	15,30
Sul	0
Sede Corporativa	0
Central de Atendimento ao Cliente	0
Taxa de absenteísmo	
Centro	1.119.697
Leste	1.041.667
Oeste	1.580.303
Sul	1.515.909
Sede Corporativa	1.275.758
Central de Atendimento ao Cliente	4.268.939

<sup>(1)</sup> A contagem de dias perdidos se inicia após o dia do acidente de trabalho.



Colaboradores no restaurante da Sede Corporativa

## SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

Para subsidiar suas ações de estímulo à saúde e à promoção da qualidade de vida, a Elektro realizou, em 2011, mapeamento dos profissionais por meio de indicadores de níveis de colesterol, número de tabagistas e frequência de participação em atividades físicas, entre outros. Mais de 90% do quadro funcional aderiu à iniciativa e os resultados foram comparados com dados da população em geral, compilados pelo Ministério da Saúde.

A Empresa mantém o Programa BIOERG, baseado em conceitos de ergonomia e biomecânica, com avaliações posturais promovidas nos próprios locais de trabalho, além de sessões de alongamento. A novidade em 2011 foi a divulgação na Elektronet das orientações sobre a correta postura a ser adotada em cada atividade profissional – e também em casa, para toda a família, com dicas que incluem desde como trocar lâmpadas até carregar sacola na feira ou material escolar – para atingir 100% dos colaboradores.

Devido à especificidade da atividade, é promovido na CAC um amplo programa de gerenciamento de estresse. Em 2011, durante a Sipat, foi realizado um projeto para aproveitamento de resíduos de madeira em trabalhos manuais. Os colaboradores utilizaram o material para confecção de brinquedos e jogos, sempre

em pares, um para doação e outro para o próprio profissional. A atividade foi desenvolvida em parceria com uma instituição pedagógica que, após a ação no Call Center, entregou os jogos confeccionados a cinco instituições filantrópicas e ensinou monitores a utilizar o material.

Ações para melhoria da qualidade de vida e saúde também são o foco do Estar Bem Elektro, criado em 2006 e que possui três vertentes: (GRI LA 8)

### VERTENTE SAÚDE

**Cuide-se** – Com base em indicadores metabólicos e antropométricos, alguns grupos de colaboradores expostos ao risco do trabalho em altura são convidados a participar do programa com foco na redução/melhora do indicador alterado.

**Atendimento nutricional** – Orientações sobre alimentação aos colaboradores que apresentam indicadores críticos de saúde (colesterol, triglicérides, diabetes, obesidade, sobrepeso e hipertensão).

**Cozinha Show** – Educação nutricional aos colaboradores e seus familiares, que participam de encontros sobre alimentação saudável e passam por avaliação de peso, altura e Índice de Massa Corporal (IMC).

Colaboradores na academia da Sede Corporativa



## VERTENTE MOVIMENTO

**Atividades físicas** – Academia própria na Sede Corporativa e em unidades credenciadas nas Regiões atendem a todos os colaboradores próprios e, na Sede, também a terceiros. Adicionalmente, os colaboradores são incentivados a participar de campeonatos e grupos de corrida.

**Ginástica laboral** – Atividade diária realizada na Sede Corporativa e nos escritórios regionais para todos os colaboradores, na qual são trabalhados flexibilidade, autoconhecimento, alongamento de grupos musculares e interação entre equipes.

## VERTENTE CULTURA

A Elektro mantém equipes de teatro e coral, formadas por colaboradores e parceiros, e oferece aulas coletivas e individuais de música, violão e violino, entre outros instrumentos. Promove passeios culturais como forma de resgatar culturas, costumes, tradições e crenças das cidades visitadas, em programações para colaboradores e familiares.

## DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

Por meio do Ciclo de Desenvolvimento de Pessoas, que se baseia nos resultados de uma avaliação 360° realizada a cada dois anos por pares, subordinados e gestores, e de um parecer anual do Comitê de Gestores, a Elektro define as ações de treinamento necessárias para cada colaborador. O estímulo ao desenvolvimento profissional ocorre também por meio de constantes *feedbacks*, que em 2011 abrangeram 96% do corpo funcional – 95% das mulheres e 96% dos homens. (GRI LA12).

A Empresa também utiliza um Modelo de Gestão por Competências, que permite a formação de novos Gestores e resulta em altos índices de promoções, sendo que em 2011 a maior parte das vagas foi preenchida por recrutamento interno. Os novos Gestores participam do programa Gestão em Foco, que estimula

o desenvolvimento de competências de liderança e compreende seis módulos, em um ano de capacitação: Comunicação e Relacionamento, Ação Estratégica, Visão Sistêmica, Liderança e Gestão de Pessoas, Execução e *Workshop* Melhores Práticas, e Inovação e Gestão da Mudança. Há ainda um estruturado Plano de Sucessão, para a identificação e o desenvolvimento de futuros líderes e especialistas.

Já para desenvolver colaboradores para posições futuras de liderança ou de especialistas, por meio de carreira em Y, é mantido o Programa Geração Futuro. O objetivo é desafiar os profissionais a aprimorem competências como inovação, empreendedorismo e protagonismo. Como pré-requisitos à participação, são esperados desempenho acima da média e diploma de graduação;

idade e cargos não são levados em consideração.

O Geração Futuro possui duração de dois anos e engloba três vertentes: Treinamento, Desenvolvimento de Projetos e Carreira.

Novos colaboradores passam por programa de integração, que engloba capacitação *online* com base nas diretrizes do Código de Conduta – que inclui procedimentos relativos a aspectos de direitos humanos –, assistem a um vídeo de divulgação das políticas e práticas da Empresa, entre outras ações. No exercício, 651 pessoas, o que corresponde a 16,8% do quadro de colaboradores, passaram por 5.563 horas de treinamento em políticas e procedimentos referentes a aspectos de direitos humanos. (GRI HR3)

Também foram realizadas campanhas de comunicação para 100% do corpo funcional a respeito de práticas anticorrupção e Código de Conduta. Até o momento, não foram registrados casos de corrupção. (GRI SO3)

Ainda para envolver os colaboradores nos processo de gestão e disseminar a cultura da excelência, é mantido o programa Top Elektron, que reconhece e premia

colaboradores que mais se destacaram nas categorias Educadores Elektro; Simples Ideias, Grandes Melhorias; Empregado Segurança; Destaque no Atendimento ao Cliente; e Comprometimento.

No exercício, foram investidos R\$ 6,4 milhões em desenvolvimento profissional e educação, com a média de 90 horas de capacitação por colaborador.

O respeito aos profissionais da Elektro é demonstrado também no momento do desligamento da Empresa. Exemplos são o Programa Especial de Aposentadoria (PEA), com indenizações em casos de desligamento voluntário de colaboradores aposentados e/ou aposentáveis; e o *Outplacement*, oferecido aos desligados em casos de reestruturação e que inclui atualização sobre as práticas de mercado de trabalho, orientações para uma breve recolocação, preparação em processos seletivos e transmissão de conceitos de marketing pessoal. (GRI LA11)

Programas de desenvolvimento (GRI EU14)			
	Programa	Colaboradores beneficiados no ano	Percentual
Programas para avaliar as competências necessárias na força de trabalho	Ciclo de Desenvolvimento de Pessoas e Plano de Desenvolvimento Individual (PDI)	2.904	75%
Programas de formação, incluindo aprendizagem para os novos trabalhadores e de formação especializada e novas tecnologias para os trabalhadores existentes	Treinamentos de formação para novos colaboradores e na Escola de Eletricista Elektro; treinamentos em novas tecnologias (Sistema Zeus, Sistema de Gestão de Serviços (SGS), Entrega Simultânea da conta de energia)	1.699	44%
Curso de ensino superior qualificado para trabalhadores técnicos (por exemplo, engenheiros mecânicos e elétricos)	Concessão de bolsas de estudo para cursos de pós-graduação/especialização, MBA, idiomas, ensino médio técnico, supletivo e graduação	145	4%
Formação de parcerias entre a Elektro e instituições técnicas para o desenvolvimento de capacidades	Programa Gestão em Foco	100	3%
	Programa Geração Futuro	30	1%
	Programa Mais Energia	44	1%
	Programa Menor Aprendiz, oferecido a jovens de baixa renda de até 18 anos e que engloba cursos técnicos e administrativos	75	2%
	Plano de Sucessão	159	4%
Programas para atrair e reter funcionários, considerando também a diversidade (incluindo gênero e raça)			



Eletricistas se preparam para iniciar suas atividades

Horas de treinamento por ano (GRI LA10)			
	Nº de participantes	Nº total de horas	Horas por colaborador
<b>Diretores</b>	<b>7</b>	<b>838</b>	<b>120</b>
Homens	6	822	137
Mulheres	1	16	16
<b>Gerentes e Supervisores</b>	<b>194</b>	<b>23.672</b>	<b>122</b>
Homens	177	20.740	117
Mulheres	17	2.932	172
<b>Técnicos</b>	<b>287</b>	<b>42.855</b>	<b>149</b>
Homens	280	42.206	151
Mulheres	7	649	93
<b>Administrativos</b>	<b>302</b>	<b>45.809</b>	<b>152</b>
Homens	112	16.314	146
Mulheres	190	29.495	155
<b>Operacionais/produção</b>	<b>2.221</b>	<b>211.515</b>	<b>95</b>
Homens	2.213	211.201	95
Mulheres	8	314	39
<b>Outros</b>	<b>333</b>	<b>24.473</b>	<b>73</b>
Homens	225	18.269	81
Mulheres	108	6.204	57

Colaboradores por nível de escolaridade (%)			
	2009	2010	2011
Ensino fundamental	8,0	7,4	7,3
Ensino médio	62,4	64,5	67,2
Ensino superior	26,6	25,1	22,4
Pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado)	2,9	3,0	3,1
Analfabetos na força de trabalho (%)	0,0	0,0	0,0

## REMUNERAÇÃO E BENEFÍCIOS

As atualizações na política de remuneração e benefícios têm por base análises de mercado realizadas por empresa especializada e as expectativas de seus colaboradores, sendo os critérios divulgados de forma clara e transparente. Os colaboradores recebem salário, adicionais fixos, periculosidade, insalubridade ou adicional de turno – quando necessário –, além de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) que significou, no ano, R\$ 29,9 milhões, 61,6% mais que em 2010. No exercício, o menor salário pago pela Companhia, tanto para homens quanto para mulheres, foi 49% superior ao mínimo nacional. (GRI EC5)

A Empresa oferece benefícios diferenciados, como gratificação de férias e antecipação da primeira parcela do 13º salário para fevereiro para auxiliar na cobertura de despesas comuns de início do ano, além de assistência médica e odontológica – extensiva aos filhos –, vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação e auxílio-creche. Os funcionários podem ainda optar pela participação em plano de previdência privada, de benefício definido, cuja complementação, a título de auxílio-previdenciário, é realizada pela Elektro. O percentual de contribuição do colaborador varia de acordo com o nível salarial e é calculado sobre a base

**R\$ 29,9 MILHÕES**  
FOI O VALOR DESTINADO  
NO ANO AO PROGRAMA DE  
PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS  
E RESULTADOS (PLR).

de 70% do salário como contribuição obrigatória e até 30% como contribuição opcional. O percentual pago pela Companhia é igual ao percentual do funcionário em relação às parcelas apuradas sobre 70% e 30% do salário, limitado a 2,5%. Em 2011, a Empresa fez aporte de R\$ 5,1 milhões para o plano de previdência. (GRI EC3)

Em linha com acordos firmados com entidades sindicais que representam seus colaboradores, a Elektro concede aos funcionários afastados por doença ou acidente de trabalho a complementação de auxílio-previdenciário, inclusive no 13º salário. (GRI LA9)

Proporção de remuneração das mulheres em relação a dos homens, em vezes (GRI LA14)		
Por categoria funcional	Salário-base	Remuneração <sup>(1)</sup>
Nível operacional	1,00	1,00
Nível técnico/administrativo	0,98	0,93
Nível universitário	1,04	0,92
Consultor	1,11	0,98
Liderança	1,06	1,03
Aprendiz	1,00	1,00
Por região	Salário-base	Remuneração <sup>(1)</sup>
Região Centro	1,06	0,89
Região Leste	0,92	0,81
Região Oeste	0,96	0,84
Região Sul	0,96	0,90
Sede	1,02	0,96

<sup>(1)</sup> Salário-base mais adicionais (horas-extras, participação em lucros e resultados, etc.).

Taxas de retorno ao trabalho e de retenção após licença-maternidade ou paternidade (GRI LA15)			
	Homens	Mulheres	Total
Número de empregados que tiveram direito à licença	132	35	167
Número de empregados que saíram em licença	132	35	167
Número de empregados que retornaram ao trabalho após o término da licença	132	35	167
Número de empregados que retornaram ao trabalho após o término da licença e que ainda atuavam na Empresa 12 meses após o seu regresso ao trabalho	130	33	163
Taxas de retorno ao trabalho de empregados que retornaram ao trabalho após o término da licença (%)	100,0%	100,0%	100,0%
Taxas de retenção de empregados que retornaram ao trabalho e permaneceram 12 meses após o término da licença (%)	98,5%	94,3%	97,6%

Colaboradores com direito à aposentadoria (GRI EU15)					
Em 5 anos	Sede	Região Sul	Região Oeste	Região Leste	Região Centro
Nível operacional	-	5	25	11	17
Nível técnico/administrativo	8	6	11	9	13
Nível universitário	18	2	3	1	2
Consultor	4	-	2	-	1
Liderança	5	1	2	-	1
Em 10 anos	Sede	Região Sul	Região Oeste	Região Leste	Região Centro
Nível operacional	-	33	63	26	59
Nível técnico/administrativo	35	24	34	26	38
Nível universitário	51	5	6	2	6
Consultor	10	-	2	1	2
Liderança	9	3	9	2	9

## RELAÇÃO COM SINDICATOS

Em linha com calendário previamente negociado, a Elektro realiza reuniões periódicas com os Sindicatos dos Trabalhadores da Indústria de Energia Elétrica de Campinas, dos Trabalhadores da Indústria de Energia Elétrica de São Paulo, dos Trabalhadores da Indústria de Energia Elétrica de Itanhaém, Bertiooga, Guarujá, Litoral Sul e Vale do Ribeira e dos Engenheiros no Estado de São Paulo. Em 2011, 95,2% dos colaboradores da Empresa (3.691) foram englobados nas negociações

coletivas de trabalho, sendo que representantes dos Sindicatos percorreram as bases para divulgar e aprovar os itens acordados. Dessa forma, a Companhia mantém uma relação cordial e sustentável com as instituições representativas de seus colaboradores.

No exercício, não foram identificadas situações nas quais o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva possa estar sendo violado. (GRI HR5)

# 68 MIL

CONSUMIDORES FORAM  
INCORPORADOS À BASE  
DE CLIENTES DA ELEKTRO.

## RELACIONAMENTO COM OS CLIENTES

A Elektro distribui energia elétrica para 2,3 milhões de clientes e atende uma população de 5,5 milhões de pessoas em sua área de concessão, que abrange 223 municípios no Estado de São Paulo e cinco do Mato Grosso do Sul. Essa base de clientes apresenta crescimento médio de 2,9% ao ano desde 2006 – em 2011 foram incorporados cerca de 68 mil consumidores, 3,1% mais que no ano anterior –, sendo a maior concentração no segmento residencial. O consumo de energia elétrica na área de concessão é menos vulnerável às oscilações de determinados setores da economia, já que a base de clientes do segmento industrial é bastante diversificada.

A qualidade do serviço prestado – e a consequente satisfação dos clientes – é compromisso de todos os colaboradores da Elektro. Diretrizes Comerciais e de Relacionamento com o Cliente objetivam assegurar o equilíbrio e a justiça nas relações comerciais, apresentar soluções diferenciadas e segmentadas de mercado e garantir que as atividades diárias sejam cumpridas em linha com o que foi acordado. Amplamente disseminado entre as equipes, os Princípios do Relacionamento com Clientes determinam:



Espaço de Atendimento ao Cliente

**Comunicação** – ser claro e objetivo ao atender a solicitação do cliente.

**Lealdade** – informar somente o que tiver certeza, honrar os compromissos assumidos e prometer apenas o que puder ser cumprido.

**Integridade** – agir de maneira correta, imparcial e justa nas atividades diárias.

**Educação** – respeitar e tratar a todos sempre com cortesia.

**Nortear** – orientar as pessoas sobre o negócio e sobre os riscos e perigos da energia elétrica.

**Transparência** – ser claro nas informações prestadas para gerar confiança no relacionamento com os clientes.

**Excelência** – prestar um serviço de excelente qualidade e comprometer-se em tornar a Elektro a distribuidora mais admirada do Brasil.

A Elektro adota uma estratificação comercial que garante a eficiência do relacionamento e está alinhada às determinações da Aneel:

Segmento		Características	
Grupo A	Grandes Clientes	Grupos de unidades consumidoras cuja soma das demandas contratadas seja maior ou igual a 500 kW e que se enquadrem nos seguintes segmentos: alimentos e bebidas, concessionárias de energia, grandes consumidores, sucroalcooleiro/biomassa/geração, embalagem e plásticos, médios consumidores, automotivos e componentes industriais e construção civil e móveis, corporativos e os clientes livres	
	Grupo A	Clientes com demanda contratada inferior a 2MW e que não se enquadram nos perfis dos Grandes Clientes	
Grupo B	Institucional	Corporativo	Institucional: poder público municipal, autarquias, fundações, hospitais, prefeituras e santas casas
			Conjunto de unidades consumidoras de uma mesma organização de identidade jurídica, que gerenciam sua infraestrutura de energia elétrica de forma corporativa ou centralizada
	Grupo B	Clientes com fornecimento em baixa-tensão, em sua maioria, residenciais e rurais	

Número de consumidores por classe (GRI EU3)			
	2009	2010	2011
<b>Número de consumidores atendidos – Cativos</b>	<b>2.123.484</b>	<b>2.186.249</b>	<b>2.253.735</b>
- Residencial	1.439.239	1.479.964	1.762.911
- Residencial baixa renda	374.846	381.668	156.176
- Comercial	143.138	153.838	159.181
- Industrial	21.898	22.394	24.080
- Rural	122.382	125.527	127.536
- Público	21.981	22.858	23.851
<b>Número de consumidores atendidos – Livres</b>	<b>31</b>	<b>56</b>	<b>70</b>

Número de desligamentos residenciais por falta de pagamento e prazos de religação (GRI EU27)	
<b>Desconexão e regularização do pagamento</b>	
- Menos de 48 horas	145.146
- 48 horas a 1 semana	35.793
- 1 semana a 1 mês	31.556
- 1 mês a 1 ano	19.585
- Mais de um ano	12
<b>Religação após regularização do pagamento</b>	
- Menos de 24 horas	102.812
- Entre 24 horas e 1 semana	31.473
- Mais de uma semana	75.536



Unidade Móvel de Atendimento ao Cliente

### ACESSO À ENERGIA (GRI EU23)

Para garantir o acesso à energia elétrica, insumo diretamente ligado ao bem-estar e à qualidade de vida, a Elektro mantém uma série de iniciativas:

**Pagamento subsidiado de contas** – São concedidos descontos no faturamento de energia para entidades assistenciais e hospitais.

**Tarifas especiais** – São oferecidas tarifas diferenciadas aos clientes que apresentam o Número de Identificação Social (NIS) do Governo Federal (Cadúnico), Número de Identificação do Trabalhador (NIT) ou o Número do Benefício (NB) do Benefício da Prestação Continuada (BPC).

**Programas para populações remotas sem conexão à rede** – O atendimento de comunidades caiçaras, aldeias indígenas, quilombolas, entre outras, em locais onde não existe a possibilidade de conexão à rede com a instalação de sistemas isolados fotovoltaicos.

**Poupança de energia para reduzir o valor da conta** – Recicla Elektro (*informações na página 36*).

### Programas para assegurar o acesso universal à distribuição de eletricidade – Luz para Todos:

Recursos obtidos do Governo Federal por meio de linha de financiamento com Eletrobras para expansão de redes de média-tensão e baixa-tensão por meio da instalação de postes e transformadores, beneficiando 6.175 pessoas.

**Universalização:** Recursos obtidos do Governo Federal por meio de linha de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Beneficia população de 77.634 pessoas com expansão de redes de média-tensão e baixa-tensão por meio da instalação de postes, transformadores, padrões e medidores, além da instalação de sistemas fotovoltaicos (SIGFI-30) composto por painéis solares, controladores de carga, inversores de tensão (DC/AC) e baterias. (GRI EC8)

(GRI EC8 e EC9)	Luz para Todos	Universalização
População beneficiada	6.175 <sup>(1)</sup>	77.634 <sup>(2)</sup>
Custo (R\$ mil) <sup>(3)</sup>	4.450,57	34.135,42
Duração (meses)	Em 2011 não houve programa Luz para Todos na Elektro, porém, houve realização de ligações em virtude do passivo existente de 2010 que foi transferido para 2011	12
Tipo (espécie, serviços, pro bono)	<p><b>Na forma convencional:</b> Expansão de redes de média-tensão e baixa-tensão com instalação de postes, transformadores, padrões e medidores</p> <p><b>Na forma alternativa:</b> Instalação de sistemas fotovoltaicos (SIGFI-30) composto por painéis solares, controladores de carga, inversores de tensão (DC/AC) e baterias</p>	<p><b>Somente na forma convencional:</b> Expansão de redes de média-tensão e baixa-tensão com instalação de postes e transformadores</p>
Impactos positivos	Atendimento de clientes situados exclusivamente em área rural com cargas $\leq$ a 50 kW com direito a doação do padrão e <i>kit</i> de instalação interna nas residências (para todos os clientes com ligações monofásicas e bifásicas, para clientes situados em assentamentos, aldeias indígenas e quilombos)	Atende sem nenhum ônus os clientes situados tanto na área urbana quanto na rural com carga $\leq$ 50 kW, desde que tenha um ponto de consumo e o padrão de energia já instalado. O que diferencia o atendimento desse plano e o Luz para Todos é a doação dos itens aos clientes, evitando assim o comprometimento da renda familiar para aquisição de itens para utilização da energia
Impactos negativos	<p><b>Na forma convencional:</b> Necessidade de abertura de faixas em matas e corte de árvores para passagens da rede alterando a fauna e flora locais. Essas aberturas de faixas são tratadas exclusivamente pela área de Meio Ambiente, que solicita autorização aos órgãos ambientais responsáveis e posteriormente realiza compensação ambiental</p> <p><b>Na forma alternativa:</b> Não há impactos ambientais diretos e sim visuais. Se porventura a propriedade do cliente estiver situada dentro de Área de Preservação Permanente (APP), a Elektro realiza solicitação ao órgão ambiental competente e, após autorização, realiza a instalação do equipamento</p>	

<sup>(1)</sup> Para definir o número de população beneficiada pelo Luz para Todos foram consideradas 1.235 ligações em 2011, multiplicada por cinco habitantes por residência conforme critério definido pela Eletrobras/MME.

<sup>(2)</sup> Para a Universalização foi informado o número de ligações realizadas em 2011.

<sup>(3)</sup> Custo obtido do Capex no fechamento do ano de 2011.

## PROXIMIDADE

Para estreitar ainda mais o relacionamento com seus clientes, de forma alinhada à Resolução Aneel nº 414/2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), foram inaugurados 210 novos espaços de atendimento presencial, contemplando os 228 municípios da área de concessão da Empresa. Todos foram abertos com 100% dos serviços oferecidos e antes dos prazos determinados pelo órgão regulador. Adicionalmente, alguns espaços de Atendimento ao Cliente contam também com totens, nos quais os consumidores podem, de forma rápida e ágil, imprimir segunda via de faturas e consultar débitos.

Para garantir uniformidade e eficiência no relacionamento, os colaboradores contratados para atuar nesses novos espaços foram capacitados em turmas de no máximo 15 pessoas. Os treinamentos buscaram permitir a absorção dos valores e da cultura da Empresa

de excelência nos serviços aos clientes com base em processos bem-definidos. Além disso, foi adotado sistema de gestão e monitoramento para manter a qualidade e a padronização do atendimento. Por meio da ferramenta, é possível verificar em tempo real o número de clientes em cada espaço de Atendimento ao Cliente, qual o tipo de serviço solicitado e sua duração, o que permite ações constantes de aprimoramento.

A maioria dos espaços de atendimento possui rampa para acesso e banheiros adaptados para pessoas portadoras de necessidades especiais, o que atende em torno de 75% dos clientes da área de concessão. Desde 2008, a Empresa também oferece a conta de energia em braille, atendendo às necessidades de clientes com deficiência visual, além de possuir canal gratuito de atendimento a pessoas com deficiência auditiva ou de fala, por meio de telefone exclusivo (0800 701 0155). (GRI EU24)

## CANAIS DE ATENDIMENTO

Novos serviços eletrônicos de atendimento passaram a ser oferecidos em 2011. O portal eletrônico na internet foi reformulado para privilegiar serviços e informações aos clientes, que podem consultar débitos, solicitar segunda via das faturas e alterar data de vencimento, entre outras facilidades. Eles também têm à disposição um *chat*, no qual podem trocar mensagens, em tempo real, com os atendentes.

Outra novidade do ano foi a manutenção de serviços 24 horas por dia por meio de SMS (mensagem pelo celular) enviado sem custo pelo cliente. Pelo canal de comunicação, simples e rápido, os clientes podem informar falta de energia, pedir religação e informar autoleitura e consultar débitos. Para usufruir esses benefícios basta enviar uma mensagem para o número 26655. A ação faz parte de uma série de investimentos em novas tecnologias para a melhoria contínua da qualidade dos serviços ofertados. Outro exemplo é o canal de relacionamento Ligado, que permite aos clientes optarem pelo meio de comunicação (telefone, internet, correspondência) e pelas informações que desejam receber da Elektro. Em 2011, foram testados novos serviços por meio do canal, como impedimento de leitura, aviso de débito automático não realizado, dicas sobre uso adequado e seguro de energia e envio do contrato de adesão.

A Companhia mantém também uma Central de Atendimento ao Cliente (CAC), com 100% de colaboradores próprios, treinados e em linha com o compromisso de atingir plenamente a satisfação dos consumidores. Os recursos são dimensionados pelo Sistema de *Workforce Tephra*, que mitiga a curva de demanda com o número de colaboradores e as posições de atendimento disponíveis, garantindo alto desempenho e monitoramento em tempo real das ligações. Além disso, a Unidade de Resposta Audível (URA) possui menu dinâmico, com números adequados a cada situação. No início do atendimento, os consumidores são identificados para que sejam oferecidas as opções de acordo com os diferentes perfis.

## A CENTRAL DE ATENDIMENTO AO CLIENTE

DA ELEKTRO POSSUI QUADRO DE PROFISSIONAIS FORMADO POR COLABORADORES PRÓPRIOS, O QUE GARANTE A PADRONIZAÇÃO E A QUALIDADE DOS ATENDIMENTOS REALIZADOS. OS CLIENTES CONTAM AINDA COM PORTAL ELETRÔNICO NA INTERNET, COM CHAT EM TEMPO REAL, SERVIÇOS 24 HORAS POR DIA POR MEIO DE SMS E O CANAL DE RELACIONAMENTO LIGADO.

Os clientes de média-tensão e alta-tensão possuem atendimento diferenciado, feito por equipe de especialistas pronta para orientá-los sobre aspectos contratuais, tarifas e regulação setorial. A segmentação é uma importante ferramenta, que possibilita conhecimento sobre necessidades e expectativas específicas de cada público, o que fortalece a percepção a respeito da Empresa e sua imagem.

Além disso, como parte do controle de qualidade, todo tipo de atendimento, desde um pedido simples de informação, é registrado e os resultados mensalmente auditados.

A Elektro possui também Conselho de Clientes, que representa os interesses dos consumidores. Possui caráter consultivo e tem a incumbência de opinar sobre assuntos relacionados à prestação do serviço público de energia

elétrica, voltado para a orientação, análise e avaliação das questões ligadas ao fornecimento de energia elétrica, às tarifas e à adequação dos serviços prestados ao consumidor. Funciona como canal de comunicação permanente e um meio para diagnosticar continuamente necessidades, colher sugestões e viabilizar condições que

possibilitem melhorar a qualidade dos serviços de fornecimento, promover o uso eficiente de energia elétrica e contribuir para o aperfeiçoamento das relações entre os clientes e a Companhia.

Atendimento ao consumidor			
	2009	2010	2011
Total de ligações oferecidas (Call Center)	6.009.650	5.836.435	6.237.468
Número de atendimentos nos escritórios regionais <sup>(1)</sup>	990.215	871.337	1.634.671
Número de atendimento por meio da internet	2.292.222	2.961.723	4.234.743

<sup>(1)</sup> Soma de atendimentos realizados nos espaços de Atendimento ao Cliente e na rede credenciada.

## EFICIÊNCIA

Em 2011, a Elektro passou a utilizar a Leitura e Entrega Simultânea de Conta de Luz (LES). A tecnologia permite que o agente de faturamento insira os dados de leitura do relógio em um minicomputador (PDA – *Personal Device Assistant*), que transmite as informações para o sistema de faturamento. Após a validação dos dados, a fatura é impressa em impressora portátil e entregue na mesma hora ao cliente. Todo o processo dura aproximadamente 30 segundos, proporcionando mais eficiência, agilidade e confiabilidade na entrega das contas de luz.

## APERFEIÇOAMENTO

O aprimoramento dos serviços tem por base a análise dos resultados de pesquisas de satisfação, informações provenientes dos canais de relacionamento e ações de engajamento. No primeiro semestre de cada ano, é realizada a **Semana do Cliente**, evento que engloba palestras e atividades lúdicas para despertar a atenção sobre o tema e mobilizar os colaboradores a respeito do compromisso com a excelência no relacionamento.

Já no segundo semestre, após a divulgação dos índices das pesquisas Abradee e Aneel, é promovida a **Hora do Cliente**, ocasião em que os colaboradores planejam ações de aperfeiçoamento a partir dos pontos de melhorias detectados. A cada ano, o evento é realizado de forma diferente e, em 2011, foi desenvolvido um *hotsite* para facilitar a disseminação dos resultados por meio da divulgação das notas de cada item da pesquisa, além de espaço para sugestões e compromissos das equipes. Com essas iniciativas, busca-se estimular a reflexão e fortalecer o sentimento de comprometimento com o avanço contínuo de resultados.

Oportunidades de melhoria nos processos internos a partir das opiniões e das manifestações dos clientes sobre um serviço ou atendimento são também identificadas pela Ouvidoria de Clientes, instância mantida pela Empresa desde janeiro de 2000.

## SEGURANÇA E SAÚDE DO CLIENTE (GRI PR1)

Em todas as etapas de desenvolvimento de projetos, a Elektro leva em consideração aspectos relacionados à saúde e à segurança de seus clientes.

**Planejamento de recursos energéticos** – Na elaboração dos projetos de construção de linhas de transmissão e de subestações são realizados estudos e elaborado um relatório de impacto ambiental, ambos apresentados ao órgão ambiental para análise e aprovação.

**Transmissão de energia** – Inspeções e manutenções preventivas e corretivas visam reduzir a duração e quantidade de interrupções no fornecimento de energia elétrica, o que pode afetar a saúde e a segurança da população. Em caso de ruptura de cabos elétricos, é automaticamente desligada a energia na rede da área afetada. São mantidos ainda planos de emergência e contingência para respostas rápidas às eventuais ocorrências de interrupção de grande porte no sistema elétrico.

**Distribuição de energia** – Como forma de controlar os impactos ambientais causados por vazamento de óleo isolante provenientes de avarias ou furtos de transformadores nas vias públicas, a Elektro dispõe de um Plano de Atendimento a Emergências Ambientais (PAE). A Elektro dispõe de contrato corporativo com empresa especializada em atendimentos a emergências ambientais que, quando acionada pelo PAE, toma medidas para conter e mitigar as possíveis contaminações. Todos os resíduos gerados nas emergências são destinados conforme legislação ambiental vigente.

**Uso de energia** – A Elektro veicula informações sobre o uso seguro e consciente de energia elétrica em mídias de massa – rádios, televisão, jornais e *outdoors* – na conta de luz, em mensagem de espera na Central de

Atendimento ao Cliente, em *banner* nos espaços de Atendimento ao Cliente ao cliente e em seu site.

**Fase de desenvolvimento do conceito do produto e/ou serviço** – Prioriza ações de educação para o uso seguro da energia elétrica.

**Fase de certificação** – A saúde e a segurança são aspectos importantes e considerados em todos os processos de planejamento e engenharia e na operação técnica e comercial. São mantidos normas e procedimentos certificados pela norma OHSAS 18001.

**Fase de marketing e promoção** – São elaborados campanhas e materiais educativos sobre o uso seguro da energia elétrica e divulgados índices de acidentes com a população. A informação consta ainda em mensagens divulgadas em veículos de comunicação (rádio, jornal e televisão), na conta de energia, em folhetos disponíveis nos espaços de Atendimento ao Cliente e no site da Empresa. São realizadas ainda campanhas e palestras periódicas para destacar aspectos inseguros, como o risco de soltar pipas ou executar obras de construção civil, entre outros nas proximidades das redes.

**Fase de disposição, reutilização ou reciclagem** – A Companhia encaminha lâmpadas de prédios próprios e de iluminação pública, além dos refrigeradores trocados em projetos de eficiência energética, para descontaminação em empresas especializadas.

Mesmo com todas essas ações, ao final de 2011, a Elektro possuía 45 demandas judiciais relativas a incidentes em geral com a população. No ano, foram registradas nove pessoas com lesões e seis óbitos por contatos acidentais com a rede elétrica na área de concessão da Empresa, respectivamente, 52,6% e 14,3% menos que em 2010. (GRI EU25)

Acidentes com população	2009	2010	2011
Taxa de gravidade (TG) de acidentes com terceiros (população) por choque elétrico na rede concessionária	12.316	7.636	6.315
Total de acidentes (inclui lesões leves e graves)	26	19	18
Número de melhorias adotadas com o objetivo de oferecer produtos e serviços mais seguros	7	8	8 <sup>(1)</sup>

(1) Melhorias em 2011 para garantir o acesso seguro da energia à população: Semana Nacional de Segurança em Parceria com a Abradee; palestras em escolas (parceria com a Abracopel); Elektro nas Escolas; Informação para agentes comunitários (Guarujá); Energia Comunitária; Unidade Móvel – Uso correto de energia; Informe de segurança nas faturas de energia. Palestras em escolas e empresas, entre outros locais, ministradas por funcionários voluntários da Elektro e pela Cipa.

## SATISFAÇÃO

Em 2011, a Elektro alcançou 86,5% no Índice de Satisfação com a Qualidade Percebida (ISQP), calculado anualmente pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), o melhor na Região Sudeste para empresas com mais de 500 mil clientes. O índice de satisfação de clientes de média-tensão e alta-tensão, realizado por consultoria externa com base

em metodologia da Abradee, também anualmente, superou o patamar de 80% dos que se consideraram satisfeitos ou muito satisfeitos com a Empresa. A composição do índice engloba a avaliação sobre a qualidade do fornecimento de energia, atendimento, informações prestadas e imagem da Organização.

Satisfação dos consumidores (GRI PR5)			
Pesquisa	2009	2010	2011
Índice Aneel de Satisfação de Clientes (Iasc)(%)	70,2	72,2	ND <sup>(1)</sup>
Índice de Satisfação com a Qualidade Percebida (ISQP) – Abradee (%)	87,0	83,7	86,5

<sup>(1)</sup> Não disponibilizado pela Aneel.

**Campanha** – Foi lançada no exercício campanha de eficiência energética, com anúncios em rádios, jornais, *outdoors* e TVs. O tema *Consciência é mais energia* visou estimular o consumo consciente de energia elétrica e contou com parceria do grupo *Ciência em Show*, que, por meio de diversos experimentos, explicou de forma didática, leve e divertida temas científicos ligados à energia elétrica. Também ocorreram palestras e eventos para disseminar a cultura de uso racional da energia elétrica.



Campanha de Eficiência Energética 2011

## RELACIONAMENTO COM FORNECEDORES

Com o objetivo de manter parcerias qualificadas e duradouras, a Elektro estabelece rigorosos critérios em sua política de seleção e contratação de fornecedores. Para a compra de materiais são avaliados processos de fabricação e entrega, e realizadas visitas às unidades fabris, o que garante a padronização e uniformidade dos produtos. No caso de fornecedores de materiais críticos, essenciais para a atividade da Empresa, são contratadas no mínimo duas empresas para garantir a continuidade das operações. Já a seleção de prestadores de serviços fica a cargo das áreas solicitantes, que analisam e mapeiam os fornecedores homologados em acordo com as especificidades das atividades para as quais eles serão demandados.

Todos os contratos incluem cláusulas referentes a direitos humanos, além de critérios trabalhistas e ambientais. Ao se tornarem fornecedores, as empresas subscrevem o Código de Conduta da Companhia, que assegura o comprometimento corporativo e a responsabilidade social. Para garantir esse compromisso, em 2011, a Elektro visitou 809 fornecedores (100% do total), de forma programada ou não, para monitorar a origem dos insumos adquiridos, realizar auditorias de qualidade e a homologação dos produtos e serviços. Todos os parceiros passaram por avaliações referentes a direitos humanos, sendo que em nenhum deles foi detectado risco de ocorrência de trabalho infantil, forçado ou análogo ao escravo. (GRI HR2, HR6 e HR7)

A política também inclui o desenvolvimento dos fornecedores. Resultados de avaliações realizadas em campo, da qualidade dos materiais e das análises financeiras são registrados em relatórios, entregues às empresas e que permitem uma série de aprimoramentos. Mais do que reportar não conformidades, o objetivo é apresentar efetivas oportunidades de melhorias, cujos planos de ação são acompanhados pela Elektro. O pessoal de segurança, contratado de empresa terceira, é submetido ainda a treinamento nas políticas e nos procedimentos de direitos humanos da Empresa,



Marcio Fernandes, Presidente da Companhia, no Prêmio Fornecedor Elektro

presentes em seu Código de Conduta. Em 2011, todos os funcionários de segurança foram capacitados nesses aspectos. (GRI HR8)

Para destacar a importância da qualidade no fornecimento de serviços e materiais, é realizado anualmente o Prêmio Fornecedor Elektro. Criado em 2004, ele busca disseminar boas práticas e incentivar o aprimoramento contínuo de processos que beneficiem tanto os parceiros quanto a própria Companhia. As empresas são premiadas por sua aderência e seu equilíbrio nas categorias Atendimento, Infraestrutura, Logística e Desempenho na Execução do Objetivo Contratado e destacadas nos quesitos Segurança, Inovação, Evolução e Responsabilidade Socioambiental. Em 2011, o evento de premiação contou com a participação de 234 fornecedores e palestra de Roberto Carlos Ramos. Conhecido como “o contador de histórias”, ele discorreu sobre o tema Compromisso com o Sucesso.

O relacionamento próximo e transparente também permite a elaboração conjunta de tecnologias e materiais que visem à otimização do fornecimento da energia elétrica. Em 2011, foram desenvolvidos conectores com baixo teor de corrosão e maior resistência para aplicação nas áreas litorâneas atendidas pela Elektro. Com o novo conector, a expectativa é que a durabilidade da conexão e a redução das ocorrências sejam de aproximadamente 25% até o fim da concessão.

A cruzeta de fibra de vidro é outra das inovações, sendo uma das mais importantes e sustentáveis adotadas pela Elektro por atender à cadeia de valor da Companhia, trazendo benefícios econômicos, ambientais e sociais para a Empresa, fornecedores e comunidade. Para criar a solução, a Empresa desenvolveu, em parceria com três fornecedores, tecnologias e processos que permitiram que a nova peça pudesse ser produzida em larga escala. Em 2010, foi então implantado o novo material em todas as áreas de atuação da Empresa, com destaque para a região litorânea pela excelente resistência do material às intempéries e efeitos da maresia.

No ano de 2011, a Elektro excluiu das listas técnicas a utilização de cruzetas de madeira. Para as obras planejadas em 2012, serão utilizados novos materiais, a exemplo da cruzeta de fibra de vidro.

A Empresa não adota critério específico para a contratação de empresas locais. Contudo, compras até o valor de R\$ 2 mil são realizadas pelos escritórios em suas próprias regiões, o que auxilia o desenvolvimento nas áreas de atuação da Empresa. No ano, 83% do valor das compras foi referente a fornecedores instalados nos estados em que a Companhia opera. (GRI EC6)

## RELACIONAMENTO COM ÓRGÃOS REGULADORES

A Elektro adota relacionamentos claros e éticos com os órgãos reguladores de seu setor, a exemplo da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Mantém papel ativo nos processos de formulação de políticas públicas que contribuam para o aprimoramento constante dos serviços de distribuição de energia elétrica. (GRI SO5)  
A Companhia mantém contrato de concessão assinado com a Aneel, com duração até 27 de agosto de 2028, podendo ser renovado por mais 30 anos, a critério do poder concedente.

A Elektro tem como meta cumprir rigorosamente os parâmetros de qualidade do serviço e do produto estabelecidos em seu contrato de concessão e nas regulamentações vigentes. Adicionalmente, monitora de maneira contínua novas regulamentações para se adequar aos padrões exigidos. Além disso, a Empresa estabeleceu um processo de resposta às instituições do setor que, de forma sistemática, realiza o controle de prazos e dados com o objetivo de atender às demandas, garantindo a qualidade das informações prestadas, a transparência na condução de seus negócios e o respeito aos prazos solicitados.

No exercício, a Elektro propôs ainda o projeto de P&D estratégico Metodologia para Estabelecimentos de Estrutura Tarifária para o Serviço de Distribuição de Energia Elétrica, realizado pelo Instituto Abradee da Energia e finalizado em junho de 2011 após dois anos de discussões. A iniciativa, que objetiva aprimorar e desenvolver novas alternativas metodológicas para as tarifas de distribuição de energia elétrica, contou com a participação de 72 pesquisadores de distribuidoras de energia elétrica e entidades relevantes do setor. A Aneel acompanhou todas as reuniões e atividades, cujos resultados forneceram subsídios concretos para o estabelecimento de uma nova metodologia de definição da estrutura tarifária. (GRI SO5)

Durante o ano, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (Artesp) e a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul (Agepan) realizaram fiscalizações na Elektro. Foram avaliados aspectos administrativos, contábeis, comerciais, técnicos, econômicos e financeiros relacionados à adequada prestação dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica. A Empresa entende que as fiscalizações contribuem para aprimorar o serviço e permitem uma gestão transparente por parte das concessionárias.



INSTITUTO  
**ELEKTRO**



## RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE (GRI SO1)

Para amparar e qualificar a gestão de seus projetos sociais, a Companhia mantém desde 2003 o Instituto Elektro, organização de direito privado sem fins lucrativos (Oscip) certificada com o Sistema de Gestão da Qualidade ISO 9001. As iniciativas visam ao desenvolvimento sustentável nas áreas de atuação e englobam programas e ações capazes de promover uma verdadeira transformação no dia a dia das comunidades. Entre os projetos desenvolvidos pelo Instituto, destacam-se:

**Escola Inclusiva** – Busca a inclusão social de pessoas de baixa renda com mais de 18 anos e ensino médio completo, com e sem necessidades especiais, por meio da capacitação e preparação para o mercado de trabalho. Nesse sentido, proporciona cursos nas áreas administrativa, de teleatendimento, informática e,

**124 PESSOAS**  
JÁ FORAM BENEFICIADAS DESDE  
A CRIAÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA.

a partir de 2011, logística. Desde sua criação, em 2009, 124 pessoas foram beneficiadas, sendo 60 somente em 2011. No exercício, 15% dos participantes foram contratados para atuar na Elektro e 13% recolocados no mercado de trabalho com o auxílio da Empresa.

**Instituto Elektro na Comunidade** – Projeto criado em agosto de 2011 para estreitar o relacionamento entre a Elektro e a comunidade por meio de palestras, atividades culturais e oficinas de capacitação nas áreas de segurança, meio ambiente e geração de renda.

O lançamento do projeto aconteceu em Campinas e contou com o apoio de escola local e de um centro de saúde. Em seu primeiro ano, o projeto estima beneficiar, direta e indiretamente, 6 mil pessoas em Campinas e no Guarujá, onde será lançado o próximo núcleo do projeto. Já estão sendo realizados dois cursos profissionalizantes em Campinas nas áreas administrativa e de jardinagem, com o apoio do Centro de Educação Profissional de Campinas (Ceprocamp), para 30 pessoas, além de aulas de artesanato, pintura, teatro e dança para a população em geral.

**Escola de Eletricistas** – Projeto direcionado à geração de renda por meio da capacitação de pessoas da comunidade em seus processos operacionais e em instituições de ensino. Os participantes têm mais chances de serem absorvidos no mercado de trabalho e na própria Elektro e, a cada turma, são formados 40 eletricistas instaladores residenciais e de 16 a 20 eletricistas de distribuição.

Várias ações são desenvolvidas ainda no Programa Energia que vem da Gente com recursos provenientes de incentivos fiscais como Lei Rouanet, Lei de incentivo aos Esportes, Fundos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) e também por meio de projetos de eficiência energética (*saiba mais nas páginas 35 e 36*). Em 2011, o valor proveniente de incentivos fiscais foi de R\$ 4.268.901,86, destinados às seguintes iniciativas: (GRI EC4)

**Energia em Cena** – Contribui para a disseminação da cultura por meio da exibição de filmes. Em 2011, 50 cidades e mais de 12 mil pessoas foram beneficiadas com o projeto que, até 2012, deve contemplar um público de 84 mil espectadores em 280 sessões de cinema.

**Esporte Energia** – Promove a inclusão social pela prática de esporte nas modalidades basquetebol, ginástica artística, handebol, natação e tênis de mesa. Em 2011, atendeu 600 jovens entre 6 e 16 anos, residentes no Guarujá, em São Paulo.

**Energia Musical** – Engloba eventos gratuitos de música, entretenimento e cultura nos municípios atendidos pela Empresa. No exercício, a ação foi realizada durante três dias na praia do Perequê, no município de Ilhabela (SP).

**Crianças e adolescentes** – Com incentivos do FMDCA, a Elektro beneficiou no ano 1.180 crianças e adolescentes de oito instituições das cidades de Fernandópolis, Campina do Monte Alegre, Cerquilha, Tatuí, Limeira, Itapeva, Brasilândia e Campinas.

Em 2011, o Instituto Elektro iniciou o Programa de Voluntariado Corporativo, visando incentivar e consolidar a cultura de solidariedade na Empresa. Para mobilizar o quadro funcional, serão realizadas palestras e *workshops* sobre o tema e foi promovida uma pesquisa para levantar as experiências e o interesse dos colaboradores em relação ao trabalho voluntário. A primeira atividade consistiu na mobilização dos funcionários para doação de sangue na unidade móvel do Hemocentro da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), presente na Sede Corporativa durante a Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (Sipat).



Vista do Guarujá

## DESEMPENHO AMBIENTAL

Para restringir possíveis impactos ambientais inerentes às suas atividades, a Elektro mantém, desde 2003, Sistema de Gestão Ambiental e, em 2011, elaborou um Guia de Manejo da Vegetação.

O compromisso com a preservação ambiental é reforçado na Elektro pelo fato de sua área de concessão abrigar 80% das Unidades de Conservação do Estado de São Paulo. Nesse sentido, a Empresa obtém licenciamento de todas as atividades que tenham intervenção no meio ambiente e prioriza aspectos ambientais em seus programas de Pesquisa e Desenvolvimento (*saiba mais na página 37*). Assim, são licenciados todos os projetos em áreas de preservação permanente e que demandem supressão

de vegetação nativa, o que inclui a abertura de faixas de servidão (áreas sobre as quais passam as linhas de transmissão de energia elétrica), de forma a preservar a segurança da comunidade e o ativo.

A Elektro mantém, desde 2003, Sistema de Gestão Ambiental, que atesta o cuidado com o cumprimento de requisitos ambientais da norma NBR ISO 14001:2004. Ao final de 2011, a Empresa possuía 16 certificações na norma, em 16 localidades.

Os principais aspectos e impactos ambientais relacionados às atividades da Companhia são:

Gestão de impactos (GRI EN12 E EN14)		
Aspectos	Impactos	Controle operacional
Emissão de fumaça preta (veículos a diesel)	Alteração da qualidade do ar e danos à saúde humana	Manutenção preventiva e monitoramento (procedimento)
Emissão de gases (COx – veículos)	Alteração da qualidade do ar, alteração da camada de ozônio e danos à saúde humana	Manutenção preventiva
Emissão de ruído (serviços de poda e veículos)	Incômodo ao homem	Manutenção preventiva
Geração/Descarte de resíduos recicláveis	Alteração da qualidade do solo	Procedimento, tratamento de resíduos e indicador
Geração/Descarte de resíduos não recicláveis	Alteração da qualidade do solo	Procedimento e tratamento de resíduos
Geração/Descarte de resíduos perigosos	Alteração da qualidade da água, alteração da qualidade do solo e danos à saúde humana, à flora e à fauna	Procedimento, tratamento de resíduos, licenças e autorizações
Utilização de recursos naturais (água/energia elétrica/poda e supressão de vegetação)	Redução ou esgotamento de recursos naturais	- Água: torneiras temporizadas e licenças para captação de água - Energia elétrica: lâmpadas fluorescentes, desligamento automático após as 19h na Sede Corporativa - Vegetação: treinamento, licenças e autorizações e procedimento
Utilização de recursos naturais (gasolina, álcool e diesel – veículos/diesel – geradores de energia/gasolina – equipamentos de poda/gás natural)	Redução ou esgotamento de recursos naturais	Manutenção preventiva
Vazamento/Derramamento de óleo/produto químico/efluente/combustível	Alteração da qualidade da água, alteração da qualidade do solo e danos à saúde humana	Manutenção preventiva, kits de emergência ambiental, Plano de Emergência e caixas de contenção para armazenamento de equipamentos com óleo

Em 2011, a Elektro recebeu licença ambiental para instalação de 42,2 quilômetros da nova linha de transmissão de 138 kV entre Pariquera-Açu e Iguape. A obra aproveitará o traçado da linha de 69 kV já existente e incluirá a substituição dos atuais postes por 142 torres, além de ampliar a faixa de servidão de 20 para 30 metros, sempre respeitando a diversidade de fauna e flora locais, assim como as necessidades da comunidade do entorno.

O Programa de Gestão Ambiental fará o gerenciamento de todos os programas ambientais compensatórios, que compõem as diferentes etapas da obra, para garantir o alcance de metas e a melhoria contínua, além de corrigir possíveis não conformidades. Ele engloba seis outros programas ambientais para minimizar impactos

provocados pela implantação e operação da linha: Ambiental para Construção, Educação Ambiental, Monitoramento de Fauna, Florestal (reflorestamento de 4.664 mudas de árvores para compensar a vegetação suprimida), Comunicação Social, Recuperação de Áreas Degradadas e Gestão Ambiental. (GRI EN14)

Para a expansão dos empreendimentos da Elektro, a legislação ambiental exige a compensação ambiental das intervenções na vegetação por meio de Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCRA). Em dezembro de 2010, a Companhia propôs para a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb) o cumprimento de diversos TCRA de forma unificada, por meio do plantio de mudas em locais

estratégicos, como em áreas de preservação permanente localizadas dentro de Unidades de Conservação (UCs). O objetivo é maximizar os resultados da recuperação ambiental com o plantio de mudas em uma área maior, o que possibilita o desenvolvimento de novos habitats.

Após a aprovação do órgão ambiental, em janeiro de 2011, a Elektro viabilizou o plantio de 72.631 mudas em uma área de 29 hectares no Parque Estadual Rio do Turvo, município de Barra do Turvo, e 25 mil mudas em 50 hectares no Núcleo Capelinha, cidade de Cajati, ambos localizados em São Paulo, no Mosaico do Jacupiranga. Foram plantadas 90 espécies diferentes, como araucária, jacarandá carobão, ipê do brejo e palmito branco, adquiridas de viveiros comunitários, gerando renda para a população local.

Outra inovação foi a adoção de nova tecnologia de lacração da medição, que envolve desde a tampa da caixa do padrão até dispositivos específicos de medição das unidades consumidoras. Os novos lacres são desenvolvidos com materiais mais eficientes e ecologicamente corretos. O chumbo foi substituído por policarbonato, reciclável, e os lacres passaram a contar com tecnologia de codificação 2D AZTEC, tipo de código de barras em duas dimensões que registra muito mais informações e permite rastrear com facilidade o objeto, auxiliando o controle de sua cadeia reversa. Outra vantagem da nova tecnologia é a numeração serial e progressiva, que permite o uso uma única vez do lacre, e por apenas um colaborador, evitando clonagens e falsificações.

Ainda para restringir possíveis impactos inerentes de suas atividades, a Elektro mantém um Projeto de Gestão da Vegetação e, no exercício, elaborou um Guia de Manejo da Vegetação. O documento, em consonância com as legislações ambientais e elevados padrões de segurança e qualidade, aborda novas metodologias para a realização de podas urbanas e rurais e critérios para execução de limpeza de faixas de segurança. Utilizado por colaboradores, parceiros e fornecedores, e entregue

às prefeituras da área de concessão, ele visa esclarecer procedimentos, minimizar impactos ambientais e resguardar a Empresa e os profissionais envolvidos no processo de intervenção em vegetação.

Eletricistas também foram capacitados para atuarem como multiplicadores das premissas do documento, de modo que todos os profissionais que executam essas atividades em nome da Empresa sejam treinados para realizá-las com segurança e em respeito às legislações municipais. A Elektro está promovendo ainda testes com trituradores, com a proposta de beneficiar a galhada gerada nas podas para obtenção de composto orgânico, agregando assim valor ao processo.

A Empresa sempre busca informar e engajar seus colaboradores sobre ações que visem à preservação ambiental. É divulgada a todo o corpo funcional uma cartilha com Diretrizes de Segurança, Saúde e Meio Ambiente e mantido o Sistema de Observações de Meio Ambiente, pelo qual os funcionários podem comunicar quaisquer irregularidades ambientais cometidas por colaboradores, parceiros ou pela população. O objetivo é educar todos os envolvidos nas atividades da Elektro e elaborar planos para prevenir desvios ambientais sendo que, no exercício, foram registradas 4.591 observações.

Com o mesmo propósito, foi lançada enquete na Intranet, que perguntava: "Você deseja assumir um compromisso com a Campanha de Meio Ambiente da Elektro ao substituir seu copo plástico por uma caneca?". Quem respondeu positivamente, ganhou o presente, auxiliando a diminuir a média de consumo de cerca de 20 mil copos plásticos por dia, o que significa 20 mil ao mês e 240 mil ao ano. Mais de 1.500 colaboradores aderiram à iniciativa.

No exercício, a Elektro destinou R\$ 51,7 milhões a iniciativas de proteção ambiental, sendo R\$ 33,1 milhões investidos em sua operação e R\$ 18,6 milhões em programas e projetos externos. (GRI EN30)

Investimentos ambientais (R\$ mil) (GRI EN30)	
Tratamento de resíduos	841
Remediação de impacto ambiental	987
Prevenção ambiental	38.819
Gestão ambiental	11.025
<b>Total</b>	<b>51.672</b>

## EMISSÕES

A Elektro monitora as emissões indiretas de seus veículos e desenvolve programas para mitigar o impacto ambiental provocado. No exercício, realizou a análise de emissões de toda a frota da Empresa movida a diesel, como caminhonetes e caminhões, além de geradores de subestações. A ação estabelecerá uma avaliação sistemática dos veículos em relação ao grau de enegrecimento e redução da emissão de fumaça preta, mantendo-os nas condições recomendadas pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb). Para isso, é promovido acompanhamento constante das emissões e, caso necessário, realizado o tratamento de não conformidades. (GRI EN18)

Em 2011, a frota da Elektro consumiu 3.483.508 litros de diesel, 469.788 litros de gasolina e 642.014 litros de álcool, correspondendo à emissão de 10.443 toneladas de CO<sub>2</sub> equivalente. (GRI EN16 e EN29)

O consumo de gás freon R22, utilizado para a manutenção do sistema central de ar condicionado da Sede Corporativa, representou a emissão de 52 quilos de CFC equivalentes. Pela característica das atividades da Elektro, não há outras emissões indiretas relevantes de gases causadores de efeito estufa. (GRI EN17, EN19 e EN20)

**R\$ 51,7 MILHÕES**  
FORAM DESTINADOS  
EM 2011 A INICIATIVAS  
DE PROTEÇÃO AMBIENTAL,  
SENDO R\$ 33,1 MILHÕES  
INTERNAMENTE.



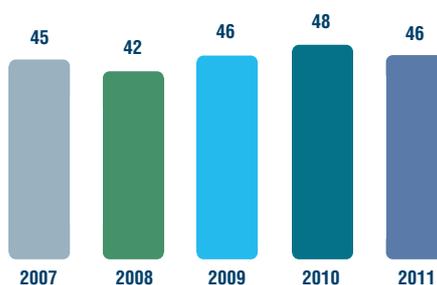
Vista do Guarujá

## CONSUMO DE ÁGUA

Em 2011, o consumo total de água na Elektro foi de 45.753 m<sup>3</sup> (4,5% abaixo do registrado em 2010, devido a campanhas de conscientização ambiental). Por fonte, 42.155 m<sup>3</sup> foram provenientes da rede pública, 3.264 m<sup>3</sup> de poço artesiano e 334 m<sup>3</sup> de água mineral. A Empresa não utiliza água reciclada. (GRI EN8, EN9, EN10)

Na Sede Corporativa, o consumo de água é minimizado por meio de bacias sanitárias com caixas acopladas, que permitem regular o volume de água utilizada em cada descarga, e torneiras temporizadas, de acionamento mecânico, que possuem regularizadores de vazão. Toda a água consumida nos banheiros e para uso humano é proveniente de sistema de abastecimento público, com posterior descarte em sistema público de tratamento de esgoto. Para a irrigação das áreas externas é utilizado poço artesiano, já existente na época da construção da propriedade. (GRI EN21)

### CONSUMO DE ÁGUA (mil m<sup>3</sup>)

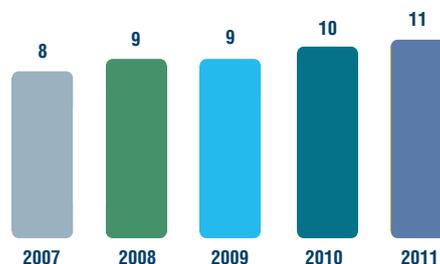


## CONSUMO DE ENERGIA

O consumo próprio de energia somou 10.587.387 kWh, 8,9% acima do ano anterior, variação decorrente da instalação de 38 novos espaços de Atendimento ao Cliente, além do aumento da área construída nas unidades de Três Lagoas e Teodoro Sampaio, o que demandou maior uso de ar condicionado e iluminação.

A iluminação representa 4% do consumo total de energia elétrica da Sede, que é adquirida no mercado livre. Para minimizar esse consumo, a Empresa adota sistemas de desligamento automático das lâmpadas após as 19h. (GRI EN4 e EN7)

**CONSUMO DE ENERGIA**  
(mil MWh)



## RESÍDUOS E DERRAMAMENTOS

A Elektro aplicou R\$ 841 mil na destinação final de resíduos perigosos, encaminhados para empresas homologadas para essa atividade. No ano, foram registradas 352 ocorrências com avaria, furto ou

explosão de transformadores. Todas foram contidas e os resíduos tratados e destinados adequadamente para coprocessamento. (GRI EN23)

### Tratamento, destinação e geração de resíduos (GRI EN22)

Resíduos	2009	2010	2011	Destinação
Papel (t) <sup>(1)</sup>	ND	8,5	6,5	Reciclagem
Sucatas metálicas (t) <sup>(2)</sup>	819,6	862,7	5.861	Reciclagem
Baterias de subestações (t)	7,1	1,8	1,2	Devolvidas ao fabricante
Lâmpadas (mil unidades)	76,2	88,8	108,4	Descontaminação, com separação do vidro, alumínio e mercúrio, que são encaminhados para reciclagem
Resíduos contaminados por óleo – terra, panos e estopas; borra oleosa (t)	104,2	80,1	164,6	Coprocessamento em fornos de cimenteiras
Óleo isolante regenerado (t)	294.548	335.240	455.459	Reciclagem

<sup>(1)</sup> Dado da Sede Corporativa.

<sup>(2)</sup> Sucata da rede elétrica.

## RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Desde 1998, a Elektro mantém o programa Meninos Ecológicos para formar monitores ambientais que divulguem conceitos de sustentabilidade em suas comunidades. Desenvolvido nos municípios de Araras, Pariquera-Açu e Eldorado, a iniciativa capacita jovens por meio de aulas práticas e teóricas. As mudas produzidas são utilizadas em campanhas internas e doadas a prefeituras, ONGs e escolas de municípios da área de concessão

para a recuperação de áreas degradadas e arborização urbana. Os participantes também desenvolvem atividades que incluem a identificação das espécies, coleta de sementes e produção de mudas e participam de cursos extracurriculares, atividades esportivas e palestras sobre cidadania, mercado de trabalho e saúde. São atendidos jovens de baixa renda entre 16 e 17 anos, sendo que, em 2011, 45 jovens participaram do programa.

# BALANÇO SOCIAL

Indicadores do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase)

1 - Base de Cálculo	2011 Valor (mil reais)			2010 Valor (mil reais)		
Receita líquida (RL)	3.564.093			3.368.855		
Resultado operacional (RO)	707.105			644.282		
Folha de pagamento bruta (FPB)	310.833			278.784		
2 - Indicadores sociais internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	25.479	8,20%	0,71%	21.044	7,55%	0,62%
Transporte	708	0,23%	0,02%	603	0,22%	0,02%
Encargos sociais compulsórios	60.212	19,37%	1,69%	54.398	19,51%	1,61%
Previdência privada	5.153	1,66%	0,14%	4.561	1,64%	0,14%
Saúde	15.732	5,06%	0,44%	12.454	4,47%	0,37%
Segurança no trabalho <sup>(1)</sup>	6.552	2,11%	0,18%	9.768	3,50%	0,29%
Educação	387	0,12%	0,01%	337	0,12%	0,01%
Cultura	77	0,02%	0,00%	78	0,03%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	6.041	1,94%	0,17%	8.867	3,18%	0,26%
Creches ou auxílio-creche	541	0,17%	0,02%	417	0,15%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	29.954	9,64%	0,84%	18.546	6,65%	0,55%
<b>Total - Indicadores sociais internos</b>	<b>150.836</b>	<b>48,53%</b>	<b>4,23%</b>	<b>131.073</b>	<b>47,02%</b>	<b>3,89%</b>
3 - Indicadores sociais externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação <sup>(2)</sup>	705	0,10%	0,02%	1.980	0,31%	0,06%
Cultura	2.599	0,37%	0,07%	1.980	0,31%	0,06%
Outros	7.445	1,05%	0,21%	5.264	0,82%	0,16%
<b>Total das contribuições para a sociedade<sup>(3)</sup></b>	<b>10.749</b>	<b>1,52%</b>	<b>0,30%</b>	<b>9.224</b>	<b>1,43%</b>	<b>0,27%</b>
Tributos (excluídos encargos sociais)	1.388.910	196,42%	38,97%	1.247.006	193,55%	37,02%
<b>Total - Indicadores sociais externos</b>	<b>1.399.659</b>	<b>197,94%</b>	<b>39,27%</b>	<b>1.256.230</b>	<b>194,98%</b>	<b>37,29%</b>
4 - Indicadores ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da Empresa	33.080	4,68%	0,93%	28.648	4,45%	0,85%
Investimentos em programas e/ou projetos externos <sup>(2)</sup>	18.592	2,63%	0,52%	17.857	2,77%	0,53%
<b>Total dos investimentos em meio ambiente</b>	<b>51.672</b>	<b>7,31%</b>	<b>1,45%</b>	<b>46.505</b>	<b>7,22%</b>	<b>1,38%</b>
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a Empresa	não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 76 a 100% (x)			não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 76 a 100% (x)		

5 - Indicadores do corpo funcional		2011	2010
Nº de empregados(as) ao final do período		3.879	3.525
Nº de admissões durante o período		749	897
Nº de demissões no período		403	390
Nº de empregados(as) terceirizados(as)		1.731	1.596
Nº de estagiários(as)		28	20
Nº de empregados(as) acima de 45 anos		579	538
Nº de mulheres que trabalham na Empresa		516	458
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		11,54%	10,85%
Nº de negros(as) que trabalham na Empresa		633	605
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)		3,80%	2,32%
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais		48	47
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		2011	2010
Relação entre a maior e a menor remuneração na Empresa		56	57
Número total de acidentes de trabalho		12	12
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela Empresa foram definidos por:	( ) direção (x) direção e gerências ( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção (x) direção e gerências ( ) todos(as) empregados(as)	( ) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	( ) direção e gerências ( ) todos(as) empregados(as)	(x) todos + Cipa ( ) direção e gerências ( ) todos(as) empregados(as)	(x) todos + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a Empresa:	( ) não se envolve ( ) segue as normas da OIT (x) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolve ( ) segue as normas da OIT (x) incentiva e segue a OIT	(x) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção ( ) direção e gerências (x) todos(as) empregados(as)	( ) direção ( ) direção e gerências (x) todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) empregados(as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	( ) direção ( ) direção e gerências (x) todos(as) empregados(as)	( ) direção ( ) direção e gerências (x) todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Empresa:	( ) não são considerados ( ) são sugeridos (x) são exigidos	( ) não são considerados ( ) são sugeridos (x) são exigidos	(x) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a Empresa:	( ) não se envolve ( ) apoia (x) organiza e incentiva	( ) não se envolve ( ) apoia (x) organiza e incentiva	(x) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na Empresa: 497.823 no Procon: 1.376 na Justiça: 1.202	na Empresa: 466.858 no Procon: 1.511 na Justiça: 855	na Justiça: 855
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na Empresa: 100% no Procon: 100% na Justiça: 13%	na Empresa: 100% no Procon: 100% na Justiça: 23,8%	na Justiça: 23,8%
Valor adicionado total a distribuir (R\$ mil):	Em 2011: 2.676.807		Em 2010: 2.362.373
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	67,9% governo 7,2% colaboradores(as) 18,4% acionistas 6,5% financiadores		67,6% governo 7,2% colaboradores(as) 18,2% acionistas 7% financiadores
7 - Outras Informações			
Quantidade de organizações sem fins lucrativos beneficiadas com desconto na conta de energia elétrica:		379	381
Desconto total na conta de energia elétrica destinado a organizações sem fins lucrativos (R\$ mil):		6.176	5.264

<sup>(1)</sup> O decréscimo no valor dos recursos destinados a segurança no trabalho em 2011 deve-se aos altos investimentos realizados em 2010 com laudos periciais, equipamentos de proteção individual e coletivos (EPIs/EPCs), uniformes, etc.

<sup>(2)</sup> Recursos de dois projetos de educação ambiental (Meninos Ecológicos e Elektro nas Escolas), contabilizados em 2010 em Indicadores Sociais Externos (Educação), foram transferidos em 2011 para Indicadores Ambientais (Investimentos em programas e/ou projetos externos).

<sup>(3)</sup> O aumento no valor de investimentos sociais externos reflete maior captação e utilização de recursos de incentivo fiscal.

# SUMÁRIO GRI

(GRI 3.12)

	Página / Comentário	Nível de informação	
<b>ESTRATÉGIA E ANÁLISE</b>			
1.1	Declaração sobre a relevância da sustentabilidade	11-12	Completo
1.2	Descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades	32-33	Completo
<b>PERFIL ORGANIZACIONAL</b>			
2.1	Nome da organização	7, 8	Completo
2.2	Principais marcas, produtos e/ou serviços	7	Completo
2.3	Estrutura operacional	8	Completo
2.4	Localização da Sede	8	Completo
2.5	Número de países em que a organização opera	7	Completo
2.6	Tipo e natureza jurídica da propriedade	7	Completo
2.7	Mercados atendidos (regiões, setores e tipos de clientes/ beneficiários)	7	Completo
2.8	Porte da organização	10	Completo
2.9	Principais mudanças durante o período coberto pelo relatório referentes a porte, estrutura ou participação acionária	8	Completo
2.10	Prêmios recebidos no período coberto pelo relatório	13	Completo
EU3	Número de unidades residenciais, industriais, institucionais e comerciais	72	Completo
EU4	Comprimento de linhas de transmissão e distribuição	43	Completo
<b>PERFIL DO RELATÓRIO</b>			
3.1	Período coberto pelo relatório para as informações apresentadas	4	Completo
3.2	Data do relatório anterior mais recente	Junho de 2011	Completo
3.3	Ciclo de emissão de relatórios (anual, bienal)	3	Completo
3.4	Dados para contato	6	Completo
<b>Escopo e limite do relatório</b>			<b>Completo</b>
3.5	Processo para definição do conteúdo	4	Completo
3.6	Limite do relatório (países, divisões, subsidiárias, fornecedores)		Completo
3.7	Declaração sobre quaisquer limitações específicas quanto ao escopo ou ao limite do relatório	3	Completo
3.8	Base para a elaboração do relatório no que se refere a <i>joint ventures</i> , subsidiárias, etc.	6	Completo
3.9	Técnicas de medição de dados e as bases de cálculos	6	Completo
3.10	Consequências de quaisquer reformulações de informações anteriores	4 e 6	Completo
3.11	Mudanças significativas em comparação com anos anteriores	4	Completo
3.12	Tabela que identifica a localização das informações no relatório	89	Completo
<b>Verificação</b>			
3.13	Política e prática atual relativa à busca de verificação externa para o relatório	6	Completo

		Página / Comentário	Nível de informação
<b>GOVERNANÇA, COMPROMISSOS E ENGAJAMENTO</b>			
<b>Governança</b>			
4.1	Estrutura de governança	28-29	Completo
4.2	Indicação caso o presidente do mais alto órgão de governança também seja diretor	29	Completo
4.3	Membros independentes ou não executivos do mais alto órgão de governança	29	Completo
4.4	Mecanismos para que acionistas e empregados façam recomendações	29	Completo
4.5	Relação entre a remuneração e o desempenho	30	Completo
4.6	Processos em vigor para assegurar que conflitos de interesse sejam evitados	29	Completo
4.7	Processo para determinação das qualificações e conhecimento dos conselheiros	Conforme artigos 146 e 147 da Lei das S.A., os conselheiros de administração devem ser pessoas naturais, acionistas da Elektro e com reputação ilibada. Não são consideradas questões de diversidade	Completo
4.8	Declarações de missão e valores, códigos de conduta e princípios internos relevantes para o desempenho econômico, ambiental e social, assim como o estágio de sua implementação	17	Completo
4.9	Procedimentos do mais alto órgão de governança para supervisionar a identificação e gestão por parte da organização do desempenho econômico, ambiental e social, incluindo riscos e oportunidades relevantes, assim como a adesão ou conformidade com normas acordadas internacionalmente, códigos de conduta e princípios	29	Parcial
4.10	Processos para a autoavaliação do desempenho do mais alto órgão de governança, especialmente com respeito ao desempenho econômico, ambiental e social	Não há avaliação específica para os membros do Conselho de Administração	Completo
<b>Compromissos com iniciativas externas</b>			
4.11	Princípio da precaução	Como a segurança é o valor nº 1 da Elektro, esse princípio é aplicado no dia a dia das operações	Completo
4.12	Cartas, princípios ou outras iniciativas externas subscritas ou endossadas	17-19	Completo
4.13	Participação em associações e/ou organismos nacionais/ internacionais	20	Completo
<b>Engajamento dos stakeholders</b>			
4.14	Relação de grupos de <i>stakeholders</i> engajados pela organização	4	
4.15	Base para a identificação e seleção de <i>stakeholders</i> com os quais se engajar	4	Completo
4.16	Abordagens para o engajamento dos <i>stakeholders</i>	4	Completo
4.17	Principais temas e preocupações levantados por meio do engajamento dos <i>stakeholders</i>	5	Completo

FORMA DE GESTÃO	Página / Comentário	Nível de informação
<b>DESEMPENHO ECONÔMICO</b>		
Desempenho econômico	32, 33, 57, 68, 81	Completo
Presença no mercado	32, 33, 68, 79	Completo
Impactos econômicos indiretos	32, 33, 34-36, 72, 73	Completo
<b>EU7</b> Programas de gerenciamento de consumo	34-36	Completo
Pesquisa e desenvolvimento	37-40	Completo
<b>EU8</b> Atividades e despesas de P&D	37	Completo
Descomissionamento de usinas	A Elektro não gera energia	Completo
<b>EU9</b> Provisão para descomissionamento de usinas nucleares	A Elektro não gera energia	Completo
<b>DESEMPENHO AMBIENTAL</b>		
Energia	34-36, 82	Completo
Água	82, 85	Completo
Biodiversidade	82, 83	Completo
Emissões, efluentes e resíduos	82, 85, 86	Completo
Produtos e serviços	82	Completo
Conformidade	82	Completo
Transporte	82, 85	Completo
Geral	82, 84	Completo
<b>PRÁTICAS TRABALHISTAS E TRABALHO DECENTE</b>		
Emprego	24, 58, 59, 60, 63, 69	Completo
Relações entre os trabalhadores e a governança	24, 58	Completo
Saúde e segurança no trabalho	24, 58, 61, 63, 64, 68	Completo
Treinamento e educação	24, 58, 65, 66, 67	Completo
Diversidade e igualdade de oportunidades	24, 58, 59	Completo
Igualdade na remuneração entre homens e mulheres	24, 58, 68	Completo
<b>DIREITOS HUMANOS</b>		
Práticas de investimento e de processos de compra	66, 78	Completo
Não discriminação	31	Completo
Liberdade de associação e negociação coletiva	69	Completo
Trabalho infantil	78	Completo
Trabalho forçado ou análogo ao escravo	78	Completo
Práticas de segurança	78	Completo
Remediação	30	Completo
<b>SOCIEDADE</b>		
Comunidade	80, 81	Completo
Corrupção	31, 66	Completo
Políticas públicas	79	Completo
<b>RESPONSABILIDADE SOBRE O PRODUTO</b>		
Saúde e segurança do cliente	76	Completo
Acesso	44, 71	Completo
<b>EU23</b> Programas para melhorar ou manter o acesso à eletricidade	72	Completo
Prestação de informações	72	Completo
<b>EU24</b> Práticas para lidar com barreiras de acesso (escolaridade, necessidades especiais, etc.)	73	Completo

INDICADORES DE DESEMPENHO			Princípio do Pacto Global	Página / Comentário	Nível de informação
<b>DESEMPENHO ECONÔMICO</b>					
<b>Desempenho econômico</b>					
ES	EC1	Valor econômico direto gerado e distribuído (DVA)		57	Completo
ES	EC3	Cobertura das obrigações do plano de pensão de benefício definido		68	Completo
ES	EC4	Ajuda financeira significativa recebida do governo		81	Completo
<b>Presença no mercado</b>					
AD	EC5	Salário mais baixo comparado ao salário mínimo local	1	68	Completo
ES	EC6	Políticas, práticas e proporção de gastos com fornecedores locais		79	Completo
ES	EC7	Procedimentos para contratação local	6	Não há políticas específicas sobre contratação local, mas a Organização mantém programas de desenvolvimento de carreira para assegurar o aproveitamento dos talentos internos	Completo
<b>Impactos econômicos indiretos</b>					
ES	EC8	Investimentos em infraestrutura e serviços na comunidade		34-36, 72 e 73	Completo
AD	EC9	Impactos econômicos indiretos significativos		73	Completo
ES	EU7	Programas de gerenciamento da demanda, incluindo programas residenciais, comerciais, institucional e industriais		34-36, 37-40	Parcial
<b>Eficiência do sistema</b>					
SU	EU11	Eficiência média de geração de usinas termelétricas		A Elektro não gera energia	Completo
SU	EU12	Perdas de transmissão e distribuição em relação ao total de energia		44	Completo
<b>DESEMPENHO AMBIENTAL</b>					
<b>Energia</b>					
ES	EN4	Consumo de energia indireta discriminado por fonte primária	8	86	Completo
AD	EN6	Iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia		34-36	Completo
AD	EN7	Iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta e as reduções obtidas	8, 9	86	Completo
<b>Água</b>					
ES	EN8	Total de retirada de água por fonte	8	85	Completo
AD	EN9	Fontes hídricas significativamente afetadas por retirada de água		85	Completo
AD	EN10	Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada		85	Completo
<b>Biodiversidade</b>					
ES	EN12	Descrição de impactos significativos sobre a biodiversidade	8	83	Completo
AD	EN14	Gestão de impactos na biodiversidade	8	83	Completo
AD	EN15	Número de espécies na Lista Vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação	8	A Elektro não possui o controle	Completo
<b>Emissões, efluentes e resíduos</b>					
ES	EN16	Total de emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa, por peso	8	85	Completo
ES	EN17	Outras emissões indiretas relevantes de gases de efeito estufa, por peso	8	85	Completo
ES	EN18	Iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e as reduções obtidas	7, 8, 9	85	Parcial
ES	EN19	Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio, por peso	8	85	Completo
ES	EN20	NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso	8	85	Completo
ES	EN21	Descarte total de água, por qualidade e destinação	8	85	Completo
ES	EN22	Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição	8	86	Completo
ES	EN23	Número e volume total de derramamentos significativos	8	86	Parcial

INDICADORES DE DESEMPENHO			Princípio do Pacto Global	Página / Comentário	Nível de informação
<b>Produtos e serviços</b>					
ES	EN27	Percentual recuperado de produtos e suas embalagens	8, 9	Não há uso de embalagens em distribuição de energia	Completo
<b>Conformidade</b>					
ES	EN28	Multas e sanções por não conformidade com leis e regulamentos ambientais	8	Em 2011, a Elektro foi multada em R\$ 0,650 mil pela atividade de poda drástica no município de Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul	Completo
<b>Transporte</b>					
AD	EN29	Impactos ambientais do transporte de produtos, bens e materiais e trabalhadores		85	Completo
<b>Geral</b>					
AD	EN30	Total de investimentos e gastos em proteção ambiental, por tipo	7, 8, 9	84	Completo
<b>PRÁTICAS TRABALHISTAS E TRABALHO DECENTE</b>					
<b>Emprego</b>					
ES	LA1	Trabalhadores por tipo de emprego, contrato de trabalho e região, discriminados por gênero		59	Completo
ES	LA2	Número total e taxa de rotatividade de empregados, por faixa etária, gênero e região	6	59, 60	Completo
SU	EU18	Treinamento em saúde e segurança de trabalhadores parceiros e subcontratados		63	Completo
AD	LA3	Benefícios que não são oferecidos a empregados temporários ou de meio período		Não há diferenciação de benefícios para empregados de tempo integral, temporários ou tempo parcial	Completo
ES	LA15	Taxas de retorno ao trabalho e de retenção após licença-maternidade ou paternidade, por gênero		69	Completo
<b>Relações entre os trabalhadores e a governança</b>					
ES	LA5	Prazo mínimo para notificação com antecedência referente a mudanças operacionais	3	Não há prazo estabelecido	Completo
<b>Saúde e segurança no trabalho</b>					
AD	LA6	Percentual dos empregados representados em comitês formais de segurança e saúde	1	61	Completo
ES	LA7	Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos	1	63	Parcial
ES	LA8	Programas de educação, treinamento, aconselhamento, prevenção e controle de risco	1	64	Completo
AD	LA9	Temas relativos à segurança e saúde cobertos por acordos formais com sindicatos	1	68	Completo
<b>Treinamento e educação</b>					
ES	LA10	Média de horas de treinamento por ano, por funcionário, por categoria funcional	6	67	Completo
AD	LA11	Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua e fim da carreira		66	Completo
AD	LA12	Percentual de empregados que recebem regularmente análises de desempenho		65	Completo
<b>Diversidade e igualdade de oportunidades</b>					
ES	LA13	Responsáveis pela governança e empregados por gênero, faixa etária, minorias	1, 6	659	Parcial
<b>Igualdade na remuneração entre homens e mulheres</b>					
ES	LA14	Proporção de salário base entre homens e mulheres, por categoria funcional	1, 6	68	Completo

INDICADORES DE DESEMPENHO			Princípio do Pacto Global	Página / Comentário	Nível de informação
<b>DIREITOS HUMANOS</b>					
<b>Práticas de investimento e de processos de compra</b>					
ES	HR2	Fornecedores submetidos a avaliações direitos humanos	1 a 6	78	Completo
AD	HR3	Treinamento para empregados em direitos humanos	1	66	Completo
<b>Não discriminação</b>					
ES	HR4	Número total de casos de discriminação e as medidas tomadas	1, 2, 6	30	Completo
<b>Liberdade de associação e negociação coletiva</b>					
ES	HR5	Operações com risco ao direito de exercer a liberdade de associação	1, 2, 3	69	Completo
<b>Trabalho infantil</b>					
ES	HR6	Operações com risco significativo de ocorrência de trabalho infantil	1, 2, 5	78	Completo
<b>Trabalho forçado ou análogo ao escravo</b>					
ES	HR7	Operações identificadas com risco de trabalho forçado ou análogo ao escravo	1, 2, 4	78	Completo
<b>Práticas de segurança</b>					
AD	HR8	Pessoal de segurança treinado em direitos humanos	1	78	Completo
<b>Remediação</b>					
ES	HR11	Queixas relacionadas a direitos humanos recebidas, tratadas e resolvidas por meio de mecanismos formais de reclamações		31	Completo
<b>SOCIEDADE</b>					
<b>Comunidade</b>					
ES	SO1	Natureza, escopo e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades, incluindo a entrada, operação e saída.		80-81	Parcial
ES 3.1	SO1	Percentual de operações com ações de engajamento da comunidade local, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento		80-81	Parcial
SU	EU22	Número de pessoas deslocadas física e economicamente e indenização		Número de pessoas deslocadas física e economicamente e indenização: Em Tatuí foi realizado pagamento de indenização no valor de R\$ 595.925,72 a cliente afetado por obras de expansão e construção. Em Limeira e Bertioga foram depositados judicialmente, respectivamente, R\$ 1.215.000,00 e R\$ 690.000,00 pela mesma finalidade	Completo
<b>Corrupção</b>					
ES	SO3	Empregados treinados nas políticas e procedimentos anticorrupção	10	66	Completo
ES	SO4	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção	10	31	Completo
<b>Políticas públicas</b>					
ES	SO5	Posições e participação na elaboração de políticas públicas e <i>lobbies</i>	1 a 10	79	Completo
AD	SO6	Contribuições para partidos políticos, políticos ou instituições relacionadas	10	A Elektro não realiza contribuições a partidos políticos	Completo
<b>Concorrência desleal</b>					
AD	SO7	Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio		A Elektro não possui empresas concorrentes em sua atuação, definida no contrato de concessão com a União. Os valores das tarifas são definidos pela agência reguladora (Aneel)	Completo

			Princípio do Pacto Global	Página / Comentário	Nível de informação
<b>Conformidade</b>					
ES	S08	Multas e sanções por não conformidade com leis e regulamentos		A Elektro pagou a clientes R\$ 5.186.737 em virtude de transgressões do indicador DMIC, que trata da duração máxima de interrupção contínua por unidade consumidora ou por ponto de conexão, expressa em horas e centésimos de hora. Trata-se de uma disposição regulatória que determina a compensação financeira automática a clientes que tiveram seu fornecimento de energia interrompido. A Elektro recebeu ainda oito autuações tributárias relevantes que totalizam R\$ 52.594.122,68 e referem-se sobre tributação do ICMS e COFINS. Também foram recebidas quatro autuações trabalhistas no valor de R\$ 4.025,33 cada uma sobre jornada de trabalho de empregados próprios	Completo
<b>RESPONSABILIDADE SOBRE O PRODUTO</b>					
<b>Saúde e segurança do cliente</b>					
ES	PR1	Fases do ciclo de vida de produtos e serviços em que são avaliados impactos de saúde e segurança	1	76	
AD	PR2	Conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos à saúde e segurança		Não foram registrados	Completo
SU	EU25	Acidentes e óbitos de usuários do serviço envolvendo bens da empresa		76	Completo
<b>Rotulagem de produtos e serviços</b>					
ES	PR3	Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por procedimentos de rotulagem	8	Não há rotulagem na distribuição de energia	Completo
AD	PR4	Casos de não conformidade relacionados a informações e rotulagem		Não há rotulagem na distribuição de energia	Completo
AD	PR5	Práticas relacionadas à satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas		77	Completo

			Princípio do Pacto Global	Página / Comentário	Nível de informação
<b>Comunicações de marketing</b>					
ES	PR6	Adesão às leis, normas e códigos voluntários de comunicações de marketing		A Empresa assegura que a comunicação com seus públicos seja ética e sem juízo de valor, de forma a fortalecer a cultura de responsabilidade. Assegura ainda a igualdade e garante que em seus canais de comunicação não seja feita qualquer referência estereotipada ou que atente contra a dignidade de pessoas de quaisquer credo, cor, raça, gênero, idade, origem geográfica, classe social, deficiência, aparência física e orientação sexual ou que as coloque em situação preconceituosa, constrangedora, desrespeitadora ou de risco, nem que incite à violência, explore o medo ou a superstição	Completo
AD	PR7	Casos de não conformidade com comunicações de marketing			Completo
<b>Privacidade do cliente</b>					
AD	PR8	Reclamações comprovadas relativas à violação de privacidade e perda de dados de clientes		Não foram registradas	Completo
<b>Conformidade</b>					
ES	PR9	Multas por não conformidade no fornecimento e uso de produtos e serviços		A Elektro recebeu 36 sanções administrativas no ano, com valor monetário de R\$ 57.797.611,00	Completo
<b>Acesso</b>					
ES	EU23	Programas para melhorar ou manter o acesso à eletricidade		72	Completo
ES	EU24	Práticas para lidar com barreiras de acesso (escolaridade, necessidades especiais, etc.)		73	Completo
SU	EU27	Número de desligamentos residenciais por falta de pagamento		71	Completo
SU	EU28	Frequência das interrupções no fornecimento de energia		44	Completo
SU	EU29	Duração média das interrupções no fornecimento de energia		44	Completo
SU	EU30	Fator de disponibilidade média das usinas de geração		A Elektro não gera energia	Completo

**NOME DA EMPRESA:**

Elektro Eletricidade e Serviços S.A.  
Website: [www.elektro.com.br](http://www.elektro.com.br)

**ENDEREÇO E TELEFONE DA SEDE:**

Rua Ary Antenor de Souza, 321  
Jd. Nova América  
Campinas/SP – CEP: 13053-024  
Tel.: (19) 2122-1009

# INFORMAÇÕES CORPORATIVAS

**INFORMAÇÕES A ACIONISTAS E INVESTIDORES**

**Relações com Investidores:** Diretor: Rodrigo Silva | Gerente: Harley Lima

**Contato:** E-mail: [ri@elektro.com.br](mailto:ri@elektro.com.br)

**Bolsa de Valores em que as ações são negociadas:** BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

**Código de negociação das ações:** Ordinária: EKTR3 e Preferencial: EKTR4

**Instituição financeira custodiante:** Banco Itaú S.A.

**Auditores independentes:** Ernst & Young Terco Auditores Independentes

**Jornais de divulgação das informações:** Valor Econômico | Diário Oficial do Estado de São Paulo

**Central de Atendimento ao Clientes (CAC):** Para Clientes de Baixa-Tensão: 0800 701 0102  
Para Clientes de Média e Alta-Tensão: 0800 701 0103

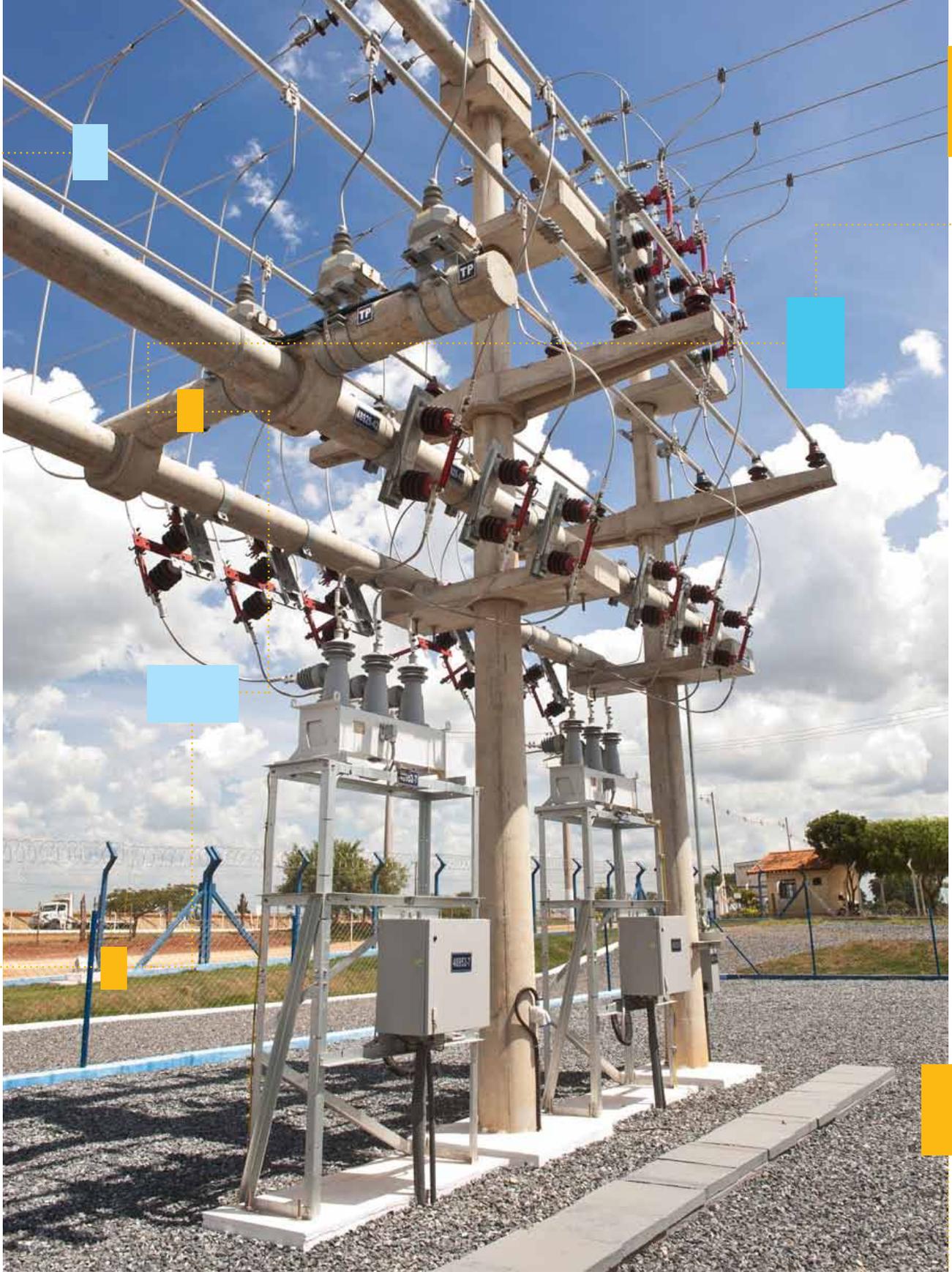
Atendimento *online* ([www.elektro.com.br](http://www.elektro.com.br)) ou SMS para 26655

**Portadores de deficiência auditiva e de fala:** 0800-701-01-55 (necessária a utilização de aparelho telefônico especial adaptado para esta finalidade)

**Ouvidoria:** 0800 012 4050

**Locais de atendimento:** – Espaços de Atendimento ao Cliente:  
Endereços disponíveis no site da Elektro ([www.elektro.com.br](http://www.elektro.com.br))

– Agentes credenciados:  
Agências próprias dos Correios na área de concessão.



Subestação Taquarivai

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(em milhares de reais)

Ativo	Notas	31/12/2011	31/12/2010
<b>Circulante</b>		<b>994.346</b>	<b>928.096</b>
Caixa e equivalentes de caixa	6	285.488	223.357
Consumidores, parcelamentos de débitos e fornecedores	7	647.731	612.422
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	(42.867)	(41.792)
Energia livre	9	299	3.196
TUSD-G	10	1.478	64.828
Tributos a compensar	11	53.592	38.265
Caução de fundos e depósitos vinculados	12	9.983	5.503
Almoxarifado		10.021	8.945
Outros créditos		28.621	13.372
<b>Não circulante</b>		<b>2.424.469</b>	<b>2.314.132</b>
Parcelamentos de débitos e fornecedores	7	40.785	39.272
Energia livre	9	-	4.628
TUSD-G	10	32.138	18.164
Tributos a compensar	11	26.919	27.188
Caução de fundos e depósitos vinculados	12	12.746	11.750
Depósitos judiciais	13	58.503	51.325
Tributos diferidos	37	157.302	159.065
Outros créditos		3.532	3.958
Ativo indenizável (concessão)	14.1	351.773	283.259
Propriedades para investimento	15	4.254	4.254
Imobilizado	16	20.492	19.139
Intangível	14.2	1.716.025	1.692.130
<b>Total do Ativo</b>		<b>3.418.815</b>	<b>3.242.228</b>

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### Balanços patrimoniais

em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(em milhares de reais)

Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	31/12/2011	31/12/2010
<b>Circulante</b>		<b>698.790</b>	<b>1.042.958</b>
Fornecedores e supridores de energia elétrica	20	307.516	272.866
Empréstimos e financiamentos	17	30.553	196.701
Debêntures	18	27.378	219.935
Arrendamento mercantil	19	4.860	5.406
Tributos a recolher	21	123.745	148.772
Encargos do consumidor	22	35.042	32.453
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	23	60.893	55.062
Provisões e encargos sobre folha de pagamento	24	45.955	47.667
Energia livre	9	7.187	4.201
TUSD-G	10	-	16.804
Obrigações P&D e eficiência energética	25	14.233	13.063
Plano especial de aposentadoria	26.2	2.031	705
Outros passivos		39.397	29.323
<b>Não circulante</b>		<b>1.351.381</b>	<b>831.203</b>
Empréstimos e financiamentos	17	556.062	363.429
Debêntures	18	602.356	298.687
Arrendamento mercantil	19	16.506	11.311
Energia livre	9	-	9.701
Obrigações P&D e eficiência energética	25	25.478	31.219
Plano especial de aposentadoria	26.2	11.469	9.520
Provisão para ações judiciais e regulatórias	27.1	137.864	102.974
Outros passivos		1.646	4.362
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>28</b>	<b>1.368.644</b>	<b>1.368.067</b>
Capital social		952.492	952.492
Reserva de capital	28.1	50.539	50.539
Pagamentos baseados em ações	29	3.072	4.333
Reservas de lucros	28.2	171.422	146.800
Outros resultados abrangentes		56.410	45.866
Dividendos adicionais propostos	28.3	134.709	168.037
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>3.418.815</b>	<b>3.242.228</b>

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### Demonstrações do resultado

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010

(em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Notas	31/12/2011	31/12/2010
<b>Receitas operacionais líquidas</b>	<b>30</b>	<b>3.564.093</b>	<b>3.368.855</b>
<b>Custo do serviço de energia elétrica e operação</b>		<b>(2.207.030)</b>	<b>(2.056.610)</b>
Energia comprada para revenda	31	(1.710.927)	(1.599.908)
Gastos com pessoal	32	(185.346)	(136.514)
Gastos com materiais	33	(29.717)	(28.215)
Gastos com serviços de terceiros	34	(60.229)	(98.488)
Depreciação		(6.731)	(6.251)
Amortização de ativo intangível		(153.496)	(139.399)
Outras despesas operacionais líquidas	35	(62.377)	(52.353)
Créditos de PIS e COFINS sobre o custo da operação		1.793	4.518
Custo de construção	14.3	(307.848)	(371.477)
<b>Lucro operacional bruto</b>		<b>1.049.215</b>	<b>940.768</b>
<b>Despesas operacionais</b>		<b>(274.313)</b>	<b>(224.020)</b>
Despesas com vendas	32, 33 e 34	(28.134)	(23.036)
Despesas gerais e administrativas	32, 33 e 34	(73.086)	(61.707)
Outras despesas operacionais líquidas	35	(173.093)	(139.277)
<b>Resultado do serviço</b>		<b>774.902</b>	<b>716.748</b>
Resultado financeiro	36	(67.797)	(72.466)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>707.105</b>	<b>644.282</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos		(214.669)	(193.879)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>492.436</b>	<b>450.403</b>
Lucro líquido básico e diluído por ação (expresso em reais):			
<b>Preferencial</b>		<b>2,66</b>	<b>2,43</b>
<b>Ordinária</b>		<b>2,41</b>	<b>2,21</b>

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 (em milhares de reais)

	Notas	2011	2010
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>492.436</b>	<b>450.403</b>
<b>Outros resultados abrangentes do exercício</b>		<b>(4.511)</b>	<b>(4.341)</b>
Ganho na marcação a mercado do ativo indenizável ICPC01 - Contratos de concessão	14.1	15.976	24.714
Tributo diferido sobre a marcação a mercado		(5.432)	(8.403)
Ganhos e Perdas atuariais imediatamente reconhecidas	26.1	7.698	(73.690)
Efeito do limite do ativo de benefício definido	26.1	(30.508)	42.399
Tributo diferido sobre ajustes atuariais		7.755	10.639
<b>Resultado abrangente do exercício</b>		<b>487.925</b>	<b>446.062</b>

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 (em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Pagamentos baseados em ações	Reservas de lucro/legal	Lucros acumulados	Dividendos adicionais propostos	Outros resultados abrangentes	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>952.492</b>	<b>50.539</b>	<b>2.680</b>	<b>143.078</b>	-	<b>155.589</b>	<b>29.555</b>	<b>1.333.933</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	-	-	-	-	<b>450.403</b>	-	-	<b>450.403</b>
Outros resultados abrangentes:								
Ganho na marcação a mercado do ativo indenizável, líquido	-	-	-	-	-	-	16.311	16.311
Ganhos e perdas atuariais, líquidos	-	-	-	-	-	-	(20.653)	(20.653)
Reclassificação requerida parágrafo 98 b do CPC 33	-	-	-	-	(20.653)	-	20.653	-
Aprovação de dividendos propostos	-	-	-	-	-	(155.589)	-	(155.589)
Reconhecimento de pagamento baseado em ações	-	-	1.653	-	-	-	-	1.653
Efeito de capitalização de leasing	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação do lucro líquido:								
Constituição de reserva legal	-	-	-	22.521	(22.521)	-	-	-
Dividendos propostos e pagos	-	-	-	-	(190.352)	-	-	(190.352)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	(18.799)	(149.238)	168.037	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(67.639)	-	-	(67.639)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>952.492</b>	<b>50.539</b>	<b>4.333</b>	<b>146.800</b>	-	<b>168.037</b>	<b>45.866</b>	<b>1.368.067</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	-	-	-	-	<b>492.436</b>	-	-	<b>492.436</b>
Outros resultados abrangentes:								
Ganho na marcação a mercado do ativo indenizável, líquido	-	-	-	-	-	-	10.544	10.544
Ganhos e perdas atuariais, líquidos	-	-	-	-	-	-	(15055)	(15.055)
Reclassificação requerida parágrafo 98 b do CPC 33	-	-	-	-	(15.055)	-	15.055	-
Aprovação de dividendos propostos	-	-	-	-	-	(168.037)	-	(168.037)
Reconhecimento de pagamento baseado em ações	-	-	6.204	-	-	-	-	6.204
Reversão de pagamentos baseado em ações	-	-	(7.465)	-	7.465	-	-	-
Destinação do lucro líquido:								
Constituição de reserva legal	-	-	-	24.622	(24.622)	-	-	-
Dividendos propostos e pagos	-	-	-	-	(253.883)	-	-	(253.883)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	(134.709)	134.709	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(71.632)	-	-	(71.632)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>952.492</b>	<b>50.539</b>	<b>3.072</b>	<b>171.422</b>	-	<b>134.709</b>	<b>56.410</b>	<b>1.368.644</b>

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## Demonstrações dos fluxos de caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010

(em milhares de reais)

	2011	2010
Atividades operacionais		
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>492.436</b>	<b>450.403</b>
<b>Itens do lucro que não afetam caixa</b>	<b>467.535</b>	<b>453.425</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	31.117	26.267
Juros e variações monetárias e cambial	124.451	132.244
Depreciação e amortização	160.227	145.650
Perda na baixa de ativos imobilizado, intangíveis e financeiros indenizáveis	83.226	15.070
Plano de pensão	(22.810)	(31.291)
Plano especial de aposentadoria	62	(237)
Provisão para ações judiciais e regulatórias	39.528	69.745
Tributos diferidos	4.089	54.295
Obrigações P&D e eficiência energética	41.441	40.029
Pagamentos baseados em opções de ações	6.204	1.653
<b>Variações no ativo e passivo operacional</b>	<b>(220.196)</b>	<b>(138.160)</b>
Consumidores, parcelamento de débitos e fornecedores	(66.864)	(101.927)
Almoxarifado - ativo circulante	(1.076)	(3.457)
Tributos a compensar	(15.058)	6.725
Ativos acordo TUSD-G	56.123	50.592
Outros créditos	(9.449)	9.352
Juros pagos (empréstimos, debêntures e arrend. mercantil)	(112.961)	(94.252)
Fornecedores e fornecedores de energia elétrica e encargos do consumidor	37.240	47.672
Tributos a recolher	203.325	131.984
Imposto de renda e contribuição social pagos	(239.097)	(122.409)
Passivos acordo TUSD-G	(17.835)	(16.080)
Provisão para ações judiciais e regulatórias	(4.638)	(2.308)
Plano especial de aposentadoria	2.616	(5.019)
Programa de P&D e eficiência energética	(50.313)	(37.833)
Outros passivos	(2.209)	(1.200)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>739.775</b>	<b>765.668</b>
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(312.613)</b>	<b>(365.156)</b>
Adições ao intangível e ao ativo indenizável	(307.848)	(371.476)
Valor recebido (pago) na baixa do ativo intangível e ativo indenizável	(2.300)	6.380
Adições ao imobilizado	-	-
Valor recebido na venda de investimento	-	116
Caução de fundos e depósitos vinculados	(2.465)	(176)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>(365.031)</b>	<b>(460.986)</b>
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(476.978)	(400.939)
Amortização de empréstimos e debêntures (principal)	(634.300)	(585.051)
Amortização de arrendamento mercantil (principal)	(6.829)	(9.133)
Captação de empréstimos	453.973	236.293
Captação de debêntures	299.103	297.844
<b>Varição de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>62.131</b>	<b>(60.474)</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	223.357	283.831
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	285.488	223.357
<b>Varição de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>62.131</b>	<b>(60.474)</b>

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### Demonstrações do valor adicionado

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010

(em milhares de reais)

	Notas	2011	2010
<b>Receitas</b>		<b>5.315.905</b>	<b>4.923.257</b>
Vendas de energia e serviços	30	5.024.476	4.562.803
Receita de construção		307.848	371.477
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida	35	(22.425)	(16.520)
Outras receitas		6.006	5.497
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		<b>(2.584.443)</b>	<b>(2.511.787)</b>
Energia comprada bruta	31	(1.885.359)	(1.772.398)
Materiais	33	(32.795)	(31.009)
Serviço de terceiros	34	(117.059)	(120.279)
Custo de construção		(307.848)	(371.477)
Outros custos operacionais		(241.382)	(216.624)
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>2.731.462</b>	<b>2.411.470</b>
Depreciação e amortização		(160.227)	(145.650)
<b>Valor adicionado líquido</b>		<b>2.571.235</b>	<b>2.265.820</b>
Receitas financeiras e variações monetárias e cambiais	36	105.572	96.553
<b>Valor adicionado a distribuir</b>		<b>2.676.807</b>	<b>2.362.373</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		<b>2.676.807</b>	<b>2.362.373</b>
Pessoal		191.602	169.590
Impostos, taxas e contribuições		1.423.967	1.279.305
Federais		558.401	501.349
Estaduais		865.315	777.564
Municipais		251	392
Encargos do consumidor e outros		396.010	317.188
Despesas financeiras e variações monetárias e cambiais		172.792	166.540
Juro sobre o capital próprio		71.632	67.639
Dividendos pagos		253.883	190.352
Dividendos propostos		142.299	149.238
Lucros retidos		24.622	22.521

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### Elektro Eletricidade e Serviços S.A. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

#### 1. A SOCIEDADE, SUAS OPERAÇÕES E A CONCESSÃO

A Elektro Eletricidade e Serviços S.A., denominada a seguir como “Elektro” ou “Sociedade”, cuja sede localiza-se à Rua Ary Antenor de Souza, 321 no município de Campinas, Estado de São Paulo, é uma concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, e os seus negócios, incluindo os serviços prestados e as tarifas cobradas, são regulamentados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Em 27 de agosto de 1998, foi celebrado o Contrato de Concessão de Distribuição nº 187/98, entre a União (Poder Concedente, por intermédio da ANEEL) e a Elektro, regulando a exploração do serviço público de energia elétrica, nas áreas geográficas delimitadas e exclusivas, compreendidas por 228 municípios, sendo 223 (duzentos e vinte e três) no Estado de São Paulo e 5 (cinco) no Estado do Mato Grosso do Sul. Este contrato possui cinco aditivos posteriores, sendo que o último foi assinado em 16 de agosto de 2011.

O contrato de concessão tem prazo de vigência de 30 anos, podendo ser prorrogado, por requerimento da concessionária e a critério exclusivo da ANEEL, por prazo adicional de, no máximo, 30 anos.

Conforme determina o contrato de concessão, todos os bens e instalações que estejam vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos automaticamente ao Poder Concedente ao término do contrato, procedendo-se às avaliações e determinação do valor de indenização à concessionária, considerando a data de incorporação no sistema elétrico, de acordo com a regulamentação que estiver em vigor.

As principais obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão, consistem em:

I – Fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II – Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, operando a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança na prestação de serviços e modicidade das tarifas;

III – Organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar por sua integridade. É vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do regulador;

IV – Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V – Implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, através de programas de redução de consumo de energia e inovações; e

VI – Submeter à prévia aprovação da ANEEL alterações em seu controle acionário que impliquem em mudanças de controle.

Pela execução dos serviços, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores as tarifas determinadas e

homologadas pela ANEEL. O preço é regulado por meio de mecanismos com base em fórmulas paramétricas: Parcela A (custos não gerenciáveis, como compra de energia, transporte de energia e encargos setoriais) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital - remuneração do investimento e quota de reintegração regulatória). O reajuste e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão.

O reajuste tarifário anual tem por objetivo repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis. A Revisão Tarifária periódica ocorre a cada quatro anos, e tem por objetivo restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Neste último processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência. A revisão extraordinária pode ser solicitada sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Na Revisão Tarifária periódica, o regulador verifica o volume de recursos necessários para a concessionária cobrir seus custos operacionais e define o nível de remuneração e recuperação de capital permitidos.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária.

A Sociedade é registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) como companhia de capital aberto e tem suas ações (0,32% do capital total) negociadas na BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

## **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as Práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Essas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 14 de fevereiro de 2012.

A Sociedade adotou todas as normas, revisões de normas, pronunciamentos técnicos, interpretações técnicas e orientações técnicas emitidas pela CVM e CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011.

As políticas, práticas e critérios contábeis foram consistentemente adotados no preparo dessas Demonstrações Financeiras, em todos os períodos apresentados.

As primeiras Demonstrações Financeiras apresentadas completamente com as novas normas do CPC e IFRS foram as de 31 de dezembro de 2010 comparadas a 2009, portanto, as notas referente a adoção inicial não se repetem nestas Demonstrações e podem ser verificadas naquela publicação.

Na Demonstração do Resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, o valor referente à provisão judicial face ao Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de São Paulo (DER) foi reclassificado, de Custo dos serviços de energia elétrica e operação para Despesas operacionais, para fins de melhor apresentação e comparabilidade com o exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

#### a. Estimativas

A preparação das Demonstrações Financeiras da Sociedade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que impactam os valores de receitas, despesas, ativos e passivos apresentados, assim como as divulgações de passivos contingentes. Contudo, imprecisões inerentes ao processo de sua determinação podem resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas Demonstrações Financeiras no momento da liquidação das correspondentes transações. A Sociedade revisa suas estimativas e premissas anualmente ou quando eventos ou mudanças de circunstância assim o exigem.

Essas estimativas estão relacionadas principalmente ao registro de receita de fornecimento de energia e de uso da rede de distribuição não faturada e respectivas contas a receber, provisão para crédito de liquidação duvidosa, avaliação de ativos financeiros ao valor justo, provisão para ações judiciais e regulatórias, apuração da posição atuarial para registro de superávit (déficit) do plano de pensão, provisão do plano especial de aposentadoria e valor justo das ações referentes ao plano de incentivo concedido pela controladora indireta Iberdrola S.A. a executivos da Sociedade.

#### b. Instrumentos Financeiros

A categoria para classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

A Sociedade firma contratos derivativos de "Swap" com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados com variações nas taxas cambiais e nas taxas de juros. De acordo com o preconizado no CPC 38, esses contratos foram contabilizados como instrumentos financeiros de hedge (hedge accounting).

A Sociedade não tem contratos derivativos com fins comerciais e especulativos.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é firmado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo.

Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Para os fins de contabilidade de hedge (hedge accounting), a Sociedade classifica os hedges como hedge de valor justo, ao fornecer proteção contra a exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo desses derivativos e do item coberto durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, no resultado financeiro.

A Sociedade classifica formalmente e documenta a relação de hedge à qual deseja aplicar contabilidade de hedge, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação objeto de hedge, a natureza do risco objeto de hedge, a natureza dos riscos excluídos da relação de hedge, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de hedge e a forma em que a Sociedade irá avaliar a eficácia do instrumento de hedge para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de hedge.

Espera-se que esses hedges sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram de fato altamente eficazes ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

#### **b.1) Ativos Financeiros**

Ativo financeiro é qualquer ativo que seja: caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, direito contratual ou legal, ou um contrato que seja ou possa vir a ser liquidado por instrumentos patrimoniais da própria entidade.

Os ativos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e recebíveis. Esta classificação depende da natureza e do propósito do ativo financeiro, e é determinada no seu reconhecimento inicial. O método de reconhecimento é consistente para todas as compras e vendas de ativos financeiros que pertençam à mesma categoria.

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias:

##### **Recebíveis:**

São representados por instrumentos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis, e que não estão cotados em um mercado ativo. O reconhecimento inicial dos recebíveis é efetuado pelo seu valor justo e ajustado pelas amortizações do principal, pelos juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva ("custo amortizado"), e por qualquer ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou créditos de liquidação duvidosa.

##### **Disponíveis para venda:**

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. O reconhecimento inicial é feito pelo valor justo; quaisquer variações posteriores no valor justo de um ativo disponível para venda são reconhecidas como outros resultados abrangentes, exceto no caso de perdas no valor recuperável, até que o ativo financeiro seja baixado. Neste momento, o ganho ou a perda anteriormente reconhecido como outros resultados abrangentes deve ser reconhecido no resultado.

##### **Mantidos para negociação:**

São instrumentos financeiros geralmente usados com o objetivo de gerar lucro com as flutuações de curto prazo no preço ou na margem do operador, através de transações de compra e venda ativas e frequentes. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo; alterações posteriores são refletidas no resultado do exercício em que ocorram (valor justo por meio do resultado).

##### **Investimentos mantidos até o vencimento:**

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos, para os quais a entidade tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e devem ser posteriormente medidos pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Atualmente, a Sociedade não utiliza esta categoria para nenhum de seus instrumentos financeiros ativos.

Os ativos financeiros consignados nas Demonstrações Financeiras da Sociedade são os seguintes:

**i. Caixa e equivalentes de caixa**

Os saldos incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a um risco significativo de mudança de valor. São classificados como mantidos para negociação e avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço que não ultrapassam seus respectivos valores de mercado. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando-se em consideração as informações de mercado que possibilitem tal cálculo (vide nota 6).

**ii. Contas a receber**

As contas a receber referem-se principalmente ao fornecimento de energia elétrica para os consumidores e incluem valores faturados e não faturados, contabilizados pelo regime de competência (vide nota 7). A Sociedade classifica os saldos contas a receber como instrumentos financeiros “recebíveis”.

**iii. Ativo financeiro indenizável (Concessão)**

O ativo financeiro indenizável refere-se à parcela não amortizada até o final da concessão dos investimentos realizados em infraestrutura e em bens essenciais para a prestação do serviço público que estejam vinculados ao contrato de concessão. Estes investimentos não amortizados serão revertidos ao poder concedente ao término do prazo de concessão mediante o pagamento de indenização. Ao longo do contrato de concessão, o ativo indenizável é remunerado pelo custo médio ponderado de capital (WACC) regulatório, utilizado no cálculo do componente das tarifas de distribuição de energia elétrica referente à remuneração dos investimentos da concessão (vide nota 14.1).

**b.2) Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “Outros passivos financeiros”.

Os passivos financeiros da Sociedade classificados ao valor justo através do resultado estão atrelados a derivativos não designados como um instrumento de hedge efetivo.

Os outros passivos financeiros da Sociedade incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e outras contas a pagar.

Após o reconhecimento inicial pelo valor justo, líquido dos custos da transação, sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

O método dos juros efetivos calcula o custo amortizado de um passivo e aloca as despesas com juros durante o período relevante, do longo prazo de existência do empréstimo. A taxa de juros efetiva é a taxa que exatamente desconta pagamentos estimados futuros de caixa através da vida esperada do passivo financeiro, ou, quando aplicável, por um período menor.

Obrigações em moeda nacional são atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos contratuais.

A Sociedade baixa passivos financeiros somente quando suas obrigações são extintas e canceladas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

### **b.3) Determinação do valor justo**

A Sociedade utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todo os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

### **c. Almoxarifado**

Os materiais em almoxarifado são avaliados e contabilizados pelo custo médio de aquisição para os itens novos, e os itens reutilizados são acrescidos dos gastos de manutenção e aferição, e não excedem o seu valor realizável líquido. Os materiais destinados à aplicação em obras de expansão e melhorias no sistema elétrico são classificados no ativo intangível em formação e os destinados para consumo são classificados no ativo circulante.

### **d. Propriedade para Investimentos**

Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição líquido de eventual perda ao valor recuperável quando existente, e referem-se, basicamente, a terrenos para uso futuro e que foram cedidos em comodato (vide nota 15).

Este tratamento está de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 28 – Propriedade para Investimento.

### **e. Imobilizado**

O imobilizado é composto por bens adquiridos através de operações de arrendamento mercantil financeiro, que são registrados pelo respectivo valor à vista ou ajustados ao valor presente da respectiva obrigação, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 06 – Arrendamento Mercantil.

Estes ativos são linearmente depreciados pela vida útil esperada, ou conforme termos do contrato de arrendamento em questão (vide nota 16).

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

### **f. Intangível**

Compreende o direito ao uso da infraestrutura construída ou adquirida pela Sociedade referente ao contrato de concessão e, conseqüentemente, ao direito de cobrar os consumidores pelos serviços prestados ao longo do contrato de concessão. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 – Ativo Intangível, a vida útil da concessão é finita e o ativo é completamente amortizado ao término da concessão. É avaliado ao custo de aquisição, incluindo capitalização de custos de empréstimos e deduzido da amortização acumulada.

Este registro decorre da aplicação da Interpretação Técnica ICPC-01 e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão (vide nota 14.2).

#### g. Contratos de arrendamento mercantil (leasing)

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 06 – Arrendamento Mercantil, os bens relacionados a contratos de arrendamento mercantil, que não são propriedade da Sociedade, mas cujo controle, riscos e benefícios são da Sociedade, são registrados como parte do ativo imobilizado em contrapartida a uma conta do passivo circulante ou não-circulante, conforme o caso. O arrendamento é reconhecido inicialmente por quantias iguais ao valor justo dos bens arrendados ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. A taxa de desconto a ser utilizada no cálculo do valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil é a taxa de juros implícita no arrendamento, se for praticável determinar essa taxa; se não for, é usada a taxa incremental de financiamento do arrendatário. Quaisquer custos diretos iniciais do arrendatário são adicionados à quantia reconhecida como ativo. Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens ou a duração prevista do contrato de arrendamento, dos dois o menor. Os juros implícitos no passivo reconhecido de empréstimos e financiamentos são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa efetiva de juros.

Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa no período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que os pagamentos correspondentes não ocorram neste mesmo período (vide nota 19).

#### h. Redução ao valor recuperável de ativos de vida longa ou indefinida

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, ao final de cada exercício ou sempre que houver indicação que o ativo possa apresentar perda, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado, considerando suas operações de serviço de distribuição de energia elétrica em toda a área definida no contrato de concessão com a finalidade de mensurar o montante desta perda, que é imediatamente reconhecida no resultado.

A Sociedade efetuou a análise dos seus ativos e verificou que não há qualquer indicador de desvalorização que requeira qualquer provisionamento.

#### i. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência e segundo a legislação em vigor. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

Os efeitos do imposto de renda e da contribuição social diferidos relacionados a prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias estão registrados nas Demonstrações Financeiras com base nas disposições da Deliberação CVM nº 599/09 e da Instrução CVM nº 371/02 (vide notas 21 e 37), e ainda de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro. Os valores apresentados nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2011 e de 2010 consideram a adoção ao Regime Tributário Transitório - RTT, conforme facultado pela Lei nº 11.941/09, que tem por objetivo manter a neutralidade fiscal das alterações na legislação societária brasileira, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e pelas demais alterações nas normas contábeis decorrentes do IFRS.

Os impostos sobre a renda correntes e diferidos são reconhecidos como despesas ou receitas no resultado do exercício ou do período, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido ou originam-se da contabilização inicial de uma combinação de negócios, casos em que são registrados consistentemente com o registro dessas transações.

Os impostos diferidos ativos e passivos são mutuamente compensados apenas quando há o direito legal de compensação, quando estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Sociedade pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

A probabilidade de recuperação do saldo de impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

#### **j. PIS e COFINS**

O PIS e a COFINS são apurados com base na receita operacional e contabilizados como dedução de receita pelo regime de competência, e segundo a legislação em vigor do regime não cumulativo, as alíquotas utilizadas são de 1,65% e 7,6%, respectivamente.

Os créditos de PIS e COFINS não cumulativos, sobre custos e despesas operacionais, são apresentados como redutores destes grupos de contas nas Demonstrações Financeiras, conforme a Interpretação Técnica do IBRACON nº 1 de 22 de junho de 2004.

Os valores de PIS e COFINS, apurados no resultado entre créditos e deduções de receita, são repassados integralmente aos consumidores nas faturas de energia e também consideram a neutralidade fiscal sobre as alterações contábeis ocorridas com a edição dos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC no contexto da harmonização com as IFRSs.

#### **k. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira**

A moeda funcional da Sociedade é o Real. Para as transações denominadas em moeda estrangeira os ativos e passivos monetários indexados em moeda estrangeira são convertidos para reais usando-se a taxa de câmbio vigente na data de fechamento dos respectivos balanços patrimoniais. As diferenças decorrentes da conversão de moeda são reconhecidas como receitas ou despesas financeiras no resultado.

#### **l. Outros ativos e passivos**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros favoreçam a Sociedade e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra em até doze meses, caso contrário, são classificados como ativos e passivos não circulantes.

**m. Ajuste a valor presente**

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente, a Sociedade analisa suas contas de ativos e passivos, sujeitas a liquidação financeira, frente a questões relacionadas a valores realizáveis no futuro, prazos de liquidação, vencimento e possíveis taxas de desconto, com o objetivo de apurar o efetivo montante de realização ou liquidação por conta de fatores de dinheiro no tempo e incertezas associadas. Quando aplicável e relevante, a Sociedade efetua o ajuste contábil do respectivo ativo ou passivo, efetuando a apropriação do ganho ou perda no resultado de acordo com a fruição do tempo. Este conceito é aplicável a todas as contas monetárias do balanço, porém, atualmente, não existe nenhuma conta que tenha sofrido esse tipo de ajuste.

**n. Benefícios a empregados**

A Sociedade disponibiliza aos seus colaboradores diversos planos de benefícios a empregados, incluindo planos de pensão e aposentadoria, assistência médica e odontológica, participação nos lucros, entre outros. Todos estes benefícios estão contabilizados de acordo com o requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 33 – Benefícios a Empregados (vide nota 26).

O cálculo atuarial é realizado com base no método do crédito unitário projetado. A política adotada pela Elektro para reconhecimento de ganhos ou perdas atuariais é o reconhecimento imediato contra Outros Resultados Abrangentes, com imediata realização contra lucros acumulados. Superávits atuariais são apenas registrados considerando a limitação do valor presente dos benefícios econômicos futuros para a Sociedade. Nos exercícios apresentados, o valor destes benefícios era zero.

A provisão para pagamentos a serem feitos em decorrência do benefício previsto em acordo sindical do Plano Especial de Aposentadoria é constituída com base em expectativa de adesão dos colaboradores elegíveis e é revista periodicamente frente às efetivas adesões.

Os demais benefícios de curto prazo são registrados pelo regime de competência, a medida que a obrigação legal é constituída.

**o. Provisões**

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, para as quais seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação na data do balanço, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Os riscos contingentes, devido à sua natureza, são solucionados apenas quando da ocorrência ou da falta de ocorrência de eventos futuros. A avaliação desses riscos envolve, de maneira inerente, considerações e estimativas significativas relativas ao resultado de eventos futuros, consubstanciados em informações disponibilizadas pelos assessores legais da Sociedade. Neste contexto e frente as orientações do Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Sociedade registrou provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis (vide nota 27).

**p. Reconhecimento de receita**

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Sociedade, podendo ser confiavelmente mensurados, de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção e CPC 30 – Receitas. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada), receita de remuneração do ativo financeiro indenizável, receita de construção e outras receitas relacionadas a outros serviços prestados pela Sociedade.

A receita não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, é calculada em base estimada, até a data do balanço.

A cada novo investimento em expansão ou melhoria da infraestrutura, a contrapartida das adições ao ativo intangível em formação (direito de uso da concessão) é o reconhecimento de receita de construção, considerando a proporção do trabalho executado até a data do balanço, com apuração de margem zero, no caso da Elektro.

**q. Custos de empréstimos**

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 20 – Custos de Empréstimos, os encargos financeiros relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo correspondente. Todos os demais custos de empréstimo são registrados em despesa no período em que ocorrerem. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo (vide nota 14.2).

**r. Plano de incentivo baseado em ações**

Com base no Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, a Sociedade é requerida a mensurar e registrar os efeitos patrimoniais destes benefícios, pelo valor justo das ações na data de outorga a seus executivos. A despesa é reconhecida no resultado, durante o período no qual o direito é adquirido, após o atendimento de determinadas condições específicas, em contrapartida ao patrimônio líquido, como reserva de capital.

**s. Lucro líquido do exercício por ação**

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada das ações disponíveis durante o período. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações, emissões de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

Os acionistas preferenciais e ordinários possuem direitos distintos a dividendos, a voto e a liquidação, conseqüentemente lucro básico e o lucro diluído por ação são calculados pelo método de “duas classes”. O método de “duas classes” é uma fórmula de alocação do lucro que determina o lucro por ação preferencial e ordinária de acordo com os dividendos declarados e os direitos de participação sobre lucros não distribuídos, conforme o Estatuto da Sociedade.

## **4. NOVOS PRONUNCIAMENTOS**

### **4.1. Pronunciamentos Técnicos revisados pelo CPC em 2011**

Alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 01/01/2011.

Segue abaixo a avaliação da Elektro quanto aos impactos das alterações destes procedimentos e interpretações:

CPC 00 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (R1) - aprovado pela Deliberação CVM nº 675/11. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras.

CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios - aprovado pela Deliberação CVM nº 665/11. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras.

CPC 19 (R1) - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture)- aprovado pela Deliberação CVM nº 666/11. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras.

CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos - aprovado pela Deliberação CVM nº 672/11. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras.

CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis - aprovado pela Deliberação CVM nº 676/11. A revisão da norma esclarece que as empresas devem apresentar análise de cada item de outros resultados abrangentes nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas. A Companhia apresenta essa análise na nota 23.

Interpretação Técnica ICPC 01(R1) e Interpretação Técnica ICPC 17 - Contabilização e Evidenciação de Contratos de Concessão - aprovado pela Deliberação CVM nº 677/11. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras uma vez que os requerimentos estabelecidos pelas interpretações já vêm sendo adotados pela Sociedade.

### **4.2. Pronunciamentos emitidos pelo IASB ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2011**

Listamos a seguir as normas emitidas, que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das Demonstrações Financeiras. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que de forma razoável espera-se que produzam impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura.

As normas estão apresentadas com sua codificação IFRS, pois ainda não existem Pronunciamentos do CPC correspondentes.

*IAS 1* Apresentação das Demonstrações Financeiras – Apresentação de itens de Outros Resultados Abrangentes.

Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2012.

*IAS 12* Imposto de renda – Recuperação dos Ativos Subjacentes

Esta emenda esclareceu a determinação de imposto diferido sobre os investimentos mensurados pelo valor justo. Introduz a presunção refutável de que o imposto diferido sobre investimentos mensurados pelo modelo de valor justo no IAS 40 deveria ser definido com base no fato de que seu valor contábil será recuperado através da venda. Adicionalmente, introduz a exigência de que o imposto diferido sobre ativos não sujeitos à depreciação que são mensurados usando o modelo de reavaliação no IAS 16 sempre sejam mensurados com base na venda do ativo. Esta emenda entra em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2012.

#### IAS 19 Benefícios aos empregados (Emenda)

O IASB emitiu várias emendas ao IAS 19. Tais emendas englobam desde alterações fundamentais como a remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano até simples esclarecimentos sobre valorizações e desvalorizações e reformulação. A Sociedade está atualmente avaliando o impacto completo das emendas restantes. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.

#### IAS 27 Demonstrações Financeiras consolidadas e individuais (revisado em 2011)

Como consequência dos recentes IFRS 10 e IFRS 12, o que permanece no IAS 27 restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto, e associadas em Demonstrações Financeiras em separado. Esta emenda entra em vigor para períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

#### IAS 28 Contabilização de Investimentos em Associadas e *Joint Ventures* (revisado em 2011)

Como consequência dos recentes IFRS 11 e IFRS 12, o IAS 28 passa a ser IAS 28 Investimentos em Associadas e *Joint Ventures*, e descreve a aplicação do método patrimonial para investimentos em *Joint Ventures*, além do investimento em associadas. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

#### IFRS 7 Instrumentos financeiros: Divulgações - Aumento nas Divulgações relacionadas a Baixas

Esta emenda exige divulgação adicional sobre ativos financeiros que foram transferidos, porém não baixados, a fim de possibilitar que o usuário das Demonstrações Financeiras da Sociedade compreenda a relação com aqueles ativos que não foram baixados e seus passivos associados. Além disso, exige divulgações quanto ao envolvimento continuado nos ativos financeiros baixados para permitir que o usuário avalie a natureza do envolvimento continuado da entidade nesses ativos baixados, assim como os riscos associados. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de julho de 2011. A emenda em questão afeta apenas as divulgações e não tem impacto sobre o desempenho ou a situação financeira da Sociedade.

#### IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração

O IFRS 9 na forma como foi emitido reflete a primeira fase do trabalho do IASB na substituição do IAS 39 e refere-se à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros conforme estabelece o IAS 39. A norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. Em fases subsequentes, o IASB examinará contabilidade de cobertura e perda no valor recuperável de ativos financeiros. Esse projeto deverá ser encerrado no final de 2011 ou no primeiro semestre de 2012. Adoção da primeira fase do IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros, mas potencialmente não trará impactos sobre a classificação e mensuração de passivos financeiros.

#### IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas

O IFRS 10 substitui as partes do IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais que se referem ao tratamento contábil das Demonstrações Financeiras consolidadas. Inclui também os pontos levantados no SIC-12 Consolidação — Entidades para Fins Especiais – Envolvimento com Outras Entidades.

O IFRS 10 estabelece um único modelo de consolidação baseado em controle que se aplica a todas as entidades, inclusive as entidades para fins especiais. As alterações introduzidas pelo IFRS 10 irão exigir que a administração exerça importante julgamento na determinação de quais entidades são controladas e, portanto, necessitam ser consolidadas pela controladora, em comparação com as exigências estabelecidas pelo IAS 27.

Esta norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

*IFRS 11 – Acordos Conjuntos*

Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

*IFRS 13 – Mensuração de Valor Justo*

Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

## **5. TERCEIRO CICLO DE REVISÃO TARIFÁRIA**

Segundo o Contrato de Concessão, a Elektro deve passar por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos. A terceira Revisão Tarifária da Elektro estava prevista para 27 de agosto de 2011.

Em 8 de setembro de 2010, a ANEEL deu início à Audiência Pública 040/2010, com o objetivo de receber contribuições, cujo prazo encerrou-se em 10 de janeiro de 2011, para aprimoramento das seguintes metodologias referentes à Revisão Tarifária Periódica para o ciclo 2011-2014 (também definido como 3º Ciclo de Revisão Tarifária):

- Custos operacionais;
- Perdas Não Técnicas de Energia;
- Base de Remuneração Regulatória (BRR);
- Custo de Capital – WACC;
- Fator X;
- Outras Receitas e
- Receitas Irrecuperáveis.

Como a ANEEL não concluiu o aprimoramento da metodologia para o 3º Ciclo de Revisão Tarifária, foi publicada a Resolução Normativa nº 433, de 15 de abril de 2011, que estabeleceu a prorrogação provisória das tarifas de energia até a conclusão da metodologia definitiva a ser aplicada para o 3º ciclo. Em 23 de agosto de 2011, através da Resolução Homologatória nº 1.196, a ANEEL decidiu prorrogar a vigência das tarifas da Resolução Homologatória nº 1.049, de 19 de agosto de 2010, até o processamento em definitivo da Revisão Tarifária da Elektro. Os efeitos da Revisão Tarifária serão retroativos a 27 de agosto de 2011.

A metodologia definitiva foi publicada em 11 de novembro de 2011, a qual definiu um WACC de 7,50% (depois de impostos). Também foi aprovada a metodologia para alteração da estrutura tarifária (Audiência Pública nº120/2010).

A prorrogação da Revisão Tarifária com a manutenção das tarifas da Elektro resultou em um efeito positivo estimado de R\$ 96.990 na Receita Operacional Bruta em 2011. Tão logo sejam definidos e divulgados os resultados do 3º Ciclo de Revisão Tarifária pela ANEEL, a Sociedade poderá confirmar o impacto efetivo no resultado.

## 6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2011	31/12/2010
Conta corrente	13.915	9.748
Total aplicações financeiras	271.573	213.609
CDB	178.581	73.948
Debêntures Compromissadas	92.992	139.546
LFT	-	115
Total caixa e equivalentes de caixa	285.488	223.357

A Sociedade apresenta abaixo os vencimentos das suas aplicações financeiras:

Ano	31/12/2011	31/12/2010
Vencimento		
2011	-	81.680
2012	123.704	131.814
2013	147.869	115
Total	271.573	213.609

A Elektro possui uma política de Tesouraria na qual são estabelecidos os critérios de aplicação dos recursos disponíveis no caixa da Sociedade. Nesta política é definido o *rating* de crédito mínimo que as Instituições Financeiras devem ter com pelo menos uma das Agências de Classificação de Risco (Standard & Poor's, Moody's ou Fitch Rating) como critério para aplicação de recursos. São definidos, ainda, limites máximos de exposição com cada instituição. Os produtos bancários utilizados são vinculados a títulos de renda fixa, com taxas pós-fixadas, indexados à variação diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Esses títulos são, principalmente, Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e debêntures com compromisso de recompra atrelado ao CDI e fundo de investimento com lastro em Títulos Públicos Federais.

Em 31 de dezembro de 2011, as aplicações estavam indexadas à variação média de aproximadamente 101,39% das taxas diárias dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Essas aplicações financeiras apresentam liquidez diária, podendo ser resgatadas a qualquer momento, sem perdas para a Sociedade, independentemente do ano de vencimento dos títulos, e sem riscos significativos de mudança de valor (vide nota 40 – Instrumentos Financeiros).

## 7. CONTAS A RECEBER – CONSUMIDORES, PARCELAMENTOS DE DÉBITOS E SUPRIDORES

	31/12/2011				31/12/2010			
	Vencidos				Vencidos			
	A Vencer	até 90 dias	(+) 90 dias	Total	A Vencer	até 90 dias	(+) 90 dias	Total
Fornecimento	193.188	105.674	19.542	318.404	174.162	102.521	17.947	294.630
Residencial	86.902	71.918	7.899	166.719	76.776	67.843	4.935	149.554
Industrial	32.142	10.475	7.140	49.757	29.716	11.479	6.156	47.351
Comercial	31.676	16.290	2.757	50.723	28.388	14.690	2.385	45.463
Rural	9.836	5.557	895	16.288	7.667	4.148	504	12.319
Poder público	10.912	775	98	11.785	10.683	1.585	322	12.590
Iluminação pública	11.203	479	697	12.379	11.071	1.237	3.456	15.764
Serviço público	10.517	180	56	10.753	9.861	1.539	189	11.589
Outras contas a receber	353.836	4.048	12.228	370.112	345.677	3.004	8.383	357.064
Parcelamentos de débitos	49.493	4.048	12.228	65.769	43.860	3.004	8.383	55.247
Receita não faturada	273.446	-	-	273.446	262.991	-	-	262.991
Supridores	25.324	-	-	25.324	28.118	-	-	28.118
Outros	5.573	-	-	5.573	10.708	-	-	10.708
<b>Total</b>	<b>547.024</b>	<b>109.722</b>	<b>31.770</b>	<b>688.516</b>	<b>519.839</b>	<b>105.525</b>	<b>26.330</b>	<b>651.694</b>
Circulante	506.239	109.722	31.770	647.731	480.567	105.525	26.330	612.422
Não circulante	40.785	-	-	40.785	39.272	-	-	39.272

Em 31 de dezembro de 2011, do montante de R\$ 25.324 classificado como Supridores (R\$ 28.118 em 31 de dezembro de 2010), registrados no ativo não circulante, R\$ 20.057 referem-se a transações no âmbito da CCEE no período do racionamento de energia elétrica, entre 2000 e 2002, e contemplam: (i) R\$ 16.048 referentes a liminares interpostas junto à CCEE por agentes do setor; e (ii) R\$ 4.009 referentes a acordos bilaterais em negociação. De acordo com o parecer emitido por seus assessores jurídicos, a Sociedade não espera incorrer em perdas na realização desses valores.

O período médio para recebimento dos serviços é de 45 dias. A Administração da Sociedade constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para valores considerados irrecuperáveis, baseada em experiência de inadimplência e da análise financeira de cada devedor.

Sobre as faturas atrasadas incidem juros de 1% ao mês, além de multa de 2%.

A política de cobrança é considerada bastante eficaz pela Administração da Sociedade atrelada ao fato do fornecimento de energia elétrica ser essencial para 100% de seus clientes. Ademais, não há concentração de faturamento a um número reduzido de clientes.

## 8. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A provisão para créditos de liquidação duvidosa apresenta a seguinte composição e movimentação por classe:

	31/12/2010	Adições	Recuperação da Receita	Baixas	31/12/2011
Residencial	5.781	23.185	-	(20.133)	8.833
Industrial	2.101	2.573	(257)	(2.561)	1.856
Comercial	2.426	4.344	-	(4.920)	1.851
Rural	215	1.602	-	(1.417)	400
Poder público (federal, estadual e municipal)	1.111	634	-	(660)	1.085
Iluminação pública	4.987	3.965	(5.592)	(351)	3.009
Parcelamentos de prefeituras	18.983	889	(186)	-	19.686
Parcelamento privado	6.188	299	(339)	(1)	6.147
<b>Total</b>	<b>41.792</b>	<b>37.492</b>	<b>(6.375)</b>	<b>(30.042)</b>	<b>42.867</b>

## 9. ENERGIA LIVRE

Em dezembro de 2001, foi celebrado o Acordo Geral do Setor Elétrico, que instituiu a Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE), como mecanismo para recomposição das perdas de receita de distribuidores e geradores de energia elétrica decorrentes do Programa de Racionamento de Energia Elétrica, ocorridas entre 1º de junho de 2001 e 28 de fevereiro de 2002.

Conforme estabelecido na Resolução Normativa nº 01, de 12 de janeiro de 2004, em novembro de 2006 encerraram-se os faturamentos de RTE, os quais compreendiam valores destinados à amortização da recuperação da perda de receita dos distribuidores e da energia livre a ser repassada aos geradores.

Existem, entretanto, valores pendentes de faturamento para consumidores de 26 municípios da região de Presidente Prudente, em função de liminar obtida em ação judicial contra referida recomposição tarifária movida por consumidores daquela região. Em 29 de fevereiro de 2008, essa liminar foi cassada, permitindo a cobrança pela Elektro dos valores da RTE naqueles municípios.

Tendo em vista que essa liminar vigorava desde abril de 2002, e que a cobrança da RTE no restante da área de concessão já havia cessado em novembro de 2006, a ANEEL decidiu, por meio da Resolução Homologatória nº 701, de 26 de agosto de 2008, pela cobrança do montante em 52 meses, aplicando os adicionais tarifários previstos na Lei nº 10.438/02 naqueles 26 municípios, a partir do reajuste tarifário de agosto de 2008. Em decorrência desta regulamentação, a Elektro reconheceu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2008, a atualização monetária do ativo em questão e do respectivo passivo de energia livre.

Os valores registrados nessa conta do ativo em 31 de dezembro de 2011, de R\$ 299 no ativo circulante (R\$ 3.196 no ativo circulante e R\$ 4.628 no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2010), estão sendo amortizados nos faturamentos desde o reajuste tarifário de agosto de 2008. Os valores correspondentes ao passivo de energia livre em 31 de dezembro de 2011, no montante de R\$ 7.187 no passivo circulante (R\$ 4.201 no passivo circulante e R\$ 9.701 no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2010), devido às geradoras, que compreendem principalmente valores não faturados, serão repassados conforme o faturamento e arrecadação da RTE daqueles municípios.

## 10. TARIFA DO USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO PARA UNIDADES GERADORAS – TUSD-G

A Resolução Normativa ANEEL nº 67, de 8 de junho de 2004, determinou a cobrança da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) das geradoras despachadas centralizadamente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) que estavam conectadas às linhas de transmissão, barramentos, transformadores de potência e equipamentos de subestação, em tensão inferior a 230 kV, dentro da área de concessão da Elektro.

Em 26 de junho de 2007, foi publicada a Resolução Homologatória ANEEL nº 497, com o objetivo de definir as tarifas a serem cobradas das usinas geradoras conectadas ao sistema de 138 kV. Estas resoluções abrangem 5 usinas conectadas à rede de distribuição da Elektro: UHE Nova Avanhandava, de propriedade da AES Tietê; UHE Jupia e UHE Paraibuna, de propriedade da CESP; UHE Rosana, de propriedade da Duke Energy; e UTE Três Lagoas, de propriedade da Petrobras.

Essas resoluções determinam que a Elektro faça a cobrança desses valores dos geradores e pague à transmissora, Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP), os Encargos de Conexão e Contratos de Uso dos Sistemas de Transmissão (CUST), de forma que a distribuidora não seja onerada em seu resultado. Abaixo, o status da cobrança de cada um dos geradores citados:

### AES-Tietê e CESP

Em 13 de janeiro de 2009, foi firmado um acordo entre as geradoras AES-Tietê e CESP, as distribuidoras Elektro, CPFL, CPEE e Bandeirante e a transmissora CTEEP, no qual as empresas geradoras concordaram em celebrar os Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) com as distribuidoras, para regularizar o pagamento pelo uso do sistema, e ajustar o pagamento dos débitos referentes ao período de julho de 2004 a dezembro de 2008, em 36 parcelas mensais corrigidas pela taxa SELIC, a partir de janeiro de 2009.

Assim, a Elektro celebrou o CUSD com a AES-Tietê, referente à usina de Nova Avanhandava e Termo de Assunção de Dívida e Compromisso de Pagamento e outras Avenças, em que a AES-Tietê reconheceu a dívida de R\$ 49.372 (valor principal) e se comprometeu a pagá-la em 36 parcelas mensais corrigidas pela SELIC. Com a CESP também foi celebrado o CUSD referente às usinas de Jupia e Paraibuna, em que a CESP reconheceu a dívida de R\$ 44.009 (valor principal) e se comprometeu a pagá-la nas mesmas bases da AES-Tietê.

Por outro lado a Elektro celebrou com a CTEEP um Termo de Confissão de Dívida e Acordo de Pagamento em que ajusta o pagamento à CTEEP de R\$ 41.875 (valor principal) em 36 parcelas mensais corrigidas pela SELIC, equivalentes às parcelas que não tinham sido contempladas em tarifa. Os valores que já foram recebidos dos consumidores via tarifa e posteriormente pagos para a CTEEP, referentes ao período supracitado, serão devolvidos aos consumidores também via modicidade tarifária, mediante homologação da ANEEL. Entretanto, considerando o não reconhecimento requerido dos passivos regulatórios, a devolução aos consumidores está sendo registrada no resultado da Elektro a cada período através da redução das tarifas pela modicidade mencionada.

### Duke

A geradora Duke Energy, proprietária da usina de Rosana, na área de concessão da Elektro, decidiu não aderir ao acordo mencionado acima. Porém, a Decisão Judicial proferida pelo MM. Juiz Federal da 20ª Vara de Brasília – Seção Judiciária do Distrito Federal, nos autos da AO 2008.34.00.02236-7, validou a Resolução 497/07 e reconheceu como assinado o CUSD, para fins de aplicação de suas obrigações e responsabilidades, sem, contudo, reconhecer como assinado o acordo para pagamento do débito pretérito, pois entendeu que o seu pagamento, por meio da confissão dos valores pretéritos, ensejaria perda do objeto da ação movida pela Duke. Em 23 de julho de 2009, a ANEEL, através do Ofício nº 0203/2009-SRD/SRT/ANEEL, deu ciência da referida Decisão Judicial e informou o montante de R\$ 61.773 (valor principal) que a Elektro deve faturar à Duke, referente ao período de julho de 2004 a junho de 2009.

O faturamento está sendo efetuado desde julho de 2009 e o total foi dividido em 31 parcelas.

Esse valor foi originalmente reconhecido no ativo TUSD-G a receber da Duke e no passivo TUSD-G como passivo regulatório a devolver para os consumidores via modicidade tarifária. Como mencionado acima, com o não reconhecimento requerido dos passivos regulatórios, a devolução aos consumidores está sendo registrada no resultado da Elektro a cada período através da redução das tarifas pela modicidade mencionada.

A Duke não concordou com os valores calculados pela ANEEL e a decisão proferida nos autos do Agravo de Instrumento nº 2009.01.00.040021-6/DF, em trâmite na 5ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, a qual concedeu a antecipação da pretensão recursal, autorizou que a Duke deposite em juízo, a partir da parcela vencida em setembro de 2009, a diferença entre o valor calculado com base na Resolução 497/07, e o valor estabelecido por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 349, de 13 de janeiro de 2009. Estes valores que estão sendo depositados em juízo, R\$ 27.607 (atualizados pela SELIC), em 31 de dezembro de 2011, são os valores que a Duke entende como controversos.

Em função do descrito acima, em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 os saldos no balanço patrimonial referentes a TUSD-G são:

Ativo	Notas	31/12/2010	Correção	Recebimento	31/12/2011
AES - Nova Avanhandava - ref. jul/04 a mai/08	(a)	19.820	1.217	(21.023)	14
CESP - Jupiá/Paraibuna - ref. jul/04 a dez/08	(a)	17.672	1.086	(18.740)	18
Duke - Rosana - ref. jul/04 a jun/09	(a)	45.500	4.443	(16.359)	33.584
<b>Total Ativo</b>		<b>82.992</b>	<b>6.746</b>	<b>(56.122)</b>	<b>33.616</b>
Circulante		64.828			1.478
Não circulante		18.164			32.138
Passivo	Notas	31/12/2010	Correção	Pagamento	31/12/2011
CTEEP	(b)	16.804	1.031	(17.835)	-
<b>Total Passivo Circulante</b>		<b>16.804</b>	<b>1.031</b>	<b>(17.835)</b>	<b>-</b>
Circulante		16.804			-

(a) Valores a receber das geradoras conforme CUSD e Termo de Assunção de Dívida, Compromisso de Pagamento e outras Avenças celebrados entre a Elektro e as geradoras AES e CESP e Decisão Judicial que reconheceu como assinado o CUSD entre a Elektro e a Duke.

(b) Valores a pagar para a CTEEP conforme Termo de Confissão de Dívida e Acordo de Pagamento celebrado entre a Elektro e CTEEP.

## 11. TRIBUTOS A COMPENSAR

	31/12/2011	31/12/2010
Imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido	16.457	9.159
Impostos e contribuições retidos na fonte	216	2.000
ICMS a recuperar	59.496	45.936
PIS e COFINS a recuperar	4.342	8.358
<b>Total</b>	<b>80.511</b>	<b>65.453</b>
Ativo circulante	53.592	38.265
Ativo não circulante	26.919	27.188

Os saldos de ICMS, PIS e COFINS a recuperar referem-se, a créditos na compra de bens para uso na concessão, cuja compensação ocorre no máximo em 48 meses de acordo com a legislação específica desses tributos.

## 12. CAUÇÃO DE FUNDOS E DEPÓSITOS VINCULADOS

Em 31 de dezembro de 2011, as aplicações caucionadas estavam atreladas a instrumentos de renda fixa (pós-fixados), incluindo CDBs, debêntures compromissadas, fundos de investimento e outros instrumentos, indexados à variação média de 101,09% das taxas diárias do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Esses instrumentos apresentam liquidez diária, e não estão sujeitos a risco significativo de perda de valor, porém estão caucionados conforme quadro abaixo:

	31/12/2011		31/12/2010	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Eletrobrás (Luz para Todos) (i)	289	-	265	-
Debêntures (ii)	-	-	1.192	-
Garantia - Leilão Compra de Energia Elétrica (iii)	6.472	12.746	1.921	11.750
Fundo Educacional (iv)	3.222	-	2.125	-
Outros	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>9.983</b>	<b>12.746</b>	<b>5.503</b>	<b>11.750</b>

- i. Eletrobras – Montante do contrato de financiamento relativo ao Programa Luz para Todos. O valor é liberado para a Elektro após comprovações dos investimentos efetuados segundo as normas do referido programa.
- ii. Debêntures – Montante acumulado, em bases mensais, para cobertura dos pagamentos de juros. O último pagamento ocorreu em setembro de 2011 juntamente com o pagamento da 2ª emissão de debêntures que tinha vencimento nessa data. Nenhuma outra emissão de debêntures da Sociedade exige que valores sejam caucionados.
- iii. Garantia – Leilão de Compra de Energia Elétrica – Montante caucionado em garantia para atendimento dos requisitos vigentes na compra de energia em Leilões no curto e longo prazo.
- iv. Fundo Educacional – Valor mantido em garantia para programas de treinamento e desenvolvimento conforme Acordo Coletivo de Trabalho.

### 13. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Em 31 de dezembro de 2011 o montante atualizado dos depósitos judiciais era de R\$ 58.503 (R\$ 51.325 em 31 de dezembro de 2010), parte representativa deste montante (R\$ 46.923 em 31 de dezembro de 2011 e R\$ 44.173 em 31 de dezembro de 2010) refere-se ao valor atualizado do depósito judicial de R\$ 24.906, efetuado em 29 de outubro de 2004, em virtude da ação que questiona o recolhimento do PIS e da COFINS nos termos previstos pela Lei Complementar nº 70/91 e Lei nº 9.178/98, considerando a incidência somente sobre o faturamento, excetuando-se as receitas financeiras de qualquer natureza.

Os demais depósitos judiciais no montante de R\$ 11.580 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 7.152 em 31 de dezembro de 2010) refere-se, (i) R\$ 7.759 Trabalhista, (ii) R\$ 3.458 Cível e (iii) R\$ 363 Tributário.

Com base na Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que revogou os parágrafos 1º e 3º da Lei nº 9.178/98, e na jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, a Sociedade, embasada no entendimento de seus assessores jurídicos e no Comunicado Técnico 05/2009 do IBRACON, entendeu que a obrigação legal deixou de existir, e reverteu a provisão que havia para essa questão do PIS e da COFINS em 30 de junho de 2009.

Em 2 de maio de 2011 essa ação do PIS e da COFINS transitou em julgado definitivamente em favor da Sociedade, motivo pelo qual a Elektro requereu ao juízo o levantamento do depósito judicial, tendo este intimado a Fazenda Nacional em 24 de agosto de 2011 para se manifestar sobre o pedido da Elektro, a qual requereu que a Elektro demonstre que os montantes depositados correspondem aos valores discutidos na ação. As informações foram apresentadas pela Elektro ao juízo em novembro de 2011 e atualmente está em curso o prazo para que a Fazenda Nacional avalie as informações prestadas.

### 14. CONTRATOS DE CONCESSÃO

#### 14.1. Ativo Financeiro Indenizável (Concessão)

No uso de seu julgamento, a Administração entende que o valor de indenização a ser pago pelo poder concedente ao término do contrato de concessão levará em consideração a metodologia de determinação da Base de Remuneração Regulatória (BRR), através do valor novo de reposição. Esta metodologia já é adotada pelo regulador para fins de determinação das tarifas nas revisões tarifárias periódicas e da consequente remuneração do acionista. Desta maneira, o valor justo do ativo financeiro a ser recebido ao final da concessão do poder concedente está determinado pelo valor residual da BRR do 2º Ciclo de Revisão Tarifária (julho de 2007, que foi a data de corte estipulada pelo órgão regulador para definir a BRR), devidamente movimentada por adições, baixas e depreciações até 31 de dezembro de 2008, a adoção inicial desta norma ocorreu em 1º de janeiro de 2009. Posteriormente a esta data, a BRR foi apenas depreciada até o término da concessão (julho de 2028), determinando-se o valor residual. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, este ativo financeiro é classificado como um ativo disponível para venda, tendo suas alterações no valor justo registradas contra Outros Resultados Abrangentes.

A Administração entende que a classificação deste ativo financeiro como disponível para venda é a mais adequada, uma vez que o valor da indenização a ser recebido ao término da concessão não é fixo, embora seja estimável. Desta forma, ao sofrer atualizações periódicas através das regras definidas para determinação da BRR, cujo comportamento não pode ser determinado precisamente para atualização, com base no método da taxa efetiva de juros por meio do resultado, a Sociedade considera a classificação como disponível para venda mais apropriada, uma vez que esta categoria, pela própria definição do Pronunciamento Técnico CPC – 38 é uma categoria residual.

O valor justo do ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando a atualização pelo IGP-M desde o último ciclo de Revisão Tarifária, em 2007, por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizada pelo próprio regulador nos processos de reajuste tarifário. A cada novo Ciclo de Revisão Tarifária, o valor do ativo financeiro será redefinido, com base nos critérios vigentes de determinação da BRR, que podem diferir do critério adotado anteriormente. Especificamente no 3º Ciclo de Revisão Tarifária, a BRR será definida com base nas regras do 2º Ciclo de Revisão Tarifária.

A 3ª Revisão Tarifária da Elektro estava prevista para 27 de agosto de 2011, porém ainda não ocorreu conforme mencionado na nota 5. Sendo assim, o valor do ativo financeiro continua sendo aquele com base na BRR de julho de 2007 atualizado pelo IGP-M até 31 de dezembro de 2011.

As obrigações especiais representam recursos pagos pelos consumidores e pela União à Sociedade para cobertura dos custos de conexão à rede de distribuição de energia. A Elektro recebe doações e subvenções não vinculadas a qualquer retorno em favor dos repassadores desses recursos, que são destinadas a investimentos no serviço público de distribuição de energia elétrica. O saldo remanescente ao final da concessão deve ser compensado com o valor da indenização a receber, sendo reportado como redutor do ativo financeiro. Como a Elektro utiliza a BRR, o valor remanescente das obrigações especiais também é ajustado pela mesma base. A parte das obrigações especiais amortizada no período da concessão é classificada como redutora do ativo intangível. A amortização é realizada pela taxa da conta de máquinas e equipamentos de acordo com o Ofício ANEEL 1.314/2007 e o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Desta forma, a ICPC 11 – Recebimento em Transferência de Ativos dos Clientes não é aplicável à Elektro.

A mutação do ativo financeiro indenizável é compreendida por:

	Custo	Obrigações Especiais	Valor Justo	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>171.637</b>	<b>(15.351)</b>	<b>44.781</b>	<b>201.068</b>
Transferências de Ativo Intangível	63.496	-	-	63.496
Adições	-	(5.050)	-	(5.050)
Ajustes ao Valor Justo (Ajuste de Avaliação Patrimonial)	-	-	24.713	24.713
Baixas	(967)	-	-	(967)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>234.165</b>	<b>(20.401)</b>	<b>69.494</b>	<b>283.259</b>
Transferências de Ativo Intangível	54.707	514	-	55.221
Adições	-	(2.330)	-	(2.330)
Ajustes ao Valor Justo (Ajuste de Avaliação Patrimonial)	-	-	15.976	15.976
Baixas	(353)	-	-	(353)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>288.519</b>	<b>(22.217)</b>	<b>85.470</b>	<b>351.773</b>

O ativo financeiro relacionado à concessão é remunerado pelo custo médio ponderado do capital (WACC) regulatório, atualmente em 9,95% ao ano (15,08% antes dos impostos). Esta receita já está contemplada no faturamento mensal da Sociedade, via tarifas cobradas do consumidor (vide nota 30). Por este mecanismo de atualização, o ativo financeiro já se encontra a valor presente, não requerendo nenhum ajuste adicional previsto no Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente.

A concessão operada pela Sociedade não é onerosa, não havendo obrigações financeiras com o Poder Concedente que devam ser provisionadas, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

## 14.2. Ativo Intangível

O direito de cobrar os consumidores pelos serviços prestados ao longo do contrato de concessão, representado pelo ativo intangível, de vida útil definida, será completamente amortizado dentro do prazo da concessão. Este ativo intangível é avaliado ao custo de aquisição, incluindo custos de empréstimos capitalizados, deduzido da amortização acumulada. De acordo com o CPC 04 – Ativo Intangível, a amortização é apropriada de forma sistemática ao longo da vida útil estimada do direito contratual. O método de amortização utilizado reflete o padrão de consumo pela Sociedade dos benefícios econômicos futuros: a Administração entende que a vida útil definida pelo órgão regulador (ANEEL), anteriormente utilizada para depreciação do ativo imobilizado, reflete mais adequadamente o padrão de consumo deste ativo intangível, sempre limitando ao prazo da concessão (vida útil ou concessão, dos dois o menor).

A Sociedade adota a prática contábil definida pelo Pronunciamento Técnico CPC 20 – Custos de Empréstimos, refletindo o requerimento de capitalização de custos de empréstimos atribuíveis à aquisição ou construção de ativo qualificável. O cálculo é definido pela aplicação da taxa média ponderada dos custos de empréstimos, líquidos dos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras, sobre os gastos do ativo intangível em fase de formação. O valor capitalizado foi de R\$ 10.090 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 11.255 em 31 de dezembro de 2010).

A mutação do direito de uso da concessão é assim apresentada:

	Em Serviço			Em Formação			Total	
	Custo	Obrigações	Amortização	Valor	Custo	Obrigações	Valor	Valor
		Especiais	Acumulada	Líquido		Especiais	Líquido	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>1.815.680</b>	<b>(336.988)</b>	<b>(126.805)</b>	<b>1.351.887</b>	<b>187.104</b>	-	<b>187.104</b>	<b>1.538.991</b>
Adições	-	(24.166)	-	(24.166)	400.693	-	400.693	376.527
Baixas	(22.140)	-	3.410	(18.730)	(1.762)	-	(1.762)	(20.492)
Amortização	-	-	(139.399)	(139.399)	-	-	-	(139.399)
Transferências (1)	317.966	-	-	317.966	(381.462)	-	(381.462)	(63.495)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>2.111.506</b>	<b>(361.154)</b>	<b>(262.794)</b>	<b>1.487.558</b>	<b>204.572</b>	-	<b>204.572</b>	<b>1.692.130</b>
Adições	72	(10.678)	-	(10.606)	329.205	(8.423)	320.782	310.176
Baixas	(441.592)	-	364.028	(77.564)	-	-	-	(77.564)
Amortização	-	-	(153.496)	(153.496)	-	-	-	(153.496)
Transferências (2)	189.056	(254)	(260)	188.542	(243.763)	-	(243.763)	(55.221)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>1.859.042</b>	<b>(372.086)</b>	<b>(52.522)</b>	<b>1.434.434</b>	<b>290.014</b>	<b>(8.423)</b>	<b>281.591</b>	<b>1.716.025</b>

(1) Transferências para ativo financeiro - Indenizável no montante de R\$ 63.495

(2) Transferências para ativo financeiro - Indenizável no montante de R\$ 55.221

## 14.3. Receita e Custo de Construção

A ICPC 01 também estabelece que o concessionário registre e mensure a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. Em atendimento ao CPC 17, a Sociedade contabilizou receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria, sob a modalidade de contratação “custo mais margem” (cost plus), na qual a concessionária é reembolsada por custos incorridos, acrescido de percentual sobre tais custos. Entretanto, no negócio de distribuição no Brasil, não há margem nos serviços de construção. Desta forma, a margem de construção foi estabelecida como sendo igual a zero, considerando que os valores desembolsados na atividade de construção são pleiteados, sem a incidência de qualquer margem, na Base de Remuneração Regulatória da Sociedade. A atividade fim da Sociedade é a distribuição de energia elétrica, não sendo prevista, na estrutura tarifária, a remuneração com margem diferente de zero, sobre os serviços de construção.

Mensalmente, os gastos com novas instalações são registrados como custos de construção, líquidos dos recursos provenientes de obrigações especiais. A receita de construção é apurada e registrada em contrapartida ao ativo intangível em formação (ver valor da receita na nota 30).

## 15. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

Do montante de R\$ 4.254 (mesmo valor em 31 de dezembro de 2010), registrado como terrenos, R\$ 4.240 referem-se a propriedades rurais mantidas pela Sociedade para provável uso futuro. Essas propriedades não estão vinculadas à concessão e estão cedidas em comodato, de forma a garantir a integridade física e econômica dos bens.

O valor justo destas propriedades, de acordo com avaliação de empresa terceirizada especializada, efetuada em 31 de dezembro de 2010, é de R\$ 8.344. Este valor foi apurado considerando os métodos de avaliação determinados pela Norma Brasileira NBR 14.653-2, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, que prevê comparações de dados do mercado para determinação do valor do terreno e o método do custo de reprodução para as benfeitorias. A obtenção dos dados de mercado envolveu extensa pesquisa com valores de imóveis localizados na mesma região, considerando o preço de venda de propriedades similares, na ausência de fatores que pudessem pressionar a ocorrência da transação.

## 16. IMOBILIZADO

Conforme descrito na nota 14, todos os bens anteriormente reportados como ativo imobilizado, exceto os contratos de arrendamento mercantil (leasings), foram considerados como bens vinculados à concessão e, portanto, reclassificados para ativo intangível e financeiro.

Deste modo, o saldo dos ativos imobilizados adquiridos através de contratos de leasing em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 estão apresentados na mutação abaixo:

Arrendamento Mercantil em serviço	Saldos em 31/12/2009	Adições	Depreciação/ Amortização	Baixas	Saldos em 31/12/2010	Adições	Depreciação/ Amortização	Baixas	Saldos em 31/12/2011
<b>Administração Central</b>									
	8.775	1.307	(2.041)	-	8.041	5.875	(1.679)	-	12.237
<b>Edif, Obras Civas e Benf.</b>									
- Arrendamento Mercantil	19.638	1.307	-	-	20.945	5.875	-	(10.855)	15.965
(-) Depreciação acumulada	(10.863)	-	(2.041)	-	(12.904)	-	(1.679)	10.855	(3.728)
	7.633	-	(2.922)	-	4.711	-	(2.525)	-	2.186
<b>Veículos - Arrendamento Mercantil</b>									
	13.940	-	-	(1.785)	12.155	-	-	(860)	11.295
(-) Depreciação acumulada	(6.307)	-	(2.922)	1.785	(7.444)	-	(2.525)	860	(9.109)
	7.675	-	(1.288)	-	6.387	5.217	(2.527)	(3.009)	6.068
<b>Móveis e Utensílios - Arrendamento Mercantil</b>									
	10.191	-	-	-	10.191	5.217	-	(4.629)	10.779
(-) Depreciação acumulada	(2.516)	-	(1.288)	-	(3.804)	-	(2.527)	1.620	(4.711)
<b>Total</b>	<b>24.083</b>	<b>1.307</b>	<b>(6.251)</b>	<b>-</b>	<b>19.139</b>	<b>11.092</b>	<b>(6.731)</b>	<b>(3.009)</b>	<b>20.492</b>

## 17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	31/12/2011			31/12/2010		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
<b>Moeda Nacional</b>						
BNDES (*)	217.139	796	217.935	452.920	6.314	459.234
Finem III	-	-	-	72.604	294	72.898
Finem IV	-	-	-	179.202	5.505	184.707
Finem Novas Tecnologias	-	-	-	40.650	374	41.024
Finame	-	-	-	1.070	3	1.073
Finame 2008	-	-	-	2.247	9	2.256
Finame 2009	-	-	-	7.081	26	7.107
Finame 2010	-	-	-	4.236	13	4.249
Finame SE 2011	5.695	66	5.761	-	-	-
Finem CAPEX 2011/2012	60.849	619	61.468	-	-	-
Automático	-	-	-	1.659	6	1.665
Custos com emissão	(400)	-	(400)	-	-	-
Eletrobrás - Luz para Todos	98.569	-	98.569	101.856	-	101.856
Finep - 1º Ciclo	11.546	34	11.580	11.778	35	11.813
Finep - 2º Ciclo	40.880	76	40.956	30.537	49	30.586
<b>Moeda Estrangeira (**)</b>	<b>360.389</b>	<b>8.291</b>	<b>368.680</b>	<b>100.000</b>	<b>896</b>	<b>100.896</b>
Cédula de Crédito Bancário 4131 - Itaú	-	-	-	96.474	171	96.645
Swap Céd. Créd Bancário 4131 - Itaú	-	-	-	3.526	725	4.251
Cédula de Crédito Bancário 4131 BNP	172.198	1.303	173.501	-	-	-
Swap Céd. Créd Bancário 4131 BNP	7.625	2.774	10.399	-	-	-
Cédula de Crédito Bancário 4131 Itaú	29.116	266	29.382	-	-	-
Swap Céd. Créd Bancário 4131 Itaú	997	440	1.437	-	-	-
Cédula de Crédito Bancário 4131 HSBC	144.171	1.366	145.537	-	-	-
Swap Céd. Créd Bancário 4131 HSBC	6.282	2.143	8.425	-	-	-
<b>Total</b>	<b>577.528</b>	<b>9.087</b>	<b>586.615</b>	<b>552.920</b>	<b>7.210</b>	<b>560.130</b>
Circulante	21.466	9.087	30.553	189.491	7.210	196.701
Não circulante	556.062	-	556.062	363.429	-	363.429

(\*) Valores marcados a mercado – (ver nota 40).

A Sociedade captou em 1º de dezembro de 2010, segundo a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, uma linha de financiamento de curto prazo (de 240 dias) denominada em moeda estrangeira no montante total de R\$ 100.000 (US\$ 57.900 mil). Objetivando a neutralização de qualquer risco cambial derivado dessa operação, a Sociedade contratou uma operação de “Swap” com o mesmo prazo de vencimento, e sobre o mesmo valor da operação de empréstimo, resultando assim em uma operação denominada em moeda nacional com um custo final atrelado ao CDI. Em 29 de julho de 2011 esta operação foi totalmente liquidada.

Em 20 de setembro de 2011, a Elektro assinou o contrato de financiamento com BNDES, na modalidade FINEM, no valor de R\$ 188.479. As taxas de juros variam de acordo com o subcrédito, de TJLP a TJLP + 3,03%. O financiamento

é destinado ao Programa de Investimentos 2011/2012, para realização de expansão e melhorias do sistema de distribuição de energia elétrica, bem como a implantação de nove subestações e duas linhas de transmissão.

Em 22 de novembro de 2011, a Elektro assinou o contrato de financiamento com a FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), no valor de R\$ 7.733. A taxa de juros desse financiamento é de 5% a.a.. Os recursos serão destinados principalmente para financiamento de projetos no âmbito do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento.

A Sociedade captou em 15 de abril de 2011, segundo a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, uma linha de financiamento de longo prazo (725 dias) denominada em moeda estrangeira no montante total de R\$ 360.000 (US\$ 226.909 mil).

Objetivando a neutralização de qualquer risco cambial derivado dessa operação, contratou-se operações de “Swap” com os mesmos prazos de vencimento, e sobre os mesmos valores da operação de empréstimo, resultando assim em uma operação denominada em moeda nacional com um custo final atrelado ao CDI.

Os recursos acima foram utilizados para o pagamento da totalidade do saldo devedor do financiamento junto ao BNDES, no valor de R\$ 288.145, pagos aos agentes repassadores em decorrência da não anuência na troca de controle acionário da Elektro. A Sociedade continua contando com o apoio do BNDES no financiamento de seus investimentos, já tendo contratado novas linhas e sacado recursos após este pré-pagamento.

Em 31 de dezembro de 2011 não há itens do ativo intangível, que fazem parte da infraestrutura da concessão oferecidos como garantias de empréstimos e financiamentos. Em 31 de dezembro de 2010 os bens adquiridos através de financiamentos do BNDES, cuja garantia é o próprio bem, montavam em R\$ 52.281.

Os vencimentos das dívidas de longo prazo da Sociedade em 31 de dezembro de 2011 estão abaixo apresentados:

Ano	R\$ mil
2013	389.457
2014	33.131
2015	29.929
2016	29.731
Após 2016	74.213
<b>Total</b>	<b>556.462</b>

Os encargos, garantias e condições gerais dos empréstimos e financiamentos em aberto em 31 de dezembro de 2011 são demonstrados a seguir:

Tipo	Garantias	Condições Gerais	Pagamento de encargos	Pagamento de principal	Vencimento inicial	Vencimento final
<b>Moeda Nacional</b>						
<b>BNDES</b>						
Finame SE 2011	Instrumento de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios	5.50%	Trimestral durante a carência e mensal após esse período		15/02/2013	15/01/2021
FINEM 2011-2012	Instrumento de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios	de TJLP a TJLP + 3,03%	Trimestral durante a carência e mensal após esse período		15/06/2013	15/12/2019
				Mensal		
<b>Eletrobrás</b>						
Luz para Todos (1)		RGR + 5,0% a.a (2)	Mensal		"30/11/2006 a 31/12/2011"	"30/10/2016 a 31/12/2022"
<b>FINEP</b>						
Finep - 1º Ciclo	Carta de Fiança	TJLP + 0,94% a.a	Mensal durante a carência		15/10/2010	15/10/2014
Finep - 2º Ciclo		4,25% a.a.			15/04/2011	15/12/2017
<b>Moeda Estrangeira</b>						
Cédula de Crédito Bancário 4131BNP PARIBAS 2011		US\$ + 2.88% (3)			-	4/09/2013
Cédula de Crédito Bancário 4131 HSBC 2011		US\$ + 3.60%(4)	Semestral	No vencimento da operação	-	4/09/2013
Cédula de Crédito Bancário 4131 Itaú 2011		US\$ + 3.50%(5)			-	4/09/2013

(1) O projeto Luz para Todos está relacionado a sete contratos de financiamento.

(2) Reserva global de reversão - RGR é indexada à variação da UFIR, que tem se mantido constante.

(3) Foi contratada uma operação de SWAP visando neutralizar o risco cambial durante toda a vigência da dívida. Desta forma o custo da operação é de 100,2% do CDI

(4) Foi contratada uma operação de SWAP visando neutralizar o risco cambial durante toda a vigência da dívida. Desta forma o custo da operação é de 103,5% do CDI

(5) Foi contratada uma operação de SWAP visando neutralizar o risco cambial durante toda a vigência da dívida. Desta forma o custo da operação é de 104,0% do CDI

## 18. DEBÊNTURES

	31/12/2011				31/12/2010			
	Principal	Encargos	Vr. Monetária	Total	Principal	Encargos	Vr. Monetária	Total
2ª Emissão	-	-	-	-	153.180	7.477	43.758	204.415
1ª Série	-	-	-	-	125.000	6.328	43.758	175.086
2ª Série	-	-	-	-	29.070	1.149	-	30.219
Custos com emissão	-	-	-	-	(890)	-	-	(890)
4ª Emissão	298.629	17.422	-	316.051	298.092	16.115	-	314.207
1ª Série	180.000	10.418	-	190.418	180.000	9.634	-	189.634
2ª Série	120.000	7.003	-	127.003	120.000	6.481	-	126.481
Custos com emissão	(1.371)	-	-	(1.371)	(1.908)	-	-	(1.908)
5ª Emissão	299.033	10.778	3.873	313.683	-	-	-	-
1ª Série	120.000	5.520	-	125.520	-	-	-	-
2ª Série	180.000	5.258	3.873	189.130	-	-	-	-
Custos com emissão	(967)	-	-	(967)	-	-	-	-
Total	597.662	28.199	3.873	629.734	451.272	23.592	43.758	518.622
Circulante	-	27.378	-	27.378	152.585	23.592	43.758	219.935
Não circulante	598.483	-	3.873	602.356	298.687	-	-	298.687

De acordo com o CPC 08 – Custos de Transações e Prêmios na Emissão de Títulos de Valores Mobiliários, os recursos captados foram registrados de forma líquida dos custos decorrentes do processo de emissão das debêntures, e tais custos são amortizados de acordo com a taxa efetiva da transação até o prazo de vencimento dos respectivos títulos. O saldo total a amortizar é de R\$ 2.339, sendo que R\$ 822 no curto prazo (R\$ 199 referente a quarta emissão e R\$ 623 referente a quinta emissão) e R\$ 1.517 no longo prazo (R\$ 769 referente a quarta emissão e R\$ 748 referente a quinta emissão).

Em 15 de agosto de 2011, a Elektro efetuou a 5ª Emissão de Debêntures simples, nominativas, escriturais, não conversíveis em ação, da espécie quirografária, no montante total de R\$ 300.000, com vencimento em 15 de agosto de 2016 e 15 de agosto de 2018, respectivamente, 1ª e 2ª séries. A 1ª série, no valor de R\$ 120.000, será remunerada à taxa de CDI acrescida de 0,98% a.a. e a 2ª série, no valor de R\$ 180.000, à taxa IPCA acrescida de 7,6813% a.a.

Os recursos provenientes das debêntures foram integralmente utilizados para a liquidação das debêntures da 2ª emissão da Elektro, com vencimento em 1º de setembro de 2011, e para o reforço de seu capital de giro.

O vencimento do saldo de longo prazo das debêntures é conforme segue:

Ano	R\$ mil
2013	130.000
2014	170.000
2015	80.000
2016	100.000
Após 2016	120.000
Total	600.000

Abaixo características gerais das debêntures da Sociedade:

**Quarta emissão – características das duas séries**

Tipo: simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações.

Espécie: quirografária sem garantia.

Valor original: R\$ 300.000

Valor Nominal: R\$ 10 por debênture

A Escritura de Emissão dessas debêntures exige que seja realizada Assembleia Geral de Debenturistas para aprovação da transferência do controle acionário da Elektro, exceto nos casos de: (i) reorganização societária que envolva, exclusivamente, os atuais acionistas controladores diretos e indiretos da Elektro; ou (ii) operação societária que resulte numa companhia que tenha classificação de risco corporativo igual ou superior ao antigo acionista controlador no momento anterior à transação; ou (iii) a classificação de risco corporativo da Elektro não seja reduzida em relação a classificação de risco vigente no momento anterior a tal operação societária.

**Quinta emissão – características das duas séries**

Tipo: simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações.

Espécie: quirografária sem garantia

Valor original: R\$ 300.000

Valor Nominal: R\$ 10 por debênture

A Escritura de Emissão dessas debêntures exige que seja realizada Assembleia Geral de Debenturistas em caso de mudança de controle acionário da Elektro, desde que tal mudança impacte, de forma substancial e comprovada, a viabilidade econômico-financeira da Emissão, a critério da Emissora e dos Debenturistas, exceto nos casos de quaisquer alterações ou reorganizações societárias que resultem em estrutura final na qual a Iberdrola S.A. continue como acionista controlador/majoritário direto ou indireto da Emissora.

Não há cláusula de repactuação para nenhuma das emissões de Debêntures.

Abaixo um resumo das características das debêntures em aberto:

Séries	Qtde.	Remuneração	Pagamento dos juros	Amortização do principal
<b>Debêntures 4ª Emissão</b>				
1ª Série	18.000	CDI + 1,15% a.a.	semestral a partir de 17 de janeiro de 2011	50% em 15/07/2013 e 15/07/2014
2ª Série	12.000	CDI + 1,25% a.a.	semestral a partir de 17 de janeiro de 2011	33,33% em 15/07/2013, 15/07/2014 e 15/07/2015
<b>Debêntures 5ª Emissão</b>				
1ª Série	12.000	CDI + 0,98% a.a.	semestral a partir de 15 de fevereiro de 2012	33,33% em 15/08/2014, 15/08/2015 e 15/08/2016
2ª Série	18.000	IPCA + 7,68% a.a.	anual a partir de 15 de agosto de 2012	33,33% em 15/08/2016, 15/08/2017 e 15/08/2018

**Condições Restritivas Financeiras (covenants):**

As debêntures contêm cláusulas restritivas que implicam em vencimento antecipado, que requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme segue:

**Quarta emissão** : conforme cláusula de vencimento antecipado alíneas de (I) a (XX) da escritura da emissão.

**Quinta emissão** : conforme cláusula de vencimento antecipado, inciso XIX da escritura da emissão.

**BNDES (FINEM)**: conforme cláusula décima segunda, inciso XII do contrato de financiamento.

A Sociedade vem cumprindo todas as condições restritivas.

A íntegra dos termos e das condições da distribuição pública da 4º e 5º emissões de debêntures estão disponíveis no website da Elektro: [www.elektro.com.br](http://www.elektro.com.br).

**19. ARRENDAMENTO MERCANTIL**

De acordo com o CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil, aprovado pela Deliberação CVM nº 554/08, a Sociedade efetuou a contabilização no ativo imobilizado, em contrapartida ao passivo, de arrendamento mercantil dos bens vinculados aos contratos de arrendamento mercantil que foram considerados como financeiros, em virtude da transferência de riscos e benefícios sobre referidos bens para a Sociedade. Os contratos relativos a imóveis apresentam cláusulas de renovação e de reajuste conforme inflação do período. Cláusulas restritivas e pagamentos contingenciais não foram previstos em qualquer dos contratos existentes.

O saldo a pagar, apurado com base no valor presente, calculado com taxas que variam entre 10 e 18% a.a., dos pagamentos futuros, por categoria de ativo é como segue:

	31/12/2011	31/12/2010
<b>Arrendamento mercantil financeiro a pagar</b>		
Imóveis	13.605	8.892
Veículos	3.868	6.610
Equipamentos de informática	3.893	1.215
<b>Total</b>	<b>21.366</b>	<b>16.717</b>
<b>Circulante</b>	<b>4.860</b>	<b>5.406</b>
<b>Não circulante</b>	<b>16.506</b>	<b>11.311</b>

O cronograma dos pagamentos futuros de longo prazo relativos aos contratos acima é apresentado a seguir:

Vencimentos dos pagamentos futuros de longo prazo	
2013	6.086
2014	1.717
2015	1.773
após 2015	6.930
<b>Total</b>	<b>16.506</b>

**Arrendamento mercantil operacional**

Conforme orientação do CPC 06, a Sociedade efetuou uma análise dos contratos classificados como arrendamento mercantil operacional, dentre eles os contratos de aluguel de equipamentos, imóveis, veículos e outros.

Abaixo estão demonstrados os valores dos contratos mais relevantes contabilizados como despesas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, bem como os pagamentos futuros que a Sociedade fará com base nesses contratos.

	31/12/2011	31/12/2010
<b>Despesas reconhecidas no período</b>		
Locação de infraestrutura de pontos de atendimento (Callcenter)	3.402	2.918
Locação de imóveis	2.335	228
Locação de veículos	1.083	324
Locação de computadores	496	947
Locação de impressoras	697	228
Locação de outros equipamentos de informática	235	93
<b>Total</b>	<b>8.248</b>	<b>4.738</b>

**Vencimentos dos  
compromissos futuros**

2012	5.652
2013	5.881
2014	5.740
2015	4.683
<b>Total</b>	<b>21.956</b>

**20. FORNECEDORES E SUPRIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA**

	31/12/2011	31/12/2010
<b>Moeda nacional</b>	<b>265.612</b>	<b>249.497</b>
Supridores de energia elétrica	193.865	172.488
Encargos de serviço de sistema - ESS	10.554	14.539
Fornecedores de materiais e serviços	61.193	62.470
<b>Moeda estrangeira</b>	<b>41.904</b>	<b>23.369</b>
Supridores de energia elétrica - Itaipu	40.778	24.164
<b>Total</b>	<b>307.516</b>	<b>272.866</b>

**21. TRIBUTOS A RECOLHER**

	31/12/2011	31/12/2010
Imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido	88	181
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	20.381	19.483
Programa de integração social - PIS	4.425	4.212
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	86.430	110.374
Impostos retidos na fonte	12.025	14.208
Imposto sobre serviço - ISS	396	314
<b>Total</b>	<b>123.745</b>	<b>148.772</b>

**22. ENCARGOS DO CONSUMIDOR**

	31/12/2011	31/12/2010
Quota para a reserva global de reversão - RGR	4.222	4.927
Quota para a conta de consumo de combustível - CCC	18.224	16.357
Quota para a conta de desenvolvimento energético - CDE	11.786	10.420
Encargos de capacidade emergencial - ECE	810	749
<b>Total</b>	<b>35.042</b>	<b>32.453</b>

**23. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR**

	31/12/2011	31/12/2010
Dividendos a pagar	5	4
Juros sobre capital próprio a pagar	60.888	55.058
<b>Total</b>	<b>60.893</b>	<b>55.062</b>

Os saldos de dividendos e de juros sobre capital próprio a pagar estão de acordo com as deliberações da Administração acerca do lucro do exercício conforme mencionado na nota 28.3.

O valor referente a juros sobre capital próprio a pagar está líquido de imposto de renda retido na fonte no montante de R\$ 10.745 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 12.577 em 31 de dezembro de 2010).

Existem valores de dividendos (R\$ 5) e juros sobre capital próprio (R\$ 1) a pagar para acionistas minoritários que ainda não se apresentaram com seus dados cadastrais atualizados.

## 24. PROVISÕES E ENCARGOS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO

	31/12/2011	31/12/2010
Provisão de férias e 13º salário	17.792	16.759
Retenções do empregado	2.816	2.750
INSS parte da empresa	8.806	8.373
FGTS	3.126	2.897
Participação nos lucros e resultados	13.062	16.410
Outros	353	478
<b>Total</b>	<b>45.955</b>	<b>47.667</b>

## 25. OBRIGAÇÕES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (P&D) E PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

O contrato de concessão estabelece a obrigação de a Elektro aplicar, anualmente, o montante de 1% da receita operacional líquida em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficientização, Pesquisa e Desenvolvimento e parte deve ser recolhida ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas é definida pela Lei nº 9.991/2000.

Adicionalmente, em cumprimento à Lei nº 12.111/2009, a Sociedade está obrigada a recolher ao Tesouro Nacional (TN), nas competências de janeiro de 2010 até 31 de dezembro de 2012, o adicional de 0,30% da Receita operacional líquida (ROL), para ressarcimento aos Estados e Municípios que tiverem eventual perda de receita decorrente da arrecadação de ICMS incidente sobre combustíveis fósseis utilizados para geração de energia elétrica ocorrida nos 24 meses seguintes à interligação dos respectivos Sistemas Isolados ao Sistema Interligado Nacional – SIN, aplicando-se somente às interligações feitas após 30 de julho de 2009. O montante deverá ser aplicado: (i) em programas de universalização do serviço público de energia elétrica; (ii) no financiamento de projetos socioambientais; (iii) em projetos de eficiência e pesquisa energética; e (iv) no pagamento de faturas de energia elétrica de unidades consumidoras de órgãos estaduais e municipais. O referido encargo está sendo pago desde outubro de 2010, conforme determinado pelo Ofício Circular ANEEL nº 965/10, de 5 de outubro de 2010.

A movimentação das obrigações da Sociedade com estes programas, de acordo com a distribuição do recurso é como segue:

Distribuição do recurso	Percentual de distribuição	31/12/2010	Ingresso	Atualização	Transferência	Realização/Pagamento	31/12/2011
Programa de Eficiência Energética	0,50%	15.626	15.950	1.691	-	(16.204)	17.063
Pesquisa e Desenvolvimento	0,20%	23.413	6.380	2.571	-	(11.309)	21.055
FNDCT	0,20%	471	6.380	-	-	(6.319)	532
MME	0,10%	234	3.190	-	-	(3.159)	265
Encargos do sistema isolado - TN	0,30%	4.538	9.541	39	-	(13.322)	796
<b>Total</b>		<b>44.282</b>	<b>41.441</b>	<b>4.301</b>	<b>-</b>	<b>(50.313)</b>	<b>39.711</b>
Circulante		13.063	35.061	1.123	15.299	(50.313)	14.233
Não circulante		31.219	6.380	3.178	(15.299)	-	25.478

A atualização das parcelas referentes aos Programas de Eficientização, Pesquisa e Desenvolvimento e Encargos do sistema isolado é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas da ANEEL nº 176/2005 e 219/2006 e Lei nº 12.111/2009.

Por meio da Resolução Normativa nº 233/2006, com validade a partir de 1º de janeiro de 2007, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do programa de eficiência energética. Dentre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e as datas de recolhimento ao FNDCT e ao MME que ocorre mensalmente desde janeiro de 2009.

## **26. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS**

### **26.1. Planos de Pensão**

A Elektro, através da Fundação CESP, mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensão para seus empregados, que têm as seguintes descrições:

PSAP/CESP B: Benefício Suplementar Proporcional Saldado – BSPS, que corresponde aos benefícios assegurados aos empregados vinculados ao plano vigente até 31 de dezembro de 1997, ou seja, antes da implantação do plano misto, calculado proporcionalmente até aquela data. Este plano está fechado para novas adesões.

PSAP/CESP B1: Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão Elektro – PSAP Elektro, iniciado em 1º de janeiro de 1998, sendo um plano misto, cuja meta de benefício é a integralidade do salário na aposentadoria, sendo 70% do salário real de contribuição como Benefício Definido e 30% como Contribuição Definida.

Quando o Plano PSAP/CESP B1 foi criado, a transferência do Plano PSAP/CESP B para PSAP/CESP B1 foi ofertada aos participantes. Aqueles que migraram, adquiriram o direito de receber o benefício saldado (BSPS) proporcional ao tempo que contribuíram para o plano anterior, podendo destinar este recurso como contribuição ao novo plano ou aguardar a elegibilidade ao benefício, sem a acumulação de nenhum outro benefício adicional no futuro.

Na avaliação atuarial dos planos previdenciários foi adotado o método do crédito unitário projetado, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 – Benefícios a Empregados. O objetivo deste método é diluir o custo do benefício de cada empregado ao longo do período no qual se estima que este empregado estará a serviço da Sociedade, para então determinar o custo para cada ano de serviço.

No que se refere à política contábil de reconhecimento de ganhos ou perdas atuarias prospectivas, a Sociedade optou pelo reconhecimento imediato, em outros resultados abrangentes, conforme parágrafo 93A do CPC 33. Entretanto, a entidade que optar por esta forma de reconhecimento deve também reconhecer, como resultados abrangentes, qualquer ajuste proveniente do limite de ativo de benefício definido, estabelecido no parágrafo 58B da referida norma. Esta restrição determina que o reconhecimento de um ativo atuarial esteja condicionado à existência de benefícios econômicos futuros para a entidade, sob a forma de redução ou suspensão de suas contribuições para o plano ou reembolso futuro do superávit.

Adicionalmente, conforme previsto pelo parágrafo 93D, os valores ajustados contra resultados abrangentes devem ser reconhecidos imediatamente em lucros ou prejuízos acumulados, não sendo registrados na demonstração do resultado em período subsequente.

Como o plano apresenta superávit, o laudo atuarial demonstra um ativo atuarial de R\$ 150.063 em 31 de dezembro de 2011 e de R\$ 133.086 em 31 de dezembro de 2010. O superávit atuarial não é reconhecido contabilmente, pois de acordo com as regras da Secretaria da Previdência Complementar (SPC) - Resolução CGPC nº 26/2008, o reconhecimento do ativo atuarial é permitido somente se a reserva de contingência estiver reconhecida pelo seu percentual máximo que é de 25% das reservas matemáticas, de modo a assegurar o equilíbrio financeiro do plano em função da volatilidade destas obrigações. Somente a partir deste limite, o superávit pode ser utilizado pela patrocinadora para abater contribuições futuras ou ser reembolsado à patrocinadora. Para a Elektro, esta relação estava em 16% em 31 de dezembro de 2011 e 19% em 31 de dezembro de 2010, abaixo do limite de 25% requerido, não permitindo, portanto, o reconhecimento contábil de nenhum superávit atuarial, conforme demonstrado abaixo:

Conciliação dos valores reconhecidos no balanço	31/12/2011	31/12/2010
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	764.730	735.868
Valor justo dos ativos do plano	928.324	868.954
Superávit para planos cobertos	163.594	133.086
Limite de Ativo de Benefício Definido (§ 58(b))	(163.594)	(133.086)
(Ativo) atuarial líquido	-	-

Os valores reconhecidos no resultado e no resultado abrangente são os seguintes:

Componentes da despesa (receita) do plano	2011	2010
<b>Valores reconhecidos no demonstrativo de resultados do exercício</b>		
Custo do serviço corrente <sup>(1)</sup>	(8.966)	(7.629)
Juros sobre as obrigações atuariais	(73.703)	(64.373)
Rendimento esperado dos ativos	102.987	101.156
Receita reconhecida	20.318	29.154
<b>Rendimento efetivo dos ativos</b>		
Rendimento efetivo dos ativos do plano	90.227	141.495
<b>Valores reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes</b>		
Ganho /(Perdas) atuariais imediatamente reconhecidas	7.698	(73.690)
Efeito do limite de Ativo de Benefício Definido (§ 58(b))	(30.508)	42.399
Reclassificação imediata para lucros acumulados (§ 93(d))	22.810	31.291
Custo total reconhecido em Outros Resultados Abrangentes	-	-
<b>Valor acumulado de perdas atuariais reconhecido</b>	<b>75.914</b>	<b>83.718</b>

<sup>(1)</sup> Com juros, líquido da contribuição do participante

As movimentações no valor presente da obrigação com benefícios definidos são:

Reconciliação do valor das obrigações atuariais	2011	2010
Valor das obrigações ao início do período	700.653	578.905
Custo do serviço corrente <sup>(1)</sup>	5.705	7.629
Juros sobre a obrigação atuarial	49.111	64.373
Contribuições de participantes	1.898	2.480
(Ganho)/Perda atuarial	32.080	114.029
Benefícios pagos no ano	(24.717)	(31.548)
<b>Valor das obrigações ao final do período</b>	<b>764.730</b>	<b>735.868</b>

<sup>(1)</sup> Com juros, líquido da contribuição do participante

As movimentações no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

Reconciliação do valor justo dos ativos	31/12/11	31/12/10
Valor justo dos ativos ao início do período	885.522	754.390
Rendimento esperado no período	69.123	101.156
Ganho/(Perda) atuarial	(5.191)	40.339
Contribuições de patrocinadora	1.689	2.137
Contribuições de participantes	1.898	2.480
Benefícios pagos no ano	(24.717)	(31.548)
<b>Valor justo dos ativos ao final do período</b>	<b>928.324</b>	<b>868.954</b>

(1) Com juros, líquido da contribuição do participante

Segue abaixo a abertura do valor justo dos ativos do plano por tipo de investimento. A maior parte dos ativos está concentrada em investimentos de renda fixa, como demonstrado a seguir:

Ativos do Plano	31/12/11	31/12/10
Renda fixa	682.915	637.191
Renda variável	186.310	172.311
Investimentos imobiliários	39.089	39.125
Operações com participantes	25.106	23.451
Exígível contingencial/Operacional	(5.096)	(3.124)
<b>Valor justo dos ativos do plano</b>	<b>928.324</b>	<b>868.954</b>

Os ativos do plano são classificados nos Níveis 1 e 2 da hierarquia de valor justo definida pelo Pronunciamento Técnico CPC 40 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, uma vez que são definidos utilizando-se preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos ou modelos de precificação de ativos alternativos com níveis de transparência significativos. Os instrumentos avaliados no Nível 1 são os investimentos em renda fixa e variável. O valor justo dos investimentos imobiliários são definidos através de comparações com o preço de outros imóveis similares.

Adicionalmente, do valor justo dos ativos demonstrado, os seguintes montantes referem-se a ativos correlacionados com a Sociedade, representando cerca de 3% do valor justo dos ativos em 31 de dezembro de 2011 (5% em 31 de Dezembro de 2010):

Ativos relacionados à Sociedade	31/12/11	31/12/10
Renda fixa		
Debêntures Elektro	-	18.145
Investimentos imobiliários		
Sede administrativa	27.192	27.316
<b>Valor justo dos ativos do plano</b>	<b>27.192</b>	<b>45.461</b>

As principais premissas econômicas adotadas para os cálculos atuariais referentes aos exercícios de 2011 e 2010:

Premissas econômico-financeiras e demográficas	2011	2010
Taxa de desconto nominal para obrigação atuarial	10,46%	10,25%
Taxa de rendimento nominal esperada sobre ativos do plano	11,90%	11,88%
Índice estimado de aumento nominal dos salários	7,63%	7,64%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,50%	4,50%
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,50%	4,50%
Taxa de desconto real para obrigação atuarial	5,70%	5,50%
Taxa de rendimento real esperada sobre ativos do plano	7,08%	7,06%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-83 segregada por sexo	AT-83 segregada por sexo
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Light Média	Light Média
Taxa bruta de rotatividade esperada	Experiência Fundação Cesp 2006	Experiência Fundação Cesp 2006
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	100% na primeira eleg.	100% na primeira eleg.

As taxas esperadas de retorno dos investimentos de longo prazo foram determinadas a partir das expectativas de rentabilidade de longo prazo e ponderadas para cada categoria de ativo dos planos de benefício, como renda fixa, variável, imóveis e empréstimos a participantes.

Rendimento esperado de longo prazo	31/12/2011		31/12/2010	
	Meta de alocação de ativos	Taxa esperada de retorno anual	Meta de alocação de ativos	Taxa esperada de retorno anual
Modalidade de investimento				
Renda fixa	79,52%	10,84%	80,17%	10,65%
Renda variável	12,84%	19,25%	12,16%	20,80%
Investimentos imobiliários	4,66%	10,00%	4,68%	10,00%
Operações com participantes	2,98%	11,56%	2,99%	11,38%
Total	100,00%	11,90%	100,00%	11,88%

As taxas para desconto da obrigação atuarial são determinadas com base nas taxas de retorno oferecidas pelos títulos do Governo (NTN-B, indexadas ao IPCA), pois apresentam condições consistentes com as obrigações avaliadas.

Conforme requerido pela norma, segue adiante o demonstrativo dos desvios decorrentes dos comportamentos esperado e efetivo do ativo e passivo atuarial:

Ajustes da experiência de ganhos e perdas - § 120A(p)	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
Valor presente da obrigação de benefícios definidos	764.730	735.868	578.905	518.954
Valor justo dos ativos do plano	928.324	868.954	754.390	681.732
Superávit (Déficit) do plano	163.594	133.086	175.485	162.778
Rendimento esperado dos ativos	102.987	101.156	89.083	64.008
Rendimento efetivo dos ativos	90.227	141.495	96.249	127.050
Ajuste de experiência dos ativos do plano (montante)	(12.760)	40.339	7.166	63.042
Ajuste de experiência dos ativos do plano (%)	-12%	40%	8%	98%
Valor presente esperado dos passivos do plano	796.810	621.839	561.711	632.815
Valor presente efetivo dos passivos do plano	764.730	735.868	578.905	518.954
Ajuste de experiência dos passivos do plano (montante)	(32.080)	(114.029)	(17.194)	(113.861)
Ajuste de experiência dos passivos do plano (%)	-4%	-15%	-3%	-22%

No exercício de 2011, a Sociedade efetuou contribuições aos planos de benefícios mantidos junto à Fundação CESP no montante de R\$ 2.386 (R\$ 2.137 em 31 de dezembro de 2010).

Para o exercício de 2012, a Sociedade deve reconhecer uma receita de R\$ 21.345.

A Elektro também é instituidora de um plano gerador de benefícios livres (PGBL) disponibilizado aos seus empregados não optantes pelo PSAP/Elektro (acima descrito), sob denominação de Plano A e Plano Modular Empresarial Coletivo (Plano B), ambos planos de contribuição definida.

As contribuições são feitas pelos participantes e pela Elektro, que também é responsável pelo pagamento das despesas administrativas deste plano. Os custos incorridos pela Sociedade em 2011 foram de R\$ 703 (R\$ 772 em 2010), tendo sido registradas à conta de despesa com pessoal.

## 26.2. Plano Especial de Aposentadoria

No Acordo Coletivo de Trabalho, assinado em 25 de julho de 2007, a Elektro criou o Plano Especial de Aposentadoria (PEA), como incentivo à aposentadoria daqueles empregados que já são elegíveis à aposentadoria oficial. No Acordo Coletivo assinado em agosto de 2011, esse plano foi prorrogado por 3 meses (até 21 de novembro de 2011), para aqueles que já estão aposentados e até 31 de maio de 2013, para aqueles que são elegíveis.

O incentivo consiste no pagamento de uma indenização (variando de 4 a 6 salários mensais em função do tempo de serviço do colaborador à Elektro), além de todos os benefícios previstos em lei no caso de demissão. Para serem elegíveis à adesão deste benefício, os principais critérios que devem ser atendidos pelos colaboradores são: (i) estar prestando serviços à Sociedade; (ii) ter feito a solicitação de aposentadoria de acordo com as leis brasileiras de Seguridade Social, na qual são consideradas idade mínima e tempo de serviços prestados; (iii) e apresentar o protocolo de solicitação do benefício.

O valor atualizado da provisão em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 2.031 (R\$ 705 em 31 de dezembro de 2010), registrado no passivo circulante referente a colaboradores que já aderiram ao plano. Para o período compreendido entre janeiro de 2012 e maio de 2013, a Sociedade estima que até 187 colaboradores possam aderir ao plano, o que justifica uma provisão de R\$ 11.469 (R\$ 9.520 em 31 de dezembro de 2010), mantida na mesma rubrica no passivo não circulante.

### 26.3. Outros Benefícios

Além dos benefícios concedidos por intermédio dos planos de previdência complementar e o plano especial de aposentadoria, são oferecidas outras vantagens aos empregados da Sociedade, tais como: plano de saúde, auxílios refeição, transporte e creche, capacitação e desenvolvimento profissional, que são periodicamente negociados por ocasião dos acordos coletivos de trabalho. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Elektro despendeu com esses benefícios o montante de R\$ 46.738 (R\$ 39.849 em 2010), registrado à conta de despesas com pessoal.

## 27. PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

### 27.1. Provisão para ações judiciais e regulatórias

Todas as demandas de natureza judicial são acompanhadas continuamente pelos assessores jurídicos da Sociedade que, de acordo com critérios previamente definidos pela Administração, classificam os riscos contingentes de forma individual, o que resulta no provisionamento dos objetos considerados como perda provável.

As provisões registradas refletem as perdas consideradas prováveis com tais demandas, e apresentam os seguintes saldos e movimentações. Vide mais detalhes na nota 35:

	31/12/2010	Ingresso	Atualização	Reversão	Liquidação	31/12/2011
Cíveis e ambientais	82.109	3.457	9.834	(128)	(1.717)	93.555
Trabalhistas	11.899	12.030	1.632	(1.904)	(2.637)	21.020
Tributárias	1.218	1.574	47	(41)	(12)	2.786
Desapropriações e servidões	5.548	565	950	(528)	(272)	6.263
Regulatórias	2.200	12.040	-	-	-	14.240
<b>Total das provisões</b>	<b>102.974</b>	<b>29.666</b>	<b>12.463</b>	<b>(2.601)</b>	<b>(4.638)</b>	<b>137.864</b>

Em 31 de dezembro de 2011, as provisões efetuadas pela Sociedade são principalmente para cobertura de eventuais perdas referentes a ações indenizatórias cíveis e ambientais envolvendo objetos de naturezas diversas; causas trabalhistas envolvendo ações movidas por ex-empregados da Elektro (ou de suas contratadas) referentes a diferenças salariais, horas extras e outros; tributárias envolvendo questões relativas à ilegalidade da exigência de tributos federais, estaduais e municipais, taxas regulatórias, que estão diretamente relacionadas com indicadores de desempenho da ANEEL e penalidades referentes à contratação do uso do sistema de transmissão (MUST). As desapropriações e servidões estão relacionadas a reclamações de proprietários e ex-proprietários de terrenos utilizados pela Elektro quanto aos valores das indenizações.

#### Uso da faixa de domínio de rodovias – Ação judicial cível

Em agosto de 2001, foram ajuizadas 2 (duas) ações pela Elektro em face do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de São Paulo (DER) e concessionárias de rodovias estaduais, a fim de que estas se abstenham de promover atos que impeçam a livre atuação da Elektro, no que tange ao uso das faixas intermediárias e laterais de domínio das rodovias para a instalação de infraestrutura de distribuição de energia elétrica. O Tribunal de Justiça de São Paulo julgou a ação contra a Elektro. Em agosto de 2008, a Elektro apelou ao Superior Tribunal de Justiça e propôs uma medida cautelar com pedido de liminar para suspender a decisão da corte paulista, sendo que, em novembro de 2008, a liminar foi denegada por um dos ministros do Superior Tribunal de Justiça. Em setembro de 2010, o Superior Tribunal de Justiça não conheceu o Recurso Especial apresentado pela Elektro por questões processuais. A Elektro opôs embargos de declaração, os quais foram negados em fevereiro de 2011. Diante da decisão do STJ a Elektro apresentou recurso perante o Supremo Tribunal Federal, o qual não foi admitido pelo STJ. Contra esta decisão a Elektro apresentará reclamação ao STF. Com base na decisão do STJ que não conheceu do Recurso Especial,

a Sociedade mantém provisionado o valor de R\$ 74.078, em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 67.445 em 31 de dezembro de 2010), considerando as partes envolvidas no processo que possuem os requisitos necessários à realização da cobrança tida como válida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

## 27.2. Contingências passivas com avaliação de risco possível

A Sociedade discute questões de diversas naturezas que, com base na avaliação dos seus assessores jurídicos e seguindo critérios definidos pela Administração, são consideradas de risco de perda possível e, portanto, não são provisionadas. Os valores estimados dessas contingências são de R\$ 75.678 para assuntos previdenciários, R\$ 33.020 para assuntos cíveis incluindo ações de desapropriação e servidão de passagem, R\$ 22.487 para aspectos trabalhistas e R\$ 445.249 para diversas questões tributárias.

Com relação aos assuntos previdenciários, a Sociedade recebeu notificações e autos de infração, lavrados em 29 de dezembro de 2006, pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), exigindo contribuições previdenciárias de períodos entre junho de 1998 a junho de 2006 sobre diversas verbas trabalhistas, em especial participações nos lucros e resultados da Sociedade. Com base na Súmula Vinculante nº 8 do Supremo Tribunal Federal, de junho de 2008, referida Corte reconheceu a inconstitucionalidade dos prazos de prescrição e decadência superiores a 5 (cinco) anos para as contribuições previdenciárias, razão pela qual parte das autuações foram anuladas integral ou parcialmente. A Elektro apresentou defesa nos respectivos autos de infração, estando pendente de julgamento na esfera administrativa. O valor atualizado desses casos em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 64.875 (R\$ 64.207 em 31 de dezembro de 2010).

Dentre os assuntos cíveis, os processos de desapropriação e servidão de passagem, que somam R\$ 5.689 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 4.305 em 31 de dezembro de 2010), referem-se à utilização de espaço em terras de terceiros para a construção de linhas para a prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica. A Sociedade entende que o risco de perda destes casos é provável somente quando os processos encontram-se em fase final e os valores envolvidos são suficientemente estimáveis para suportar a constituição de provisão. Ademais, as instâncias processuais em que estas ações encontram-se são também as mais diversas, especialmente considerando-se a pulverização e o fato de que, em sua grande maioria, são processos individuais com valores não relevantes.

Quanto às diversas questões tributárias, a Sociedade recebeu Auto de Infração Estadual, lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ – SP), em 14 de dezembro de 2007, referente a créditos de ICMS, cujo valor atualizado, em 31 de dezembro de 2011, é de R\$ 19.301 (R\$ 17.146 em 31 de dezembro de 2010), supostamente tomados de forma indevida pela Sociedade. Recebeu também da mesma Secretaria, em dezembro de 2008, Auto de Infração relativo à suposta diferença na metodologia de cálculo do ICMS nos municípios de Ubatuba e Itanhaém, cujo valor atualizado, em 31 de dezembro de 2011, é de R\$ 52.914 (R\$ 50.383 em 31 de dezembro de 2010). Ambos encontram-se pendentes de apreciação nas instâncias administrativas, e são considerados com risco de perda possível e, portanto, não foram provisionados.

A Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo lavrou os Autos de Infração e Imposição de Multa nº 3.125.781-1 e 3.125.616-8, em 2 de junho de 2010 e 5 de julho de 2010, respectivamente, para exigência de ICMS, acrescido da incidência de multa e juros, por supostos créditos indevidos do imposto e descumprimento de obrigações acessórias. Com relação ao AIIM nº 3.125.781-1, houve julgamento em primeira instância administrativa dando parcial provimento ao recurso da Elektro cancelando integralmente a multa no valor de R\$ 24.014. O valor total atualizado, em 31 de dezembro de 2011, é de R\$ 83.683 (R\$ 82.440 em 31 de dezembro de 2010) e os assessores jurídicos responsáveis pelas defesas entendem que o risco de perda é possível.

Em 28 de junho de 2011, a SEFAZ-SP lavrou três novos Autos de Infração contra a Sociedade em complemento a outros Autos de Infração, dentre eles o que foi lavrado em dezembro de 2008, também sob alegação de suposta

diferença na metodologia de cálculo do ICMS nos municípios de Ubatuba, Itanhaém, Dracena e Ouro Verde, cujo valor total atualizado em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 33.728. Todos eles encontram-se pendentes de apreciação nas instâncias administrativas, e são considerados com risco de perda possível e, portanto, não foram provisionados.

Em junho de 2011 a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo lavrou ainda o Auto de Infração e Imposição de Multa nº 3.150.433-4 também para exigência de ICMS, acrescido da incidência de multa e juros, por supostos créditos indevidos do imposto e descumprimento de obrigações acessórias. O valor total atualizado, em 31 de dezembro de 2011, é de R\$ 16.478 e os assessores jurídicos responsáveis pelas defesas entendem que o risco de perda é possível.

A Elektro recebeu ainda, dois Autos de Infração Federais lavrados pela Delegacia da Receita Federal, em 27 de dezembro de 2007, cujo valor total atualizado em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 540.864 (R\$ 511.101 em 31 de dezembro de 2010), que se referem a IRPJ, CSLL, PIS e COFINS supostamente devidos em decorrência dos efeitos de reorganização societária e reestruturação de dívidas da Sociedade. Com relação ao Auto de Infração de IRPJ e CSLL, no valor de R\$ 493.430 em 30 de março de 2011, este foi definitivamente anulado, tendo a decisão se tornado definitiva em abril de 2011. Quanto ao Auto de Infração de PIS e COFINS, com base na avaliação dos assessores jurídicos, ele é considerado de risco de perda remota, visto ter sido anulado em primeira instância administrativa em 17 de junho de 2008. Aguarda-se julgamento em segunda instância administrativa.

Em abril de 2010 a Elektro recebeu novo Auto de Infração lavrado pela Delegacia da Receita Federal, o qual está relacionado ao mesmo fato que culminou com os Autos de Infração recebidos em 2007. A nova autuação determina o pagamento adicional de IRPJ e CSLL referente ao ano-calendário de 2007 em decorrência da compensação indevida de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL do mesmo exercício, tendo em vista que a autuação anterior havia glosado as despesas financeiras referentes à apropriação de despesas de variação cambial. O valor atualizado é de R\$ 106.236 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 100.790 em 31 de dezembro de 2010). Com base na avaliação dos assessores jurídicos, este novo auto tem risco de perda remota, primeiro porque o novo auto foi anulado em primeira instância administrativa e em segundo lugar porque um dos Autos de Infração a ele relacionado obteve anulação em primeira instância administrativa e o outro Auto de Infração foi anulado em primeira e segunda instâncias administrativas.

Em março de 2007, o Ministério Público do Trabalho ajuizou Ação Civil Pública em face da Elektro que visa proibir a Sociedade de terceirizar suas atividades-fim. O Procurador alegou que trabalhadores que prestam serviços em tais atividades devem ser contratados diretamente pela Elektro e não por empresas contratadas, segundo seu entendimento da Súmula nº 331 do Superior Tribunal do Trabalho. Em junho de 2009, a decisão de primeira instância foi proferida desfavoravelmente à Elektro, a qual apelou ao Tribunal Regional do Trabalho. O acórdão do Tribunal Regional do Trabalho confirmou a decisão de primeira instância. A Sociedade não está obrigada a adotar nenhuma medida até o trânsito em julgado da ação. O posicionamento dos advogados externos responsáveis pelo caso é de que a Elektro possui argumentos razoáveis que tornam possível a reversão da decisão, já que apresentou recurso ao Tribunal Superior do Trabalho, baseado no artigo 25 da Lei 8.987/95, que prevê que concessionárias de serviços públicos estão autorizadas a terceirizar atividades inerentes ao contrato de concessão. O valor da contingência não pode ser estimado atualmente pela Elektro, e o risco de perda foi classificado como possível.

## **28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

### **Capital social**

Em 31 de março de 2011 foram arquivados na JUCESP os atos societários correspondentes à incorporação das holdings ETB – Energia Total do Brasil Ltda. e AEI Investimentos Energéticos Ltda. pela holding EPC – Empresa Paranaense Comercializadora Ltda. (“EPC”), na data-base de 28 de fevereiro de 2011. Em face destas incorporações, as incorporadas foram declaradas extintas, e a EPC as sucedeu em todos os direitos e obrigações, a título universal e para todos os fins de direitos.

Após esta reorganização societária o capital social subscrito e integralizado da Sociedade em 31 de março de 2011, no montante de R\$ 952.492, passou a ter a seguinte composição acionária:

Acionista	Ordinárias	Preferenciais	Total
AEI Brazil Finance Ltd	-	66.744.382	66.744.382
EPC - Empresa Paranaense Comercializadora Ltda.	91.854.307	34.535.205	126.389.512
Acionistas minoritários	26.665	598.706	625.371
<b>Total</b>	<b>91.880.972</b>	<b>101.878.293</b>	<b>193.759.265</b>

Em 27 de abril de 2011 a AEI (ex-controladora indireta) promoveu a alienação da totalidade das ações detidas direta e indiretamente (por meio da sociedade EPC – Empresa Paranaense Comercializadora Ltda.) no capital da Elektro à Iberdrola Energia do Brasil Ltda., pelo preço total de US\$ 2,4 bilhões.

A aquisição do controle da Elektro pela Iberdrola desencadeou o processo de Oferta Pública de Ações (OPA) com a finalidade de aquisição da totalidade das ações ordinárias em circulação emitidas pela Elektro, conforme artigo 254-A da Lei nº 6.404/76 e da Instrução CVM nº 361/02. Após a troca do controle acionário, restaram em circulação 598.697 ações preferenciais e 26.665 ações ordinárias.

Posteriormente ao deferimento do Colegiado da CVM, em 13 de setembro de 2011, para a adoção de procedimento diferenciado, com fundamento no artigo 34, §1º, da Instrução CVM nº 361/02, a Iberdrola enviou a cada um dos acionistas remanescentes, detentores de ações ordinárias, carta-convite com as informações referentes ao processo de adesão à OPA, que não foi dirigida aos titulares de ações preferenciais da Elektro. O resultado final foi enviado para a CVM, pela Iberdrola, em 23 de novembro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2011 a composição acionária da Elektro estava apresentada conforme abaixo:

Acionista	Ordinárias	Preferenciais	Total
Iberdrola Energia do Brasil Ltda.	1.523	66.744.382	66.745.905
EPC - Empresa Paranaense Comercializadora Ltda.	91.854.302	34.535.214	126.389.516
Acionistas minoritários	25.147	598.697	623.844
<b>Total</b>	<b>91.880.972</b>	<b>101.878.293</b>	<b>193.759.265</b>

Cada ação ordinária confere ao respectivo titular direito a um voto nas Assembleias gerais ordinárias e extraordinárias; já as ações preferenciais não terão direito a voto, contudo, possuem as seguintes características: (i) prioridade de reembolso do capital, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da Sociedade; (ii) direito de receber dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias; (iii) direito de indicar um membro do Conselho Fiscal, e respectivo suplente, a ser eleito pelos titulares das ações preferenciais, em votação em separado; (iv) direito de participação nos aumentos de capital, decorrentes da capitalização de reservas e lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias.

### 28.1. Reservas de capital

O valor registrado de R\$ 50.539 (mesmo valor em 31 de dezembro de 2010) tem a seguinte composição: (i) capitalização efetuada em julho de 2005 do valor do saldo de contas a pagar a acionistas, referente à operação de resgate de ações realizada pela Sociedade no valor de R\$ 240.764; (ii) capitalização de dívida com pessoas ligadas, no valor de R\$ 276.495, devido ao processo de reestruturação financeira efetuada ao longo do segundo semestre de 2005; (iii) aplicação em incentivos fiscais no valor de R\$ 2.353; e (iv) dedução, através da constituição de provisão, no valor de R\$ 469.073, conforme as Instruções CVM nº 319/99 e 349/01, sobre a parcela do ágio incorporado (vide nota 37).

## 28.2. Reserva de lucros

É composta pela reserva legal no valor de R\$ 171.422, (R\$ 146.800 em 31 de dezembro de 2010), constituída pela destinação de 5% do valor dos lucros líquidos dos exercícios, conforme o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

## 28.3. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

O Estatuto Social da Elektro e a Lei nº 6.404/76 prevêem a possibilidade de distribuição de dividendos intermediários ou intercalares, com base em lucros apurados em balanços semestrais ou períodos menores, respectivamente, observando-se as disposições legais.

Em 29 de abril de 2011 a Assembleia Geral Ordinária dos acionistas da Elektro aprovou a distribuição de dividendos no montante de R\$ 168.037, referente ao exercício de 2010 (já deduzidos os pagamentos efetuados de dividendos intermediários e juros sobre capital próprio). O pagamento dos dividendos ocorreu no dia 26 de agosto de 2011.

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 11 de agosto de 2011, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 253.884, com base no lucro líquido do primeiro semestre de 2011. Os referidos dividendos intermediários foram registrados no passivo circulante no mesmo período de 2011. O pagamento dos dividendos intermediários foi dividido em três parcelas iguais de R\$ 84.628, pagas em 21 de agosto, 21 de outubro e 21 de dezembro de 2011, respectivamente. A tabela a seguir demonstra os valores pagos por ação:

Tipo	Ações em Circulação		Dividendos Intermediários	
	Quantidade		R\$	R\$ por ação
Preferenciais	101.878.293		139.506	1,369335251
Ordinárias	91.880.972		114.378	1,244850228
<b>Total</b>	<b>193.759.265</b>		<b>253.884</b>	

Em Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 10 de novembro e 23 de dezembro de 2011, foi aprovada a distribuição e pagamento de juros sobre capital próprio, de acordo com a Lei nº 9.249/95 e Deliberação CVM nº 207/96, no montante de R\$ 71.632 pagos em 23 de janeiro de 2012. A tabela a seguir demonstra os valores pagos por ação:

Tipo	Ações em Circulação		JSCP	
	Quantidade		R\$	R\$ por ação
Preferenciais	101.878.293		39.361	0,386350499
Ordinárias	91.880.972		32.271	0,351227727
<b>Total</b>	<b>193.759.265</b>		<b>71.632</b>	

Ao final do exercício de 2011, a Administração da Sociedade propôs a distribuição de dividendos no montante de R\$ 134.709 com base no lucro líquido apurado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, após constituição da reserva legal e deduzido os dividendos intermediários e juros sobre capital próprio. A proposta foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração em 14 de fevereiro de 2012 e será submetida a aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos acionistas a ser convocada oportunamente. A tabela a seguir demonstra os valores propostos por ação:

Tipo	Ações em circulação		Dividendos adicionais propostos	
	Quantidade		R\$	R\$ por ação
Preferenciais	101.878.273		74.021	0,726561536
Ordinárias	91.880.972		60.688	0,660510488
<b>Total</b>	<b>193.759.245</b>		<b>134.709</b>	

Conforme seu Estatuto Social, as ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei nº 6.404/76.

As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas têm prioridade no reembolso do capital e direito a receber dividendos no mínimo 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias, conforme artigo 5º do Estatuto Social da Sociedade.

#### 28.4. Lucro por ação

O cálculo do resultado por ação básico é efetuado através da divisão do resultado do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Sociedade, pela quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

##### Lucro por ação:

Conforme requerido pelo CPC 41, aprovado pela Deliberação CVM nº 636, em 06 de agosto de 2010. A tabela a seguir demonstra o cálculo do lucro por ação básico e diluído:

Numerador	2011	2010
Lucro líquido do exercício disponível aos acionistas	492.436	450.403
<b>Denominador</b>		
Média ponderada do número de ações ordinárias	91.881	91.881
Média ponderada do número de ações preferenciais	101.878	101.878
Remuneração adicional das ações preferenciais (10%)	1,10	1,10
Média ponderada do número de ações preferenciais ajustadas	112.066	112.066
Denominador para lucros básicos por ação	203.947	203.947
Lucro básico e diluído por ação ordinária	2,41	2,21
10% - Ações preferenciais	0,24	0,22
Lucro básico e diluído por ação preferencial	2,66	2,43

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou direitos conversíveis em ações ordinárias entre a data-base e a data de conclusão destas Demonstrações Financeiras.

O plano de incentivo baseado em ações não tem efeito dilutivo na Elektro, uma vez que o plano é baseado nas ações de seu acionista controlador Iberdrola, portanto o lucro por ação básico e diluído é igual em todos os períodos apresentados.

## 29. PLANO DE INCENTIVO BASEADO EM AÇÕES

### Plano de Incentivo AEI

Embora a Elektro não tenha implantado qualquer plano de remuneração com base em suas ações, certos diretores, membros do Conselho de Administração e empregados-chave da Sociedade participavam de planos de remuneração com base em ações estabelecidos pelo então acionista controlador AEI. A Elektro não possuía qualquer responsabilidade em relação aos benefícios dos planos estabelecidos pela AEI. Estes benefícios não estavam inseridos na política de remuneração da Sociedade.

O plano de incentivo de longo prazo (2007 AEI Incentive Plan) foi aprovado pelo Conselho de Administração da AEI, em 20 de fevereiro de 2007, como instrumento de atração e retenção para seus empregados, extensível aos empregados-chave das suas subsidiárias, incluindo Elektro. O Plano teria validade até 23 de janeiro de 2017, quando nenhuma nova outorga poderia ser feita. O Plano era regido em todos os aspectos pelas leis vigentes no estado do Texas, Estados Unidos da América. O montante máximo de 15.660.340 ações ordinárias estava disponível para qualquer combinação de premiações no âmbito do Plano da AEI, incluindo todas suas subsidiárias.

Para empregados da Elektro, o Plano oferecido compreendia três tipos de instrumentos: opção de compra em ações, ações restritas e ações por desempenho. As ações tornar-se-iam imediatamente elegíveis em caso de mudança de controle ou em caso de morte ou invalidez do participante, enquanto funcionário da AEI.

Como consequência da mudança de controle acionário da Sociedade, finalizada em 27 de abril de 2011, e tendo em vista que não há obrigação legal e nem justificativa econômica para manter estes recursos represados no patrimônio líquido, bem como não haverá emissão dessas ações, os saldos reconhecidos no Patrimônio Líquido como pagamentos baseados em ações, foram revertidos contra Lucros Acumulados em 30 de junho de 2011.

### Bônus Estratégico Iberdrola 2011 - 2013

Em Assembleia Geral de Acionistas da Iberdrola S.A., realizada em 27 de maio de 2011, foi aprovado o estabelecimento de um Bônus Estratégico dirigido à executivos da Iberdrola S.A. e suas controladas, relacionadas com a realização dos objetivos estratégicos para o período 2011 - 2013 e liquidados pela entrega de ações da Iberdrola S.A. (doravante denominada "Bônus Estratégico 2011-2013"), de acordo com os seguintes termos:

1. Descrição: Bônus Estratégico 2011-2013 é configurado como um incentivo de longo prazo associado ao cumprimento, no final do período de referência 2011-2013, de vários objetivos estratégicos que serão definidos pelo Conselho de Administração da Iberdrola S.A. e serão vinculados além de outros critérios, a:

(A) Evolução no lucro líquido consolidado da Iberdrola S.A. em comparação com os cinco principais concorrentes europeus (Enel, a Eon, RWE, EDF e GDF-Suez). Entende-se que este objetivo não é alcançado se a evolução do lucro líquido consolidado for inferior a média do grupo de referência. Este objetivo terá uma ponderação de 20%.

(B) Evolução do valor da ação a partir da média do índice Eurostoxx Utilities e ações dos cinco principais concorrentes europeus (Enel, a Eon, RWE, EDF e GDF-Suez), tendo o seu desenvolvimento desde janeiro de 2011 e para o período do bônus. Entende-se que este objetivo não é alcançado se a evolução do preço das ações experimentar um desvio padrão maior que 5% sobre a média de referência. Seu peso é de 60% se atingir 105%.

(C) Manter a classificação de crédito da Iberdrola S.A. (rating - A). A ponderação é de 20%.

2. Beneficiários: Determinados executivos da Iberdrola S.A. e de seu grupo, com um máximo de 350 beneficiários, a ser incluído no Bônus Estratégico 2011-2013 durante sua vigência, nos termos das resoluções aprovadas pelo Conselho de Administração da Iberdrola SA no desempenho deste acordo, com um máximo de 350 beneficiários.

3. Valor: Cada beneficiário receberá um número de “ações teóricas” na época de estabelecimento do Bônus Estratégico 2011-2013 que após a conclusão do período de referência e, dependendo do nível de cumprimento dos objetivos fixados ou estabelecidos resultará na entrega de ações da Iberdrola S.A. nas três datas previstas.

O número máximo de ações a ser entregue a todos os beneficiários do Bônus Estratégico 2011-2013 será 17.000.000 de ações, equivalente a 0,29 por cento do capital social da Iberdrola S.A., mas o número de ações atribuídas a cada um dos executivos que participam do Bônus Estratégico 2011-2013 não pode exceder 1.900.000 ações.

4. Prazo do Bônus Estratégico 2011-2013: O Bônus Estratégico 2011-2013 tem um prazo de seis anos, dos quais o período entre 2011 e 2013 constituirá o período de referência para fins de cumprimento dos objetivos e o período entre os anos 2014-2016 o período de liquidação, a ser produzido pela entrega de ações de forma diferida nesses três anos.

### 30. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	2011			2010		
	Nº de (*) consumidores	MWh (*)	R\$	Nº de (*) consumidores	MWh (*)	R\$
Receitas operacionais	2.253.735	12.416.107	5.332.324	2.186.249	11.837.451	4.934.280
Fornecimento para consumidores	2.253.735	12.007.879	4.460.119	2.186.249	11.561.152	4.131.816
Residencial	1.919.087	3.788.992	1.783.358	1.861.632	3.698.403	1.622.216
Industrial	24.080	4.122.829	1.244.082	22.394	4.006.854	1.210.451
Comercial	159.181	1.979.991	830.511	153.838	1.809.178	717.155
Rural	127.536	917.471	213.872	125.527	889.892	198.378
Poder público	16.971	299.680	127.637	16.534	286.347	114.420
Iluminação pública	3.915	443.237	108.787	3.423	432.311	101.059
Serviço público	2.965	455.679	141.417	2.901	438.167	132.365
Não Faturado	-	-	10.455	-	-	35.772
Outras receitas		408.228	872.205		276.299	802.464
CCEE		408.228	16.615		276.299	32.365
Receita de uso do sistema de distribuição (**)		-	464.528		-	326.587
Remuneração do ativo financeiro			49.038			35.865
Receita de construção (vide nota 14.3)			307.848			371.477
Outras receitas (**)			34.176			36.170
Deduções às receitas operacionais			(1.768.231)			(1.565.425)
Quota para a reserva global de reversão - RGR			(25.158)			(22.371)
Quota para a conta de consumo de combustível - CCC			(203.753)			(155.598)
Quota para a conta de desenvolvimento energético - CDE			(151.154)			(134.079)
ICMS sobre fornecimento			(865.315)			(777.564)
COFINS			(388.831)			(355.986)
PIS			(84.414)			(77.286)
Programa de P&D e eficiência energética			(31.901)			(29.264)
Outros			(17.705)			(13.277)
<b>Total</b>	<b>2.253.735</b>	<b>12.416.107</b>	<b>3.564.093</b>	<b>2.186.249</b>	<b>11.837.451</b>	<b>3.368.855</b>

(\*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

(\*\*) Em função do efeito das baixas de ativos e passivos regulatórios, algumas informações de 2010 foram reclassificadas para melhor apresentação e comparabilidade.

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 1.049, de 19 de agosto de 2010, e da Nota Técnica nº 253, de 13 de agosto de 2010, homologou o reajuste anual de 2010 da Elektro. O índice médio de reajuste tarifário foi de 14,49%, composto por 9,31% relativo ao reajuste tarifário anual e 5,18% relativo a componentes financeiros adicionais, baseado no que a Sociedade apurou de ativos e passivos regulatórios desde o reajuste anterior. Devido à exclusão da base tarifária de componentes financeiros que haviam sido adicionados no reajuste tarifário anterior, o efeito médio percebido pelos consumidores cativos foi de 8,91%, para os faturamentos desde 27 de agosto de 2010.

Conforme mencionado na nota 5, em 26 de agosto de 2011, a ANEEL decidiu prorrogar a vigência das tarifas da Resolução Homologatória nº 1.049, de 19 de agosto de 2010, até o processamento em definitivo da Revisão Tarifária da Elektro.

### 31. ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA

	2011		2010	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Supridores de energia	13.842.170	1.346.501	13.436.762	1.262.667
Itaipu Binacional (**)	2.932.906	287.607	3.109.316	299.180
Contratos bilaterais	91.225	35.600	96.654	40.916
Contrato de compra de energia no ambiente regulado - CCEAR	10.508.335	930.928	9.907.707	833.879
PROINFA	309.703	68.469	323.085	68.783
Uso do transporte de energia	-	23.897	-	19.909
Outros custos de energia	-	364.426	-	337.241
ONS - Uso da rede básica	-	433.617	-	412.645
CTEEP- Encargos de conexão	-	37.605	-	34.450
Encargos de serviços do sistema - ESS	-	67.636	-	62.636
Créditos de PIS e COFINS sobre energia comprada	-	(174.432)	-	(172.490)
<b>Total</b>	<b>13.842.170</b>	<b>1.710.927</b>	<b>13.436.762</b>	<b>1.599.908</b>

(\*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

(\*\*) Contrato de repasse de energia e tarifa de transporte.

**32. GASTOS COM PESSOAL**

	2011	2010
Remunerações	120.251	115.707
Encargos sociais	43.288	41.920
Auxílio alimentação	15.490	13.653
Pagamentos baseados em ações	6.204	1.653
Assistência médica	9.828	8.678
Indenizações trabalhistas	3.949	2.379
Previdência privada	5.105	2.669
Plano Especial de Aposentadoria	7.256	(238)
Custo atuarial - Plano de Pensão	(22.810)	(31.291)
Participação nos lucros e resultados	29.954	17.348
Outros benefícios	8.144	8.758
<b>Total</b>	<b>226.659</b>	<b>181.236</b>
Custo da operação	185.346	136.514
Despesas com vendas	5.643	7.293
Despesas gerais e administrativas	35.670	37.429
<b>Total</b>	<b>226.659</b>	<b>181.236</b>

O aumento nas despesas com Participação nos Lucros e Resultados foi motivado pelo registro da provisão de R\$ 11.050, a título de PLR especial, em função da mudança de controle acionário da Sociedade ocorrida em abril de 2011. O pagamento de PLR especial é previsto pela cláusula quarta, parágrafo primeiro do Acordo Coletivo de Trabalho, e foi efetuado aos colaboradores em julho de 2011.

**33. GASTOS COM MATERIAIS**

	2011	2010
Materiais e equipamentos	32.795	31.238
<b>Total</b>	<b>32.795</b>	<b>31.238</b>
Custo da operação	29.717	28.215
Despesas com vendas	83	516
Despesas gerais e administrativas	2.995	2.507
<b>Total</b>	<b>32.795</b>	<b>31.238</b>

**34. GASTOS COM SERVIÇOS DE TERCEIROS**

	2011	2010
Serviços no sistema elétrico	34.332	44.493
Serviços de manutenção e conservação	13.507	14.343
Serviços de leitura e entrega de contas	18.417	24.999
Serviços administrativos	31.096	33.443
Outros serviços	19.707	18.208
<b>Total</b>	<b>117.059</b>	<b>135.486</b>
Custo da operação	60.229	98.488
Despesas com vendas	22.407	15.227
Despesas gerais e administrativas	34.423	21.771
<b>Total</b>	<b>117.059</b>	<b>135.486</b>

**35. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS**

	2011	2010
Despesas com arrecadação bancária	16.548	17.063
Taxa de fiscalização ANEEL	8.944	7.621
Seguros	1.449	1.378
Aluguéis	14.189	10.502
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida	22.425	16.520
Taxas e contribuições	4.273	3.406
Despesas com viagens	12.590	10.521
Propaganda e publicidade	5.825	4.987
Telefonia e telecomunicações	22.896	21.772
Software	7.681	4.841
Provisões para ações judiciais e regulatórias	27.206	71.850
Perda na desativação e alienação de bens, líquidas	81.936	13.817
Outras	9.508	7.352
<b>Total</b>	<b>235.470</b>	<b>191.630</b>
Custo da operação	62.377	52.353
Outras despesas operacionais	173.093	139.277
<b>Total</b>	<b>235.470</b>	<b>191.630</b>

A variação em "Provisões para ações judiciais e regulatórias" tem como principal motivo o registro em 2010 de R\$ 67.445 referente à provisão judicial em face do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de São Paulo (DER) e concessionárias de rodovias estaduais (vide nota 27.1). Essa provisão sofreu atualização em 2011 no valor de R\$ 6.634. Os processos trabalhistas também tiveram um aumento com relação aos ingressos de 2010 no montante de R\$ 12.030.

Quanto a variação na rubrica de “Perda na desativação e alienação de bens, líquidas”, refere-se ao atendimento à Resolução 367/2009 publicada pela ANEEL, para o qual a Sociedade efetuou inventário físico de sua base de ativos abrangendo toda a área de concessão. A complexidade deste processo de inventário foi reconhecida pela ANEEL e, ao final de 2010, o órgão regulador estendeu seu prazo de entrega nos termos da Resolução 367/2009 até dezembro de 2011 para todas as empresas de distribuição de energia elétrica no Brasil. A Elektro encerrou o inventário e as consequentes conciliações entre os registros físicos e contábeis em 2011, e então reconheceu, em 31 de dezembro de 2011, uma baixa de ativos contra o resultado no montante de R\$ 61.695.

### 36. RESULTADO FINANCEIRO

	2011	2010
<b>Receitas financeiras</b>	<b>81.013</b>	<b>65.916</b>
Aplicações financeiras	34.013	21.549
Encargos sobre conta de energia elétrica em atraso	45.013	40.260
Outras receitas financeiras	1.987	4.107
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(146.963)</b>	<b>(135.532)</b>
Juros sobre empréstimos com terceiros	(55.306)	(34.066)
Juros sobre debêntures	(57.749)	(65.556)
Outras despesas financeiras	(33.908)	(35.910)
<b>Variação cambial e monetária, líquidas</b>	<b>(1.847)</b>	<b>(2.850)</b>
Receitas de variação monetária	24.470	28.967
Recuperação das perdas de receita e energia livre	7.211	10.835
Conta de energia elétrica em atraso	11.349	10.612
Outras	5.910	7.520
Receita de variação Cambial	89	1.670
<b>Despesas de variação monetária</b>	<b>(26.372)</b>	<b>(33.526)</b>
Principal - terceiros	(1.111)	(2.550)
Energia livre	(7.854)	(3.991)
Eficiência energética	(4.261)	(3.309)
Debêntures	(8.479)	(24.422)
Outras	(4.667)	746
Receita (Despesa) de variação cambial	(34)	39
<b>Total</b>	<b>(67.797)</b>	<b>(72.466)</b>

O resultado financeiro acumulado em 2011 foi uma despesa líquida 6,5% menor que 2010, devido principalmente ao efeito da desaceleração do IGP-M, que impactou a variação monetária da 2ª série da 2ª emissão de debêntures até sua amortização em 1º de setembro de 2011, atrelado ao maior rendimento de aplicações financeiras decorrentes do maior saldo de caixa. Estes efeitos foram parcialmente compensados pela maior despesa de juros de empréstimos com terceiros, após pré-pagamento das dívidas com o BNDES em abril de 2011, em decorrência da mudança de controle acionário.

### 37. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

#### Reconciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado:

	2011		2010	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	707.105	707.105	644.282	644.282
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 240/ano	10%	-	10%	-
	(176.752)	(63.639)	(161.047)	(57.985)
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo				
Juros sobre o capital próprio	17.908	6.447	16.910	6.088
Permanentes - despesas indedutíveis e multas	(4.727)	(1.498)	(3.362)	(300)
Incentivos fiscais e outros	7.355	237	5.437	382
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(156.216)	(58.453)	(142.063)	(51.816)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(153.207)	(57.373)	(101.583)	(38.001)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.009)	(1.080)	(40.480)	(13.815)
Total	(156.216)	(58.453)	(142.063)	(51.816)

#### Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados à alíquota de 34%, e estão apresentados no quadro abaixo:

	Balancos patrimoniais		Demonstrações do resultado e resultado abrangente	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Tributos diferidos	-	-	-	(49.829)
IR sobre prejuízos fiscais	-	-	-	(37.196)
CSLL sobre base negativa	-	-	-	(12.633)
IR e CS sobre diferenças temporárias	120.137	50.739	69.398	18.476
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	14.299	13.933	366	3.406
Provisão para ações judiciais e regulatórias	46.788	35.279	11.509	18.723
Plano especial de aposentadoria	4.590	3.476	1.114	(1.499)
Variação cambial	21.828	-	21.828	-
Provisão ganho/perda hedge	(20.017)	-	(20.017)	-
Provisão perda na desativação de ativos	20.977	-	20.977	-
Provisão efeito postergação tarifária	32.976	-	32.976	-
Outras	(1.304)	(1.949)	645	(2.154)
Benefício fiscal do ágio incorporado	124.956	139.933	(14.977)	(16.251)
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado	(50.976)	2.661	(58.510)	(6.691)
Plano de pensão	7.755	10.639	(7.755)	(10.640)
Reversão dos ativos e passivos regulatórios	(59.155)	(7.116)	(52.041)	3.949
Marcação a mercado swap	132	-	132	-
Subtotal - impacto no resultado do período	194.117	193.333	(4.089)	(54.295)
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado abrangente	(36.815)	(34.268)	2.324	2.237
Plano de pensão	(7.755)	(10.639)	7.755	10.640
Contratos de concessão - marcação a mercado	(29.060)	(23.629)	(5.431)	(8.403)
Total	157.302	159.065	(1.765)	(52.058)

Os créditos fiscais diferidos oriundos de diferenças temporárias estão em conformidade com a Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02, inclusive quanto ao prazo de realização, que não ultrapassa dez anos.

O reconhecimento desses créditos tem como base as projeções de resultados tributáveis futuros da Sociedade, as quais foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 14 de fevereiro de 2012.

O benefício fiscal do ágio incorporado está registrado conforme determinado pela ANEEL e em consonância com as Instruções nº 319/99 e nº 349/01 da CVM, sendo que os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais encontram-se em contas específicas de ágio incorporado e provisão, com as correspondentes amortização e reversão. A realização desse valor dar-se-á mediante percentuais oficializados em 23 de dezembro de 2003 pela ANEEL, através do Ofício nº 2.182/2003, definidos com base no prazo da concessão e na expectativa de recuperação indicada pelas projeções de resultados tributáveis apresentadas pela Sociedade ao órgão regulador naquela época.

A expectativa de amortização dos créditos fiscais diferidos e do benefício fiscal do ágio incorporado registrados em 31 de dezembro de 2011 é como segue:

Ano	R\$
2012	32.345
2013	13.207
2014	13.112
2015	13.472
2016	11.848
2017 a 2019	26.970
2020 a 2022	19.406
2023 a 2025	14.262
2026 a 2028	12.680
<b>Total</b>	<b>157.302</b>

Os valores efetivos do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido a pagar e a recuperação dos respectivos saldos diferidos decorrem da apuração de resultados tributáveis, da expectativa de realização das diferenças temporárias e outras variáveis. Portanto, a estimativa de realização futura deste ativo não deve ser considerada como um indicativo de projeção de lucros futuros da Sociedade. Adicionalmente, essas projeções estão baseadas em uma série de premissas que podem apresentar variações em relação aos valores reais.

### 38. PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	Receitas		Despesas	
	2011	2010	2011	2010
Elektro Comercializadora de Energia Ltda.	252	258	(518)	(418)
AEI América do Sul Holding Ltda.	81	454	-	-
<b>Total</b>	<b>333</b>	<b>712</b>	<b>(518)</b>	<b>(418)</b>

As receitas obtidas junto às partes relacionadas referem-se a serviços administrativos, compartilhamento de infraestrutura e aluguel de salas para as empresas do mesmo grupo da Sociedade. As despesas são relativas à compra de energia elétrica da comercializadora de energia e coligada Elektro Comercializadora de Energia Ltda.

Os valores dos serviços administrativos e compartilhamento de infraestrutura têm como base a estimativa de custos das atividades desenvolvidas pela Sociedade, acrescida de taxa de administração. Os contratos de aluguel são reajustados pelo IGP-M a cada 12 meses. No caso da Elektro Comercializadora de Energia Ltda., o contrato é por tempo indeterminado, a partir de 1º de abril de 2004. O contrato de compra de energia elétrica foi firmado em 1º de maio de 2011 e tem validade até 31 de dezembro de 2011.

Em função da mudança no controle acionário da Sociedade, a AEI America do Sul Holding Ltda. não é mais parte relacionada e os contratos que existiam com essa empresa foram encerrados em 28 de abril de 2011.

De acordo com o CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pela Deliberação CVM nº 560/08, a remuneração total da Administração da Sociedade no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, registrada na rubrica de gastos com pessoal, foi de R\$ 7.844 (R\$ 9.751 em 2010), sendo que esse valor está relacionado a remunerações fixa e variável de R\$ 5.785 (R\$ 7.843 em 2010) e encargos sociais e benefícios, inclusive pós emprego, no valor de R\$ 2.059 (R\$ 1.908 em 2010). Além desses montantes, destacam-se, ainda, benefícios adquiridos por estes administradores referentes ao plano de opções de ações concedidas pela então controladora final da Sociedade, AEI. O valor total deste benefício para a Administração é de R\$ 3.132 no exercício findo em dezembro de 2011 (R\$ 1.653 no mesmo período de 2010), sendo que essa despesa ocorreu somente até o momento da mudança de controle acionário da Sociedade. Ainda no ano de 2011 foi estabelecido um plano de ações pela atual controladora Iberdrola, destinado aos administradores da Sociedade. O valor total deste benefício é de R\$ 3.072 no exercício findo em dezembro de 2011.

Adicionalmente, a Sociedade possui plano de suplementação de aposentadoria mantido junto à Fundação CESP e oferecido aos seus empregados, inclusive administradores (vide nota 26).

### 39. SEGUROS

A Sociedade mantém as seguintes coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios da Sociedade de eventuais sinistros:

Riscos	Importância segurada
Riscos operacionais e multirisco	801.446
Responsabilidade civil terceiros	44.000
Responsabilidade civil administradores	26.250

A vigência das apólices de Riscos operacionais e multirisco (Propriedade) e Responsabilidade civil com terceiros compreende o período de 25 de agosto de 2011 a 31 de maio de 2012, e da apólice de Responsabilidade civil de administradores compreende o período de 1º de junho de 2011 a 1º de junho de 2012.

A apólice de Propriedade possui cobertura de danos materiais aos ativos da Sociedade, exceto para as linhas de transmissão e distribuição.

A apólice para Responsabilidade civil com terceiros possui cobertura geral para danos materiais, corporais e morais causados a terceiros, incluindo aqueles causados por empregados próprios e contratados.

A cobertura para Responsabilidade civil de administradores tem cobertura principal ao segurado sobre danos causados no exercício de cargos de administração.

#### 40. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Considerando os termos da Instrução CVM nº 475/08, Deliberação CVM nº 550/08 e Deliberação CVM nº 604/09, que aprovou os CPCs 38, 39 e 40, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que tratam do reconhecimento e mensuração, da apresentação e da evidenciação de instrumentos financeiros, a seguir encontra-se a descrição dos principais ativos e passivos financeiros da Sociedade, seus critérios de avaliação e valorização para fins de registro nas Demonstrações Financeiras, bem como o nível hierárquico para mensuração do valor de mercado apresentado.

**Empréstimos e financiamentos:** Estão avaliados e registrados segundo parâmetros estabelecidos em contrato, sendo que o valor de mercado desses passivos, calculado, somente para fins de demonstração, foi projetado com base no fluxo de caixa descontado, utilizando taxas disponíveis no mercado para operações semelhantes na data das Demonstrações Financeiras. Para contratos vinculados a projetos específicos do setor, obtidos junto à Eletrobras, os valores de mercado são considerados idênticos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares disponíveis, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Os empréstimos e financiamentos foram mensurados e contabilizados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. O valor contábil é o que melhor representa a posição patrimonial e financeira da Sociedade com relação a esses instrumentos, portanto, o valor de mercado para esses passivos é somente informativo.

**Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira:** A Sociedade captou empréstimos denominados em moeda estrangeira, acrescidos de juros pré-fixados, para os quais foram contratadas operações de "Swap", com o objetivo de proteção contra risco nas mudanças das taxas de câmbio e substituindo os juros pré-fixados pela variação do CDI. Essa é uma operação "casada" que consiste formalmente em um contrato de empréstimo e uma operação de "Swap" contratados na mesma data, com mesmo vencimento, com a mesma contraparte e que deverão ser liquidados pelo seu valor líquido.

Estas operações são consideradas como itens objeto de hedge (hedge accounting), e estão contabilizadas pelos seus valores justos. Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações (ativo e passivo) utilizando taxas de mercado cotadas mensalmente, levando-se em consideração as mesmas condições das operações contratadas.

**Debêntures:** Estão avaliadas e registradas pelo método do custo amortizado, seguindo os termos das respectivas escrituras de emissão, representando o valor captado líquido dos respectivos custos da emissão, atualizado pelos juros efetivos da operação e os pagamentos havidos no período. O valor de mercado das debêntures, conforme quadro abaixo é calculado com base no valor das mesmas no mercado secundário, divulgado pela Anbima, na data das Demonstrações Financeiras e segundo metodologia de fluxo de caixa descontado. As debêntures foram classificadas como "passivos financeiros não mensurados ao valor justo" e o valor de mercado demonstrado é informativo.

Para a 5ª Emissão de Debêntures, como não houve nenhuma negociação no mercado secundário o valor de mercado é o mesmo registrado no processo de *bookbuilding* (valor contábil).

**Demais ativos e passivos financeiros:** São classificados como empréstimos e recebíveis e avaliados a custo amortizado, sem diferenças entre o valor contábil e o valor de mercado por não serem negociados em mercado ativo e estarem contabilizados pelos respectivos valores líquidos de realização e liquidação.

Seguem abaixo os valores contábeis e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Sociedade e sua classificação:

	31/12/2011		Avaliação	
	Valor contábil	Valor de mercado		
<b>Ativo</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	285.488	285.488	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Consumidores, parcelamentos de débitos e supridores	688.516	688.516	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
TUSD - G	33.616	33.616	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Caução de fundos e depósitos vinculados	22.729	22.729	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Ativo financeiro indenizável	<u>351.773</u>	<u>351.773</u>	Valor justo	Disponível para venda
<b>Total ativo</b>	<b><u>1.382.122</u></b>	<b><u>1.382.122</u></b>		
<b>Passivo</b>				
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional*	(217.935)	(218.371)	Custo amortizado	Passivos mensurados a valor justo
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	(348.420)	(348.420)	Valor justo	Objeto de Hedge
Operações de swap	(20.260)	(20.260)	Valor justo	Instrumento de Hedge
Debêntures*	(629.734)	(631.345)	Custo amortizado	Passivos mensurados a valor justo
Arrendamento mercantil	(21.366)	(21.366)	Custo amortizado	Passivos mensurados a valor justo
Fornecedores e supridores de energia elétrica	(307.516)	(307.516)	Custo amortizado	Passivos mensurados a valor justo
<b>Total passivo</b>	<b><u>(1.545.231)</u></b>	<b><u>(1.547.278)</u></b>		

\* Valor de mercado demonstrado é informativo.

A apuração do valor justo do ativo financeiro indenizável e a operação de "Swap" levou em consideração o nível hierárquico dois. Ver maiores detalhes sobre o ativo financeiro indenizável na nota 14.1.

A estimativa de valor de mercado dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Sociedade reflete as elevações da classificação de riscos atribuídas pela Standard & Poor's nos últimos anos.

Em 11 de julho de 2011, a agência de classificação de riscos Standard & Poor's reafirmou rating brAAA da Elektro, da 2ª emissão e 4ª emissão de debêntures. À 5ª emissão de debêntures também foi atribuído o rating brAAA.

### Política de utilização de instrumentos financeiros derivativos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Sociedade possui três contratos de instrumento financeiro derivativo, referente a operações de "Swap" firmadas junto aos Bancos Itaú, BNP Paribas e HSBC. Conforme mencionado na nota 17, a Sociedade, captou em abril de 2011, segundo a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, linhas de financiamentos denominadas em moeda estrangeira. Objetivando a neutralização de qualquer risco cambial derivado dessas operações, a Elektro contratou operações de "Swap", resultando assim em operações denominadas em moeda nacional, com um custo final atrelado ao CDI.

De acordo com a política da Elektro, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico proteger a Sociedade de eventuais exposições a moedas ou taxas de juros. Como atualmente não há risco cambial em suas operações, excetuando-se a contratação do empréstimo em moeda estrangeira, como já destacado acima, e a Elektro mantém o equilíbrio das taxas de juros entre ativo (caixa) e passivo (dívida) de forma natural, a utilização deste tipo de instrumento acaba sendo pontual e não com caráter usual.

Com relação às aplicações financeiras, a Elektro tem uma política bastante restritiva e conservadora, a qual não permite investimento em derivativos ou títulos com alto risco de crédito, sejam públicos ou privados. Além disso, a Elektro é bastante seletiva na escolha das instituições financeiras com quem realiza operações, tendo em sua carteira

somente aplicações em bancos de primeira linha, com classificação de risco mínimo para aplicação equivalente a AA-, emitida por uma das empresas de classificação de riscos (rating) internacional.

Nas atividades da Sociedade, são consideradas de risco relevante, apenas a exposição cambial, relacionada às variações cambiais derivadas dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, que são atrelados ao dólar norte-americano. Essas variações cambiais, embora apresentem impacto imediato nas demonstrações de resultado da Sociedade, por não haver previsão de manutenção nas Demonstrações Financeiras dos ativos e passivos regulatórios, estão contempladas e garantidas em cada reajuste tarifário anual, por meio do mecanismo da CVA. Portanto, em termos financeiros (caixa) a Sociedade remanesce isenta do risco de variação cambial. Cabe à Administração suportar eventuais necessidades de capital de giro decorrentes da elevação da taxa de câmbio entre os reajustes tarifários. Da mesma maneira, a Sociedade considerava possuir, em 31 de dezembro de 2011, proteção natural com relação à dívida indexada à inflação (IGP-M), em virtude do mecanismo de reajuste tarifário.

Seguem os principais fatores de risco que afetam os negócios da Sociedade:

#### Varição das taxas de juros

Em conformidade à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Sociedade realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de ilustrar sua sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado.

A Administração da Sociedade considera como cenário mais provável a realização nos próximos 12 meses das expectativas para os indicadores projetados no Relatório Focus do Banco Central. O impacto no resultado financeiro líquido foi analisado em três cenários de variação de índices CDI, IGP-M, IPCA e TJLP: (i) variação dos índices projetados para 2011, de acordo com dados do Relatório Focus, disponibilizado em 31 de dezembro de 2011: 9,68%, 4,91% e 6,00% respectivamente, ou no caso da TJLP adotamos a manutenção da última taxa divulgada pelo Conselho Monetário Nacional; (ii) elevação dos índices projetados atuais em 25% e (iii) elevação dos índices projetados atuais em 50%.

Instrumentos	Exposição (contabil)	Risco	Cenário Provável	Elevação do índice em 25% (*)	Elevação do índice em 50% (*)
Aplicações Financeiras	271.573	Varição CDI	26.288	32.860	39.432
Debêntures	(442.942)	Varição CDI	(42.877)	(53.596)	(64.315)
Cédula de Crédito Bancário(1)	(368.680)	Varição CDI	(35.688)	(44.610)	(53.532)
	<u>(540.049)</u>		<u>(52.277)</u>	<u>(65.346)</u>	<u>(78.415)</u>
Ativo indenizável(2)	351.773	Varição IGP-M	17.272	21.590	25.908
Debêntures	(189.130)	Varição IPCA	(10.251)	(12.814)	(15.376)
Financiamentos - Finep 1º ciclo	(11.580)	Varição TJLP	(695)	(869)	(1.042)
Financiamentos - Finem CAPEX 2011/2012	(61.468)	Varição TJLP	(3.688)	(4.610)	(5.532)
<b>Redução (aumento) da exposição à taxa de juros</b>			<u>(49.638)</u>	<u>(62.048)</u>	<u>(74.458)</u>

(1) As operações foram originalmente contratadas em dólares norte-americanos, porém a Elektro possui operações de "Swap" conjuntas com o objetivo de neutralizar o risco derivado da variação cambial. Desta forma, as operações passam a ser indexadas apenas ao CDI, motivo pelo qual o mesmo é apresentado nesta análise.

(2) Após análises frente ao cenário econômico e ao lastro do novo valor de reposição dos bens vinculados da concessão, a Sociedade levou em consideração para o cálculo de sensibilidade a variação do IGP-M.

Notas:

(\*) Conforme requerimento da instrução CVM nº 475/08, deterioração de 25% e 50% respectivamente, em relação ao cenário provável.

## Risco de Crédito

A Sociedade não realiza análise de crédito previamente ao início do fornecimento de energia pois, como distribuidora de energia elétrica e conforme previsto no Contrato de Concessão assinado com a ANEEL, em 27 de agosto de 1998, bem como na regulamentação do setor elétrico, é obrigada a fornecer energia a todos os clientes localizados na sua área de concessão.

Para recuperação da inadimplência, a Sociedade atua por meio de: (i) programas de renegociação dos débitos pendentes atrelados a garantias; (ii) negativação de clientes em empresas de proteção ao crédito; (iii) corte do fornecimento de energia elétrica, em conformidade com a regulamentação vigente; (iv) contratação dos serviços de empresas especializadas na cobrança de contas em atraso e (v) cobrança judicial.

Em 31 de dezembro de 2011 o índice real de inadimplência frente a suas operações é de 3,12%.

## Risco da Revisão e do Reajuste das Tarifas de Fornecimento

Com o objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro da concessão e repassar aos consumidores os ganhos de eficiência, o Contrato de Concessão estabelece a revisão periódica das tarifas de fornecimento, a cada quatro anos. A nova tarifa é fixada tendo por base: (i) o total dos custos não gerenciáveis pela Sociedade (Parcela A); (ii) a cobertura de custos operacionais eficientes definidos pelo regulador (i) e (iii) a remuneração, à taxa do custo médio ponderado do capital (WACC) regulatório, dos investimentos prudentes realizados pela Sociedade nos ativos a serviço da concessão. A primeira revisão periódica ocorreu em 27 de agosto de 2003 e a segunda ocorreu em 27 de agosto de 2007.

Em 27 de agosto dos anos intra-revisões, com o objetivo de restabelecer o poder de compra da receita da concessionária, o Contrato de Concessão garante à Sociedade o direito ao reajuste anual do valor das tarifas de fornecimento de energia elétrica. O índice de reajuste é obtido pela variação dos custos da Parcela A, e pela variação do IGP-M, menos o Fator X para a diferença entre a receita realizada nos últimos 12 meses, para fins tarifários e as despesas de Parcela A no mesmo período, conforme fórmula paramétrica definida no Contrato de Concessão. O Fator X, índice fixado pelo regulador na época da Revisão Tarifária, é subtraído ou é acrescido ao IGP-M nos reajustes anuais subsequentes.

No período intra-reajustes, com o objetivo de apurar a variação mensal de valores de itens da Parcela A efetivamente praticados pela Sociedade, comparados àqueles considerados por ocasião da revisão/reajuste das tarifas, existe o mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A (CVA). As diferenças, positivas ou negativas, são corrigidas pela taxa de juros SELIC e repassadas às tarifas de fornecimento no reajuste anual contratual.

Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a Sociedade justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária extraordinária. A realização desta Revisão Tarifária extraordinária fica a total critério do regulador.

## Risco de Liquidez

A Sociedade gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

## Risco de Mercado

Considerando as condições estabelecidas pelo atual marco regulatório para a contratação de energia pelas distribuidoras, principalmente por meio de leilões regulados pela ANEEL, a Elektro participou ativamente de todos

os mecanismos de compra de energia previstos na regulação, e contratou suas necessidades de energia para 2011 e 2012. A partir de 2013 há necessidade de contratação de energia, devido, principalmente, ao término da vigência dos contratos do 1º leilão de energia existente (realizado em dezembro de 2004). Parte do volume necessário para atendimento do crescimento de mercado a partir de 2013 já foi adquirido nos leilões das usinas do Rio Madeira (Jirau e Santo Antonio) e de Belo Monte, sendo que o restante será recontratado em leilões específicos a serem realizados a partir de 2012, conforme previsto na legislação vigente.

### Risco de Interrupção no Fornecimento de Energia Elétrica

A Elektro, com o intuito de minimizar os efeitos provocados por eventual descontinuidade do fornecimento de energia elétrica para seus clientes, atribuídos a eventos não previsíveis, e que atingem sua infraestrutura de sistemas elétricos, atua de forma intensa para reduzir o número de unidades consumidoras afetadas e também diminuir a frequência e o tempo dessas interrupções.

Dentre as ações executadas para diminuir a frequência e o tempo das interrupções, destaca-se a disponibilidade de três subestações móveis próprias que permitem flexibilidade operacional e agilidade no restabelecimento do fornecimento de energia elétrica. Acrescente-se o investimento na digitalização de 84 subestações (SE), a automação do comando de 707 equipamentos em redes de distribuição utilizando comunicação com tecnologia GSM que dispensa o deslocamento de equipes para a execução das tarefas.

Como ações para reduzir o número de unidades consumidoras atingidas, a Elektro mantém consistente programa de manutenção preventiva, atuando em média em 20 mil km de rede por ano, bem como realiza investimentos de melhoria, expansão e modernização como a substituição de 390 disjuntores e a substituição de 420 km de redes convencionais com cabos nus por redes compactas com cabos isolados, nos últimos 9 anos.

### Índices Financeiros

Os principais indexadores dos ativos e passivos financeiros apresentaram as seguintes variações acumuladas:

Índices	Variação % acumulada nos períodos	
	2011	2010
Taxa de Câmbio R\$/US\$	1,8758	1,6662
Valorização (desvalorização) do Real frente ao Dólar	-12,58	4,31
IGP-M	5,10	11,32
TJLP	6,00	6,00
SELIC	11,53	9,78
CDI	11,50	9,77

#### 41. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM CAIXA

A Administração da Sociedade define como “caixa e equivalentes de caixa” valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As aplicações financeiras possuem características de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a risco de mudança significativa de valor. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, os saldos que compõem essa conta estão apresentados na nota 6. As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Sociedade são como segue:

	2011	2010
Atividades de investimentos não realizadas em caixa:		
Ativo imobilizado - arrendamento mercantil	11.092	1.339
Atividades de financiamentos não realizadas em caixa:		
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	60.893	55.062

As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Sociedade referem-se a compra de ativo imobilizado através de contrato de leasing, a qual afetará “caixa e equivalente de caixa” à medida que os pagamentos forem efetuados; e reclassificação do saldo de Juros sobre o capital próprio do patrimônio líquido para “Juros sobre o capital próprio a pagar” após aprovação do Conselho de Administração em 23 de dezembro de 2011.

#### 42. QUESTÕES AMBIENTAIS\*

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, a Elektro destinou R\$ 51.186 (R\$ 45.902 em 2010) em iniciativas que promoveram atividades relacionadas à responsabilidade ambiental e favoreceram o desenvolvimento e propagação de tecnologias que respeitam o meio ambiente. Desse valor investido: (a) R\$ 19.547 foram contabilizados como imobilizado e estão relacionados com a instalação de redes compactas, isoladas e cabos pré-reunidos, e (b) R\$ 31.639 foram contabilizados no resultado, estando relacionados, principalmente, a projetos de eficiência energética, reciclagem de óleo regenerado de transformador energizado, co-processamento de resíduos, descontaminação de lâmpadas, arborização, manejo de vegetação, poda de árvores, projetos de pesquisa e desenvolvimento em meio ambiente e projetos de conscientização ambiental.

(\*) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

**DIRETORIA****DIRETOR PRESIDENTE**

MARCIO HENRIQUE FERNANDES

**DIRETOR EXECUTIVO FINANCEIRO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES**

RODRIGO FERREIRA MEDEIROS DA SILVA

**DIRETOR EXECUTIVO DE OPERAÇÕES**

LUIS EDUARDO DE OLIVEIRA PINHEIRO

**DIRETOR EXECUTIVO DE ASSUNTOS REGULATÓRIOS E INSTITUCIONAIS**

LUIZ SERGIO ASSAD

**DIRETOR EXECUTIVO COMERCIAL E SUPRIMENTO DE ENERGIA**

MAX XAVIER LINS

**GERENTE EXECUTIVA DE CONTROLADORIA**

SIMONE A. BORSATO SIMÃO

**GERENTE DE CONTABILIDADE E FISCAL**

ANDRE OSWALDO DOS SANTOS

CRC 1SP235939/O-7

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO****PRESIDENTE**

FRANCISCO JAVIER VILLALBA SANCHEZ

**CONSELHEIROS**

SANTIAGO MARTINEZ GARRIDO

EDUARDO CAPELASTEGUI SAIZ

JURACY PEREIRA MAMEDE

MARIO JOSÉ RUIZ-TAGLE LARRAIN

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
Elektro Eletricidade e Serviços S.A.

Campinas – SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Elektro Eletricidade e Serviços S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Elektro Eletricidade e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Outros assuntos

### *Demonstração do valor adicionado*

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### *Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior*

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 28 de março de 2011, que não conteve qualquer modificação.

Campinas, 14 de fevereiro de 2012

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

**Luís A. Marini**

Contador CRC 1SP182975/O-5

**Adilvo França Júnior**

Contador CRC 1BA021419/O-4-S-SP

# CRÉDITOS E AGRADECIMENTOS

## EDIÇÃO

Elektro Eletricidade e Serviços S.A.

## Comitê editorial

Ana Paula Barreto  
André Moreira  
Beatriz Ferreira  
Bianca Colombini  
Bruno Moretti  
Cristiane Fernandes  
Harley Silva  
Jessica Reaoch  
Juliana Chimonechi  
Marcio Henrique Fernandes  
Marina Baggio  
Max Xavier  
Rodrigo Silva  
Rogério Martins

## AGRADECIMENTOS

A todos os colaboradores Elektro envolvidos na elaboração do Relatório de Sustentabilidade.

## TIRAGEM DESTA EDIÇÃO

400 exemplares em CD-Rom

Versão eletrônica disponível para download no portal eletrônico da Elektro

Copyright ©2011 Elektro Eletricidade e Serviços S.A.

[www.elektro.com.br](http://www.elektro.com.br)

***ELEKTRO***  
*Energia que vem da gente*